



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Faculdade de Direito

Reinaldo Santos de Almeida Júnior

A repressão penal do samba

Rio de Janeiro

2017

Reinaldo Santos de Almeida Júnior

A repressão penal do samba

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Direito, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Cidadania, Estado e Globalização. Linha de Pesquisa: Direito Penal.

Orientador: Prof. Dr. Titular Nilo Batista

Rio de Janeiro

2017

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CCS/C

A447 Almeida Júnior, Reinaldo Santos de.
A repressão penal do samba / Reinaldo Santos de Almeida Júnior – 2017.

174 f.

Orientador: Prof. Dr. Nilo Batista.

Tese (Doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Direito.

I. Direito penal - Teses. 2. Samba - Teses. 3. Repressão - Teses. I. Batista, Nilo.
II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Direito.
III. Título.

CDU 343

Bibliotecária: Angélica Ribeiro CRB7/6121

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Reinaldo Santos de Almeida Júnior

A repressão penal do samba

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Direito, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Cidadania, Estado e Globalização. Linha de Pesquisa: Direito Penal.

Aprovada em 9 de fevereiro de 2017.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Nilo Batista (Orientador)

Faculdade de Direito - UERJ

Prof^ª. Dr^ª. Vera Malaguti Batista

Faculdade de Direito - UERJ

Prof^ª. Dr^ª Patrícia Gliocche

Faculdade de Direito - UERJ

Prof. Dr. Juarez Tavares

Faculdade de Direito - UERJ

Prof. Dr. Juarez Cirino dos Santos

Universidade Federal do Paraná

Suplente Prof. Dr. Jorge Câmara

Faculdade de Direito - UERJ

Suplente Prof. Dr. Salo de Carvalho

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2017

Com amor e saudades,
em memória da minha querida irmã.

AGRADECIMENTOS

Durante o longo e intenso período de estudo e pesquisa que resultou neste trabalho, tenho por justo agradecer:

Em primeiro lugar, meus pais, Reinaldo e Corina, pelas primeiras lições de integridade, perseverança, compaixão, justiça, coragem e solidariedade.

À minha irmã, por razões distintas: pela alegria infinita que me inspira sua memória, por todas as inesquecíveis lembranças e ensinamentos que guardo de nossa infância e pela fé inabalável de nosso reencontro.

Ao Professor Nilo Batista, por me aceitar no Rio de Janeiro, por sua orientação e paciência, mas acima de tudo, por me dar liberdade.

À Professora Vera Malaguti Batista, por todo incentivo e pelas indicações bibliográficas fundamentais.

Aos Professores Juarez Cirino e Juarez Tavares, pelas lições de resistência, pelo exemplo e pelo incentivo à militância comprometida com a libertação da opressão do capital.

Ao Professor Jacinto Nelson de Miranda Coutinho, por tudo que representa em minha formação acadêmica.

Aos meus amigos do Havana Futebol e Cana, que me acolheram e me guiaram pela arte de andar nas ruas do Rio de Janeiro.

Ao Instituto de Criminologia Carioca (ICC), pela formação crítica e por todo apoio.

Por fim, ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), pela concessão de bolsa de estudos, com a esperança de que eu possa contribuir como um agente de pensamento crítico e de ação transformadora na militância política, na docência e na advocacia.

“O contrário do burguês não era o proletário, era o boêmio.”

(Oswald de Andrade)

"Samba, agoniza mas não morre,
alguém sempre te socorre
antes do suspiro derradeiro.

Samba, negro forte destemido,
foi duramente perseguido
nas esquinas, no botequim, no terreiro...

Samba, inocente pé no chão,
a fidalguia do salão
te abraçou, te envolveu.

Mudaram toda a sua estrutura,
te impuseram outra cultura
e você nem percebeu."

(“Agoniza, mas não morre”, de Nelson Sargento)

RESUMO

ALMEIDA JR, Reinaldo Santos de Almeida. *A repressão penal do samba*. 2017. 174 f. Tese (Doutorado em Direito Penal) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

A tese trata sobre a repressão penal do samba no Rio de Janeiro desde as suas raízes até a formação do samba urbano carioca até o final da Era Vargas.

Na primeira parte, trata-se das raízes do samba como dança e gênero musical, com a apresentação do lundu e do maxixe até a chegada do samba sincopado inventado pelos malandros do Estácio.

Na segunda parte, aborda-se o contexto sócio-histórico com a expressão ensaística de rupturas e permanências da República Velha à República Nova.

Na terceira parte, desenvolve-se a temática da repressão penal do samba, por meio da demonstração do processo de criminalização, a partir de parâmetros legais, da violência institucional do Estado brasileiro, de análises criminológico-críticas, da biografia de alguns sambistas e de suas letras musicais.

Palavras-chave: Repressão. Penal. Samba.

ABSTRACT

ALMEIDA JR, Reinaldo Santos de Almeida. *The penal repression of samba*. 2017. 174 f. Tese (Doutorado em Direito Penal) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

The thesis is about the penal repression of samba in Rio de Janeiro, since its origins, to the formation of urban samba carioca until the end of Era Vargas.

In the first part, these are the roots of samba as a dance and musical genre, with the presentation of the lundu and the maxixe until the arrival of the syncopated samba invented by the miscreants of Estácio.

In the second part, we discuss the socio-historical context with the essayistic expression of ruptures and permanences of the Old Republic to the New Republic.

In the third part, the theme of the criminal repression of samba is developed, by demonstrating the criminalization process, based on legal parameters, the institutional violence of the Brazilian State, critical-criminological analysis, the biography of some samba artists and his musical lyrics.

Keywords: Repression. Criminal. Samba.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 O SAMBA E SUAS RAÍZES.....	20
2 DA REPÚBLICA VELHA ATÉ A ERA VARGAS.....	34
3 A REPRESSÃO PENAL DO SAMBA.....	112
CONCLUSÃO.....	164
REFERÊNCIAS	166

INTRODUÇÃO

§1º Premissas sobre o objeto

“O Chefe da Polícia
Pelo telefone
Mandou me avisar
Que na Carioca
Há uma roleta
Para se jogar...”¹

A canção “Pelo Telefone”, registrada em 6 de dezembro de 1916 na Biblioteca Nacional², por Donga³ em parceria com Mauro de Almeida⁴, é considerada a certidão de nascimento do samba⁵, o gênero musical que se popularizou no Rio de Janeiro e que comandaria as festas do Momo nas décadas seguintes.

No seu primeiro verso, o primeiro⁶ samba menciona a palavra “polícia” e é a primeira música do gênero a ser censurada⁷. Não se trata de mera coincidência.

¹ Pelo telefone, Donga, 1916.

² “Em novembro, sua partitura seria registrada na Biblioteca Nacional sob o número 3.295 por Donga, que não menciona parceiros e, depois, em dezembro, impressa no Instituto de Artes Gráficas. Sua primeira gravação sairia pela Casa Edison na chapa 121.312, Odeon, com a Banda Odeon, e logo depois com Baiano e coro, chapa 121.322, visando ao Carnaval que se aproximava”, em um disco feito de cera, cobre e goma-laca. MOURA, Roberto. Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro. 1995, p. 170. E ainda: “O registro de obras intelectuais (inclusive as composições musicais, como as do gênero samba, com ou sem letra) foi introduzido oficialmente, no Brasil, pela Lei 5.988, de 14 de dezembro de 1973. Esse registro, entretanto, é, pela lei em vigor, meramente declaratório e não constitutivo de direito, como, por exemplo, o registro de um imóvel. Assim, o ‘registro’ do samba ‘Pelo Telefone’ atribuído ao compositor Donga seria uma ‘declaração de autoria’, expressa em um documento acolhido pela autoridade pública, passível de registro em cartório de notas, mas não emanado de um órgão oficial.” LOPES, Nei; SIMAS, Luiz Antonio. Dicionário da história social do samba. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, p. 237.

³ Ernesto dos Santos, 1889-1974.

⁴ O registro da propriedade intelectual da música é alvo de controvérsia e polêmica: Almirante (Henrique Foréis Domingues) defende a tese de que “Pelo Telefone” é criação coletiva, incluindo Donga e Mauro, porém indicando a co-autoria de Sinhô, João da Mata, Germano, Tia Ciata e Hilário. De outro lado, Sérgio Cabral entende que os louros cabem aos dois últimos. Com a palavra, os supostos autores admitem a mea culpa: “Recolhi um tema melódico que não pertencia a ninguém e o desenvolvi. O autor oficial da letra que consta na gravação original, Mauro de Almeida, também relativizou sua ‘autoria’ em duas cartas à imprensa, publicadas em janeiro e fevereiro de 1917, afirmando que ‘os versos do samba carnavalesco Pelo Telefone não são meus. Tirei-os de trovas populares e fiz como vários teatrólogos que por aí proliferam: ajeitei à música, nada mais... Ao povo a sua rolinha, que é mais dele do que minha.” SANDRONI, Carlos. Feitiço decente, 2012, p. 102.

⁵ “Criam e batizam ali o gênero musical que até hoje leva o nome de samba.” RIBEIRO, Darcy. Aos trancos e barrancos: como o Brasil deu no que deu, 1985, p. 52.

⁶ “‘Pelo telefone’ não seria o primeiro samba a ser gravado, antecedido por outros como o partido-alto de Alfredo Carlos Brício. Em ‘Casa de Baiana’, gravado em 1913, ou por ‘A viola está magoada’ cantado por Baiano em disco de 1914 e talvez por mais uns poucos. Que disputem os especialistas. Seria, isso sim, o

A relação entre samba e crime estará sempre presente em duplo aspecto, seja como discurso sobre como (sobre)viver na marginalidade desintegrada dos processos produtivos de forma voluntária ou involuntária, como na apologia de “Pelo Telefone” aos jogos de azar⁸, no caso, a roleta, seja como objeto do processo de criminalização nas esquinas, botequins e terreiros.

Segundo Roberto Moura,

"Havia na época muita atenção da polícia às reuniões dos negros: tanto o samba como o candomblé seriam objetos de contínua perseguição, vistos como coisas perigosas, como marcas primitivas que deveriam ser necessariamente extintas, para que o ex-escravo se tornasse parceiro subalterno ‘que pega no pesado’ de uma sociedade que hierarquiza sua multiculturalidade.”⁹

De tal sorte, quando um homem, em especial, negro, era detido pela polícia por vadiagem, uma das primeiras providências tomadas era verificar se o homem possuía calos nas pontas dos dedos. Em caso afirmativo, concluía-se que o preso tocava violão. E, neste caso, “era pior do que ser comunista”¹⁰.

E a que personagem se refere Donga?

Segundo Nei Lopes e Luiz Antonio Simas:

“Malandro é o indivíduo astuto e matreiro. Foi essa apregoada esperteza que plasmou, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, a partir da década de 1920, um dos estereótipos do negro sambista subemprego ou desempregado, situado entre a marginalidade artística e a perspectiva de integração social - malandragem também é sinônimo de vagabundagem, vadiagem, vida marginal.”¹¹

O romance “Desde que o samba é samba” de Paulo Lins ilustra a abordagem policial de Brancura:

primeiro a fazer grande sucesso.” MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro*. 1995, p. 171.

⁷ “Gravado pelo Bahiano para a Cada Edison, foi a primeira música censurada. Cortaram o primeiro verso.” RIBEIRO, Darcy. *Aos trancos e barrancos: como o Brasil deu no que deu*, 1985, p. 52. Eis a versão com cortes, quase uma ode à censura: “O chefe da folia/pelo telefone/mandou avisar/que com alegria/não se questione/para se brincar./Ai, ai, ai/deixa as mágoas para trás/ó rapaz!”

⁸ “A música foi baseada a partir de um ofício de 1916 do Chefe da Polícia do Distrito Federal, Aurelino Legal: (...) ao delegado do distrito, ordenando-lhe auto de apreensão de todos os objetos de jogatina. Antes, porém, de se lhe oficiar, comunique-se-lhe minha recomendação pelo telefone oficial. Recomende-se, outrossim, ao mesmo delegado que intime os diretores de clubes existentes na avenida Rio Branco e sua proximidade a se mudarem para outros locais, com prévia ciência dentro do prazo de trinta dias, sob pena de serem cassadas as respectivas licenças.” MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro*. 1995, p. 167.

⁹ MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro*. 1995, p. 143.

¹⁰ “Porque quem cantava samba era capadocio.” Depoimento de Donga relatado por Sérgio Cabral. Em: DVD - Beth Carvalho, 40 anos de Carreira: Ao Vivo no Teatro Municipal, Sony/BMG, 2008.

¹¹ LOPES, Nei; SIMAS, Luiz Antonio. *Dicionário da história social do samba*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, p. 180.

“Entrou num botequim, pediu uma cerveja. Já estava com a vida ruim, uma cerveja a mais não iria piorar. Assim que encheu o copo, uma viatura da polícia parou, um policial que já o havia prendido várias vezes o abordou.

— Bom, hoje é sábado, não posso te aplicar uma vadiagem, mas como sei que é vadio contumaz, incorrigível, assaltante, ladrão, macumbeiro e sambista, vou te fazer uma revista.

— Meu senhor, trabalhei a noite toda. Tô tomando essa cerveja porque briguei com a patroa, senão estaria dormindo em casa.

— Só se foi na zona que tu trabalhou. Tu é vagabundo.

— O senhor quer ver meus documentos? Eu provo o que estou falando.

O policial examinou os documentos de Brancura, mesmo assim não acreditou. Disse que o documento era falsificado.

— Eu vou falar, e que Deus me castigue se eu estiver mentindo. Já fui preso várias vezes aí por esse negócio de samba, cafetinagem, vadiagem, mas eu parei. Casei e arrumei emprego e só tô hoje aqui a esta hora porque briguei com a mulher em casa. Mas vou fazer uma pergunta ao senhor. Há quanto tempo o senhor não me vê na zona? Há quanto tempo o senhor não me vê na rua? O senhor pode até me pegar num flagrante de novo, mas só vai ser por música ou pela religião, o resto eu parei, e este documento não é falso, não. O senhor pode ligar lá para ter a certeza completa.

O policial sentiu fé nas palavras de Brancura, afirmou que, se o pegasse na zona, lhe meteria uma vadiagem.

Terminou a cerveja e foi para a casa de [Ismael] Silva.”¹²

Com efeito, a origem do samba “Pelo Telefone” é atribuída a um espaço onde a malandragem reinava: a Pequena África¹³.

Da zona do cais do porto até a Cidade Nova, tendo como capital a Praça Onze, nas casas das tias baianas - as rainhas negras¹⁴, tais como Tia Amélia e Tia Ciata, dentre outras, as quais eram os grandes esteios da comunidade negra¹⁵, responsáveis pela nova

¹² LINS, Paulo. Desde que o samba é samba. São Paulo: Planeta, 2012, p. 76-77.

¹³ “Expressão usada pelo escritor Roberto Moura, baseado numa afirmação de Heitor dos Prazeres (‘A Praça Onze era uma África em miniatura.’), para designar a base territorial da comunidade baiana no Rio de Janeiro, estabelecida, a partir dos anos de 1870, na região que se estendia dos arredores da antiga Praça Onze até as proximidades da atual Praça Mauá. Compreendendo as antigas localidades e freguesias da Cidade Nova, de Santana, do Santo Cristo, da Saúde e da Gamboa, e constituindo-se em importante polo concentrador de múltiplas expressões da cultura afro-brasileira, da música à religião, a Pequena África foi o berço onde nasceu o samba em forma urbana.” LOPES, Nei; SIMAS, Luiz Antonio. Dicionário da história social do samba. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, p. 220.

¹⁴ “É fácil perceber a centralidade dessas mulheres conterrâneas, mantenedoras das festas realizadas em homenagem aos santos que depois se profetizavam em encontros de música e conversa, onde se expandia a afetividade do corpo, atualizando o prazer e a funcionalidade da coesão.” MOURA, Roberto. A Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995, p. 93.

¹⁵ “Enquanto as classes populares, em sua minoria proletarizadas, sob a liderança inicial dos anarquistas, se organizam em sindicatos e convenções trabalhistas, grande parte do povão carioca que se desloca do cais pra Cidade Nova, pro subúrbio e pra favela, predominantemente negro e mulato, também se organiza politicamente, em seu sentido extenso, a partir dos centros religiosos e das organizações festivas. Assim, são essas negras, que ganham respeito por suas posições centrais no terreiro e por sua participação consequente nas principais atividades do grupo, que garantem a permanência das tradições africanas e as possibilidades de revitalização na vida mais ampla da cidade.” A Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro, 1995, p. 95.

geração que nascia carioca, - promovia-se a continuação do culto dos orixás, nos terreiros de candomblé, as quais se encerravam em grandes reuniões de samba¹⁶, frequentadas por João da Baiana e Donga, dentre outros sambistas, à época, ainda crianças.

A repressão penal do samba, do candomblé, da capoeira e, de um modo geral, das festas populares como o Carnaval, que representam a centralidade da tese, podem ser sintetizadas pelo samba de partido-alto “Delegado Chico Palha”, composta em 1938 por Nilton Campolino e Tio Hélio, que relata um fato verídico da Serrinha:

“Delegado Chico Palha,
sem alma, sem coração,
não quer samba, nem curimba
na sua jurisdição.

Ele não prendia, só batia,
ele não prendia, só batia...

Era um homem muito forte,
com o gênio violento,
acabava a festa à pau
e ainda quebrava os instrumentos.

Ele não prendia, só batia,
ele não prendia, só batia...

Os malandros da Portela,
da Serrinha e da Congonha,
pra ele eram vagabundos
e as mulheres sem-vergonha.

Ele não prendia, só batia,
ele não prendia, só batia...

A curimba ganhou terreiro,
o samba ganhou Escola,
ele, expulso da polícia,
vivia pedindo esmola.”¹⁷

¹⁶ “Cantavam muito, pois sempre estavam dando festas de candomblé, as baianas da época gostavam de dar festas. A Tia Ciata também dava festas. Agora, o samba era proibido e elas tinham que tirar uma licença com o chefe de polícia. Era preciso ir até a Chefatura de Polícia e explicar que ia haver um samba, um baile, uma festa, enfim.” BAIANA, João da. As vozes desassombradas do museu. Rio de Janeiro: Museu da Imagem e do Som, 1970.

¹⁷ Delegado Chico Palha, de Nilton Campolino e Tio Hélio, 1938.

Com fins didático-pedagógicos, registra-se que o primeiro capítulo exporá um retrospecto histórico do surgimento e desenvolvimento do samba, não apenas em seu aspecto músico-estrutural, mas também de suas relações político-ideológicas¹⁸.

Em seguida, o segundo capítulo apresentará um breve percurso histórico do contexto sócio-histórico, com destaque para dois blocos fundamentais para o nosso estudo: a República Velha e a Era Vargas.

No terceiro capítulo demonstraremos a hipótese da tese com a pesquisa de textos legais, atos normativos, obras historiográficas, biografias, músicas etc.

§2º Premissas sobre o método

O horizonte da história planetária nos defronta com a crise de um “sistema-mundo”¹⁹, que começou a se formar há 5.000 anos²⁰, e agora se encontra em processo de globalização até chegar ao último rincão da Terra, com a herança inglória da exclusão, marginalização e negação das necessidades fundamentais²¹ (comer, beber, vestir, habitar, etc), a ponto de impor limites absolutos para a humanidade²².

¹⁸ "Feijão com arroz na sua culinária./ajudar quem tem situação precária,/não fazer acordo com a parte contrária,/nem demagogia com a classe operária..." Fidelidade partidária, de Wilson Moreira e Nei Lopes.

¹⁹ Chamaremos de “sistema-mundo” o “sistema inter-regional” (se por “região” se entende uma alta cultura ou sistema civilizatório) em sua fase atual, mundial ou planetária.

²⁰ Segundo a interpretação de DUSSEL, Enrique. *A Ética da Libertação*, 2007, p. 21-67; 631: Num primeiro estágio, o ‘sistema inter-regional’ foi só a estrutura das relações da região egípcio-mesopotâmica. A Índia, a China e a Ameríndia ainda não se ligavam diretamente. Num segundo estágio, o ‘sistema inter-regional’ cresceu, abarcando desde o Mediterrâneo e o norte da África até o Oriente Médio, a Índia e a China através das estepes eurasiáticas (as regiões influenciadas pelos ‘indo-europeus’, hegemonizando ou tendo como centro de ligação o mundo persa ou o helenístico dos Selêucidas ou dos Ptolomeus. Num terceiro estágio, o mundo cristão, primeiro o bizantino e depois o muçulmano substituem o helenístico e desempenham o papel de gonzo em todo o sistema (da China e Índia ao Mediterrâneo. Num quarto estágio, a Europa periférica substitui o mundo muçulmano-turco e constitui o primeiro ‘sistema-mundo’ propriamente dito, colocando a Ameríndia como sua primeira periferia.”

²¹ “Para viver é preciso poder viver, e para isso é preciso aplicar um critério de satisfação das necessidades à escolha dos fins. A satisfação das necessidades torna possível a vida; a satisfação de preferências torna a vida agradável. Mas, para poder ser agradável, tem antes que ser possível. (...) O reconhecer necessidades ou sufocar sua satisfação em nome das preferências, é o que faz hoje a diferença...” HINKELAMMERT, Franz. *Crítica a la razón utópica*, 1984, p. 240-241. E a esta altura, nos dá razão o Evangelho: “O jejum que eu quero é este: deixar livres os oprimidos, quebrar todos os cepos; partir teu pão com o faminto, hospedar o pobre sem teto, vestir o que está nu, e não te escondes daquele que é tua carne.” (Isaías, 58) e “Porque tive fome e me destes de comer, tive sede e me destes de beber, era forasteiro e me deste hospitalidade, estava nu e me vestistes.” (Mateus, 25).

²² O primeiro é a destruição ecológica do planeta, que transforma a natureza em objeto de exploração infundável, em favor do capital, que pode vencer todos os limites, porém, pode tangenciar o limite insuperável quando se tornar o seu próprio limite. O segundo é a destruição da própria humanidade, pela extinção da própria vida humana na miséria e na fome da maioria dos seres humanos.

A razão moderna²³ que inaugura o primeiro “sistema-mundo” se fundamenta em um mito, no sentido centro-periferia, norte-sul, em um nível mundial²⁴.

O ponto de partida será a tese central de DUSSEL, segundo a qual, 1492 é a data de “nascimento” da Modernidade²⁵, entendida aqui como mera referência de uma relação histórica processual, isto é, o nascer compreendido na metáfora de um feto, o qual surge com a fecundação embrionária, porém, necessita de um longo período de gestação intra-uterina.

Apesar de possuir um conceito de emancipação racional, que deve ser subsumido, a modernidade abriga um mito que deve ser superado: trata-se do “eurocentrismo” - e de sua decorrente “falácia desenvolvimentista”²⁶ - que se manifesta claramente na filosofia, nas artes, e no saber de um modo geral, que se pretenderá demonstrar, inicialmente, a partir do pensamento dos principais representantes da filosofia idealista ocidental alemã, para relacionar como o processo de criminalização primária e secundária, se dirige, seletivamente, para o cerceamento das quatro liberdades: de dizer (expressão), de consciência e de crença, de ter segurança e de não ter medo, por meio da ameaça de pena com a restrição da liberdade de ir e vir.

Segundo KANT, a imaturidade ou menoridade é culpável e suas causas são a preguiça e a covardia:

“Iluminismo é a saída por si mesma da humanidade de um estado de imaturidade culpável. (...) A preguiça e a covardia são as causas pelas quais grande parte da humanidade permanece com prazer nesse estado de imaturidade.”²⁷

Para HEGEL, a história universal é a autorealização de Deus, da Razão e da Liberdade:

“A história universal vai do Oriente até o Ocidente. Europa é absolutamente o fim da história universal. Ásia é o começo. (...) A história universal é a disciplina da indômita vontade natural dirigida para a universalidade e a liberdade subjetiva”. (...) A história universal representa o desenvolvimento da consciência que o Espírito tem de sua liberdade e também da evolução da realização que esta obtém por meio de tal consciência. O desenvolvimento implica uma série de fases, uma série de determinações da liberdade, que nascem do conceito da coisa, ou seja, aqui, da natureza da liberdade ao se fazer consciente de si. (...) Esta necessidade e a série necessária das puras determinações abstratas do conceito são estudadas na Lógica.”²⁸

²³ De início, afirma-se que a negação do mito da modernidade não se dará nos termos da linha de argumentação pós-moderna, que critica a razão moderna como razão em si⁷. Mais adiante, se mostrará que o projeto de libertação se situa no horizonte epistemológico da trans-modernidade. DUSSEL, Enrique. 1492 - El encubrimiento del otro, 1994, p. 7.

²⁴ A perspectiva latino-americana se confronta com o sentido intra-europeu conferido à modernidade. Cf. HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. Dialektik der Aufklärung, 1971 e HABERMAS, Jürgen. Der philosophische Diskurs der Moderne, 1988.

²⁵ A Espanha inicia o “sistema-mundo e com ela a modernidade: nem a China, nem Portugal. Para mais detalhes, consultar: DUSSEL, Enrique. Ética da Libertação, 2007, p. 53-59.

²⁶ A palavra “desenvolvimentismo” é intraduzível para o alemão ou inglês, pois o seu radical “desenvolvimento” (Entwicklung; development) não permite a construção de derivado como acepção negativa. Vale lembrar, a partir das lições de Dussel, que o conceito de “desenvolvimento” foi transmitido de Hegel para Marx, e deste para a economia e a sociologia do desenvolvimento, porém, com um conteúdo filosófico precedente. Assim, para Hegel, um país “subdesenvolvido”, do ponto de vista ontológico, é “não-moderno”.

²⁷ KANT, Immanuel. “Que é esclarecimento?”, 2005, A 481.

²⁸ HEGEL, Georg. Filosofia de la historia universal, 1946, t. I, p. 134.

O movimento leste-oeste a que se refere HEGEL, se encarregou, antes, de eliminar a América Latina e a África da História Mundial e, assim, situar a Ásia em um estado de “imaturidade”, por meio de um desenvolvimento histórico puramente “ideológico”²⁹, imposto em todos os programas de história, na Europa, Estados Unidos, bem como na América Latina, África e Ásia.

Neste trajeto geopolítico de constituição do “sistema-mundo”, desde o oriental até o ocidental, a “civilização” européia se confrontou com os negros africanos, os indígenas, os mestiços latino-americanos: mas afinal, todos os escravizados, mortos, subjugados e colonizados pelas potências imperialistas de seu tempo³⁰ - se encontrariam em tal estado de “menoridade”?

Para tal pergunta, HEGEL apresentou a seguinte resposta:

“El mundo se divide en el Viejo Mundo y en el Nuevo Mundo. El nombre del Nuevo Mundo proviene del hecho de que América (...) no ha sido conocida hasta hace poco para los europeos. Pero no se crea que esta distinción es puramente externa. Aquí la división es esencial. Este mundo es nuevo sólo relativamente sino absolutamente; lo es con respecto a todos sus caracteres propios, físicos y políticos (...) El mar de las islas, que se extiende entre América del Sur y Asia, revela cierta inmadurez por lo que toca también a su origen (...) De América y de su grado de civilización, especialmente en México y Peru, tenemos información de su desarrollo, pero como una cultura enteramente popular, que expira en el momento en que el Espíritu se le aproxima (...) La inferioridad de estos individuos en todo respecto, es enteramente evidente”³¹.

E assim, portanto, a América Latina, é negada pela história mundial³², embora no ano de 1492, que marca a descoberta, invasão, conquista, colonização e integração da Ameríndia aos acontecimentos do nascimento da Modernidade, o continente americano não se encontrasse na pré-modernidade - porque não vivemos propriamente o modo de

²⁹ “La conciencia cultural de nuestros pueblos ha sido informada por una Historia hecha, escrita y enseñada por diversos grupos que no sólo realizan la labor intelectual del investigador como un fin en sí, sino que, comprometidos en la Historia real y cotidiana, debían imprimir a la Historia un sentido de saber práctico, útil, un instrumento ideológico-pragmático de acción - y la mayoría de los casos, como es muy justificado, de acción política y económica”. DUSSEL, Enrique. Hipotesis para el estudio de latinoamérica en la historia universal, 1966, p. 12.

³⁰ Por exemplo, a Ameríndia: “De 1492 a 1500 são colonizados cerca de 50 mil quilômetros quadrados (no Caribe, Terra Firme: de Venezuela ao Panamá). Em 1515, chega-se a 300 mil km² com uns três milhões de ameríndios dominados. Até 1550, mais de 25 milhões de indígenas, muitos dos quais são integrados a sistemas de trabalho que produzem valor para a Europa ‘central’ (na encomienda, mita, fazendas, etc). A partir de 1520 será preciso acrescentar os escravos das plantações que provêm da África (cerca de 14 milhões até à época final da escravidão, no século XIX, incluindo Brasil, Cuba e Estados Unidos)”. DUSSEL, Enrique. Ética da Libertação, 2007, p. 58.

³¹ HEGEL, Georg. Filosofia de la historia universal, 1946, t. I, p. 171-172.

³² “En lo que se refiere a sus elementos, América no ha terminado aún su formación. (...) [Latino-] América es, por consiguiente, la tierra del futuro. En tiempos futuros se mostrará su importancia histórica. (...) Mas como país del futuro América no nos interesa, pues el filósofo no hace profecías”. HEGEL, Georg. Filosofia de la historia universal, 1946, t. I, p. 181.

produção feudal - e se tampouco éramos anti-modernos³³, de igual modo, não podemos ser hoje, como se costuma dizer atualmente, pós-modernos³⁴.

Como se sabe, o mesmo acontecerá com a África³⁵, a despeito da divisão trinitária do mundo por Hegel (Europa, Ásia e África), para constituir uma totalidade³⁶.

É o encobrimento do “outro”³⁷, pela criação do “centro” da história mundial³⁸, numa organização deformante da história, que apresenta a Idade Antiga (como antecedente), a Idade Média (como preparatória) e a Idade Moderna (como a enunciação da razão universal)³⁹, e termina por produzir a divisão do mundo em ‘centro’ e ‘periferia’⁴⁰.

³³ “Nunca fuimos ‘modernos’: siempre sufrimos la ‘modernidad’.” DUSSEL, Enrique. *Fundamentación de la Ética e Filosofía de la Liberación*, 1992, p. 48.

³⁴ Neste sentido, DUSSEL nos alerta que não podemos ser pós-modernos “no meio da fome, da miséria e da necessidade de lutar pela vida de um povo oprimido.” DUSSEL, Enrique. *Fundamentación de la Ética e Filosofía de la Liberación*, 1992, p. 47.

³⁵ Com infinita superioridade e ares de uma ideologia fascista, Hegel teceu alguns comentários sobre a África, que se fossem uma encenação teatral, poderia se travestir de comédia, em que pese, nas circunstâncias, se revele como uma tragédia: “Africa es en general una tierra cerrada, y mantiene este su carácter fundamental. (...) Entre los negros es, en efecto, característico el hecho de que su conciencia no ha llegado aún a la intuición de ninguna objetividad, como, por ejemplo, Dios, la ley, en la cual el hombre está en relación con su voluntad y tiene la intuición de su esencia. (...) Es un hombre en bruto. (...) Africa no tiene propiamente historia. Por eso abandonamos Africa, para no mencionarla ya más. No es una parte del mundo histórico; no presenta un movimiento ni un desarrollo histórico. (...) Lo que entendemos propiamente por Africa es algo aislado y sin historia, sumido todavía por completo en el espíritu natural, y que sólo puede mencionarse aquí, en el umbral de la historia universal”. HEGEL, Georg. *Filosofía de la historia universal*, 1946, t. I, p. 183; 187; 198-201.

³⁶ Das três partes que constituem a totalidade do mundo para Hegel, duas delas se restaram desqualificadas. Sobre os prolegômenos em relação à totalidade, consultar: “Mundo, tiempo, espacio”. *Filosofía de la liberación*, 1996, p. 39: “El mundo cotidiano, ingenuo y obvio dentro del cual se habita cada día es una totalidad en el tiempo y en el espacio. Como totalidad en el tiempo es una retención del pasado, un emplazamiento del proyecto fundamental futuro y un vivir las posibilidades que penden de dicho futuro. Como totalidad espacial el mundo siempre sitúa al yo, al hombre o el sujeto como centro; desde dicho centro se organiza espacialmente los entes desde los más próximos y con mayor sentido hasta los más lejanos y con menor sentido: estos últimos son los entes periféricos”.

³⁷ O outro, para nós, é a América Latina em relação à totalidade europeia; é o povo pobre, oprimido latino-americano em relação às oligarquias dominantes e, todavia, dependentes. DUSSEL, Enrique. *Método para una filosofía de la liberación*, 1974, p. 182.

³⁸ “Ásia es la parte del mundo donde se verifica el comienzo en cuanto tal. (...) Pero Europa es absolutamente el Centro y el Fin del mundo antiguo y el Occidente en cuanto tal, el Asia el absoluto Oriente”. HEGEL, Georg. *Filosofía de la historia universal*, 1946, t. I, p. 201. E neste sentido também, posteriormente, FUKUYAMA, Francis. *The End of History*, 1989: Fukuyama pretende que o livre mercado capitalista, capitaneado pelos Estados Unidos, após o colapso do socialismo real do norte desde a queda do Muro de Berlim, em 1989, é o modelo a ser seguido, sem nenhuma outra alternativa; é o “fim da história”.

³⁹ DUSSEL, Enrique. *Ética da Libertação*, 2007, p. 51.

⁴⁰ “En el siglo XV, las ecumenes coexistentes antes de la conquista española eran las siguientes: los mayas y los aztecas y los incas; el mundo latino y el mundo bizantino; el mundo árabe; la India y la China. Pero, después, España llega a América; la conquista. Y, de inmediato, Portugal primero, y luego Holanda e Inglaterra, van a dar vuelta al mundo africano y van a tocar la India, la China, el Japón. El mundo árabe rápidamente empobrece por muchas razones (...). De tal manera que después también el europeo conquistará al mundo árabe en el siglo XIX. De pronto, cambia rápidamente la fisonomía del planeta porque ha aparecido un ‘centro’ y, en cambio, todos los otros mundos que han recibido el impacto conquistador del

Destarte, a divisão geopolítica “centro-periferia” apresentou dois paradigmas de modernidade e de atitudes perante ela, quais sejam, o paradigma eurocêntrico e o paradigma mundial:

a) O paradigma eurocêntrico

A partir de um horizonte eurocêntrico, que se desenvolve desde a Idade Média e, posteriormente, se difunde por todo o mundo, seguindo a regra de que a cronologia possui a sua geopolítica, no caso, da Itália do Renascimento até a Alemanha da Reforma e da Ilustração, para a França da Revolução Francesa, com a proposta de que o fenômeno da modernidade é exclusivamente europeu, por entender que a Europa Central reunía todas as características⁴¹ que permitiram que ela superasse, por meio de sua racionalidade, todas as outras culturas⁴².

Tal corrente defende que a modernidade seria um fenômeno que é preciso terminar de realizar, com representantes que defendem a razão européia em sua dimensão formal, como Habermas e Apel; os que defendem uma negação niilista conservadora, a qual não vislumbra na modernidade qualidades positivas e que propõe praticamente a sua aniquilação como saída, a exemplo de Nietzsche ou Heidegger; e ainda os pós-modernos em seu ataque frontal à “razão” enquanto tal, porém, sem tentar contribuir com nenhuma alternativa (política, econômica, social, cultural, etc) válida para os países periféricos, nem para as grandes majorias ou povos dominados excluídos do centro e/ou da periferia⁴³.

b) O paradigma mundial

A partir de um horizonte mundial, compreende a modernidade como a cultura do gestão da “centralidade” do primeiro “sistema-mundo”, pela incorporação da

centro constituirán lo que voy a llamar, de ahora en adelante, la ‘periferia’. DUSSEL, Enrique. Introducción a la filosofía de la liberación, 1995, p. 145 e ss.

⁴¹ “Que encadeamento de circunstâncias conduziu a que, precisamente no solo do Ocidente e só aqui, se produzissem fenômenos culturais que - pelo menos tal como nós costumamos representá-los para nós - estavam numa direção evolutiva de significação e validade universais?” WEBER, Max. “Vorbemerkung zu den Gesammelten Aufsätzen zur Religionssoziologie”, 1956, p. 340.

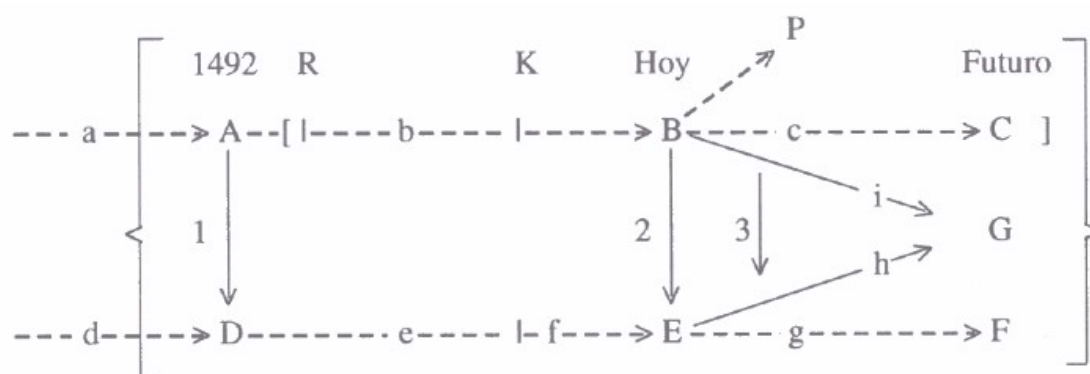
⁴² DUSSEL, Enrique. Ética da Libertação, 2007, p. 52.

⁴³ DUSSEL, Enrique. Ética da Libertação, 2007, p. 64-65.

Ameríndia, como “centro” de uma “periferia” em expansão⁴⁴, e não mais como um sistema independente, autopoietico e auto-referencial⁴⁵.

Tal corrente, a partir da periferia, tenta recuperar o “recuperável” da modernidade e negar a sua dominação e exclusão no “sistema-mundo”, como projeto de libertação da periferia negada desde a origem da modernidade, pela superação da razão-cínico gerencial do capitalismo (como sistema econômico), do liberalismo (como sistema político), do eurocentrismo (como ideologia), da prisão (como sistema penal), do machismo (na erótica), do predomínio da raça branca (no racismo), da destruição da natureza (na ecologia), da homofobia (no gênero) etc, pela libertação de suas vítimas⁴⁶.

Para melhor compreensão dos paradigmas, consultar o diagrama abaixo⁴⁷.



Leia-se diacronicamente de A para G e 'a' para 'i'.

1) Determinações mais relevantes:

A: Europa no momento do “descobrimento” (1492)

B: O presente europeu moderno

C: Projeto de “realização” (habermasiano) da “Modernidade”

P: Projeto do niilismo pós-moderno

D: A “invasão” do continente (da África e Ásia posteriormente)

E: O presente “periférico”

F: Projeto dentro da “Nova Ordem Mundial” dependente

G: Projeto mundial de libertação (“Transmodernidade”)

R: Renascimento e Reforma

K: A Ilustração (“Aufklärung”) no capitalismo industrial

⁴⁴ “Simultaneamente, a Europa irá se transformando em “centro” (...) que, da Espanha, passa para a Holanda, Inglaterra, França, etc - de uma periferia crescente - Ameríndia, Brasil e as costas africanas de escravos, Polônia, no século XVI; afiançamento de América Latina, América do Norte, o Caribe, as costas da África e da Ásia e a Europa oriental, no século XVII; o Império Otomano, Rússia, alguns reinos da Índia, Sudestes Asiático e primeira penetração na África continental, até a primeira metade do século XIX”. DUSSEL, Enrique. *Ética da Libertação*, 2007, p. 52.

⁴⁵ DUSSEL, Enrique. *Ética da Libertação*, 2007, p. 52.

⁴⁶ “O problema não é a mera superação da razão instrumental ou da razão terror dos pós-modernos, mas a superação do próprio ‘sistema-mundo’ tal como foi desenvolvido até hoje durante 500 anos.” DUSSEL, Enrique. *Ética da Libertação*, 2007, p. 65.

⁴⁷ DUSSEL, Enrique. 1492 - El encubrimiento del otro, 1994, p. 179 e ss.

II) Relações com uma certa direção ou flechas:

a: História europeia medieval (o pré-moderno)

b: História “moderno”-europeia

c: Práxis de realização de C

d: História ameríndia pré-europeia (da África e da Ásia igualmente) e: História colonial e dependente mercantilista

f: História do Mundo periférico no capitalismo industrial

g: Práxis de realización de F (“desenvolvimentismo”)

h: Práxis de liberação ou de realização de G

i: Práxis de solidariedade do “Centro” com a “Periferia”

1,2,3, n: Tipos históricos de dominação (de A sobre ---> D, etc.)

III) Os dois paradigmas de Modernidade:

[]: Paradigma eurocêntrico de “Modernidade”: [R->K->B->C]

{ }: Paradigma mundial de “Modernidade/Alteridade” (para uma “Transmodernidade”): {A/D->B/E->G}

PRIMEIRA PARTE

O samba e suas raízes

§ 1. Premissas musicais

O samba é um gênero musical, derivado de um tipo de dança, de raízes africanas, que surge no Brasil como expressão marginal da cultura do início do século XX, tendo resistido a décadas de racismo, preconceito estético e repressão penal, para se converter em parte inextrincável da identidade nacional brasileira⁴⁸.

A palavra samba é encontrada em diferentes pontos das Américas, quase sempre em ligação com o universo dos negros⁴⁹.

Há grande controvérsia sobre a origem terminológica do gênero musical, especialmente sobre os significados possíveis de tal significante.

Segundo o Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira⁵⁰, “possivelmente o termo ‘samba’ é uma corruptela de ‘semba’, palavra de origem africana, provavelmente do Congo ou Angola, donde vieram a maior parte dos escravos para o Brasil”, cujo significado é ‘umbigada’⁵¹.

Há versões sobre o nascimento do termo que dizem sê-lo originário do termo “zambra” ou “zamba”, oriundo da língua árabe, tendo surgido quando da invasão dos mouros à Península Ibérica no século VIII, ou ainda, que é originária de uma das muitas línguas africanas, possivelmente do quimbundo, onde “sam” significa “dar” e “ba” “receber” ou “coisa que cai”.

⁴⁸ LOPES, Nei; SIMAS, Luiz Antonio. Dicionário da História Social do Samba. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

⁴⁹ “Argeliers Léon nos mostra numa gravura cubana do século XIX, um casal de negros dançando, com a legenda ‘Samba la culebra, si siño’. Rossi menciona na região do Rio da Prata a cantilena: ‘Samba, mulenga, samba!’, ouvida dos africanos. Ortiz menciona uma dança afro-haitiana onde o corifeu é chamado ‘samba’. Vicente Gesualdo cita a canção El negro blanqueador, uma sátira aos imigrantes italianos que passavam a desempenhar ofícios até então reservado aos negros: ‘Estarão bailando cemba ao som dos tambores!’” Consultar: LÉON, Argeliers. Del canto y el tiempo. Havana: Letras Cubanas, 1984, p. 69; ROSSI, Vicente. Cosas de negros. Buenos Aires: Hachette, 1958, p. 117; JAHN, Janheinz, Muntu — l’homme Africain et la culture néo-Africaine. Paris: Seuil, 1961, p. 89; GESUALDO, Vicente. Historia de la música en la Argentina. Buenos Aires: Beta, 1961, t. III, p. 869.

⁵⁰ Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira. Disponível em: <http://www.dicionariompb.com.br>.

⁵¹ “Um das possíveis origens, segundo Nei Lopes, seria a etnia quioco, na qual samba significa cabriolar, brincar, divertir-se como cabrito. Há quem diga que vem do banto semba, como o significado de umbigo ou coração. Parecia aplicar-se a danças nupciais de Angola caracterizadas pela umbigada, em uma espécie de ritual de fertilidade.” ALVITO, Marcos. Samba. In: Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 9, nº. 97, outubro/2013, p. 80. No mesmo sentido: “A umbigada é o gesto coreográfico que consiste no choque dos ventres, ou umbigos, e que tem uma função precisa no desenrolar de certas danças.” SANDRONI, Carlos. Feitiço decente: transformações do samba no Rio de Janeiro (1917-1933). Rio de Janeiro: Jorge Zahar/UFRJ, 2001.

Uma das grafias mais antigas do termo “samba” foi publicada por Frei Miguel do Sacramento Lopes Gama, em fevereiro de 1838, na revista pernambucana “Carapuceiro”, quando escrevia contra o que chamou de “samba d’almocreve”, ou seja, não se referindo ao futuro gênero musical, mas como referência crítica a um tipo de folguedo popular de negros daquela época.

Por muitos anos da história do Brasil, o termo “batuque” era a denominação comum a qualquer manifestação que reunisse canto, dança e uso de instrumentos dos negros, por extensão designando festejos — não raro de forma intolerante, preconceituosa, eurocêntrica e racista⁵². Esse sentido amplo permaneceu na literatura colonial até o início do século XX, quando a palavra “samba” passou a suplantir “batuque”⁵³.

De acordo com Hiram da Costa Araújo⁵⁴, ao longo dos séculos, as festas de danças de negros escravos na Bahia eram chamadas de “samba”. No Rio de Janeiro, no entanto, a palavra só passou a ser conhecida ao final do século XIX, quando era ligada aos festejos rurais, ao universo do negro e ao “Norte” do país, ou seja a Bahia⁵⁵.

Em meados do século XIX, a palavra “samba” definia diferentes tipos de músicas introduzidas pelos escravos africanos, com diversos tipos de batuques, os quais assumiam características e contornos próprios em cada Estado brasileiro, em razão da diversidade das tribos de escravizados, bem como pela peculiaridade de cada região em que foram assentados, tais como: bate-baú, samba-corrido, samba-de-roda, samba-de-chave e samba-de-barravento, na Bahia; coco, no Ceará; tambor-de-crioula ou ponga, no Maranhão; trocada, coco-de-parelha, samba-de-coco e soco-travado, em Pernambuco; bambelô, no Rio Grande do Norte; partido-alto, miudinho, jongo e caxambu, no Rio de Janeiro; samba-lenço, samba-rural, tiririca, miudinho e jongo, em São Paulo.

⁵² “No Brasil, desde o século XVIII há registros impressos da palavra ‘batuque’: não parece ser muito acerto em política, o tolerar que pelas ruas e terreiros da cidade façam multidões de negros de um, e outro sexo, os seus batuques bárbaros a toque de muitos, e horrorosos atabaques, dançando desonestamente, e cantando canções gentílicas, falando línguas diversas, e isto com alaridos tão horrendos, e dissonantes que causam medo, e estranheza, ainda aos mais afoitos, na ponderação de consequências que dali podem advir.” VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. Bahia: Editora Itapuã, 1969, p. 134.

⁵³ Diniz, André. *Almanaque do samba*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006, p. 16.

⁵⁴ ARAÚJO, Hiram. *Carnaval: seis milênios de história*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2003.

⁵⁵ “O samba era signo do atraso rural. Essa limitação é confirmada por outros testemunhos que nos chegaram do século XIX. (...) No Rio de Janeiro, então a capital do país, ‘samba’ era uma palavra quase desconhecida até o último quartel do século XIX. (...) Vemos assim que o samba é, num primeiro momento, um estrangeiro no Rio de Janeiro, não apenas por sua localização social na roça, que se opõe à cidade e em particular à capital federal que era precisamente o Rio, mas também por sua localização geográfica no ‘Norte’ (especialmente na Bahia).” SANDRONI, Carlos. *Feitiço decente*, 2001, p. 86-87.

Para além das diferenças geográficas, é possível visualizar também a diferença de classe, a partir de discursos que buscam associar o samba ao universo dos negros, de um lado, como a resistência da periferia em relação ao centro, como a origem em comum com o tango argentino⁵⁶, e de outro, como portadores de uma cultura supostamente inferior à europeia reproduzida no Brasil, tal qual a música clássica alemã⁵⁷, bem como a estilos musicais e costumes próprios das classes dominantes e de seus serviçais⁵⁸.

Conforme afirma Carlos Sandroni:

“Falta acrescentar que todas estas ‘localizações’ sociais do samba — coisa da roça, do Norte, dos negros — tinham consequências óbvias quanto ao valor que se lhes atribuía. Era este o sentido da ironia contida no trecho do Padre Lopes Gama que citamos mais atrás: como comparar um ‘samba de almocreves’ com as óperas italianas? De almocreves ou de escravos, a diferença não é muita: o samba será ainda por longo tempo considerado ‘baixo’, ‘indigno’ etc.”⁵⁹

O “êxodo” rural do samba para dentro da cidade pode ser apresentado numa série de cartas publicadas no Jornal de Notícias, em Salvador, na Bahia, no início do século passado, nas quais se questionava a presença ostensiva dos negros nos festejos do carnaval e mostram como os preconceitos contra os negros se confundiam com a desvalorização de sua música:

“Acho que a autoridade deveria proibir esses batuques e candomblés que, em grande quantidade, alastram as ruas nesses dias, produzindo essa enorme barulhada, sem tom nem som, como se estivéssemos na Quinta das Beatas ou no Engenho Velho, assim como essa mascarada vestida de saia e torso, entoando o

⁵⁶ ROSSI, Vicente. *Cosas de negros*, 1958.

⁵⁷ “Uma das folhas de ontem estampou em fac-símile o programa de recepção presidencial em que, diante do corpo diplomático, da mais fina sociedade do Rio de Janeiro, aqueles que deviam dar ao país o exemplo das maneiras mais distintas e dos costumes mais reservados elevaram o ‘Corta-jaca’ à altura de uma instituição social. Mas o ‘Corta-jaca’ de que eu ouvira falar há muito tempo, o que vem a ser ele, sr. Presidente. A mais baixa, a mais chula, a mais grosseira de todas as danças selvagens, a irmã gêmea do batuque, do cateretê e do samba. Mas nas recepções presidenciais o ‘Corta-jaca’ é executado com todas as honras da música de Wagner, e não se quer que a consciência deste país se enrubesça e que a mocidade se ria!” Discurso proferido por Ruy Barbosa, no Senado Federal, em 7 de novembro de 1914, dias depois de uma festa no Palácio do Catete, em que a esposa do Presidente da República, Nair de Teffé, tocara o ‘Corta-jaca’ de Chiquinha Gongaza. SANDRONI, Carlos. *Feitiço decente*, 2001, p. 89.

⁵⁸ “Em torno da fogueira, já esbarrondada pelo chão, que ela cobriu de brasido e cinzas, dançam os pretos o samba com um frenesí que toca o delírio. Não se descreve, nem se imagina esse desesperado saracoteio, no qual todo o corpo estremece, pula, sacode, gira, bamboleia, como se quisesse desgrudar-se. (...) De vez em quando o garrafão de cachaça corria a roda. Cada um depois de mil trejeitos e negaças dava-lhe o seu chupão, e fazendo estalar a língua repinicava o saracoteio. À parte, junto a um dos portões e sob o alpendre das tulhas que ficam a um canto do quadrado, estão em grupo os feitores e camaradas; uns de pé, arrimados aos esteios, outros sentados no pranchão que serve de soleira. O Mandu arranha na viola uma chula, e o Pereira acompanha o toque com repentes que lhe acodem, enquanto os outros contam façanhas de caipira e vão-se impingindo limpemente um par de formidáveis carapetões.” ALENCAR, José de. *Til: romance brasileiro*. São Paulo: Ateliê, 2012, p. 275-276.

⁵⁹ “O drama lírico parecia ocupar uma posição inabalável entre as elites brasileiras como modelo privilegiado de elevação artística...” SANDRONI, Carlos. *Feitiço decente*, 2001, p. 89.

tradicional samba, pois que tudo isso é incompatível com o nosso estado de civilização. (...) Demais, se o candomblé e o samba são proibidos nos arrabaldes e nas roças, como hão de campear dentro das cidades em um dia festivo como o carnaval?”⁶⁰

É a partir de 1870 que a palavra “samba” começa a ser registrada na cidade do Rio de Janeiro, de forma a diluir as fronteiras e, assim, pouco a pouco, o samba já não será mais só da Bahia, nem só da roça, nem só dos negros⁶¹.

Na década de 1880, começam a aparecer as descrições de danças que se encaixam perfeitamente no conceito de samba-de-umbigada, fora do cenário da velha Bahia e das fazendas de café, nos diferentes bairros da capital federal. A primeira a ser citada diz respeito à Festa da Penha, que reunia multidões num subúrbio carioca nos domingos de outubro e foi descrita por Raul Pompéia em 1888:

“Um delírio de samba e fados, modinhas portuguesas, tiranas do Norte. Uma viola chocalha o compasso, um pandeiro acompanha, geme a sanfona, um negro esfrega uma faca no fundo do prato. A roda fecha. No centro requebra-se a mulata e canta. Os circunstantes batem palmas, marcando a cadência, olhando o saracoteio lento, ou as umbigadas desenfreadas, dos fadinhos...”⁶²

As origens musicais do samba podem ser decifradas em três partes.

Na primeira parte, a partir do estudo de alguns aspectos da música de salão do século XIX, por serem diretamente associados ao seu início: o lundu, o maxixe e seus parentes próximos, a polca-lundu, o tango brasileiro e outros. Em seguida, a análise das primeiras referências ao samba, ainda no século XIX, e a fase pioneira da criação do gênero no Rio de Janeiro, no início do século XX, com o grupo de imigrados baianos cuja representante mais ilustre foi a famosa Tia Ciata, que se consolidará no ano de 1917, com o lançamento de “Pelo Telefone”, considerado pela interpretação dominante como o marco inicial do gênero.

Na segunda parte, trata-se da distinção pela qual o samba entre 1917 e o final dos anos 1920 foi reputado demasiado próximo do maxixe e, portanto, como um “falso” samba, enquanto o estilo nascido no início dos anos 1930 foi considerado como o samba carioca por excelência.

⁶⁰ Jornal de Notícias, em 12 de fevereiro de 1901, escritas pelo Conde da Ponte. In: NINA RODRIGUES, Raymundo. Os africanos no Brasil. Rio de Janeiro: 2010, p. 255-256.

⁶¹ SANDRONI, Carlos. Feitiço decente, 2001, p. 90.

⁶² TINHORÃO, José Ramos. Música popular de índios, negros e mestiços, p. 195.

Por fim, na terceira parte, de 1930 até as suas formulações mais recentes, que atravessaram o século XX na luta pela preservação e resistência do gênero musical contra as suas apropriações, deturpações e a própria censura e repressão penal.

Inicialmente, precisamos definir algumas premissas musicais.

Segundo a Carta do Samba, aprovada no I Congresso Nacional do Samba, o qual ocorreu de 28 de novembro a 2 de dezembro de 1962, no Rio de Janeiro, com a participação de compositores, intérpretes, sambistas, estudiosos e amigos do samba em geral: “Música, o samba caracteriza-se pelo emprego da síncopa. Preservar as características tradicionais do samba significa, portanto, em resumo, valorizar a síncopa.”⁶³

Não se tratou, como já dito, de uma reunião de estudiosos da música, com pretensão técnica de definição do gênero musical, razão pela qual nós, de igual modo, para enfrentar o tema, também nos enquadrámos no que Mário de Andrade denominou de “doutores de sambice”, os quais, “neste caso misterioso de sambas e batucadas, acha(m) que, por mais sabedor de três quiálteras e quintas aumentadas que eu seja(m), me falta(m-lhes) principalmente aquela necessária dose, não sei se de malandragem ou carioquice, para dar qualquer opinião.”⁶⁴

De fato, a síncope é o traço mais marcante não apenas do samba, mas da música popular brasileira em geral⁶⁵.

Assim, a partir da definição de síncope, encontraremos um ponto de partida seguro⁶⁶ para apresentar o que se deseja sem jamais ter aberto um livro de teoria musical⁶⁷.

De acordo com o conceito tradicional criado pelos teóricos da música erudita ocidental, o verbete síncope é o “efeito de ruptura que se produz no discurso musical

⁶³ CARNEIRO, Edison. Folguedos tradicionais. Rio de Janeiro: Conquista, 1974, 162.

⁶⁴ ANDRADE, Mário. Música, doce música. São Paulo: Martins, p. 279.

⁶⁵ “O fato de que tanto o samba quanto a música brasileira sejam caracterizados pela presença das sínco-pes não é estranho a um contexto cultural em que o primeiro é tomado como a expressão máxima da segunda.” SANDRONI, Carlos. Feitiço decente, p. 20.

⁶⁶ “Na síncope, é como se o douto musicólogo paulista e o malandro carioca encontrassem enfim um vocabulário comum.” SANDRONI, Carlos. Feitiço decente, p. 20.

⁶⁷ “Estou longe de compartilhar dos preconceitos insinuados por Mário de Andrade contra os ‘doutores em sambice’; e igualmente longe de pensar que os livros ditos de ‘teoria musical’ são mestres mais indicados do que os praticantes populares, especialmente em assuntos como aqueles de que nos ocuparemos aqui.” SANDRONI, Carlos. Feitiço decente, p. 20.

quando a regularidade da acentuação é quebrada pelo deslocamento do acento rítmico esperado.”⁶⁸

Assim, enquanto a teoria musical da música clássica ocidental considera que o ritmo sincopado é contraposto a ritmo regular, - isto é, a síncope seria o irregular, a exceção à regra -, no caso brasileiro, o “irregular” seria precisamente o característico, isto é, a regra.

Deste modo, “a síncope não é um conceito universal da música, mas uma noção gerada para as necessidades da prática musical clássica ocidental, e como tal, de validade restrita.”⁶⁹

Para o musicólogo Mieczyslaw Kolinski, existem dois níveis de estruturação do ritmo musical: o da métrica e o do ritmo propriamente dito. “A métrica seria a infra-estrutura permanente sobre a qual a superestrutura rítmica tece suas variações.”⁷⁰

Nesta esteira, o caráter variado do ritmo pode confirmar ou contradizer o fundo métrico, que é constante. Para tal, Kolinski cunhou os termos “cometricidade” e “contrametricidade” para exprimir estas duas possibilidades. A “metricidade” de um ritmo seria pois a medida em que ele se aproxima ou se afasta da métrica subjacente.⁷¹

A primeira vantagem é seu caráter neutro: nem cometricidade e nem contrametricidade seriam a priori mais normais ou regulares que a outra.⁷²

⁶⁸ “Esta definição indica que a síncope seria uma ocorrência percebida como desvio na ordem normal do discurso musical. Ela quebraria a regularidade e iria contra a expectativa do ouvinte; para etc, uma articulação sincopada estaria fora do lugar, o que deixa implícito que o verdadeiro lugar dela seria o lugar não-sincopado.” SANDRONI, Carlos. *Feitiço decente*, 2001, p. 20. E ainda: “Síncope é qualquer alteração deliberada do pulso ou métrica normal. Nosso sistema rítmico baseia-se no agrupamento de pulsações iguais em grupos de 2 ou 3, com um acento regular recorrente na primeira pulsação de cada grupo. Qualquer desvio em relação a este esquema é sentida como uma perturbação ou contradição entre o pulso subjacente [normal] e o ritmo real [anormal].” APEL, Willy. *Harvard Dictionary of Music*.

⁶⁹ SANDRONI, Carlos. *Feitiço decente*, 2001, p. 21.

⁷⁰ “Assim, na valsa, por exemplo, a métrica seria o 3/4 que constitui o fundo constante, e o ritmo, as diferentes articulações temporais da música real. Nas polifonias europeias do fim da Idade Média e início do Renascimento, a métrica corresponderia ao *tactus*, sequência de tempos neutros que possibilitam a coordenação das vozes, o ritmo, os diferentes cortes temporais de cada uma destas vozes. Nas polirritmias africanas, a métrica seriam as pulsações isócronas que, possibilitando a coordenação do conjunto, às vezes são manifestadas pelas palmas ou pelos passos de dança dos participantes; o ritmo, as durações variadas que constituem cada uma das partes complementares da realização musical.” JONES, Arom. *Du pied à la main: les fondements métriques des musiques traditionnelles d’Afrique Centrale*, p. 19-21:

⁷¹ AROM, Jones. *Polyphonies et polyrythmies d’Afrique Centrale*, vol. 1, p. 434.

⁷² “Mas a questão não é meramente terminológica. As definições de síncope que citei deixam clara sua ligação com a idéia de que o ritmo musical se estrutura com base na recorrência periódica de acentuações. Essa recorrência periódica, que os autores citados chamaram também de ‘normal’, ‘esperada’ etc., é conhecida como ‘compasso’. Ora, o compasso, assim como a síncope, também não é um universal da música. Na verdade, dentro da própria música ocidental ele é uma invenção tardia, pois é só a partir do período barroco que seu emprego será sistematizado na Europa.” SANDRONI, Carlos. *Feitiço decente*, p. 22.

A partir do conceito de contrametricidade, podemos observar o que nos interessa mais diretamente: o Brasil está muito mais perto da África do que da Europa⁷³.

As figuras rítmicas com a mistura de agrupamentos binários e ternários⁷⁴, embora possa eventualmente ocorrer na música erudita ocidental, - em particular na chamada música contemporânea -, só o fazem a título de exceções e são consideradas de difícil execução. Na música da África Negra, ao contrário, elas pertencem ao senso comum musical⁷⁵, frequentando inclusive o repertório rítmico das crianças.

Mas a síncope reiterada e elevada a norma muda de sentido, configurando um outro sistema que não é mais africano nem puramente europeu⁷⁶, no qual a noção acadêmica de síncope perde a razão de ser.

Note-se que a atribuição de uma origem precisa a uma fórmula rítmica particular é bastante controvertida entre os musicólogos⁷⁷.

Segundo Fernando Ortiz, ao tratar da música afro-cubana, “uma fórmula rítmica, como uma figura geométrica simples (um triângulo, ziguezague, círculo, espiral etc.), pode encontrar-se ao mesmo tempo em diversas culturas, sem que a intercomunicação entre estas seja necessária nem provável.”⁷⁸

⁷³ “O que é interessante no caso brasileiro é que o sistema rítmico clássico europeu, do qual faz parte, no país, a música escrita, inclusive a música popular escrita, veio a ser questionado em seu contato com as práticas musicais afro-brasileiras. O que, no caso europeu, era permitido apenas como desvio em relação a uma norma - desvio tolerado, desvio mesmo procurado como elemento de variação, mas sempre desvio - passa a ser em certa medida praticado como norma, mesmo por músicos cuja formação acadêmica se dera nos parâmetros clássicos.” SANDRONI, Carlos. *Feitiço decente*, p. 26-27.

⁷⁴ “No tambor-de-mina maranhense, no xangô e no maracatu pernambucano, no candomblé e na capoeira baianos, na macumba e nos sambas cariocas, entre outros, fórmulas como 3+3+2, 3+2+3+2+2 e 3+2+2+3+2+2+2 fazem parte do dia-a-dia dos músicos. Estas fórmulas em muitos casos comportam-se exatamente como time-lines, aparecendo sob a forma de palmas, batidas de agogôs ou tamborins, em ostinati estritos ou variados, muitas vezes coordenando polirritmias quase tão complexas quanto as africanas.” SANDRONI, Carlos. *Feitiço decente*, p. 25-26.

⁷⁵ “Parece pois legítimo supor que elas fazem parte de uma herança musical trazida do Continente Negro, mesmo se o contexto e o sentido de tal herança se transfiguraram enormemente.” SANDRONI, Carlos. *Feitiço decente*, p. 25-26.

⁷⁶ SANDRONI, Carlos. *Feitiço decente*, p. 27.

⁷⁷ “A maioria das afirmativas feitas até agora sobre os elementos africanos da música popular americana são afirmativas peremptórias. Porém o que me parece mais intrincado no problema é a questão da síncope. E é sob este ponto de vista principalmente que vale a minha acusação de leviandade. A síncope que percorre com constância formidável toda a música americana é tida em geral como provinda da África. É possível e não estou aqui para negar isso. O que reconheço é que uma afirmativa dessas precisava duma revisão com maiores bases e documentação farta. Diante de certas coincidências musicais entre as músicas primitivas de portugueses, espanhóis, africanos e ameríndios, essas afirmativas assim como estão correndo são levianas e careciam de ter uma revisão acurada. Quem foi o influenciador? Quem o influenciado? Ou se apenas a coincidência de elementos brancos, negros e vermelhos que contaminaram-se, fortaleceram-se e deram origem a manifestações novas que, por nascerem sob os auspícios da América, a gente pode chamar de americanas.” ANDRADE, Mário de. *As melodias do boi*, p. 397, 409 e 416.

⁷⁸ MINKOWSKY, Ignacio. *Cervantes y da danza en Cuba*, p. 57.

Paradoxalmente, a noção de síncope inexistente na rítmica africana, porém, é por meio dela que, no Brasil, vem a se manifestar na música escrita; ou ainda, é por síncofes que a música escrita fez alusões ao que há de africano⁷⁹ em nossa música de tradição oral.

Por fim, cabe-nos apresentar dois paradigmas musicais: o do tresillo e do Estácio.

O tresillo foi identificado e denominado por musicólogos cubanos e consiste em um ciclo de oito pulsações ou 3+3+2, portanto, com três articulações.

Embora desempenhe papel relevante na música cubana, pode ser encontrado hoje na música brasileira de tradição oral ou escrita⁸⁰, por exemplo, nas palmas que acompanham o samba-de-roda baiano, o coco nordestino e o partido-alto carioca; e também nos gonguês dos maracatus pernambucanos, em vários tipos de toques para divindades afro-brasileiras e assim por diante.

No que se refere ainda à música impressa brasileira do século XIX e início do século XX, o tresillo possui algumas variantes ou subdivisões que ocupam lugar de destaque, quais sejam: a ‘síncope característica’⁸¹ ou 1+2+1+2+2, o cinquillo⁸² ou 2+1+2+1+2 e a habanera⁸³ ou 3+1+2+2.

A este conjunto de variantes podemos chamar de “paradigma de tresillo” e sua característica fundamental é “a marca contramétrica recorrente na quarta pulsação (ou,

⁷⁹ “É nesse sentido, e só nesse, que tinham razão os que afirmavam que a origem da síncope brasileira estava na África.” SANDRONI, Carlos. *Feitiço do tempo*, p. 26.

⁸⁰ “O tresillo também aparece na música escrita no Brasil desde pelo menos 1856, quando figura na introdução do lundu ‘Beijos de frade’, de Henrique Alves de Mesquita. Depois disso, aparece como padrão rítmico em enorme quantidade de peças populares impressas, como as de Ernesto Nazareth e seus contemporâneos menos conhecidos, mas também em muitas peças de compositores eruditos das gerações ditas nacionalistas.” SANDRONI, Carlos. *Feitiço do tempo*, p. 28.

⁸¹ “A presença desta figura rítmica na música da época em questão é tão marcante que levou Mário de Andrade a cunhar a expressão ‘síncope característica’ para referir-se a ela, termo, como vimos, discutível, mas consagrado pelo uso, que será adotado aqui por comodidade. [...] Assim, pode ser visto como um tresillo cujos grupos ternários são subdivididos em 1+2.” SANDRONI, Carlos. *Feitiço do tempo*, p. 29.

⁸² “Se fizermos a experiência oposta, ou seja, se subdividirmos os mesmos grupos ternários em 2+1, o resultado é uma figura rítmica que também aparece muito na música popular brasileira (por exemplo, em padrões de acompanhamento de cavaquinho em choros do início do século XX) e que por ser constituída de cinco articulações recebeu de musicólogos cubanos (pois também é frequente por lá) o nome de cinquillo.” SANDRONI, Carlos. *Feitiço do tempo*, p. 29.

⁸³ “Se, finalmente, distribuirmos o segundo grupo ternário, mas não o primeiro, o resultado é outra figura rítmica de larga difusão na música brasileira da segunda metade do século XIX e início do XX. Trata-se da fórmula conhecida internacionalmente como ‘ritmo de habanera’. [...] Em particular, esta fórmula de acompanhamento era associada ao tango até o início do século XX, e conhecida também como ‘ritmo de tango’.” SANDRONI, Carlos. *Feitiço do tempo*, p. 30.

em notação convencional, na quarta semicolcheia de um grupo de oito, que assim fica dividido em duas quase-metades desiguais (3+5).”⁸⁴

De outra banda, o paradigma do Estácio⁸⁵, em referência ao bairro carioca localizado próximo ao Centro do Rio de Janeiro, inclui fórmulas rítmicas que passaram até hoje praticamente despercebidas na literatura musicológica brasileira.

O ciclo rítmico em questão é subdividido em 16 colcheias⁸⁶, segmentadas em dois grupos de 7 e 9 e, num segundo nível de segmentação, como sendo composto de (2+2+3)+(2+2+2+3) colcheias, o que, como vimos, configura um caso de imparidade rítmica.

A existência de um número maior de agrupamentos binários (cinco) possibilita duas versões básicas: a primeira, exposta acima, predomina até por volta de 1990 pelo menos, em valores agrupos em 7+9 ou 9+7, isto é, os cinco agrupamentos binários ficam dois de um lado e três do outros; a segunda, que estudaremos adiante, predominou no período de 1928 a 1933, que é o do nascimento e consolidação do estilo, - mais facilmente assimilável por intérpretes e público neste período - e que consiste em trocar de lado um dos agrupamentos binários, ficando apenas um de um lado e quatro do outro: (2+3)+(2+2+2+2+3) ou 5+11.

Neste paradigma, pode-se observar a associação do novo ciclo à forma “popular” do samba (oposta implicitamente à sua forma folclórica) e à forma “carioca” (oposta implicitamente à “baiana”).

Segundo Gerhard Kubik, “qualquer pessoa que esteja familiarizada com o samba de rua brasileiro, como pode ser visto no Rio de Janeiro pela época do Carnaval, deve conhecer a característica célula percussiva que atravessa esta música como um de seus traços mais persistentes. Esta célula pode ser tocada em vários instrumentos, por exemplo, em um tambor agudo ou até num violão. Trata-se de um elemento focal, no

⁸⁴ “É esta marca que o distingue dos padrões rítmicos que obedecem à teoria clássica ocidental, para a qual a marca equivalente estaria não na quarta, mas na quinta pulsação (ou seja, no início do segundo tempo de um 2/4 convencional e simétrico).” SANDRONI, Carlos. *Feitiço do tempo*, p. 30.

⁸⁵ “Os sambas de Ismael Silva, Bide e Nilson Bastos, entre outros, diferenciaram-se daqueles consagrados por Sinhô, pelo menos por sua pulsação rítmica. Enquanto estes guardavam vestígios de antigos maxixes, aqueles sambas que vinham do Estácio caracterizavam-se pela agregação de mais uma célula rítmica à marcação.” DIDIER, Carlos. ‘O samba que veio do Estácio’. *O Catacumba*, RioArte, 1984.

⁸⁶ “Este último pode ser considerado como o ritmo de samba mais representativo, especialmente em sua forma popular, [...] no Rio de Janeiro, onde a divisão de tempo de 16 pulsações seria introduzida no samba, caracterizando assim o chamado ‘samba carioca’.” MUKUNA, Kazadi Wa. *Contribuição bantu na música popular brasileira*. São Paulo: Global, s/d, p. 82 e 205.

qual os outros instrumentistas, cantores e dançarinos encontram um pivô de orientação.”⁸⁷

A construção do novo ciclo pode ser descrita em forma de onomatopéia pelo samba-enredo de 1982 do G.R.E.S. Império Serrano:

“Bum bum paticumbum prugurundum,
o nosso samba minha gente é isso aí...”

2. As raízes do samba

O “lundu”⁸⁸ designa o nome de uma dança popular, um gênero de canção de salão e um tipo de canção folclórica.

É a partir do último quartel do século XVIII que se pode encontrar a mais antiga referência relativa ao gênero, segundo Oneyda Alvarenga, em carta datada de 10 de junho de 1780, do Conde Pavolide, ex-governador de Pernambuco, que defendia certos bailes de escravos de acusações feitas ao Tribunal da Inquisição:

“Os pretos dançam e fazem voltas como arlequins e outros dançam com diversos movimentos do corpo, que ainda que não sejam os mais inocentes são como os fandangos de Castela, e fofas de Portugal, e os lundus de brancos e pardos daquele país.”⁸⁹

No Brasil, a primeira menção ao termo é atribuída ao poeta Tomás Antônio Gonzaga, na obra *Cartas Chilenas*⁹⁰.

A origem africana do lundu-dança é ponto pacífico para os pesquisadores brasileiros: trata-se de uma “dança de origem afro-negra, trazida pelos escravos bantos da região da Angola e do Congo.”⁹¹

O poeta Mário de Andrade se refere ao lundu como “uma forma característica do folclore negro, porventura a mais característica então, e certamente a mais generalizada.”⁹²

⁸⁷ KUBIK, Gerhard. *Angolan Trait in Black Music, Games and Dances of Brazil*, 1979, p. 13.

⁸⁸ “Lundu. Antigo gênero brasileiro de música e dança. Nas origens, era dança de par solto, cuja coreografia apresentava certas características de danças ibéricas, com alteamento dos braços e estalar de dedos, acompanhadas da umbigada típica das danças dos bantos angolanos. Mais tarde, surgiu o lundu-canção, velocidade inicial de vários outros gêneros, como a chula, o tango brasileiro e, mesmo, em certo aspecto, o samba. Migrando do Brasil para Portugal no século XVIII, cantado sob a forma de lundu chorado (mais lento e dengoso), ao som de violas como a de Domingos Caldas Barbosa, acabou por originar o fado-canção português.” LOPES, Nei., SIMAS, Luiz Antonio. *Dicionário da História Social do Samba*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, p. 177.

⁸⁹ TINHORÃO, José Ramos. *Fado: dança do Brasil, cantar de Lisboa*, p. 30.

⁹⁰ TINHORÃO, José Ramos. *Pequena história da música popular*, p. 54.

⁹¹ ALVARENGA, Oneyda. *Música popular brasileira*, p. 170.

De fato, o lundu, descendente direto do batuque africano, constituía uma espécie de válvula de escape emocional que se utilizavam os escravos para amenizar a dor do exílio e o sofrimento da escravidão⁹³.

A partir de 1830, com a impressão musical no Brasil, a palavra “lundu” serve para designar também “um gênero de música totalmente independente de qualquer coreografia: gênero de canção de salão.”⁹⁴

Segundo José Ramos Tinhorão, o lundu-canção, assim como a modinha, “eram criações de pessoas brancas e mestiças dos principais centros urbanos do Brasil.”⁹⁵

Inclusive, ambas constituem as primeiras manifestações da sensibilidade e do sentimento musical do povo brasileiro que foram divulgadas no exterior, em Portugal, por Domingos Caldas Barbosa⁹⁶.

Porém, no século XVIII, no Brasil, não se encontram documento que atestem a existência desses nomes, de modo que apenas a partir do século XX é que o lundu e a modinha passam a receber definições inequívocas por parte de seus autores e ser como tais reconhecidas.

Do outro lado do Atlântico, em Portugal, Caldas Barbosa publica uma coletânea de poemas em dois volumes, sendo que no primeiro, sequer menciona a palavra lundu e escreve com um personagem próprio denominado Lereno, ao passo que, no segundo, apresenta seis lundus em que Lereno desaparece e dá lugar a si mesmo e usa expressões do vocabulário brasileiro⁹⁷. Eis dois exemplos:

“Menina, você que tem
que comigo se enfadou
será porque seu Negrinho
a seus pés não se curvou?”⁹⁸

E também, menos sentimental que o anterior, com o humor de duplo sentido⁹⁹:

“Esta noite, ó ceus, que dita,
com meu benzinho sonhei...
eu passava pela rua,

⁹² ANDRADE, Mário. Cândido Inácio da Silva e o lundu, RBM, X, 1944, p. 35.

⁹³ ARAÚJO, Mozart. A modinha e o lundu do século XVIII, p. 11.

⁹⁴ SANDRONI, Carlos. Feitiço decente, p. 40-41.

⁹⁵ TINHORÃO, José Ramos. Os sons dos negros, p. 91.

⁹⁶ TINHORÃO, José Ramos. Pequena história da música popular, p. 11-17.

⁹⁷ SANDRONI, Carlos. Feitiço decente, p. 44.

⁹⁸ “Menina vossé”, de Caldas Barbosa, em 1830.

⁹⁹ “O lundu é o mais antigo exemplo de uma imagem muitíssimo recorrente na música popular brasileira, que consiste em usar a comida como metáfora do sexo. Uma lista sumária de outros lundus e sambas onde essa imagem aparece inclui o ‘Muqueca sinhá’ (1889), ‘O mugunzá’ (1892), ‘Canjiquinha quente’ (Sinhô, 1930), ‘Vatapá’ (Dorival Caymmi, 1942), e ‘Os quindins de iaiá’ (Ary Barroso, 1941).” SANDRONI, Carlos. Feitiço decente, p. 52.

ela chamou-me, eu entrei...
 deu-me um certo guisadinho
 que comi muito e gostei
 do ardor das pimentinhas
 nunca mais esquecerei.”¹⁰⁰

No caso, a pequena lista de lundus em infra-citadas remetem à Bahia, ou ao quitute escolhido, o que parece indicar que a sexualização da comida é uma alusão ao afro-brasileiro, uma vez que a mulata constitui o alvo preferencial dos desejos masculinos nos lundus e muitos sambas, bem como, era também quem se encarregava da função de cozinheira¹⁰¹.

Foi o que Mário de Andrade classificou como “lundu tradicional burguês”, o qual reúne três condições: “primeira, comicidade; segunda, assunto sexual; terceira, referência a mulatas e negras.”¹⁰²

O primeiro ponto que Andrade procura estabelecer é “a resistência que a sociedade brasileira teria oferecido, desde sua formação colonial até a metade do século XIX, às manifestações artísticas do negro”¹⁰³:

“O lundu é a primeira forma musical afro-negra que se dissemina por todas as classes brasileiras e se torna música ‘nacional’. É a porta aberta da sincopação características... É a porta enfrestada do texto cantando sexualmente os amores de sonestos e se especializa na louvação sobretudo da mulata.”¹⁰⁴

Contudo, a possibilidade de vencer a impermeabilidade da sociedade branca se explica na medida em que o lundu é distorcido - num processo similar ao que ocorrerá com o samba urbano carioca adiante -, passando da temática original do universo negro para uma canção cômica¹⁰⁵ - ainda do cenário cotidiano do trabalho escravo - e, ao fim, se estabelece como canção cômica *tout court*, dispensando qualquer referência as suas origens¹⁰⁶.

¹⁰⁰ “Esta noite”, de Caldas Barbosa, em 1830.

¹⁰¹ SANDRONI, Carlos. Feitiço decente, p. 52.

¹⁰² SANDRONI, Carlos. Feitiço decente, p. 53.

¹⁰³ SANDRONI, Carlos. Feitiço decente, p. 53.

¹⁰⁴ ANDRADE, Mário. Cândido Inácio da Silva e o lundu, RBM, X, 1944, p. 37.

¹⁰⁵ “Andrade vê na comicidade do lundu o que a psicanálise chamaria de um ‘sintoma’, manifestação que expressa de maneira distorcida um conflito recalcado, no caso o conflito social latente entre senhores e escravos.” SANDRONI, Carlos. Feitiço decente, p. 54.

¹⁰⁶ “A comicidade, a caçoada, o sorriso eram o disfarce psicossocial que permitia a difusão nas classes dominantes. A mulata principiava, e a negra e o negro, sendo literalmente consentidos nas classes da alta e da pequena burguesia. Mas o lundu retirava deles qualquer dor e qualquer drama. É um fenômeno idêntico ao aparecimento itálico da *opera buffa*, em que o personagem do povo foi consentido dentro da aristocracia da ópera, mas consentido pela comicidade.” ANDRADE, Mário. Cândido Inácio da Silva e o lundu, RBM, X, 1944, p. 37.

Já os lundus compostos no período do Império e dos primeiros anos da República são tipicamente música burguesa:

“Porém se teus olhos matam
sabem dar vida também
por um certo requebrado
que tudo pode, meu bem...”¹⁰⁷

Podemos observar também a mudança no local de fala: antes, o “negrinho” apaixonado por sua Sinhá, agora, a “negrinha” perseguida por seu Sinhô:

“Onde vais, linda negrinha?
não fuja com tanta pressa
não te faças tão ingrata
sou sinhorzinho do Reino
não sou nenhum patarata.”¹⁰⁸

E também, no já no século XX, uma canção do carnaval de 1905, no Rio de Janeiro:

“Vem cá, mulata!
Não vou lá, não.
Sou Democrata
de coração.”¹⁰⁹

Na sequência, vamos ver outros gêneros musicais que compõem os fundamentos do samba urbano carioca.

3. O samba-maxixe

O maxixe é uma dança popular urbana criada no Rio de Janeiro na segunda metade do século XX, considerada desde o início muito vulgar e de baixa categoria¹¹⁰:

“Bailes característicos da Cidade Nova, os assustados ou sambas, eram, então, propriedade de um grupo sacudido, desempenado, que guardou no modesto anonimato a glória dessa invenção. Era por esses grupos rebarbativos que o maxixe aparecia a princípio, figura obrigada nos folguedos de antanho. E vós todos, ho-

¹⁰⁷ “Marília, meu doce bem”, anônimo, 1855-1862. Note-se que “o lugar comum literário - ‘olhos que matam’ - faz os ‘olhos’ substituírem a região do corpo diretamente ligada ao sexo, no que a psicanálise chama de ‘deslocamento’.” “Andrade vê na comicidade do lundu o que a psicanálise chamaria de um ‘sintoma’, manifestação que expressa de maneira distorcida um conflito recalcado, no caso o conflito social latente entre senhores e escravos.” SANDRONI, Carlos. Feitiço decente, p. 57.

¹⁰⁸ “Xula carioca”, de Milcent e Marchal, , publicada no Jornal de Modinhas, nos fins do século XVIII. ARAÚJO, Mozart. A modinha e o lundu do século XVIII, p. 115-117.

¹⁰⁹ “Vem cá, mulata”, 1905.

¹¹⁰ “Sua invenção é atribuída por Raul Pederneiras, em artigo de 1906, aos habitantes da ‘Cidade Nova’. A ‘Cidade Nova’ é o bairro do Rio de Janeiro surgido por volta de 1860 com o aterro da região pantanosa em torno do Canal do Mangue. Em 1872 já era o bairro mais populoso da cidade e também o bairro dos divertimentos de má fama.” SANDRONI, Carlos. Feitiço decente, p. 62.

mens sisudos de agora, que transitastes pela via juvenil dos folguedos cariocas, ao ouvirdes hoje um desses musicares trepidantes, sentireis nas pernas o formigueiro saudoso dos bons tempos em que, pela calada da noite, íeis disfarçadamente nos sambas da Cidade Nova.”¹¹¹

Hoje, a Cidade Nova abriga a famosa “Vila Mimosa”, maior zona de prostituição horizontal do Brasil, inclusive, controlada por policiais e ex-policiais. Assim como hoje, porém com maior intensidade, as casas de tolerância eram marginalizadas, de modo que os únicos lugares em que a sociedade oficial reconhecia as diversões suspeitas, quando saíam na calada da noite e eram tolerados pela “gente de bem” - como se costumava e ainda se costuma dizer de forma hipócrita daqueles pequenos-burgueses que rezam todos os domingos -, eram o teatro de variedades e os clubes carnavalescos.

O carnaval carioca era, na segunda metade do século XIX, muito diferente do que é hoje: as principais organizações carnavalescas não eram compostas pelas classes populares. O Clube dos Democráticos, até hoje situado na rua do Riachuelo, na Lapa, era uma das principais agremiações.

Lima Barreto mostra que os clubes carnavalescos, pelo próprio grau de permissividade mais acentuada que os caracterizava, foram os primeiros a introduzir na sociedade burguesa maneiras de dançar consideradas vulgares:

“Em seu conto ‘Cló’, descreve uma família de classe média carioca do final do século XIX durante os dias de carnaval. No final do dia, o pai chega em casa ‘onde tocavam e dançavam... Era sua mulher quem tocava um tango. Quando entrou, o piano cessava e a filha descansava, no sofá, a fadiga da dança lúbrica que estivera ensaiando com o irmão. O velho ainda ouviu indulgentemente o filho dizer: é assim que se dança nos Democráticos’.”¹¹²

As diferenças entre o lundu e o maxixe podem ser assim sumariadas:

“No lundu, todos os participantes, inclusive os músicos, formam uma roda e acompanham ativamente, com palmas e cantos, a dança propriamente dita, que é feita por um par de cada vez. No maxixe, ao contrário, todos os pares dançam ao mesmo tempo e a música é ‘externa’ à dança: isto é, nem os músicos fazem parte da ‘roda’ - que ela mesma é dissolvida surgindo em seu lugar o espaço do chamado ‘salão de baile’ -, nem os dançarinos cantam, sendo a música exclusivamente instrumental. O maxixe era uma dança moderna, urbana e internacional (chegou à Europa junto com o tango argentino); o lundu deitava raízes no mundo rural e no passado colonial brasileiro. (...) O maxixe é uma dança de par enlaçado, o lundu, de par separado.”¹¹³

¹¹¹ EFEGÊ, Jorge. Maxixe, a dança **excomungada**, p. 23.

¹¹² LOUSADA, Wilson. Antologia do carnaval, p. 123.

¹¹³ SANDRONI, Carlos. Feitiço decente, p. 64.

PARTE II

DA REPÚBLICA VELHA À REPÚBLICA NOVA

1. A política oligárquica nos primeiros anos da República

A Primeira República, também conhecida como República Velha, em oposição à República Nova, iniciada com o governo de Getúlio Vargas, foi o período da história do Brasil que compreendeu a proclamação da República até a Revolução de 30, quando ainda era chamado de Estados Unidos do Brasil, sob a égide da Constituição promulgada em 1891.

A República Velha é dividida em dois períodos: a República da Espada, dominada pelos setores do Exército apoiados pelos republicados, da Proclamação da República até a posse do primeiro presidente civil, que se caracterizou pela centralização do poder em face das ameaças de retorno da Monarquia e de divisão do território nacional, e a República Oligárquica, de 1894 com a eleição de Prudente de Moraes até a Revolução de 30, que se caracterizou por distribuir o poder para as elites regionais, em especial ao sul e sudeste do país, com o revezamento entre as oligarquias dominantes compostas pelas forças republicanas de São Paulo e de Minas Gerais, que se revezavam na presidência, produzindo a hegemonia paulista e mineira conhecida como política do café-com-leite, em razão da importância econômica da produção de café paulista e de leite mineiro para a economia brasileira da época.

A passagem do Império à República e a formação de um sistema de poder capaz de articular os novos interesses das classes dominantes, mesmo no nível imediato da percepção, demonstra que o 15 de Novembro, quase ao sabor da crônica dos acontecimentos, apareceu como um movimento superficial¹¹⁴.

Entretanto, a revolta se fez vitoriosa ao derrubar a ordem imperial e os jovens oficiais abriram passo à reorganização da ordem política brasileira.

Em síntese: nem a República foi mera quartelada, nem se tratou “apenas” - como se estas não importassem... - de uma mudança ao nível das instituições, que de monár-

¹¹⁴ “Na expressão consagrada de Aristides Lobo, o povo teria assistido ‘bestializado’ à parada militar da Praça da Aclamação.” FAUSTO, Boris. O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930), vol. 8. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 17-18.

quicas passara a republicanas, mas houve, de fato, uma mudança nas bases materiais e nas forças sociais que articulavam o sistema de dominação no Brasil¹¹⁵.

A Constituição de 1824 expunha a contradição que assentava a estrutura da sociedade brasileira: a liberdade e a igualdade de todos perante a lei em conjunto com a escravidão e a grande propriedade territorial.

De acordo com o Censo de 1872, sem embargo da precariedade da informação censal disponível, a população livre era de 8.419.672 (94,5%) e a população escrava era de 1.510.806 (5,5%)¹¹⁶.

Ademais, no período de 1872 a 1920, a evolução do grau de urbanização é significativo: enquanto a população brasileira cresceu a uma taxa de 2,5% ao ano no período de 1872 a 1890, a população das cidades de 50.000 ou mais habitantes cresceu a 3,7%, e as de mais de 100.000, a 3,1%. No último decênio do século, já na República, a taxa média do crescimento global da população caiu para 2,2%, enquanto as cidades cresciam a 6,8 e 6,9%, respectivamente¹¹⁷.

E, acrescente-se, os dados referentes ao crescimento da migração externa no período do último quartel do século XIX e início do século XX, cuja indicação das cifras globais demonstram a sua importância: somente no Estado de São Paulo entraram 184 mil imigrantes na década de 1880 e particularmente depois de 1888 a entrada de imigrantes foi muito acentuada, especialmente para São Paulo, devido à lavoura do café¹¹⁸.

Assim, o radicalismo da oficialidade jovem não poderia expressar-se e encontrar eco, se não tivesse havido a urbanização, a imigração estrangeira, a expansão da cafeicultura, os surtos de expansão do mercado interno e, como catalisador, a ideologia militar de participação ativa na vida pública¹¹⁹.

Nas cenas dos próximos capítulos:

“O triunfo republicano de 89 vai, de repente, tornar realidade o que os próprios protagonistas resistiam a crer. Deodoro, que se queria conservador e monarquista, transforma-se em Presidente, e pouco apego vai conservar às formas constitucio-

¹¹⁵ FAUSTO, Boris. O Brasil republicano: estrutura de poder e economia, 2006, p. 18.

¹¹⁶ FAUSTO, Boris. O Brasil republicano: estrutura de poder e economia, 2006, p. 19.

¹¹⁷ FAUSTO, Boris. O Brasil republicano: estrutura de poder e economia, 2006, p. 22-23.

¹¹⁸ “Embora percentualmente o número de estrangeiros não tenha sido grande, como houve concentração da migração especialmente para São Paulo, eles contaram decisivamente com a força de trabalho disponível na região mais dinâmica do país. (...) Como instrumento equilibrador deste mecanismo, as políticas governamentais de subsídios à imigração para a lavoura, especialmente nas etapas iniciais do fluxo migratório na década de 1890, foram cruciais para garantir a mão-de-obra necessária à expansão da cafeicultura.” FAUSTO, Boris. O Brasil republicano: estrutura de poder e economia, 2006, p. 24-25 e 28.

¹¹⁹ FAUSTO, Boris. O Brasil republicano: estrutura de poder e economia, 2006, p. 35.

nais que ele próprio promulgara, ouvida a Assembleia. Floriano, que se pensava liberal, terá de usar a espada para purificar a República.”¹²⁰

A Constituição de 91 preserva os interesses de classe e demonstra que essa terra tinha donos que nem sempre foram os que ostensivamente apareciam como donos do poder, os militares.

Desde o início da República, podemos delinear duas correntes político-econômicas distintas: a primeira, industrializante, embora portadora de valores de progresso e afim, até certo ponto, com o reformismo positivista, era frequentemente especulativa, inflacionista e cavadora de negócio, em contraposição à segunda, sólida e conservadora, formada pela fonte da riqueza nacional, os cafeicultores.¹²¹

Neste embate, “uma nova classe constituirá-se não apenas em bloco de sustentação do Poder, mas em segmento dirigente da república”¹²²: a burguesia agrária-exportadora.

Praticamente todo o período de Deodoro - até a sua renúncia em 23 de novembro de 1891 - vai caracterizar-se pelo empasse, uma vez que não implementara qualquer fórmula política viável, numa história de sucessivos desgastes dos que estão no poder, com exceção da elite cafeicultora¹²³.

No período seguinte (23 de novembro de 1891 a 15 de novembro de 1894, Floriano, em contraposição ao período anterior de Deodoro, vai representar a resolução deste empasse, com a perda do controle da República pelo inconformismo anti-oligárquico e anti-legista do Exército, que eles próprios construíram, em favor dos novos donos do poder.¹²⁴

No entanto, “o quadro político geral não desanuviara com a ascensão de Floriano. Persistia a ausência de um ‘sistema’ estável para marcar os limites e as regras do jogo de poder. As Forças Armadas continuavam divididas, as dissidências brotavam, a Constituição era ainda apenas papel.”¹²⁵

No período de transição de Prudente de Moraes (de 15 de novembro de 1894 a 15 de novembro de 1898), cabe destacar a crença numa ordem república, no respeito à lei e às instituições, na aliança entre os históricos de São Paulo e os jacobinos militares, na negociação de paz com os revoltosos do Sul e o intervalo, entre 10 de novembro de

¹²⁰ FAUSTO, Boris. O Brasil republicano: estrutura de poder e economia, 2006, p. 37.

¹²¹ FAUSTO, Boris. O Brasil republicano: estrutura de poder e economia, 2006, p. 39-40.

¹²² FAUSTO, Boris. O Brasil republicano: estrutura de poder e economia, 2006, p. 41.

¹²³ FAUSTO, Boris. O Brasil republicano: estrutura de poder e economia, 2006, p. 45.

¹²⁴ FAUSTO, Boris. O Brasil republicano: estrutura de poder e economia, 2006, p. 46-47.

¹²⁵ FAUSTO, Boris. O Brasil republicano: estrutura de poder e economia, 2006, p. 48.

1896 e 4 de fevereiro de 1897, quando, por doença do Presidente, assumiu o Vice, Manuel Vitorino.

Em seguida, estabeleceu-se - com a intervenção de Campos Sales, à época, Governador de São Paulo - a “política dos governadores” - ou do Estados - em que o Governo Federal não apoiaria as dissidências locais, de modo que as situações se obrigariam a apoiar a política do Presidente, na condução das grandes questões.

À sombra desse sistema floresceu o coronelismo¹²⁶ da Primeira República - nos dizeres de Victor Nunes Leal - como base de uma possível política dos Estados¹²⁷.

Segundo Victor Nunes Leal:

“O ‘coronelismo é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil.”¹²⁸

O coronelismo é resquício de privatismo alimentado pelo poder público, numa relação que se explica pelo regime representativo, com sufrágio amplo, em especial pela situação de dependência incontestável do eleitorado rural, que se manifesta por características tais como o mandonismo, o filhotismo, o falseamento de voto, a desorganização dos serviços públicos locais, dentre outras¹²⁹.

Neste contexto, o chefe municipal, elemento primário desse tipo de liderança, é o “coronel”, que comanda discricionariamente um lote considerável de votos de cabresto¹³⁰:

¹²⁶ “O ‘coronelismo’ é o resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa.” LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 23.

¹²⁷ “As oposições continuarão a existir, mas à margem do sistema - pelo menos até que, em novos assédios, militares, turba urbana, dissidências históricas etc., voltem, noutros Governos, a perturbar com mais êxito a Pax oligárquica. até lá, a doutrina dos ‘chefes naturais’, da predominância do Executivo e nele do Presidente, bem como esse peculiar arranjo entre localismo, máquina estatal e clube de notáveis em vez de partidos, caracterizarão a República, que, mais do que dos ‘coronéis’, foi dos oligarcas que controlavam, além das fazendas, a máquina estatal.” FAUSTO, Boris. *O Brasil republicano: estrutura de poder e economia*, 2006, p. 57.

¹²⁸ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 23.

¹²⁹ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*, 2002, p. 23.

¹³⁰ “Em muitos Estados, excetuadas as capitais e algumas cidades mais importantes, não se fazem eleições. Dias antes dos pleitos, os livros eleitorais percorrem a circunscrição, recebendo as assinaturas dos eleitores ‘amigos’. De acordo com essa coleta, lavram-se as correspondentes atas, que são encaminhadas,

“a força eleitoral empresta-lhe prestígio político, natural coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras. Dentro da esfera própria de influência, o ‘coronel’ como que resume em sua pessoa, sem substituí-las, importantes instituições sociais. Exerce, por exemplo, uma ampla jurisdição sobre seus dependentes, compondo rixas e desavenças e proferindo, às vezes, verdadeiros arbitramentos, que os interessados respeitam. Também se enfeixam em suas mãos, com ou sem caráter oficial, extensas funções policiais, de que frequentemente se desincumbe com a sua pura ascendência social, mas que eventualmente pode tornar efetivas com o auxílio de empregados, agregados ou capangas.”¹³¹

De outro lado, analfabeto ou quase, sem assistência médica, sem acesso a jornais e revistas, nas quais se limita a ver as figuras, o trabalhador rural, salvo casos excepcionais, tem o padrão na conta de benfeitor¹³².

Segundo Victor Nunes Leal: “O lógico é o que presenciamos: no plano político, ele luta com o ‘coronel’ e pelo ‘coronel’. Aí estão os votos de cabresto, que resultam, em grande parte, da nossa organização econômica rural.”¹³³

Para compreender a influência política dos fazendeiros, cumpre analisar a distribuição da propriedade e da composição das classes na sociedade rural do Brasil.

A concentração da propriedade ainda é, nos dias atuais, fator dominante na vida rural, pela fragmentação das propriedades médias, na recomposição de grandes propriedades, compensando as que se parcelam, ou ainda na sobrevivência de grandes fazendas, mesmo decadentes, pela substituição, por exemplo, da agricultura pela pecuária.¹³⁴

Segundo o censo agrícola de 1940, que classificou as propriedades rurais segundo a área, obtiveram-se os seguintes resultados: (i) superpropriedades latifundiárias (de 1000 ha e mais): 1,46% sobre o número total e 48,31% sobre a área total; (ii) grandes

após, com todas as exteriores formalidades oficiais. No dia do pleito, ao se apresentarem, os eleitores oposicionistas e os fiscais dos respectivos candidatos não se encontram nem os mesários nem um oficial público, ao menos, para o efeito dos votos em cartório ou lavratura de protestos.” VARGAS, Getúlio. A nova política do Brasil, vol. 1, 1938, p. 23.

¹³¹ “Essa ascendência resulta muito naturalmente da sua qualidade de proprietário rural. A massa humana que tira subsistência das suas terras vive no mais lamentável estado de pobreza, ignorância e abandono. Além do mais, é o proprietário de terra ou de gado quem tem meios de obter financiamentos. Para isso muito concorre seu prestígio político, pelas notórias ligações dos nossos bancos. É, pois, para o próprio ‘coronel’ que o roceiro apela nos momentos de apertura, comprando fiado em seu armazém para pagar a colheita, ou pedindo dinheiro, nas mesmas condições, para outras necessidades.” LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 24.

¹³² “E é dele, na verdade, que recebe os únicos favores que sua obscura existência conhece. Em sua situação, seria ilusório pretender que esse novo pária tivesse consciência do seu direito a uma vida melhor e lutasse por ele com independência cívica.” LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 25.

¹³³ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 25.

¹³⁴ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 26.

propriedades (entre 200 e 1000 ha, exclusive): 6,34% sobre o número total e 24,79% sobre a área total; (iii) médias propriedades (entre 50 e 200 ha, exclusive): 17,21% sobre o número total e 15,90% sobre a área total; (iv) pequenas propriedades (entre 5 e 50 ha, exclusive): 53,07% sobre o número total e 10,45% sobre a área total; (v) minifúndios (de menos de 5 ha): 21,76% sobre o número total e 0,55% sobre a área total¹³⁵.

Segundo Victor Nunes Leal:

“A falta de espírito público, tantas vezes irrogadas ao chefe político local, é desmentida, com frequência, por seu desvelo pelo progresso do distrito ou município. É ao seu interesse e à sua insistência que se devem os principais melhoramentos do lugar. A escola, a estrada, o correio, o telégrafo, a ferrovia, a igreja, o posto de saúde, o hospital, o clube, o campo de futebol, a linha de tiro, a luz elétrica, a rede de esgotos, a água encanada -, tudo exige o seu esforço, às vezes um penoso esforço que chega ao heroísmo. E com essas realizações de utilidade pública, algumas das quais dependem só do seu empenho e prestígio político, enquanto outras podem requerer contribuições pessoais e dos amigos, é com elas que, em grande parte, o chefe municipal constrói ou conserva sua posição de liderança.”¹³⁶

A figura do coronel pode ser ilustrada em diversas passagens literárias¹³⁷ do período. No caso do escritor Jorge Amado, o romance mais significativo em que o autor analisa a imagem dos coronéis e da dominação político-econômica exercidas por eles é *Terras do Sem Fim* (1943), no qual merece destaque o personagem do coronel Horácio da Silveira, homem forte que dispunha de terras, dinheiro e dos homens, cujo poder político vai além da lei e da justiça.

O livro *Terras do Sem Fim* descreve conflitos na luta pela conquista de pedaços de terra nas florestas da Bahia, para transformá-los em plantações de cacau, em que o

¹³⁵ “Nem todo proprietário rural possui uma propriedade só. Admitindo-se, porém, com desvantagem, que assim seja, verifica-se que os pequenos e ínfimos proprietários (até 50 ha), representando cerca de três quartos dos donos de terras (74,83%), possuem apenas 11% da área total dos estabelecimentos agrícolas do país. Da área restante (89%), apenas uma parte pequena (15,90%) pertence aos proprietários médios, tocando nada menos de 73,10% da área total aos grandes proprietários (de 200 ha e mais), que representam somente 7,80% do número total dos proprietários. Reunidos, os médios e os grandes proprietários representam pouco mais de um quarto dos donos de terras e suas propriedades cobrem quase nove décimos da área total dos estabelecimentos agrícolas.” LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 27-28.

¹³⁶ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 32.

¹³⁷ “A literatura regionalista da década de 1930, assim como os discursos dos cientistas sociais e historiadores que construíram o conceito de coronelismo, objetivou uma imagem do coronel que caracteriza uma particular concepção de lei e de norma. No código cultural do coronel, a lei tem a função de satisfazer suas ambições e seus objetivos pessoais. Nas relações entre os coronéis e seus correligionários, assim como nas relações entre os coronéis e os poderes estadual e federal, as alianças e rupturas se dão de acordo com as conveniências e os interesses pessoais.” FORTUNATO, Maria Lucinete. *O coronelismo e a imagem do coronel: de símbolo a simulacro do poder local*. Tese de Doutorado em História Social - UNICAMP, 2000, p. 179-180.

coronel Horário sagra-se vencedor na luta contra os Badarós pelo último pedaço de mata que ainda restava naquelas terras - a Mata do Coqueiro Grande.

No mesmo sentido, Dias Gomes, na telenovela brasileira *O bem amado*, retrata de forma cômica e irreverente o coronel Odorico Paraguaçu, uma espécie de arquétipo do coronel político brasileiro, cujas características são a demagogia, a corrupção e ausência de escrúpulos, cuja trama de desenrola a partir da construção de um cemitério que se tornou inútil, porque após a sua construção nunca mais ninguém morreu na cidade, já que sua inauguração estava condicionada ao primeiro enterro que ali houvesse.

Não se compreenderia, porém, a liderança local, sem mencionar os favores pessoais de toda ordem, desde arranjar emprego público até os mínimos obséquios, como manifestação do paternalismo¹³⁸ e de sua recíproca: negar pão e água ao adversário¹³⁹.

Segundo Sérgio Buarque de Hollanda:

“A família patriarcal fornece, assim, o grande modelo por onde se hão de calcar, na vida política, as relações entre governantes e governados, entre monarcas e súditos. Uma lei moral inflexível, superior a todos os cálculos e vontades dos homens, pode regular a boa harmonia do corpo social, e portanto deve ser rigorosamente respeitada e cumprida.”¹⁴⁰

Sob tal princípio, o soberano de cada nação - e o coronel de cada localidade - deve considerar-se como chefe ou cabeça de uma vasta família, e conseqüentemente amparar a todos que nela estão, como seus filhos e cooperadores da geral felicidade, sendo tanto mais justo e poderoso, logo, mais voluntária e cordial a obediência, à medida que se aproxima a este caráter paternal.¹⁴¹

Nesse contexto, o brasileiro, formado no quadro da estrutura familiar, sob o peso das relações de simpatia e exacerbadas de afeto para a formação de laços comunitários quanto para a ruptura violenta, não acharia agradáveis as relações impessoais, características do Estado, procurando reduzi-las, ao padrão pessoal e afetivo: eis o homem cordial¹⁴².

¹³⁸ “A troca recíproca de favores, que constitui o caciquismo, o monopólio das posições políticas; a permuta de ardilosos auxílios, que calafetam todas as frestas por onde pode passar um sopra salutar de renovação - eis o regime vigorante, frondosamente, no Brasil.” VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*, v. 1, 1938, p. 23.

¹³⁹ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 33.

¹⁴⁰ HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1995, p. 85.

¹⁴¹ HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1995, p. 85.

¹⁴² “A llaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtude tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural

Segundo Sérgio Buarque de Holanda: “A manifestação normal do respeito em outros povos tem aqui sua réplica, em regra geral, no desejo de estabelecer intimidade. E isso é tanto mais específico, quanto se sabe do apego frequente dos portugueses, tão próximos de nós em tantos aspectos, aos títulos e sinais de reverência.”¹⁴³

Contudo, o Estado - e os líderes locais - não são uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo¹⁴⁴.

Um “coronel” constituía assim uma espécie de elemento socioeconômico polarizador, isto é, “era o elemento-chave para se saber quais as linhas divisórias entre os grupos e subgrupos na estrutura tradicional brasileira. A pergunta ‘Quem é você?’ recebia invariavelmente a resposta: ‘Sou gente do coronel Fulano.’”¹⁴⁵

e patriarcal. HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1995, p. 146-147.

¹⁴³ HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1995, p. 148. Isto explica, por exemplo, por que se confere o “título” de coronel ao sujeito que se torna uma liderança local na área rural: “De onde vinha este título marcial? Haviã-se originado dos títulos da Guarda Nacional, criada pouco depois da Independência para defender a Constituição, auxiliar na manutenção da ordem prevenindo as revoltas, promover o policiamento regional e local. Todos os habitantes livres do país se integravam nos diversos escalões da Guarda Nacional; os chefes locais mais prestigiosos automaticamente ocupavam nela os postos mais elevados, eram ‘coronéis#; seguindo-se nos postos maiores, capitães e outros chefes não tão importantes, tendo sob suas ordens todos aqueles que não tinham meios de ocupar melhores posições. A Guarda Nacional refletia, pois, no escalonamento de seus postos, a estrutura socioeconômica das diversas regiões. Extinta a Guarda Nacional pouco depois da Proclamação da República, persistiu no entanto a denominação de ‘coronel’, outorgada espontaneamente pela população àqueles que pareciam deter entre suas mãos grandes parcelas do poder econômico e político.” FAUSTO, Boris. *O Brasil republicano*, v. 8., p. 173.

¹⁴⁴ “Não existe, entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição. (...) Ninguém exprimiu com mais intensidade a oposição e mesmo a incompatibilidade fundamental entre os dois princípios do que Sófocles. Creonte encarna a noção abstrata, impessoal da Cidade em luta contra essa realidade concreta e tangível que é a família. Antígona, suplantando Polínice contra as ordenações do Estado, atrai sobre si a cólera do irmão, que não age em nome de sua vontade pessoal, mas da suposta vontade geral dos cidadãos, da pátria: ‘E todo aquele que acima da Pátria coloca seu amigo, eu o terei por nulo.’” HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1995, p. 141.

¹⁴⁵ “Esta maneira de redarguir dava imediatamente a quem ouvia as coordenadas necessárias para conhecer o lugar socioeconômico do interlocutor, além de sua posição política. O termo ‘gente’ indicava primeiramente que não se tratava de alguém do mesmo nível que o ‘coronel’ ou sua família; caso contrário, o parentesco seria invocado logo de início para situar o indivíduo dentro do grupo (diria, por exemplo, ‘sou primo do coronel Fulano’). A formulação ‘gente’ indicava indivíduo de nível inferior, que podia inclusive ser parente, mas seria sempre parente pobre. Em segundo lugar, a ligação com o coronel Fulano também dava imediatamente a conhecer se o indivíduo estava em posição de apoio ao poder local ou regional, ou contrário a este, pois ninguém desconhecia a atitude dos coronéis com relação à situação ou à oposição. Finalmente, também a posição do coronel Fulano com relação a outros coronéis era conhecida de todos; o indivíduo que era apaniguado também lhe esposava as alianças e as inimizades e se colocava como aliado ou antagonista da ‘gente’ de outros coronéis. ‘Gente do coronel fulano’ significava então a clientela deste.” FAUSTO, Boris. *O Brasil republicano*, v. 8., p. 173.

A estrutura coronelística como uma estrutura de clientela política se apresenta de forma hierarquizada em três níveis: os coronéis; abaixo deles os cabos eleitorais¹⁴⁶; e, na base da estratificação política, os eleitores.

Assim, é possível distinguir também três tipos de estrutura:

“Primeiramente, o mando pessoal, em que o coronel domina através de um sistema bem organizado de cabos eleitorais que vão ver os eleitores, transmitem as ordens e os enquadram no dia da eleição. Em seguida, o chefe político dominando indivíduos também de nível e poder, os quais, por seu turno, dominam indivíduos também de nível e poder, os quais, por seu turno, dominam o eleitorado -, forma indireta de poder do ponto de vista do chefe mais elevado, que o torna menos absoluto do que no primeiro caso, uma vez que neste último o chefe não tem certeza total de que recolherá todos os votos. Finalmente, há também a denominação ‘colegial’, em que cada membro da família domina uma zona, mas, como esta permanece unida e como não tem um chefe marcante, a dominação é mais aristocrática do que monárquica; neste caso, quase todos os postos locais, médicos, juizes, tabeliães, algumas vezes padres e naturalmente deputados, estão nas mãos de gente pertencendo ao grupo familiar.”¹⁴⁷

Adiante, além de determinar a estrutura coronelística de uma região, há que se verificar também se se trata de local em que o mando de um coronel ou de uma parentela é único ou rígido; ou se se trata de local em que diversas famílias disputam o poder¹⁴⁸.

Segundo Boris Fausto:

“A multiplicidade de coronéis é, assim, o aspecto essencial, a originalidade da estrutura política do Brasil, na Primeira República, traço que se prende diretamente à estrutura socioeconômica tradicional do país, fundamentada em grupos de parentela que são ao mesmo tempo grupos de parentesco de sangue com suas alianças e grupos de associados econômico-políticos.”¹⁴⁹

Como observa Costa Porto, em livro que delineia a biografia de Pinheiro Machado, coronel dos coronéis durante a Primeira República, “o prestígio dos coronéis lhes advém da capacidade de fazer favores”¹⁵⁰, ou seja: quanto maior esta capacidade, maior eleitorado terá e mais alto se colocará na hierarquia política, quer ocupe cargos administrativos, quer não - será chefe municipal, estadual ou até federal.

¹⁴⁶ “Além do proselitismo, tem o cabo eleitoral a função de organizar a massa, mantendo-a ‘em forma’ para os pleitos.” FAUSTO, Boris. *O Brasil republicano*, v. 8., p. 175.

¹⁴⁷ FAUSTO, Boris. *O Brasil republicano*, v. 8., p. 175.

¹⁴⁸ FAUSTO, Boris. *O Brasil republicano*, v. 8., p. 176. Um exemplo literário se encontra na série literária *O Tempo e o Vento*, num contexto em que as famílias Terra Cambará e Amaral travaram uma disputa por terras e amores durante 150 anos, na qual o Coronel Ricardo Amaral Neto, representa um grande estancieiro e chefe político local de Santa Fé, que morre num duelo durante a Revolução Farroupilha, ao lado dos chimangos (lenço branco - situação), pela espada de um certo Capitão Rodrigo, ao lado dos maragatos (lenço vermelho - oposição).

¹⁴⁹ FAUSTO, Boris. *O Brasil republicano*, v. 8., p. 177.

¹⁵⁰ COSTA PORTO, José da. *Pinheiro Machado e seu tempo*, 1951.

Nesse contexto, a capacidade de fazer favores dependia da posse de bens de fortuna, as quais, no Brasil, tinha como meios de acesso a herança, o casamento - os dois, em geral, unidos na preservação das fortunas e do mandonismo local - e o comércio.

A herança é um instituto jurídico-burguês utilizado para a preservação de status e de poder, utilizada por determinados grupos contra outros.

Por sua vez, o casamento é uma instituição burguesa que foi empregada de duas maneiras com a mesma finalidade: 1. O casamento no interior da própria parentela¹⁵¹ - ao arrepio dos juízos morais e religiosos da época - como forma de impedir que a fortuna fosse para mãos de estranhos ou se dividisse; 2. O casamento fora da parentela¹⁵², como resultado da aliança de dois grupos poderosos que passavam a ser parentes e, portanto, intimamente unidos, no sentido econômico-político, alçando posição superior na hierarquia de domínio com a soma das forças familiares¹⁵³.

E, por fim, “mais importante ainda do que o próprio casamento, a posse de fortuna - para a qual o comércio parecer ter concorrido talvez mais do que qualquer outra atividade econômica - foi fator que pesou fortemente na ascensão sociopolítica dos indivíduos em todos os períodos da história brasileira.”¹⁵⁴

Não se deve esquecer, porém, um outro ingrediente que fazia parte da ascensão socioeconômica e política dos que se tornavam coronéis, dentro ou fora da parentela¹⁵⁵: a posse de qualidades pessoais inequívocas, que os fortaleciam - pois a posse de fortuna era sempre mais importante - na posição a que se alçavam, como virtude dos caudilhos: o carisma¹⁵⁶.

Segundo Jean Blondel, além da fortuna e da parentela, as profissões liberais também construíram canais para o coronelismo, com a crescente urbanização do cunho oci-

¹⁵¹ “Tios com sobrinhas, primos com primas, sendo tão largamente utilizado que, em 1919, João Brígido observava escandalizado serem tão habituais que só faltava, como no reino dos animais, que os pais se unissem com suas próprias filhas.” SANTOS, José Brígido dos. Ceará - homens e fatos, 1919, p. 289.

¹⁵² “A distância geográfica não era empecilho para os casamentos inter-parentelas, muito pelo contrário: buscar mulher ou marido em regiões afastadas era estabelecer nelas uma ponta-de-lança, uma possibilidade de ingerência nos negócios ou na política de outros locais.” FAUSTO, Boris. O Brasil republicano, v. 8., p. 193.

¹⁵³ FAUSTO, Boris. O Brasil republicano, v. 8., p. 193.

¹⁵⁴ FAUSTO, Boris. O Brasil republicano, v. 8., p. 194.

¹⁵⁵ “Essa qualidade indispensável explica por que, dentro do grupo da parentela, a liderança suprema não passava diretamente de pais a filhos; o chefe escolhia para seu continuador aquele que apresentasse as qualidades exigidas, podendo a designação recair até sobre um estranho que a família tivesse adotado, desde que possuísse bens de fortuna.” FAUSTO, Boris. O Brasil republicano, v. 8., p. 198.

¹⁵⁶ “Conjunto de dotes pessoais que impõem um indivíduo a outros, fazendo com que estes lhe obedecam, tornando suas ordens indiscutíveis justamente porque emanam dele.” WEBER, Max. Economia e sociedade, 1944, vol. 1, p. 127-128.

dental do país, acompanhada da burocratização em vias de se ampliar, e da exigência de cursos superiores para ocupar determinados cargos¹⁵⁷:

“Este novo canal se entrosou perfeitamente com o sistema econômico e com o sistema de parentelas, ampliando as possibilidades de ascensão existentes na sociedade global, para os indivíduos de menos posses ou de menos prestígio social. Desse modo, os ‘novos coronéis’, em lugar de formarem um grupo oposto ao dos antigos, estavam desde muito integrados na estrutura já existente, ligados intimamente aos antigos, seja por aliança, seja pelo casamento, seja por outros laços.”¹⁵⁸

Entretanto, a própria urbanização, somada ao crescimento demográfico e a industrialização¹⁵⁹ constituíram fatores de decadência da sociedade coronelística, em que pesem os esforços dos coronéis para desenvolver e dominar pequenos centros urbanos, na condição de fundadores ou protetores de cidades que foram suas, numa relação de dependência¹⁶⁰.

Segundo Boris Fausto:

“Devido ao aumento do volume de população, a estrutura interna das cidades se complicou muito mais, as instituições antigas se ampliaram, novas instituições apareceram, multiplicaram-se as ocupações para as quais era exigido um preparo prévio e específico. Nestas cidades assim desenvolvidas, ao antigo relacionamento de tipo primário, pessoal e afetivo, pouco a pouco se associou e cresceu o relacionamento de tipo secundário, impessoal, indiferente, não ligando mais indivíduos e sim categorias de indivíduos.”¹⁶¹

De fato, a cidade populosa vai escapando ao poder dos coronéis¹⁶², tipo rudimentar para servir a um conjunto complexo, com a produção de camadas urbanas intermedi-

¹⁵⁷ BLONDEL, Jean. As condições da vida política no estado da Paraíba. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1957, p. 60.

¹⁵⁸ FAUSTO, Boris. O Brasil republicano, v. 8., p. 199.

¹⁵⁹ “A partir da segunda metade do século XIX e durante todo o período da República Velha, teve lugar no Sul do país principalmente (ou seja, nas regiões enriquecidas pelo café) importante surto de urbanização, isto é, de multiplicação e crescimento de núcleos urbanos, juntamente com um crescimento demográfico rápido, processos que precederam de muito no Brasil a industrialização. (...) Dois processos internos à sociedade brasileira, porém externos à estrutura coronelística, vão agir contra ela; a eles se somará um terceiro processo, esse externo ao país, mas que acentua os outros - a industrialização. Num primeiro momento, urbanização e crescimento demográfico são processos que concorrem para o desenvolvimento e a manutenção da estrutura coronelística, para, em seguida, pelo seu próprio incremento, levarem a esta abalos que tendem a arruiná-la.” FAUSTO, Boris. O Brasil republicano, v. 8., p. 201-202.

¹⁶⁰ “Estavam, pois, as vilas e pequenas cidades dominadas por um ou mais grupos de parentelas, cuja estrutura se inscrevia na própria disposição das casas através do espaço: no centro, a Matriz, cujas proporções espelhavam a fortuna do grupo dominante, rodeada, no Largo e nas ruas adjacentes, pelas casas amplas e confortáveis das famílias gradas, vizinhas dos edifícios públicos; caminhando-se para a periferia, as casas se tornavam mais modestas e, finalmente, na periferia exterior, se localizavam famílias e indivíduos pertencentes às camadas inferiores da parentela. Esta configuração foi geral no Brasil.” FAUSTO, Boris. O Brasil republicano, v. 8., p. 200-201.

¹⁶¹ FAUSTO, Boris. O Brasil republicano, v. 8., p. 201-202.

¹⁶² “O coronel, que fora o antigo ‘dono’ da cidade, torna-se assim um dos elementos da estrutura de poder, ao lado de outros que ora agem como seus aliados, ora como seus opositores.” FAUSTO, Boris. O Brasil republicano, v. 8., p. 201-202.

árias entre os estratos superiores e inferiores, acentuando as distâncias socioeconômicas entre as classes¹⁶³.

Noutros termos, há um enfraquecimento da solidariedade vertical e um incremento da solidariedade horizontal, de forma paulatina e que está ainda em processo, sem grandes rupturas na estrutura, haja vista que o critério por excelência da distinção em camadas é a posse de bens econômicos¹⁶⁴.

Novas instituições, que se fizeram necessárias, contribuíram para esse fim, como, por exemplo, a polícia, criada em 1842, e que foi interpretada por muitos como um cerceamento do poder local, pois representava a criação de delegacias de polícia nos municípios, para as quais eram nomeados bacharéis em Direito, o que, em aparência, retirava dos juízes de paz locais, prepostos dos coronéis, os amplos poderes que estes possuíam na repressão da criminalidade¹⁶⁵.

Em verdade, verificou-se que os delegados e subdelegados, isolados dos centros provinciais, e sem forças reais para efetuar prisões, só podiam viver sob a sombra do coronel, o que, antes parecendo um enfraquecimento, acabara por constituir algo que aumentava o poder e a autoridade do mandão local, impondo à nova instituição o seu domínio, à época de sua plena vitalidade¹⁶⁶.

Segundo Boris Fausto:

“Todavia, o aparecimento destas novas instituições estava profundamente ligado - e determinado - pelo crescimento demográfico e pela urbanização em ampliação, que reclamavam novas formas de organização da sociedade. As novas instituições se ligavam a uma divisão maior do trabalho, a uma especialização de funções, por sua vez, significava um desdobramento da autoridade, antes concentrada nas mãos dos coronéis; a criação de novos órgãos constituía, assim, um enfraquecimento do poder destes.”¹⁶⁷

A lei eleitoral de 1916, por exemplo, tirou das Câmaras Municipais - e, portanto, dos coronéis que as dominavam - o alistamento eleitoral e a apuração das eleições, transferindo-as para o Poder Judiciário¹⁶⁸.

¹⁶³ “O novo tipo de sociedade já está prefigurado na própria cidadezinha coronelística, e se exprime na separação entre os diferentes bairros, habitados por população de camadas diferentes da população; isto é, o bairro de vizinhança urbano não se dá mais entre elementos de nível socioeconômico diferente (como se observava no interior da grande propriedade) e sim entre elementos de nível socioeconômico semelhante. Cada camada tende a ficar fechada dentro de si própria, diluindo-se os laços que a prendiam às outras.” FAUSTO, Boris. O Brasil republicano, v. 8., p. 202-203.

¹⁶⁴ FAUSTO, Boris. O Brasil republicano, v. 8, p. 203.

¹⁶⁵ FAUSTO, Boris. O Brasil republicano, v. 8, p. 203.

¹⁶⁶ FAUSTO, Boris. O Brasil republicano, v. 8, p. 203.

¹⁶⁷ FAUSTO, Boris. O Brasil republicano, v. 8, p. 204.

¹⁶⁸ “Ficava a Câmara Municipal impedida de qualificar como eleitores apenas aqueles que fossem votar com o mandão local, impedida de barrar, tanto no momento do alistamento quanto no momento da apura-

Pode-se citar, também, a criação do cargo de Prefeito - ou de Intendente Municipal -, o chefe da administração local, o qual deveria também ser eleito periodicamente, com a diferenciação entre os poderes administrativo e legislativo - as funções administrativas escapavam, assim, das mãos do Presidente da Câmara Municipal -, isto é, com uma nova divisão do trabalho produziu-se uma nova distribuição do poder.¹⁶⁹

Em seguida, à medida que as camadas médias urbanas se adensavam, sua possibilidade de uma atuação política independente crescia; todavia, não foi sem luta que alcançaram um instrumento que lhes permitia ter os movimentos mais livres - instrumento representado pelo voto secreto, em torno do qual se travaram verdadeiras batalhas políticas na década de 20¹⁷⁰.

Nesse contexto, com a “dissociação dos aspectos econômico e político no interior do país, a preferência das camadas elevadas da parentela pelo poder econômico que lhes permitirá continuar a exercer, por trás do pano, a dominação política, correspondeu ao aparecimento de uma ‘consciência de classe’ no país, que despontou quase exclusivamente, a princípio, ao nível das camadas superiores, mantendo-se ausente das camadas médias e inferiores”¹⁷¹.

Em síntese: não foi, pois, um único fator que desencadeou o processo de decadência da política oligárquica coronelista, mas a conjugação de diversos fatores, dentre eles, o crescimento demográfico, a urbanização, a industrialização, os quais, em maior ou

ção, os nomes que não fossem interessantes. Tratava-se de uma amputação da autoridade dos coronéis, passando a parcela assim subtraída para o Poder Judiciário, que em princípio, devia ser um poder neutro. Mesmo que houvesse, de início, maneiras de contornar a nova lei, preservando o poder coronelístico, na verdade cada vez mais, a partir dos fins do século XIX, leis e decretos tenderam a fortalecer instituições como o Poder Judiciário, assegurando-lhes independência com relação aos mandões locais, regionais e mesmo nacionais.” FAUSTO, Boris. O Brasil republicano, v. 8, p. 204.

¹⁶⁹ “Dessa maneira, toda uma série de medidas foram sendo tomadas durante a República, que por trás do cerceamento do poder das Câmaras Municipais atingia também os chefes políticos locais. Perderam elas para a polícia o poder de repressão; perderam para o mesmo Poder Judiciário o alistamento eleitoral e a apuração; perderam para o Prefeito as funções administrativas. (...) Toda instituição, uma vez criada ou profundamente reformada, tendia a criar também vida própria, distinta da do mandonismo.” FAUSTO, Boris. O Brasil republicano, v. 8, p. 204-205.

¹⁷⁰ “Romperam assim as camadas médias a solidariedade vertical que as mantivera presas ao interior das parentelas; e reforçou-se a solidariedade horizontal, isto é, a solidariedade de indivíduos ocupando posições socioeconômicas semelhantes no interior da estratificação social, fosse qual fosse a parentela a que pertencessem. Quanto à solidariedade vertical que unira as camadas mais elevadas da parentela às camadas inferiores, essa fora a primeira a se romper; não resistira à nova distribuição no espaço urbano, imposta pelo crescimento das cidades.” FAUSTO, Boris. O Brasil republicano, v. 8, p. 207.

¹⁷¹ “Ela se exprimiu no aparecimento, ainda no início do século XX, de organizações patronais - Patronato Agrícola, Federação da Indústria Animal, Cooperativa de Cafeicultores, Associações Comerciais, Federação das Indústrias -, verdadeiras associações de classe, nascidas do reforço da solidariedade horizontal. Seu aparecimento mostra como os antigos coronéis rivais passavam a colaborar, a fim de manter sua supremacia numa sociedade que se transformava; um mesmo empreendimento econômico podia reunir agora em sua diretoria indivíduos que outrora se digladiavam, unidos hoje para manter a hegemonia da classe.” FAUSTO, Boris. O Brasil republicano, v. 8, p. 207.

menor intensidade nas diversas regiões do país, constituíram processos mais ou menos acelerada conforme o momento histórico ou a região em que tiveram lugar. Nota-se, também, que o poder político sempre se deslocou no espaço e no tempo de uma região para outra do país, conforme a expansão econômica¹⁷². E, por fim, o desaparecimento do coronelismo não se apresentou apenas progressivo, como também irregular, de modo que, já em 1940 podia ser dado praticamente como extinto, embora tenha perdurado em algumas regiões do país.

2. A economia nos primeiros anos da República

A análise da economia cafeeira e da política¹⁷³ do café durante a Primeira República se sustenta em dois marcos histórico-estruturais, quais sejam: o predomínio e a hegemonia da burguesia do café no plano interno¹⁷⁴ e sua dependência do capitalismo internacional no plano externo¹⁷⁵.

Segundo Boris Fausto:

“Os dois marcos estabelecem os limites das opções políticas possíveis, tanto para as forças sociais que representam a burguesia cafeeira como para os que correspondem aos setores a ela subordinados, mas não eliminam a possibilidade das opções e nem explicam a escolha das alternativas, em situações específicas.”

Antes da Proclamação da República, São Paulo assumiu o primeiro lugar na produção brasileira, superando Minas Gerais (1881) e a Província do Rio (1889)¹⁷⁶.

¹⁷² “No início da República, eram os Estados de São Paulo e de Minas Gerais os que dominavam o cenário político; uma queixa geralmente formulada então era a de que, mesmo nos municípios mais afastados e nos Estados mais longínquos, só eram eleitos para as Câmaras Municipais os simpatizantes das política paulista ou mineira, o que significava que os coronéis das regiões pobres estavam enfeudados aos das regiões ricas.” FAUSTO, Boris. O Brasil republicano, v. 8, p. 208-209.

¹⁷³ “O campo político da Primeira República pode ser simplificarmente definido da seguinte forma: as forças sociais se compõem das diversas oligarquias regionais onde a oligarquia paulista exerce uma função hegemônica, a partir da aliança básica com a oligarquia mineira. Os atritos ocorrem, seja nas relações entre os dois grandes aliados e as oligarquias de segunda grandeza, seja no interior da própria aliança. Afinal, a crise de hegemonia no fim dos anos 20 se abre sob a forma de um desajuste entre São Paulo e Minas Gerais, cujo alcance se trata ainda de definir em toda sua extensão. Por sua vez, a dependência não é sinônimo de submissão ao pólo externo. Ela se efetiva através de uma trama de interesses conflitantes, ao longo de todo o período, até que a grande crise mundial de 1929 cria as condições para que comece a mudar de caráter.” FAUSTO, Boris. O Brasil republicano, v. 8, p. 216.

¹⁷⁴ “O primeiro destes marcos define internacionalmente as relações entre o setor hegemônico da classe dominante e outros setores a ele subordinados, a partir da aceitação do princípio de que os interesses da cafeicultura coincidem com os ‘interesses gerais da Nação.’” FAUSTO, Boris. O Brasil republicano, v. 8, p. 215.

¹⁷⁵ “O segundo deles transforma a hegemonia interna em subordinação no plano internacional e condiciona a própria forma que assume esta hegemonia, no interior do país.” FAUSTO, Boris. O Brasil republicano, v. 8, p. 215.

¹⁷⁶ “Ao longo dos anos, o Estado do Rio ficaria em posição cada vez mais secundária, sendo ultrapassado por Minas em 1896 e pelo Espírito Santo em 1928.” FAUSTO, Boris. O Brasil republicano, v. 8, p. 219.

A expansão da produção foi incentivada pela generalização do consumo do café na Europa e, em especial, nos Estados Unidos.

Segundo Delfim Netto:

“A população americana praticamente triplicou entre 1850 e 1900, graças em parte à corrente migratória. Os imigrantes europeus entraram em contato com pessoas já habituadas ao uso da bebida. Processou-se também uma alteração qualitativa da população, com tendência ao envelhecimento, o que veio favorecer o consumo. Em 1850, 52% da população era menor de 20 anos, reduzindo-se seu número a 45% em 1900. No curso daqueles 50 anos, os Estados Unidos passariam a consumir maior quantidade de café brasileiro do que toda a Europa em conjunto, a partir do quinquênio 1870-1874. As exportações brasileiras, na média de cinco anos, se destinaram percentualmente em 58,2% aos Estados Unidos e 41,8 % à Europa.”¹⁷⁷

Nesse contexto, a empresa cafeeira concentrada no Oeste Paulista¹⁷⁸ nasceria uma nova classe fundada em relações capitalistas de produção¹⁷⁹, com consciência de seus interesses, com caráter acentuadamente regional e um projeto de estruturação político-econômico nacional¹⁸⁰.

Com o advento da República¹⁸¹, a hegemonia do café se estende do nível estadual ao nível nacional, por meio de um processo que produz a concentração dos opositores no estrato militar e que culmina com a cristalização na Constituição de 1891 de princípios que assegurariam tal hegemonia, por meio da autonomia estadual, com a possibili-

¹⁷⁷ TAUNAY, Affonso E. História do café no Brasil. Rio de Janeiro: DNC, 1939, tomo VI, p. 255.

¹⁷⁸ “Essa região não corresponde rigorosamente ao oeste geográfico. Ela abrange a área que vai de Campinas a Rio Claro, São Carlos, Araraquara, Catanduva, na linha férrea da Companhia Paulista; e de Campinas para Piraçununga, Casa Branca e Ribeirão Preto, na Estrada de Ferro Mogiana. Historicamente, as alusões ao Oeste Paulista referem-se à região servida por estas duas estradas e seus ramais, onde a famosa terra roxa do café paulista espalha-se em manchas de terreno.” FAUSTO, Boris. O Brasil republicano, v. 8, p. 217.

¹⁷⁹ “As relações típicas entre colono e fazendeiro tinham este caráter, expresso na compra da força de trabalho - pagamento pelo trabalho necessário (salário) -, apropriação do excedente, sob a forma de mais-valia, embora o salário proviesse de fontes monetárias e não-monetárias. As primeiras consistiam: 1) em um pagamento anual, por família, pelo trato dos cafeeiros durante o ciclo anual de produção, tomando-se por unidade de divisão 1.000 pés. Cerca de metade da renda familiar derivava dessa fonte.; 2) no pagamento pela colheita, como tarefa familiar separada, através de um salário que variava em função do resultado da tarefa; 3) no pagamento, pouco significativo, do trabalho diário nas fazendas - reparações de instalações, transporte de café etc. Os salários não-monetários se constituíam do fornecimento gratuito de moradia e da cessão de terra para a produção pelo colono de gêneros alimentícios. A parte desta produção que se destinava ao consumo do trabalhador era uma forma de salário não-monetário, incidindo no preço da força de trabalho.” As FAUSTO, Boris. O Brasil republicano, v. 8, p. 220.

¹⁸⁰ “Nos momentos de dificuldades de realização de sua política hegemônica no plano nacional, a burguesia paulista do café contará com sua sólida base de apoio no Estado de São Paulo, onde classe e aparelho de Estado estarão quase sempre identificados. FAUSTO, Boris. O Brasil republicano, v. 8, p. 219-220.

¹⁸¹ “A grande expansão da economia cafeeira, que consolidou o predomínio dos empresários do café, se deu nos primeiros anos da República, quando sua hegemonia nacional ainda não se implantara. Em uma época em que a intervenção governamental no mercado não era ainda necessária, a política monetária e seus reflexos cambiais dos primeiros governos republicanos representaram, a curto prazo, um poderoso incentivo ao avanço da cafeicultura.” FAUSTO, Boris. O Brasil republicano, v. 8, p. 221.

dade de contrair empréstimos externos e contar com forças militares próprias, bem como, com a distribuição de rendas, pela atribuição do produto dos impostos de exportação aos Estados-membros, o que garantiu a receita das unidades maiores e, em especial, as de São Paulo.

O curto boom brasileiro do início dos anos 90 geraria a demandas por importar que não puderam ser atendidas nem pelos empréstimos estrangeiros, nem por um correspondente incremento das exportações, de modo que, sem embargo a ampliação da segunda, a receita de divisas provenientes do café caiu seguidamente a partir de 1896, agravando ainda mais o problema da balança de pagamentos.¹⁸²

Uma série de medidas de contenção começou a ser tomada, a partir de 1894, com a ascensão ao poder de Prudente de Moraes, no sentido de alterar a política econômica, com a redução dos déficits orçamentários e controle da oferta de moeda, contudo, sem êxito, pois provocaria a desvalorização cambial.

Segundo Boris Fausto:

“A contínua redução da receita de exportação e o vulto da dívida externa levaram o país à beira do colapso financeiro e ao acordo com os credores externos - o conhecido Funding-Loan de 15 de junho de 1898, firmado por Prudente de Moraes com a anuência do futuro Presidente Campos Sales, cuja eleição se daria em novembro daquele ano.”¹⁸³

De fato, há um conflito aparente entre a política econômico-financeira realizada pelos Presidentes Prudente de Moraes, Campos Sales, Rodrigues Alves, e a afirmação corrente de que, em sua época, houve correspondência entre o predomínio da burguesia do café e a sua hegemonia no plano nacional, tendo em vista que os representantes políticos de uma classe hegemônica se comportavam no Governo de forma aparentemente contrária aos seus interesses¹⁸⁴.

Foi nesse contexto que ocorreu o chamado Convênio de Taubaté, um acordo firmado entre os governadores dos estados de São Paulo, Jorge Tibiriçá, de Minas Gerais,

¹⁸² FAUSTO, Boris. O Brasil republicano, v. 8, p. 226.

¹⁸³ “O Funding-Loan consistia na consolidação da dívida, da qual surgiriam maiores encargos. Antigos empréstimos a juros elevados, o que ocorreria aliás também nas consolidações realizadas em 1914 e 1931. Pelo acordo de 1898, o pagamento dos juros de todos os empréstimos externos do Governo Federal e das garantias de juros que o Governo dava às estradas de ferro efetuar-se-ia entre julho de 1898 e junho de 1901, não em dinheiro, mas em novos títulos de dívida. Ficavam suspensas as amortizações do próprio Funding e de todos os empréstimos incluídos na consolidação, até 1º de julho de 1911. Posteriormente, a amortização foi antecipada. Os banqueiros assumiam em troca o controle da economia do país.” FAUSTO, Boris. O Brasil republicano, v. 8, p. 226.

¹⁸⁴ “O paradoxo é apenas aparente quando se têm em conta três elementos interligados: a lógica do sistema econômico que, em situações críticas, tem maior importância do que a origem regional do Presidente; o caráter dependente da classe hegemônica e a distinção entre interesses corporativos e políticos de uma classe social.” FAUSTO, Boris. O Brasil republicano, v. 8, p. 227.

Francisco Sales, e do Rio de Janeiro, Nilo Peçanha, para proteger a produção brasileira de café, a qual passava por uma crise, em razão dos preços baixos e da previsão de colheita de safra recorde, que consistiu na intervenção do Governo Federal em benefício da classe dos cafeicultores de determinadas regiões do país, no sentido de estabelecer preços mínimos para a compra do excedente pelos governos, o desencorajamento da exportação de café de tipos inferiores, a aperfeiçoamento da propaganda no exterior, o estímulo do consumo interno e a expansão das lavouras.¹⁸⁵

Os primeiros resultados do esquema valorizador surgiram em 1909, com a alta dos preços internacionais do café até 1912, pela retração da oferta e pela diminuição do volume das safras¹⁸⁶.

Segundo Boris Fausto:

“A crise cafeeira do início do século XX se situa no contexto da relação específica de dependência do Brasil com os grandes centros internacionais. De um lado, produção excessiva de um gênero de exportação e manobras especuladores dos intermediários provocaram o declínio dos preços; doutra banda, a resposta às dificuldades financeiras do país, com a elevação da taxa cambial após o Funding Loan de 1898, impediu que este declínio fosse compensado pela sustentação da renda dos cafeicultores em moeda nacional.”¹⁸⁷

O novo período de dificuldade seria provocado por problemas gerais da economia mundial que culminaria na eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918)¹⁸⁸.

¹⁸⁵ “Após a aprovação do Convênio de Taubaté, os Estados de Minas e do Rio de Janeiro não se mostraram dispostos a levá-lo à prática, e São Paulo lograra aprovar um acordo na medida de sua conveniência. Não se cogitava de defender os cafés de tipos inferiores - acima do tipo 7 - produzidos principalmente naqueles Estados e pretendia-se mesmo limitar a sua exportação. Políticos fluminenses expressaram o ponto de vista de que o problema da superprodução era um problema paulista, pois no Estado do Rio de Janeiro ocorria um decréscimo da produção cafeeira. A frieza dos demais Estados produtores e as dificuldades na obtenção de um empréstimo externo com garantia da União, apesar de aprovado o Convênio, levaram São Paulo a agir sozinho, por caminhos até certo ponto novos. Estes caminhos passavam pelo acordo com os interesses externos, mas através de novas fontes de financiamento e de uma associação com um setor dos importadores. A última circunstância explica em boa medida por que o ataque aos intermediários cessou por vários anos, reaparecendo somente no curso da Primeira Guerra Mundial.” FAUSTO, Boris. *O Brasil republicano*, v. 8, p. 242-243.

¹⁸⁶ “De 1909 em diante, o substancial aumento dos preços internacionais do café, chegando a mais do dobro dos níveis de 1907-1908, possibilitou, com o concurso de outros fatores (entrada de capitais externos, estabilidade cambial), a ampliação das importações.” FAUSTO, Boris. *O Brasil republicano*, v. 8, p. 248.

¹⁸⁷ FAUSTO, Boris. *O Brasil republicano*, v. 8, p. 251.

¹⁸⁸ “Com o início do conflito mundial, em julho de 1914, paralisou-se a entrada de capitais estrangeiros, ao mesmo tempo em que o país se via obrigado a remeter 10 milhões de libras esterlinas para atender a compromissos da dívida externa. Em agosto, a taxa cambial, no mercado livre, caiu abaixo da taxa de estabilização, provocando uma corrida aos depósitos da Caixa de Conversão e o seu fechamento. Dois meses depois, o Brasil se encaminharia para um segundo Funding Loan, suspendendo-se por 13 anos os pagamentos de todos os empréstimos, à exceção do próprio Funding.” FAUSTO, Boris. *O Brasil republicano*, v. 8, p. 251.

A conjuntura de guerra impôs uma substancial mudança da política monetária brasileira de evitar as emissões inflacionárias e buscar a gradativa conversibilidade da moeda praticada nos anos 1894-1914, em decorrência dos problemas financeiros do Governo¹⁸⁹ e das dificuldades da agricultura de exportação.

Finda a guerra e após período de recuperação econômica, os anos 20 representam o auge da agricultura de exportação, especialmente do café, contudo, a extensão da predominância da burguesia cafeeira ocorreu em meio a sintomas de crise de sua hegemonia, tendo em vista que a participação do Brasil no consumo internacional estagnou e começou a declinar, bem como porque os mecanismos de defesa permanente entraram em choque com os interesses dos importadores norte-americanos - ao contrário do que sucedera em 1906 -, o que produziu com quem operassem em maior escala na Colômbia¹⁹⁰.

Segundo Boris Fausto:

“Dentro desse quadro geral, onde se combinam a extensão da predominância da burguesia cafeeira e os sintomas da crise de sua hegemonia, dois períodos podem ser destacados. O primeiro vai de 1920 a 1924 e se caracteriza, no plano político, pelas fricções entre o eixo São Paulo-Minas e as oligarquias de segunda grandeza; no terreno econômico, toma impulso o plantio dos cafezais, enquanto o programa de valorização vai assumindo, gradativamente, nova forma. O segundo período, cobre os anos 1924-1930. No plano político, os atritos entre as oligarquias provisoriamente diminuem, ganhando outro sentido, no final da década, com a cisão entre São Paulo e Minas; ao mesmo tempo, chega-se ao auge da expansão cafeeira e o esquema de defesa se modifica, transformando-se em defesa permanente sob a responsabilidade dos Estados.”¹⁹¹

Assim, a defesa permanente do café pela burguesia do Estado de São Paulo, asentada apenas em sua base regional, com o decreto federal nº. 4.868, de 7 de novembro de 1924 e Lei Estadual nº. 2.005, de 19 de dezembro de 1924, entraria em choque com os interesses dos demais Estados, em especial, o de Minas Gerais¹⁹², pois pressupunha o

¹⁸⁹ “Os preços baixos do café e da borracha, durante o conflito, provocaram uma queda da capacidade de importar e, conseqüentemente, da arrecadação federal, cuja fonte principal era o Imposto de Importação.” FAUSTO, Boris. O Brasil republicano, v. 8, p. 251.

¹⁹⁰ “Nestas condições, a expansão trazia em seu bojo os germes de uma nova crise de grandes proporções.” FAUSTO, Boris. O Brasil republicano, v. 8, p. 255.

¹⁹¹ FAUSTO, Boris. O Brasil republicano, v. 8, p. 256.

¹⁹² “As diferenças maiores surgiram entre São Paulo e Minas. Um decreto mineiro de 1927 estabeleceu que o escoamento das safras seria feito dentro dos doze meses do ano agrícola, provocando descontentamento em São Paulo, onde a retenção se prolongava por maior período. O interesse da cafeicultura paulista era de que os demais Estados entrassem no compasso do esquema, sem conseguir vantagens adicionais. Os mineiros - com uma produção menor que a de São Paulo - tratavam de escoar as safras o mais rapidamente possível, beneficiando-se do guarda-chuva aberto pelos paulistas.” FAUSTO, Boris. O Brasil republicano, v. 8, p. 266.

entendimento entre os Estados produtores que, em princípio, deveriam arcar de forma equitativa com os ônus e benefícios dela resultante.

A partir da Presidência de Washington Luís, estabeleceu-se uma divisão de funções pela qual São Paulo continuou a arcar com os compromissos da valorização e a União tratou de supervisioná-la, com o emprego de medidas assecuratórias da renda da cafeicultura¹⁹³.

Ademais, a defesa permanente do café também entrou em choque com os interesses norte-americanos, por se tratar de um mecanismo de garantia da renda dos cafeicultores, sob a proteção do Estado, que se vinculava ao capital financeiro apenas para obter financiamento, cujos valores foram utilizados no adiantamento de recursos aos fazendeiros, tendo em vista que a mercadoria se encontrava retida à espera de autorização para ingresso nos portos, com o objetivo de impedir o velho jogo dos importadores e especuladores, os quais tiravam vantagem da alternância das safras maiores e menores, bem como da entrada irregular do produto nos centros de exportação¹⁹⁴.

Por fim, revelou-se o atrito entre os cafeicultores e o Governo Federal, com a instalação da crise no Brasil - antes mesmo da quebra da Bolsa de Nova Iorque em 24 de outubro de 1929 -, em razão da superprodução de café, agravada pela política de contenção monetária, que permitiu, na plataforma da Aliança Liberal, lida por Getúlio Vargas no Rio de Janeiro, em 2 de janeiro de 1930, uma crítica explícita da desastrosa política de valorização do café, a qual culminou, em outubro de 1930, com o fim da Primeira República¹⁹⁵.

3. Os últimos anos da República Velha: a crise dos anos 20 e a revolução de 30

A crise política da Primeira República, após a Primeira Guerra Mundial, dentre outros sintomas, revela-se, de forma mais nítida, pelo descontentamento militar, que

¹⁹³ “A afirmação de que o esquema de defesa do café passara a ser regional não pressupõe o desinteresse do Governo Federal pelo setor cafeeiro, que continuava a ser a base de sustentação do sistema econômico.” FAUSTO, Boris. O Brasil republicano, v. 8, p. 266.

¹⁹⁴ “Eles adquiriam a mercadoria a baixo preço nas safras maiores e nos períodos em que entrava em grande massa nos portos, para vendê-la em ocasião mais oportuna quando os preços se elevavam.” FAUSTO, Boris. O Brasil republicano, v. 8, p. 268.

¹⁹⁵ “De um ponto de vista estritamente econômico, a crise mundial seria muito mais relevante para a explicação da política cafeeira na década de 30 do que o episódio revolucionário. (...) Porém, de um ponto de vista mais amplo, o colapso da República Velha corresponderia ao fim da hegemonia da burguesia do café.” FAUSTO, Boris. O Brasil republicano, v. 8, p. 275-276.

aparece entrelaçado com o agravamento das tensões regionais até a primeira revolta tenentista, em julho de 1922.

A renúncia de Floriano em apresentar candidato à sucessão presidencial representou o triunfo dos grandes Estados e o afastamento provisório da cúpula do Exército da vida política nacional, o que produziu a revolta dos jovens militares no Rio de Janeiro - em 1897 contra Prudente de Moraes e em 1904 contra Rodrigues Alves.

Não obstante, o Clube Militar - centro de articulação política do Exército - esteve fechado de 1896 a 1901 e Exército só reapareceu como força política coesa na campanha presidencial de 1909¹⁹⁶.

Nesse período se verificou a aproximação entre os militares e a elite política do Rio Grande do Sul, posto que possuía a concentração de um dos maiores efetivos do Exército, variando entre um terço e um quarto dos efetivos nacionais, por se tratar de uma região de fronteira; pela proximidade com a alta administração em razão da criação da III Região Militar, que permitiu que diversos Comandantes fossem para o Ministério da Guerra; pelo contato entre os oficiais e os partidos políticos, em especial, com o Partido Republicano Rio-Grandense, por conta da revolução federalista; pela influência político-ideológica do positivismo, por intermédio de Júlio de Castilhos e de Borges de Medeiros; e, por fim, pela aprovação do grupo militar, em certos aspectos, da política econômica-financeira defendida pelo Estado¹⁹⁷.

De um lado, Rui Barbosa¹⁹⁸, lançado por São Paulo e pela Bahia, com um forte tom de reação a intervenção do Exército na política, apresentou uma campanha ideologicamente comprometida com a luta pelas liberdades públicas, pela cultura, pelas tradições liberais, contra o Brasil inculto, oligárquico e autoritário representado por Hermes

¹⁹⁶ “Embora na eleição de 1898 houvesse nominalmente um candidato militar da oposição ao paulista Campos Sales - o oficial positivista Lauro Sodré.” FAUSTO, Boris. O Brasil republicano: sociedade e instituições, v. 9. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 433.

¹⁹⁷ “Os gaúchos defenderam uma política de preços estáveis e de conservadorismo fiscal essencialmente porque a inflação criaria problemas para o mercado do ‘charque’. O produto era consumido principalmente pelas classes populares do Nordeste e do Distrito Federal. Qualquer redução do poder aquisitivo dessas classes resultava em restrição da demanda. Uma política financeira conservadora sempre foi bem vista pelos militares, não só dos quadros mais elevados; as rebeliões tenentistas apontaram a inflação e o desequilíbrio orçamentário como males tão graves quanto a fraude e as desigualdades regionais.” FAUSTO, Boris. O Brasil republicano: sociedade e instituições, v. 9. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 434.

¹⁹⁸ “Defendeu os princípios democráticos e o voto secreto. Referiu-se à necessidade de um certo fortalecimento do Poder Central, com a unificação da Justiça, a punição dos Estados que violassem a Constituição Federal, maior intervenção nos conflitos econômicos e fiscais dos Estados, regulamentação do direito de os Estados contraírem empréstimos externos e a defesa do café pela União.” FAUSTO, Boris. O Brasil republicano: sociedade e instituições, v. 9, p. 434.

da Fonseca¹⁹⁹, o qual se sagrou vencedor, apoiado pelas oligarquias civis de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, além do Exército.

O fato de que um militar tenha assumido a Presidência da República não significa que o Exército atue na política como força autônoma, pois, na realidade, no Governo Hermes houve três centros de decisão: as oligarquias civis mineiras e gaúchas, a última sob o comando de Pinheiro Machado; o próprio Presidente, inclinado a uma subordinação às oligarquias; um grupo de militares e alguns civis, dispostos a realizar alterações no controle do poder nos Estados²⁰⁰.

Os oficiais situados como um grupo de influência do Presidente foram os principais responsáveis pelo movimento “salvacionista”, cujo discurso era proteger as instituições republicanas, através da derrubada de Governos locais, sobretudo no Nordeste, mas que, em verdade, serviram para derrubar velhas oligarquias e reforçar o Poder Central:

“A investida dos ‘salvacionistas’ pode ser entendida, em alguns casos, dentro de um contexto geral das tentativas difusas feitas por grupos militares, no sentido de restringir o poder político da classe dominante, nas diferentes áreas regionais. Estes grupos buscavam principalmente a moralização dos costumes políticos e a redução dos aspectos mais chocantes das desigualdades sociais, sem pretender realizar reformas fundamentais no regime de propriedade. Por isso mesmo e também porque muitas vezes os militares tivessem raízes nos Estados, os ‘salvacionistas’ acabaram por se aliar a facções de oposição sem grandes diferenças com os anti-gos exercentes do poder.”²⁰¹

Contudo, a política econômica realizada em favor dos grandes Estados nunca foi abandonada e a eleição de 1918 se realizou tranquilamente, com restauração da aliança café-com-leite, pelas mãos de Wenceslau Braz.

Já em 1922, o agravamento das tensões regionais permitiu o confronto entre os dois grandes Estados e os Estados intermediários na disputa sucessória, com a intervenção do Exército, ao lado da oposição:

“O eixo São Paulo-Minas lançou como candidato, nos primeiros meses de 1921, o Presidente mineiro Artur Bernardes. Contra esta candidatura levantou-se o Rio Grande do Sul, através de Borges de Medeiros, denunciando o arranjo político como uma forma de garantir recursos para os esquemas de valorização do café, quando o país necessitava de finanças equilibradas. Os gaúchos temiam também

¹⁹⁹ “Sustentava o equilíbrio orçamentário, a intocabilidade da Constituição, a ampla autonomia estadual e expressava, sobretudo, os pontos de vista do Rio Grande do Sul. Convém lembrar que a autonomia era uma reivindicação essencialmente gaúcha e não militar, pois as Forças Armadas viram sempre com simpatia os projetos de maior centralização do país.” FAUSTO, Boris. O Brasil republicano: sociedade e instituições, v. 9, p. 434-435.

²⁰⁰ FAUSTO, Boris. O Brasil republicano: sociedade e instituições, v. 9, p. 435.

²⁰¹ FAUSTO, Boris. O Brasil republicano: sociedade e instituições, v. 9, p. 436.

que se concretizasse uma revisão constitucional - realizada por Bernardes em 1926 - limitando a autonomia do Estado.”²⁰²

Foi neste contexto que surgiu a chamada “Reação Republicana”, formada pela união de Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Estado do Rio - que representavam do terceiro ao sexto Estados de maior importância eleitoral, respectivamente -, em torno de Nilo Peçanha: “a plataforma se pronunciava no plano financeiro contra a inflação, a favor da conversibilidade da moeda e dos orçamentos equilibrados.”²⁰³

Entretanto, Bernardes venceu as eleições de março de 1922, dependendo apenas da confirmação do resultado pelo Congresso.

De fato, para as classes dominantes regionais, o momento da vitória de um dos candidatos marcava para os vencidos a necessidade de chegar a um acordo, com a finalidade de preservar o sistema. Em 1922, a regra quase foi quebrada. Chegou-se a pensar na renúncia de Bernardes e na escolha de um terceiro nome²⁰⁴.

Segundo Boris Fausto:

“O tenentismo produziu uma inflexão na vida política brasileira e deixou uma influência persistente, após ter desaparecido de cena em 1934 como movimento organizado. Nos anos 20, tornou-se para todas as camadas intermediárias e populares da sociedade o grande depositário das esperanças de uma alteração da ordem vigente.”²⁰⁵

O movimento tenentista estavam fora da máquina do Estado, em luta contra o poder, até a ruptura de Luís Carlos Prestes em maio de 1930 e a revolução de outubro daquele ano; depois, realizaram uma experiência de governo, ao lado de outras forças.

O programa de ação dos tenentes se dirigia para as Forças Armadas e para a sociedade como um todo, por estabelecer uma linha divisória entre quadros médios e cúpula, que representou a quebra da hierarquia.

²⁰² FAUSTO, Boris. O Brasil republicano: sociedade e instituições, v. 9, p. 437.

²⁰³ “Na campanha, surgiram ataques ao imperialismo dos grandes Estados e pediu-se proteção para os produtos brasileiros de exportação em geral e não apenas para o café.” FAUSTO, Boris. O Brasil republicano: sociedade e instituições, v. 9, p. 437-438.

²⁰⁴ “A luta entre o Governo e as oposições tendeu entretanto a acalmar-se. À neutralização da dissidência regional e da cúpula militar seguiu-se o ciclo das rebeliões tenentistas.” FAUSTO, Boris. O Brasil republicano: sociedade e instituições, v. 9, p. 438.

²⁰⁵ “Não há razões para se pensar que a massa operária, por exemplo - nas condições de um movimento operário em depressão -, deixasse de ser tocada por suas façanhas. (...) Historicamente, o tenentismo deixou marcas mais profundas no interior da esquerda brasileira do que em áreas conservadoras. O progressivo abandono da organização horizontal da classe operária pelo ataque frontal e/ou adaptação às instituições do Estado tem uma de suas raízes na influência tenentista. O Partido Comunista esteve aberto a ela e procurou mesmo recolhê-la, apresentando-se como uma espécie de herdeiro mais consequente do movimento.” FAUSTO, Boris. O Brasil republicano: sociedade e instituições, v. 9, p. 438-439.

Logo após o movimento de julho de 1922, Siqueira Campos, ainda respondendo a processo criminal, reconheceu que, antes de abandonar o Forte de Copacabana, ele e seus companheiros oficiais haviam arrancado suas insígnias, declarando que não pertenciam mais ao Exército²⁰⁶.

A defesa da maior centralização do Estado, da uniformização legislativa de acordo com o modelo federal e os ataques à feudalização do Brasil tem como alvo implícito e, às vezes, explícito, a oligarquia paulista: “o núcleo dominante - ainda que menos extremado do que o Rio Grande do Sul na defesa da autonomia regional - encarnava aos olhos dos Tenentes os principais vícios do sistema político republicano.”²⁰⁷

Segundo Boris Fausto: “Bernardes governou em meio a uma situação difícil, recorrendo a seguidas decretações do estado de sítio. Extremamente impopular nas áreas urbanas, especialmente no Rio de Janeiro, lançou-se nestas áreas uma dura repressão policial, para os padrões da época.”²⁰⁸

Em 1926, em contraste com a eleição anterior, o candidato paulista, Washington Luís se alça à Presidente da República sem maiores dificuldades e, com a finalidade de implementar seu programa de estabilidade financeira²⁰⁹ - o qual era visto com bons olhos pelos gaúchos -, nomeou para o Ministério da Fazenda um nome que começava a acender na política oligárquica de seu Estado - Getúlio Vargas.

No fim da década de 20, o desentendimento regional se assentava na própria formação social do país, contudo, a expressão que assumiu por ocasião das eleições de 1930 se explica pela iniciativa do Presidente Washington Luís, o qual, diante da dificuldade em se encontrar em 1929 uma fórmula unânime semelhante à de 1926 e da preten-

²⁰⁶ FAUSTO, Boris. O Brasil republicano: sociedade e instituições, v. 9, p. 440.

²⁰⁷ “São Paulo assentara sua supremacia, a partir de Prudente, afastando os militares do Governo, em nome da estabilidade e da República ‘civil’. O ‘civilismo’ paulista despertava especial ressentimento, pois só se tornara possível por contar o Estado com uma milícia estadual subordinada ao poder local e bem equipada, sob alguns aspectos em situação superior ao Exército. Por exemplo, a reorganização da Força Pública paulista se iniciou a partir de 1906, com a vinda da Missão Francesa, antes mesmo que começasse a reforma do Exército, na Presidência Afonso Pena.” FAUSTO, Boris. O Brasil republicano: sociedade e instituições, v. 9, p. 441.

²⁰⁸ FAUSTO, Boris. O Brasil republicano: sociedade e instituições, v. 9, p. 442.

²⁰⁹ “A reforma financeira, aprovada pelo Congresso logo no início do Novo Governo (dezembro de 1926), estabelecia uma taxa fixa de câmbio, na base de cerca de 6 dinheiros por mil-réis, equivalendo a uma quebra oficial do padrão monetário, que desde 1846 correspondia teoricamente a 27 dinheiros por mil-réis. A estabilidade seria garantida por uma Caixa de Estabilização, que passou a trocar notas-ouro na proporção fixada, pretendendo-se como objetivo final a conversibilidade de todo o papel-moeda em circulação.” FAUSTO, Boris. O Brasil republicano: sociedade e instituições, v. 9, p. 443.

são paulista de não abrir mão do controle direto do Governo Federal: a intransigente quebra das regras do jogo da alternância de poder entre São Paulo e Minas Gerais²¹⁰.

O Presidente Washington Luís contava com o apoio da classe dominante de São Paulo e acreditava que seria possível neutralizar eventuais divergências de maior importância, pois as relações entre o Governo Federal e o Rio Grande do Sul eram boas, contudo, por iniciativa de Minas Gerais, se iniciaram as articulações para lançar o Rio Grande do Sul em uma contenda que representaria uma ruptura - e o nascimento da Aliança Liberal -, por meio do oferecimento ao Estado da própria Presidência: em junho de 1929, Minas e Rio Grande do Sul lançavam a candidatura de Getúlio Vargas²¹¹.

Em síntese:

“O Programa da Aliança Liberal refletia as aspirações das classes dominantes regionais não associadas ao núcleo cafeeiro e tinha por objetivo sensibilizar a classe média. Defendia a necessidade de se incentivar a produção nacional em geral e não apenas o café; combatia os esquemas de valorização do produto em nome da ortodoxia financeira e por isso não discordava neste ponto da política de Washington Luís. Propunha algumas medidas de proteção dos trabalhadores, como a extensão do direito à aposentadoria, regulamentação do trabalho do menor e das mulheres, aplicação da lei de férias. Em uma resposta evidente ao Presidente que afirmara ser a questão social no Brasil ‘uma questão de polícia’, a plataforma de oposição dizia não se poder negar sua existência, ‘como um dos problemas que teriam de ser encarados com seriedade pelos poderes públicos’. Sua insistência maior era a defesa das liberdades individuais, a anistia (com o que acenava para os Tenentes) e a reforma política, para assegurar a chamada verdade eleitoral.”²¹²

O resultado das eleições de 1º de março de 1930 declarou a vitória de Júlio Prestes²¹³, candidato governista, que era o governador de São Paulo, contudo, por uma ques-

²¹⁰ “Desde 1914, o eixo São Paulo-Minas se revezava no Governo, com a única exceção de 1918, provocada pela morte de Rodrigues Alves. A volta de Minas ao poder pareceria o caminho normal da acomodação. (...) Tendo em conta a rigidez do sistema, tornando muito difícil o êxito da oposição, o Presidente tratou de garantir a continuidade de sua política de estabilidade, através da escolha de um sucessor de confiança. Havia pelo menos um precedente histórico em seu favor: em 1902, Campos Sales assegurara o prosseguimento de uma política financeira deflacionista com a primeira eleição de Rodrigues Alves, o que significava a presença sucessiva de dois presidentes paulistas no poder.” FAUSTO, Boris. O Brasil republicano: sociedade e instituições, v. 9, p. 446-447.

²¹¹ “As possibilidades de êxito eleitoral deste agrupamento eram reduzidas, pois o Poder Central conseguia manter à sua volta 17 Estados. Ele era porém importante porque inevitavelmente surgia como uma força contra a oligarquia paulista. A Aliança Nacional constituiu-se como uma frente regional, abrangendo a ampla maioria dos representantes políticos do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, a que veio juntar-se o Partido Democrático de São Paulo.” FAUSTO, Boris. O Brasil republicano: sociedade e instituições, v. 9, p. 447.

²¹² FAUSTO, Boris. O Brasil republicano: sociedade e instituições, v. 9, p. 448. Consultar: VARGAS, Getúlio. A nova política do Brasil, vol. 1, 1938, p. 19-54.

²¹³ “E quando a nacionalidade inteira, depois da vergonhosa vitória da fraude eleitoral de 1º de março, esperava que os favorecidos, ainda mesmo não ocorrendo outra razão, houvessem, por simples e elementar prudência, de dar ao público demonstrações de comenzinho decoro cívico, passamos todos a assistir, constrangidos e humilhados, ao tripúdio mais desenfreado e imprudente, ante as vítimas da sanha de um

tão em termos de geração²¹⁴, mais do que de discordância ideológica, começou a aparecer como alternativa, no interior da Aliança Liberal, o ponto de vista dos que queriam uma resposta pelas armas²¹⁵.

Segundo Boris Fausto:

“A crise dos anos 20 desembocara na quebra do sistema político, quando vários pontos de atrito chegaram à fusão: as oligarquias regionais foram arrastadas à luta pelos setores mais jovens, dando uma forma transparente às disputas regionais acumuladas ao longa da República; o descontentamento militar ganhara novo alento, tanto pela associação entre oligarquia dissidente e Tenentes rebeldes, como pelo fato de que ele se espalhara mais extensamente no interior da corporação; a fermentação da classe média, as manifestações urbanas em favor de Vargas davam aos revolucionários a certeza de contar com o apoio de um setor social politicamente significativo.”²¹⁶

Em 24 de outubro de 1930 foi deposto o Presidente Washington Luís, exilado o candidato eleito Júlio Prestes, o qual evidentemente não tomou posse, e constituída uma Junta Provisória de Governo sob a chefia de Getúlio Vargas, em 3 de novembro de 1930.

Por conseguinte, a Revolução de 30 ficou conhecida na memória social como uma profunda ruptura no processo histórico-político brasileiro, sob o duplo efeito do episódio interno e da conjuntura internacional, o qual encerrava o quadro sociopolítico da dominação oligárquica hegemônica da burguesia cafeeira²¹⁷.

4. A República Nova

poder que entrava, francamente, na fase final do delírio.” VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*, vol. 1, 1938, p. 62.

²¹⁴ “Ao lado dos quadros tradicionais, uma camada mais jovem se formara em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, ascendendo na carreira política, à sombra dos velhos oligarcas. No Rio Grande do Sul, homens como Vargas, Flores da Cunha, Osvaldo Aranha, Lindolfo Collor, João Neves, Maurício Cardoso, Paim Filho, constituíam um grupo conhecido como a ‘geração de 1907’, ano em que terminaram sua formação escolar. Em Minas Gerais, surgiram também figuras mais novas, como Virgílio de Melo Franco, Francisco Campos, descendentes de famílias tradicionais da região. Até os fins da década de 20, estes homens não se haviam destacado por nenhuma atitude contra o sistema, mas a experiência lhes mostrara que sua plena ascensão política ficava na dependência da cooptação por um estreito círculo, no qual, especialmente o Rio Grande do Sul, não era força dominante.” FAUSTO, Boris. *O Brasil republicano: sociedade e instituições*, v. 9, p. 448-449.

²¹⁵ “Um setor da classe dominante dispunha-se assim a seguir o caminho que os Tenentes haviam tomado praticamente sozinhos. Embora derrotados, o movimento tenentista continuava sendo uma força de importância, por sua experiência militar e seu prestígio no interior do Exército.” FAUSTO, Boris. *O Brasil republicano: sociedade e instituições*, v. 9, p. 449.

²¹⁶ FAUSTO, Boris. *O Brasil republicano: sociedade e instituições*, v. 9, p. 450.

²¹⁷ FAUSTO, Boris. *O Brasil republicano: sociedade e instituições*, v. 9, p. 455.

Com a Revolução de 30, aqueles que controlam as funções de governo já não representam de modo direto os grupos sociais que exercem sua hegemonia sobre alguns dos setores básicos da economia da sociedade²¹⁸:

“Nenhum dos grupos participantes pode oferecer ao Estado as bases de sua legitimidade: as classes médias porque não têm autonomia frente aos interesses tradicionais em geral; os interesses do café porque diminuídos em sua força e representatividade política por efeito da revolução, da segunda derrota em 1932 e da depressão econômica que se prolonga por quase um decênio; os demais setores agrários porque menos desenvolvidos e menos vinculados com as atividades de exportação que ainda são básicas para o equilíbrio do conjunto da economia.”²¹⁹

Nestas condições, torna-se possível a concretização de um Estado de compromisso, pelo acordo de várias frações da burguesia - pela inexistência de oposições radicais no interior das classes dominantes - e das classes médias - ou pelo menos parte delas - as quais, embora em posição subordinada, assumem maior peso, favorecidas pelo crescimento do aparelho do Estado. À margem do compromisso fica a classe operária.

No âmbito da política, nos primeiros sete anos de governo, Vargas revela os traços essenciais dessa composição de forças, necessária após retirar a burguesia do café do poder central, a qual iniciou uma longa renúncia das classes dominantes paulistas à instância política.

Na âmbito da economia, o Governo Provisório retira o comando dos negócios cafeeiros da esfera estadual, com o esvaziamento das funções do Instituto do Café do Estado de São Paulo, substituído pelo Conselho Nacional do Café (1931) - e, mais tarde, pelo Departamento Nacional do Café (1933) -, uma vez que o governo não pode deixar de atender aos interesses do setor, pois o café, ainda que em crise, continua a ser o núcleo fundamental da economia²²⁰.

²¹⁸ “Os incentivos à diversificação da produção, como resposta à difícil situação econômica, ao mesmo tempo que acolhem as reivindicações das classes dominantes desvinculadas do núcleo cafeeiro e possibilitam uma saída para a própria agricultura paulista, não correspondem a uma identificação política imediata do governo com essas classes.” FAUSTO, Boris. *A revolução de 30: historiografia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 138.

²¹⁹ WEFFORT, Francisco. *Classes populares e política: contribuição ao estudo do populismo*. São Paulo: FFLCH/USP, 1968, p. 72.

²²⁰ “Sem dúvida, a política de destruição do produto pela queima, que se estende de junho de 1931 a julho de 1944, impõe restrições aos cafeicultores, mas impede um colapso total. Dentre as medidas tomadas por Vargas, visando a atenuar os problemas decorrentes da crise agrícola, a mais conhecida é a chamada Lei de Reajustamento Econômico (Decreto nº. 23.533, de 1º de dezembro de 1933), pela qual foram reduzidos em 50% o valor de todos os débitos dos agricultores sujeitos a garantia real ou pignoratícia e os débitos de qualquer natureza a bancos e casas bancárias quando fosse de insolvência o estado do devedor, indenizando-se os credores com apólices do governo federal.” FAUSTO, Boris. *A revolução de 30*, 1997, p. 137. Neste sentido: “A defesa do café constitui, sem controvérsias, o maior e mais urgente dos problemas econômicos atuais do Brasil, por isso que esse produto concorre com mais de dois terços do ouro

A instituição que garante a existência do Estado de compromisso é o Exército, na condição de elo de unificação das frações da classe dominante, e não como estrato protetor das classes médias, no sentido de concentrar a nacionalidade no apoio de governos fortes capazes de movimentar e dar nova estrutura à existência nacional, com a assimilação das lições da Primeira Guerra Mundial²²¹.

Embora Vargas tenha se apoiado nos tenentes durante os primeiros anos da década de 30, os quais, inclusive, o influenciaram em algumas aberturas nacionalistas, a consolidação do novo governo dependia da homogeneização do aparelho militar²²², o que implicava a liquidação do tenentismo como força autônoma que, a cada passo, ameaçava corroer a disciplina, e o combate às organizações radicais influenciadas pela figura de Prestes.

Segundo Boris Fausto:

“O Estado que emergiu da Revolução de 30 manteve o papel fundamental de desorganizador político da classe operária, reprimindo duramente a vanguarda e suas organizações partidárias, ao mesmo tempo em que procurava estabelecer com o conjunto da classe um novo tipo de relações. A política de marginalização pura e simples realizada pelas velhas classes dominantes não tinha mais condições de se sustentar. Se na plataforma da Aliança Liberal já se encontravam os traços de um maior interesse pelo chamado problema social, as agitações operárias dos primeiros anos da década de 30 acabaram por ‘sensibilizar’ o governo em definitivo.”²²³

No Rio de Janeiro, no curso de 1931, os trabalhadores têxteis paralisaram continuamente o trabalho, chegando a ocorrer a ocupação dos escritórios da fábrica Nova América²²⁴.

necessário ao equilíbrio da nossa balança comercial. Da sua sorte dependem, assim, o câmbio e a estabilização do valor da moeda.” VARGAS, Getúlio. A nova política do Brasil, vol. 1, 1938, p. 49.

²²¹ “O mundo, experimentando após a grande guerra, a maior crise que se verificou para a civilização, engendrada pela burguesia, está nos dando, a cada passo, exemplos de como a burguesia de cada país tem se mostrado inteligente, até certo ponto, na maneira de compreender as causas, sobretudo da depressão econômica e financeira e da depressão moral. Ela procura um meio mais racional e mais fácil de salvar-se, fazendo, para isso, o sacrifício mesmo de seus preconceitos de individualismo, ao consentir que o Estado se estabeleça sobre luzes mais sólidas e dirija a vida da coletividade com mais justiça no terreno social, no terreno jurídico, no terreno econômico.” GÓIS MONTEIRO, Pedro Aurélio de. A revolução de 30 e a finalidade política do Exército. Rio de Janeiro: Andersen, s. d., p. 156-157.

²²² “O êxito da tarefa de homogeneização pode ser medido pela atitude de um político liberal como Armando de Sales Oliveira, às vésperas do golpe de 1937, apelando para o Exército, único instrumento capaz de garantir a realização de eleições e pelo próprio golpe que só se tornou possível porque o núcleo militar que o articulava assentava sua força em um organismo muito mais coeso do que aquele que intervieria, sete anos antes, no episódio de outubro.” FAUSTO, Boris. A revolução de 30, 1997, p. 139.

²²³ FAUSTO, Boris. A revolução de 30, 1997, p. 139.

²²⁴ “A repressão se estabeleceu desde o início do novo governo quando as forças de esquerda tentaram realizar um comício no Rio de Janeiro, em janeiro de 1931. Pouco depois, os jornais noticiavam que o governo cogitava de contratar dois técnicos americanos para estudar um sistema de policiamento eficaz de por um dique ao comunismo. O Estado de S. Paulo, 20-1-31 e 6-3-31.” FAUSTO, Boris. A revolução de 30, 1997, p. 146.

O Governo Vargas, ao reconhecer a existência da classe e a necessidade de controlá-la com os instrumentos da representação profissional e dos sindicatos, instituiu uma série de medidas tendentes a dar um tratamento específico à causa operária²²⁵, a partir da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1930), bem como a proteger a força de trabalho, promover sua limitada organização econômica e incentivar o aproveitamento do operário nacional²²⁶.

Um bom exemplo da habilidade de manipulação ideológica, por parte dos dirigentes do Estado, encontra-se na especulação com a origem dos trabalhadores, com o incentivo da preponderância quantitativa do operário brasileiro, como fruto da crescente migração interna, por meio da Lei de Nacionalização do Trabalho (Decreto nº. 19.482, de 12 de dezembro de 1930), que estabelecia a exigência de dois terços dos empregados nacionais nas empresas e limitava a entrada no país de passageiros de terceira classe, o que provocou sensível declínio das correntes migratórias²²⁷.

Segundo Boris Fausto:

“O novo governo tinha consciência de que existia uma área aberta à penetração política, nas camadas mais recentes de trabalhadores, vindas do campo ou de pequenas cidades do interior, ainda não ‘contaminadas’ pela ideologia do proletariado de origem estrangeira. Este, sob a influência das ideias socialistas e pela exigência de luta ao longa da República Velha, identificava no Estado ‘a cristalização política do inimigo de classe.’”²²⁸

O Estado de compromisso inaugurado com a revolução de 30, como expressão do reajuste nas relações internas das classes dominantes, corresponderia, em tese, a uma nova forma de Estado, que se caracterizaria pela maior centralização²²⁹, o intervencio-

²²⁵ “Devemos, pois, admitir, que a ordem social vigente não está organizada de acordo com os princípios da justiça social. Se assim realmente é, cumpre reconhecer que a ordem social existente deva ser retificada, a fim de ajustar-se aos princípios da justiça.” PASQUALINI, Alberto. Bases e sugestões para uma política social. Porto Alegre: Rigel, 2008, p. 21.

²²⁶ FAUSTO, Boris. A revolução de 30, 1997, p. 140.

²²⁷ “Em janeiro de 1931, o ministro Lindolfo Collor, da pasta do Trabalho, disse: ‘Um dos fatores mais condenáveis da exploração do operário brasileiro e das injustiças contra ele cometidas é o operário estrangeiro que vem para o nosso país acochado pelas necessidades de seus países de origem, que toma o lugar do nacional que muitos patrões consideram economicamente inferior e, não satisfeito com isso, se entrega ainda a propagandas subversivas, francamente condenáveis à luz da dignidade nacional. O Estado de S. Paulo, 25-1-31.’ FAUSTO, Boris. A revolução de 30, 1997, p. 141. E ainda: “Durante muitos anos, encaramos a imigração, exclusivamente, sob os seus aspectos econômicos imediatos. É oportuno entrar a obedecer ao critério étnico, submetendo a solução do problema do povoamento às conveniências fundamentais da nacionalidade.” VARGAS, Getúlio. A nova política do Brasil, vol. 1, 1938, p. 29.

²²⁸ FAUSTO, Boris. A revolução de 30, 1997, p. 141.

²²⁹ “A maior centralização é facilitada pelas alterações institucionais que põem fim ao sistema oligárquico, o que não se confunde com o fim das oligarquias. Intocadas em suas fontes de poder, estas subsistem como força local, embora possa haver a troca de grupos ligados ao ‘antigo regime’, por outros situados na oposição. Entretanto, as oligarquias se subordinam agora ao poder central, com a perda do controle direto

nismo ampliado na economia - e não restrito apenas à área do café -, e a racionalização de algumas fontes fundamentais de riqueza pelo capitalismo internacional, como o Código de Águas e de Minas, isto é, a necessidade de um Estado “que se abre a todas as pressões sem se subordinar diretamente a nenhuma delas”, visto que enfrentar os graves problemas da década de 30 com as velhas práticas da burguesia cafeeira era uma tarefa impossível²³⁰.

Segundo Getúlio Vargas, de acordo com a plataforma da Aliança Liberal, lida na Esplanada do Castelo, em 2 de janeiro de 1930:

“Não se pode negar a existência da questão social no Brasil, como um dos problemas que terão de ser encarados com seriedade pelos poderes públicos. O pouco que possuímos, em matéria de legislação social, não é aplicado ou só o é em parte mínima, esporadicamente, apesar dos compromissos que assumimos, a respeito, como signatários do Tratado de Versailles, e das responsabilidades que nos advém da nossa posição de membros do ‘Bureau Internacional do Trabalho’, cujas convenções e conclusões não observamos. Se o nosso protecionismo favorece os industriais, em proveito da fortuna privada, corre-nos, também, o dever de acudir ao proletário com medidas que lhe assegurem relativo conforto e estabilidade e o amparem nas doenças, como na velhice. A atividade das mulheres e dos menores, nas fábricas e estabelecimentos comerciais, está, em todas as nações cultas, subordinada a condições especiais que, entre nós, até agora, infelizmente, se desconhecem. Urge uma concentração de esforços entre o Governo central e os dos Estados para o estudo e adoção de providências de conjunto, que constituirão o nosso Código do Trabalho. Tanto o proletário urbano quanto o rural necessitam de dispositivos tutelares, aplicáveis a ambos, ressalvadas as respectivas peculiaridades. Tais medidas devem compreender a instrução, educação, higiene, alimentação, habitação; a proteção às mulheres, às crianças, à invalidez e à velhice; o crédito, o salário e, até, o recreio, como os desportos e cultura artística. É tempo de se cogitar da criação de escolas agrárias e técnico-industriais, da higienização das fábricas e usinas, aplicação da lei de férias, lei do salário mínimo, cooperativas de consumo, etc. Quanto ao operariado das cidades, uma classe numerosa existe, cuja situação é fácil de melhorar. (...) Simultaneamente, é necessário atender à sorte de centenas de milhares de brasileiros que vivem nos sertões sem instrução, sem higiene, mal alimentados e mal vestidos, tendo contato com os agentes do poder público, apenas, através dos impostos extorsivos que pagam. (...) Tal é a valorização básica, essa sim, que nos cumpre iniciar quanto antes - a valorização do capital humano, por isso que a medida da utilidade social do homem é dada pela sua capacidade de produção.”²³¹

Do ponto de vista ideológico, há a tendência de abandono das ideias liberais por parte dos quadros dirigentes, considerando-as superadas, embora se verifique o compromisso de sua manutenção também no nível jurídico, como se verifica pelos disposi-

dos governos dos estados, onde são instalados interventores federais.” FAUSTO, Boris. A revolução de 30, 1997, p. 142.

²³⁰ FAUSTO, Boris. A revolução de 30, 1997, p. 142.

²³¹ VARGAS, Getúlio. A nova política do Brasil, vol. 1, 1938, p. 27-28.

tivos da Constituição de 1934, porém, evidencia-se a mudança no sentido da influência por ideias autoritárias²³² e da atração pelo fascismo²³³.

Desde novembro de 1930, Getúlio Vargas governava por decreto, após suspender a Constituição, dissolver o Congresso, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais, destituir governantes dos estados e prefeitos, eliminar as prerrogativas individuais e instituir um tribunal de exceção para julgar crimes políticos²³⁴.

Em razão dos acontecimentos da noite de 25 de fevereiro de 1932 - o atentado ao Diário Carioca²³⁵ -, o governo sofreu uma moção de repúdio da Associação Antifascista de São Paulo²³⁶.

Em contraposição ao Clube 3 de outubro - agremiação fundada em 1931, no Rio de Janeiro, por representantes do tenentismo -, os quais defendiam a necessidade de manutenção indefinida do período de exceção, sob pena da volta à ordem legal produzir o retorno da “politicalha” varrida do poder pela revolução de 30, o Diário Carioca se convertera no baluarte do retorno à ordem constitucional, com a exigência da eleições

²³² “Em setembro de 1933, falando na Paraíba, acentuaria [Getúlio Vargas] que: ‘representa fato incontroverso - e os constituintes terão de levá-lo em conta - a decadência da democracia liberal e individualista e a preponderância dos governos de autoridade, em consequência do natural alargamento do poder de intervenção do Estado, imposto pela necessidade de atender a maior soma de interesses coletivos e de garantir estavelmente, com o recurso das compressões violentas, a manutenção da ordem pública, condição essencial para o equilíbrio de todos os fatores preponderantes no desenvolvimento do progresso social.’ VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio Ed., 1938, vol. II, p. 150.

²³³ “Para espanto dos liberais, o próprio Getúlio Vargas chegara a dizer, em discurso anterior ao movimento revolucionário que ‘a minha diretriz no governo do Rio Grande se assemelha ao direito corporativo ou organização das classes promovida pelo fascismo, no período da renovação criadora que a Itália atravessa.’ Diário Nacional, 11-8-29. FAUSTO, Boris. *A revolução de 30*, 1997, p. 142-143. E, no mesmo sentido, o General Góis Monteiro, ex-perseguidor da Coluna Prestes: “Fascismo brasileiro, nosso, com o intuito de fortalecer a unidade pátria, satisfeita a representação de classes a que tende o socialismo moderno. Não seria um fascismo à Mussolini, um fascismo mediterrâneo. Mas, de toda forma, um fascismo baseado no fortalecimento do Estado, pela contribuição dos princípios fundamentais de cada classe, bem definidas e atendidas pela administração dos negócios públicos.” FAUSTO, Boris. *A revolução de 30*, 1997, p. 143.

²³⁴ “Autoatribuindo-se poderes discricionários, o Governo Provisório, originário do movimento civil-militar que conduziu o político gaúcho ao Catete, também apresentara compulsoriamente, por ‘imperiosas razões de ordem pública’, seis ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), considerados comprometidos com o antigo regime.” NETO, Lira. *Getúlio (1939-1945): do governo provisório à ditadura do Estado Novo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 14. Ver: Decreto nº. 19711, de 18 de fevereiro de 1931. *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil - Leis de 1930*, vol. 3.

²³⁵ “Por volta das onze e meia da noite daquele 25 de fevereiro de 1932, uma quinta-feira, os habituais frequentadores da praça Tiradentes, mais famosos reduto da boemia carioca à época, tiveram a atenção voltada para o som do motor de pesados caminhões na rua ali em frente. Sambistas, atores, coristas, músicos e malandros que sempre lotavam os cafés do local até alta madrugada assistiram com surpresa à passagem do comboio composto de três enormes veículos de carga, apinhados de soldados do Exército. Eram cerca de 180 homens fardados. Todos com fuzis, pistolas e submetralhadoras em punho. NETO, Lira. *Getúlio (1930-1945)*, 2013, p. 13.

²³⁶ “Reconhecemos no empastelamento do Diário Carioca um caráter determinadamente fascista, e contra o mesmo elevamos os nossos protestos em defesa da liberdade de imprensa e da integridade física dos trabalhadores.” *Folha da Manhã*, 28 de fevereiro de 1932.

livres para uma Assembleia Constituinte a fim de elaborar uma nova Constituição para o Brasil.²³⁷

É verdade que, durante as primeiras horas da Revolução, em outubro de 1930, as sedes dos jornais alinhados à ordem deposta haviam sido alvo de depredações por populares exaltados, mas, dessa vez, um órgão de imprensa tivera suas instalações invadidas e devastadas por soldados do Exército, fardados e de arma em punho, em contradição com o axioma de liberdade de imprensa da luta revolucionária presente nos discursos da Aliança Liberal²³⁸.

A verdade é que o atentado ao Diário Carioca provocara uma onda de boatos que apostavam até mesmo em uma possível renúncia de Getúlio, por ter se indisposto a um só tempo com liberais, partidários da reconstitucionalização, em especial a Frente Rio-Grandense - a coligação dos partidos Republicano (PR) e Libertador (PL) -, e com os outubristas, defensores do regime de exceção²³⁹.

As condições impostas pelas lideranças gaúchas para continuar dando apoio ao Governo Provisório eram sete itens:

“O heptálogo, em resumo, exigia o seguinte: 1) punição exemplar dos implicados no ataque ao Diário Carioca, após investigação conduzida por um magistrado do Supremo Tribunal; 2) restauração dos artigos da Constituição que asseguravam os direitos civis aos cidadãos brasileiros; 3) decretação de uma lei para garantir a ampla liberdade de imprensa; 4) nomeação de uma comissão de notáveis para elaboração de um anteprojeto de Constituição, a ser analisado e votado por uma Assembleia Constituinte; 5) início imediato do novo alistamento eleitoral em todo o território brasileiro; 6) incorporação, pela União, das dívidas estaduais; 7) estabelecimento de um conselho para definir uma ampla reforma tributária no país, discriminando as rendas que deveriam caber à União, estados e municípios.”²⁴⁰

Em síntese, Getúlio considerou o item 1 prejudicado - pois já fora instaurado um inquérito civil e outro militar para investigar o caso do Diário Carioca -, refutou o item 2 - pois o Governo Provisório se via forçado a manter temporariamente a suspensão de

²³⁷ NETO, Lira. Getúlio (1930-1945), 2013, p. 15.

²³⁸ “O espírito público está inquieto. Tenho de me decidir entre as forças militares que apoiam o governo e um jornalismo dissolvente, apoiado pelos políticos e instigado por estes mesmos contra o governo. Estou numa encruzilhada em que urge uma decisão.” NETO, Lira. Getúlio (1930-1945), 2013, p. 23. E, em seguida: “O que não posso concordar é com a prática de violências de quaisquer origens, pois a ninguém é lícito fazer justiça pelas próprias mãos sem com isso diminuir a autoridade do governo e o prestígio da revolução.” NETO, Lira. Getúlio (1930-1945), 2013, p. 36.

²³⁹ NETO, Lira. Getúlio (1930-1945), 2013, p. 44.

²⁴⁰ NETO, Lira. Getúlio (1930-1945), 2013, p. 49.

certas garantias constitucionais, dado o caráter do momento revolucionário²⁴¹ -, concordou com os itens 3, 4 e 5 - pela regulamentação imediata por meio de decreto e por alguns deles já estarem previstos no texto da lei eleitoral já assinada - e, por fim, sobre os itens 6 e 7, informou que dois meses antes baixou um novo decreto instituindo uma comissão de estudos financeiros encarregada de analisar propostas para uma reforma no sistema tributário federal, estadual e municipal.

Em seguida, o Governo Provisório recebeu uma circular assinada por Borges de Medeiros e Raul Pilla, cuja mensagem - com tom virulento - repetia o mesmo conteúdo do heptálogo, só que acrescido de uma nova exigência: a de que fosse marcada de imediato a data da eleição para a Constituinte²⁴².

Em cadeia nacional de rádio, Getúlio Vargas - em cerimônia no Palácio Tiradentes - fez um pronunciamento à nação: o país teria eleições para uma Assembleia Nacional Constituinte.

Depois de fazer uma espécie de prestação de contas de seus primeiros dezessete meses de governo e traçar diretrizes para o “futuro da Revolução” - entre as quais não faltou uma referência à necessidade de “apressar o progresso do país pelo aperfeiçoamento eugênico da raça -, Getúlio fez um elogio do regime de exceção:

“O período ditatorial tem sido útil, permitindo a realização de certas medidas salvadoras, de difícil ou tardia execução dentro da órbita legal. A maior parte das reformas iniciadas e concluídas não poderia ser feita em um regime em que predominasse o interesse das conveniências políticas e das injunções partidárias. Mas nunca pretendi me manter indefinidamente no exercício dos poderes discricionários que a Revolução me delegou. Dentro de um ano, poderão finalmente realizar-se as eleições, fixadas para 3 de maio do ano próximo.”²⁴³

Porém, a fixação do calendário eleitoral - segundo Getúlio, o Governo Provisório tinha mês e ano para acabar - não foi suficiente para conter a onda de protestos que tomava conta da capital paulista, dentre os quais ficou mais conhecida, dez dias depois, a batalha campal entre estudantes e os legionários rebatizados de Partido Popular Paulista (PPP), na rua Barão de Itapetininga, número 70, que foi contida pelo Exército e resultou em treze mortes²⁴⁴.

²⁴¹ “Não é possível a um governo emanado de uma revolução manter-se sem estas restrições. Parece-me inviável a ação governamental sem certas faculdades discricionárias.” NETO, Lira. Getúlio (1930-1945), 2013, p. 50.

²⁴² “Nos termos em que estas declarações estão feitas, não posso tomar conhecimento delas, nem discutilas. Podem instigar o Rio Grande contra mim, mas não conseguirão lançar-me contra o Rio Grande.” NETO, Lira. Getúlio (1930-1945), 2013, p. 51.

²⁴³ NETO, Lira. Getúlio (1930-1945), 2013, p. 62.

²⁴⁴ NETO, Lira. Getúlio (1930-1945), 2013, p. 58.

No dia seguinte ao conflito, Getúlio decidiu convocar uma reunião extraordinária do Gabinete Negro²⁴⁵, um seletto grupo de auxiliares cujo poder e confiança se sobrepunham ao do próprio ministério para deliberar sobre assuntos estratégicos.

“A revolução ainda não terminou”²⁴⁶, dizia Vargas.

De fato, desde o início do Governo Provisório, São Paulo constituía um foco permanente de tensões, de modo que Getúlio se vira obrigado a nomear sucessivamente quatro interventores para o estado²⁴⁷: o tenente João Alberto²⁴⁸; o advogado e jornalista Plínio Barreto; o ex-desembargador Laudo de Camargo e o tenente-coronel Manuel Rabelo²⁴⁹.

Segundo Lira Neto:

“A conjuntura exigia que Getúlio começasse a agir em frentes simultâneas. Como gostava de comparar a política a um jogo de xadrez, era determinante voltar a dominar a área central do tabuleiro. Para isso, talvez tivesse que abrir mão de algumas peças valiosas, com o objetivo de envolver o adversário, estabelecer estratégias de compensação e retomar a iniciativa da partida. O rei, mantido sempre na retaguarda, deveria ficar protegido por um roque de segurança. Mas, nas casas mais avançadas, chegara a hora de armar o xeque-mate.”²⁵⁰

Em 22 de junho, Getúlio foi surpreendido com o pedido de exoneração coletiva do ministério. Contudo, respondeu que não considerava o pedido, dizendo que não via motivos para a renúncia de seus auxiliares, que lhe inspiravam toda a confiança, de modo que todos continuariam investidos nos respectivos cargos²⁵¹.

²⁴⁵ “Entre os principais integrantes dessa confraria de déspotas esclarecidos estavam Góes Monteiro, o comandante militar do movimento de 1930, promovido a general de brigada pelo Governo Provisório; o general Leite de Castro, ministro da Guerra; os civis Oswaldo Aranha, José Américo de Almeida, Pedro Ernesto e Virgílio de Melo Franco; e os tenentistas João Alberto e Juarez Távora. Em vez de Gabinete Negro, contudo, Getúlio preferia se referir ao grupo, com autoironia, como o seu ‘Soviete Revolucionário’”. VARGAS, Getúlio. *Diário*, vol. I, p. 74. Ver também: *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*, CPDOC/FGV.

²⁴⁶ VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*, vol. 1, p. 84.

²⁴⁷ “A coisa começou mal em São Paulo, definira Batista Lusardo, um dos articuladores da adesão dos democráticos à Aliança Liberal em 1930.” NETO, Lira. *Getúlio (1930-1945)*, 2013, p. 66.

²⁴⁸ “O empresariado paulista, alarmado com as falências e os efeitos da crise mundial sobre o mercado cafeeiro, passou a ver com desconfiança aquele voluntarioso tenente de artilharia que, promovido a capitão pelo Governo Provisório, consentia na criação de uma exótica Sociedade dos Amigos da Rússia e autorizava o funcionamento de uma célula do Partido Comunista no estado. Embora tenha dado várias entrevistas para negar qualquer relação com o marxismo, o interventor não conseguiu apagar os boatos de que seria um pretenso agente vermelho de Moscou infiltrado por Getúlio em pleno Campos Elíseos.” NETO, Lira. *Getúlio (1930-1945)*, 2013, p. 67.

²⁴⁹ “Entre as providências imediatas como interventor, determinou que a mendicância deixasse de ser considerada caso de polícia e que os pedintes fossem tratados como quaisquer outros cidadãos, no gozo de seus direitos. A medida foi ridicularizada pelas elites e classes médias do estado, que acusaram o tenente-coronel de querer ‘incentivar a vagabundagem’ e transformar São Paulo na ‘capital mundial dos mendigos’.” NETO, Lira. *Getúlio (1930-1945)*, 2013, p. 74.

²⁵⁰ NETO, Lira. *Getúlio (1930-1945)*, 2013, p. 87.

²⁵¹ NETO, Lira. *Getúlio (1930-1945)*, 2013, p. 91.

Com o afastamento voluntário de Leite de Castro do Ministério da Guerra, Getúlio nomeou Espírito Santo Cardoso, com o intuito de atender ao princípio de que, por estar afastado do Exército, um velho general de pijama, legalista histórico, ficava em posição equidistante do conflito entre facções do Exército²⁵².

A notícia não foi bem recebida e a ameaça de que a poderosa Brigada Militar gaúcha se unisse à Força Pública Paulista aterrorizava o Governo Provisório. Assim, Getúlio determinou que Góes Monteiro e Espírito Santo Cardoso tomassem as medidas militares cabíveis: imediatamente, no Rio de Janeiro, dezenas de suspeitos de servir de elemento de ligação entre as frentes únicas e a capital federal receberam voz de prisão²⁵³.

Porém, a aparente solução da crise não se realizou: a revolta armada explodira em São Paulo²⁵⁴.

Em poucas horas, o Estado de São Paulo caíra nas mãos dos rebeldes.

O interventor Pedro de Toledo assinou um telegrama renunciando ao governo paulista, sob a justificativa de que não lhe fora possível caminhar ao revés dos sentimentos do povo de seu estado, de modo que repassara o poder regional aos chefes militares do movimento revolucionário constitucionalista. Porém, em sinal de agradecimento, estes decidiram tornar sem efeito a renúncia de Toledo e aclamá-lo não mais interventor, mas governador de São Paulo²⁵⁵.

Com as respostas dos interventores aos telegramas despachados por Getúlio, em que todos, sem exceção, de norte a sul, continuavam a se dizer solidários ao Governo Provisório, especialmente Flores da Cunha, em Porto Alegre, Góes Monteiro começou a armar o plano de ataque militar à revolta: “guardada a sede do governo - que é o mais importante para evitar um golpe de Estado -, o principal, mesmo que haja outras manifestações de rebelião, é concentrar o maior número de forças contra São Paulo.”²⁵⁶

Diante dos rumores de que militares de alta patente conspiravam em plena capital da República, planejando um ataque simultâneo contra os Palácios da Guanabara e do Catete, Getúlio confidenciou a seu amigo, Oswaldo Aranha: “resistirei até o fim.”²⁵⁷

²⁵² NETO, Lira. Getúlio (1930-1945), 2013, p. 92-93.

²⁵³ NETO, Lira. Getúlio (1930-1945), 2013, p. 95.

²⁵⁴ “Rebentou em São Paulo um movimento armado contra o governo. Várias guarnições estão sublevadas. Dizem-se constitucionalistas. Mas isso é pretexto. Há mais de um mês nomeei a comissão para elaborar o anteprojeto da nova Constituição.” VARGAS, Alzira. Getúlio Vargas, meu pai, p. 59-60

²⁵⁵ “Em São Paulo, traição (...) de todo o governo paulista, inclusive a velha mûmia que exumei do esquecimento, o interventor Pedro de Toledo.” VARGAS, Getúlio. Diário, vol. 1, p. 116.

²⁵⁶ NETO, Lira. Getúlio (1930-1945), 2013, p. 101.

²⁵⁷ “Ao dizer isso, Getúlio mostrou os rascunhos de um texto que pretendia divulgar à nação na hipótese de ser obrigado a renunciar. Na gaveta do birô, sobre uma pilha de papéis avulsos, dois revólveres carre-

Oswaldo Aranha, após confidenciar tal comportamento de Getúlio com Góes Monteiro, o qual se assegurou de que o Guanabara não corria nenhum perigo, pediu um favor: repetir aquilo em pessoa a Getúlio:

“Quando o general entrou no gabinete presidencial, dois detalhes logo lhe chamaram a atenção. Sobre a mesa, havia um envelope fechado, onde se podiam ler as seguintes palavras: ‘À Nação Brasileira’. E enquanto Getúlio continuava a caminhar de um lado para outro, Góes pode perceber, saindo de um dos bolsos externos do paletó escuro que o chefe de governo vestia, o inconfundível cabo branco de madrepérola de um revólver.”²⁵⁸

Não obstante, na manhã do dia 11 de julho já tinham sido lançadas as bases da reação, posto que, ao contrário do plano paulista, as guarnições sediadas no sul de Minas Gerais não se uniram ao movimento rebelde para marchar em direção ao Rio de Janeiro; ao contrário, abriram fogo para impedir seu avanço. De igual modo, os reforços prometidos do Mato Grosso também não chegaram. Em vez de avançar, os paulistas ficaram imobilizados no Vale do Paraíba²⁵⁹.

A conjuntura era favorável ao Governo provisório²⁶⁰, contudo, no dia 20 de julho, pelas mãos do ex-ministro da Justiça, Maurício Cardoso, chegam duas folhas com as condições de Borges de Medeiros e Raul Pilla para o cessar-fogo: “1) Restabelecimento

gados estavam protos para qualquer eventualidade.” VARGAS, Alzira. Getúlio Vargas, meu pai, p. 92. E também: NETO, Lira. Getúlio (1930-1945), p. 102.

²⁵⁸ “Naquele 10 de julho de 1932, imaginando que um grupo de militares estava prestes a enxotá-lo do poder, condenando-o possivelmente ao eterno vexame e à permanente infâmia, Getúlio escreveu um inequívoco bilhete suicida: Meus intuitos, no exercício do governo, foram os mais nobres e elevados. Procurei sempre inspirar-me nos interesses superiores da pátria. Entreguei as posições aos que se rebelaram contra mim e fui vencido pela traição, pela deslealdade, pela felonía. Reservara para mim o direito de morrer como soldado, combatendo pela causa que abraçara. A ignonímia duma revolução branca não m’o permitiu. Escolho a única solução digna para não cair em desonra, nem sair pelo ridículo.” NETO, Lira. Getúlio (1930-1945), p. 104-105. E também: Arquivo CPDOC/FGV - Documento GV C 1932.07.10/7. E, por fim, como disse Dalton Trevisan, o Vampiro de Curitiba: “Quem me dera o estilo o estilo do suicida no último bilhete. Isto sim é conhecer o sortilégio.”

²⁵⁹ NETO, Lira. Getúlio (1930-1945), p. 105.

²⁶⁰ “Na frente norte, o governo dispunha de cerca de 20 mil soldados legalistas, contra 10 mil rebeldes (somados os contingentes da Força Pública paulista e das guarnições federais no estado.) Na frente sul, a superioridade era de 18 mil legalistas contra 8,5 mil homens do lado adversário.” PILAGALLO, Oscar. O Brasil em sobressalto, p. 46-47. E ainda: “No dia 13, ocorreria aquele que é considerado o primeiro bombardeio aéreo sobre uma cidade brasileira: aviões governistas despejaram explosivos e dispararam rajadas de metralhadoras nas imediações do município de Cachoeira Paulista, episódio que levou pânico à população local e desarticulou as posições mantidas pelo 4º RI de Quatana.” DEODATO, Hernani. A revolução de 32, p. 136-137. E, por fim: “A utilização de bombardeiros aéreos na luta contra os constitucionistas de São Paulo, item da desinteligência entre Góes e Fragozo, ficaria historicamente associada à morte de Alberto Santos-Dumont. Segundo a voz corrente, o chamado ‘Pai da Aviação’ teria se suicidado, aos 59 anos, no dia 23 de julho de 1932, no Grand Hôtel La Plage, no Guarujá, litoral paulista, após a constatação de que seu invento se transformara em uma arma letal de guerra. A visão de duas aeronaves do Exército em voo rasante atacando um navio, segundo consta, teria sido chocante demais para o sensível coração do aviador. Angustiado, tomado por uma depressão profunda, o criador do 14 Bis tirara a própria vida, enforcando-se com a gravata no banheiro do hotel.” NETO, Lira. Getúlio (1930-1945), p. 110.

da Constituição de 24 de fevereiro de 1891; 2) Limitação dos poderes discricionários; 3) Restituição a estados e municípios do direito de escolher livremente seus governantes; 4) Eleição da Constituinte até 31 de dezembro; 4) Recomposição ministerial, de modo que o Rio Grande, São Paulo e Minas tivessem, cada um, dois ministros indicados por seus partidos políticos.”²⁶¹

“São condições de um vencedor para um vencido. Recuso-as”²⁶², disse Getúlio.

Nestes termos, o Gabinete Negro concordava que a única paz aceitável seria por meio da rendição incondicional de São Paulo.

No início de agosto, chega a notícia de que Getúlio abandonou a sede do governo e seus ministros também haviam desertado dos respectivos cargos, ao mesmo tempo em que anunciam nos jornais de São Paulo que um estado de guerra tomou conta das principais ruas do Rio de Janeiro, numa luta campal generalizada, em resposta ao rigor excessivo da polícia carioca na repressão de uma pacata manifestação estudantil pró-Constituição.²⁶³

“Getúlio, é claro, não fugira. Continuava despachando no Catete. O governo não caíra. Pelo contrário, parecia mais forte do que nunca”²⁶⁴, diz Lira Neto.

Foi em 29 de setembro que os rebeldes levantaram a bandeira branca: após a prisão de Borges de Medeiros, no Rio Grande do Sul, e de Arthur Bernardes, em Minas Gerais, o General Klinger propõe a imediata suspensão das hostilidades em todas as frentes, a fim de serem assentadas as medidas para a cessação da luta armada²⁶⁵.

Porém, em vez de mera rendição, os líderes constitucionalistas propunham uma trégua sem prazo definido para terminar, a fim de obter tempo para discutir os termos do armistício²⁶⁶.

Getúlio Vargas determina que se recomece a ofensiva com toda a intensidade.

Em 1º de outubro, as forças constitucionalistas se rendem, à revelia do governo paulista e do comando geral, de modo que no dia seguinte, pela manhã, Bertoldo Klinger envia novo telegrama informado que foi ordenado o retraimento geral de suas forças.

²⁶¹ NETO, Lira. Getúlio (1930-1945), p. 108.

²⁶² VARGAS, Getúlio. Diário, vol. 1, p. 117.

²⁶³ NETO, Lira. Getúlio (1930-1945), p. 113.

²⁶⁴ NETO, Lira. Getúlio (1930-1945), p. 115.

²⁶⁵ NETO, Lira. Getúlio (1930-1945), p. 123.

²⁶⁶ “Os chefes rebeldes querem discutir um acordo, quando não têm autoridade nem sobre as tropas sob seu comando.” Documentos sobre a proposta de armistício apresentada ao Governo Provisório por Bertoldo Klinger. Arquivo CPDOC/FGV. Documento GV 1932.09.14.

Terminava ali, de modo melancólico, a chamada “Revolução Constitucionalista de 1932”.

Flores Cunha - a liderança regional que saíra mais fortalecida do confronto pelo apoio crucial que prestara ao Catete - opinava pela anistia geral dos combatentes, porém, com a sua decretação apenas após as eleições²⁶⁷.

O tema foi abordado pelo compositor Ary Barroso num samba interpretado pela voz de Francisco Alves, referindo-se apenas ao período carnavalesco, não fosse o refrão denunciador:

“Nos três dias de folia,
seu doutor, não faça isso, por favor,
na prisão basta só meu coração.

Por isso é que eu peço:
anistia, anistia, anistia...”²⁶⁸

Na primeira grande solenidade pública na capital da República após o fim de revolta paulista a contar com a presença de Getúlio Vargas, com as arquibancadas lotadas - com público geral estimado em 50 mil pessoas -, no camarote presidencial, Getúlio e família cumprimentaram o maestro Heitor Villa-Lobos, o qual, de batuta à mão, regeu um coro de 15 mil vozes infantis, numa compilação de canções patrióticas, que falavam de amor à nação, do valor da disciplina, do respeito à bandeira e, sobretudo, de um “Brasil Novo” que supostamente ali nascia:

“Pra frente, ó Brasil!
Ó, demos tudo pela Pátria,
filhos, ouro, braços, alma, honra e glória,
damos o nosso amor.

Damos força, sangue e vida,
tudo damos ao Brasil!
Tudo damos com ardor.

E nós marchamos sempre alegres,
sempre alegres nós marchamos sem temor.”²⁶⁹

A partir daquele ano de 1932, as grandes apresentações civis-orfeônicas de Villa-Lobos passariam a marcar no Rio de Janeiro as principais datas comemorativas do calendário nacional - 7 de setembro e 15 de novembro -, sob os auspícios de “uma consci-

²⁶⁷ VARGAS, Getúlio. Diário, vol. 1, p. 117.

²⁶⁸ “Anistia”, samba de Ary Barroso, com Francisco Alves e orquestra. Disco Odeon 11.083-A.

²⁶⁹ “Pra frente, ó Brasil”.

ência musical para a utilização da música como um fator de educação cívica e disciplina coletiva.”²⁷⁰

Dali alguns dias, 30 de outubro, Dia do Comerciário, milhares de cidadãos se aglomeraram para saudar Getúlio, agradecendo-lhe a assinatura da lei, com uma caneta de ouro, que limitava em oito horas a jornada de serviço, o qual agradeceu enumerando o conjunto de leis trabalhistas estabelecidas em dois anos de poder:

“A organização sindical, a lei de férias, a limitação das horas de trabalho, as comissões de conciliação, as caixas de pensões, o seguro social, as leis de proteção às mulheres e aos menores realizam velhas aspirações proletárias. Não há nessa atitude nenhum indício de hostilidade ao capital, que, ao contrário, precisa ser atraído, amparado e garantido pelo poder público. E o melhor meio de garanti-lo está, justamente, em transformar o proletariado numa força orgânica de cooperação com o Estado e não o deixar, pelo abandono da lei, entregue à ação dissolvente de elementos perturbadores, destituídos dos sentimentos de Pátria e de Família.”²⁷¹

Nos bastidores políticos, a vitória sobre São Paulo desarticulava os oposicionistas, de modo que, em novembro, Getúlio assina um decreto que cassou os direitos civis, por três anos, de cerca de duzentos implicados no levante constitucionalista, dos quais, a maioria, passou ao exílio.

Getúlio dizia ter como único objetivo garantir a realização das eleições em 3 de maio e a promulgação da nova Carta Magna. Depois disso, passaria o poder ao seu sucessor legítimo. Contudo, depois de exercer por dois anos o poder discricionário, já tratava das articulações necessárias para se tornar o novo presidente constitucionalmente eleito.²⁷²

Em 25 de abril de 1933, Getúlio sofreu um acidente²⁷³ no quilômetro 53 da Rio-Petrópolis, que resultou na transferência da sede do governo federal para o quarto número 8, de apenas 30 metros quadrados, da Casa de Saúde São José.

²⁷⁰ VILLA-LOBOS, Heitor. A música nacionalista no governo Getúlio Vargas, p. 7-11.

²⁷¹ Correio da Manhã, 30 de outubro de 1932.

²⁷² “O ministro José Américo disse-me que antes da revolução paulista achava que minha candidatura à presidência da República não seria possível. Mas ele pensa agora que não há outro nome mais em condições para ser candidato do que eu.” VARGAS, Getúlio. Diário, vol. 1, p. 142.

²⁷³ “No quilômetro 53, depois de o automóvel alcançar o terceiro dos modernos viadutos da Rio-Petrópolis, ouviu-se um estrondo, como se alguém houvesse lançado uma bomba sobre o carro. Imediatamente, Getúlio sentiu um grande peso esmagando as pernas, que mantivera esticadas sob o assento à frente desde o início da viagem. Apenas sentiu a dor intensa, dos joelhos para baixo - e, ao lado, ouviu os gritos desesperados de Darcy. (...) Atarantado, Euclides desceu do carro e, com uma lanterna a querosene na mão, correu para investigar o ocorrido. (...) Ao olhar em direção à primeira-dama, Euclides percebeu que à frente dela, no piso do carro, jazia uma grande pedra de granito, de cerca de cinquenta centímetros de altura por trinta de largura. Depois se saberia que a rocha pesava oitenta quilos e meio. (...) A pedra caíra em queda livre do alto da montanha e acertara o veículo de chofre, abrindo um buraco na cobertura

Um mês depois, em discurso à Marinha, em fala objetiva e curta, tendo em vista a impossibilidade de permanecer de pé, à mesa de banquete, sem que as pernas enfraquecidas bambeassem sob o peso do corpo, Getúlio recapitulou brevemente os acontecimentos do ano anterior e impôs a versão dos vencedores, que buscava vincular a suposta luta pela redemocratização de 1932 às intenções separatistas de certas frações do movimento fracassado: “os sentimentos regionais só podem aumentar o espírito de veneração pelo Brasil uno e indivisível, porque é mister que prevaleça o orgulho de sermos todos brasileiros.”²⁷⁴

Em 3 de maio de 1933²⁷⁵, um total de 1.226.815 brasileiros (dos 1,4 milhão previamente alistados) foi às urnas para escolher seus representantes à Assembleia Constituinte²⁷⁶, o que significava uma parcela ínfima da população - à época, 40 milhões de habitantes -, bem como produziu descontentamento em integrantes do alto escalão do governo, os quais consideravam a reconstitucionalização do país um retrocesso social²⁷⁷.

Ao manter o calendário eleitoral, Getúlio contrariou muitos dos que o rodeavam, porém, se apropriou da principal bandeira de luta dos oponentes, de modo que ninguém mais poderia acusá-lo de querer governar para sempre, com poderes discricionários²⁷⁸.

de lona. (...) Se estivesse no local no qual pretendia viajar, [Getúlio] teria sido apanhado em cheio pela rocha.” *Correio da Manhã*, 27, 28 e 29 de abril de 1933.

²⁷⁴ VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*, vol. 3, p. 99-108.

²⁷⁵ “No dia das eleições, a grande novidade foi apresentada ao público: a cabine eleitoral. Pela primeira vez, os brasileiros puderam exercer o direito ao voto secreto, uma das promessas básicas da Aliança Liberal e do próprio movimento civil-militar de 1939. O ‘gabinete indevassável’ - um cubículo onde o eleitor entrava e votava protegido por uma cortina - foi saudado pelos governistas como uma conquista histórica, da qual não há exemplo em 107 anos de regime representativo.” NETO, Lira. *Getúlio (1930-1945)*, p. 140. Segundo o Barão de Itararé, assim funcionaria o gabinete indevassável: “Do lado de fora, pareceria tudo perfeito. O sigilo, garantido. Do lado de dentro, por trás da cortina, um indivíduo apontaria um revólver para o eleitor indefeso e lhe imporia uma cédula já preenchida, com o nome dos candidatos oficiais.” *A Manhã*, 10 de maio de 1932. E ainda: “Outra novidade da temporada, destacada nas primeiras páginas de todos os jornais, era a presença de mulheres nas filas de votação, conquista ainda não muito bem digerida por boa parte da população masculina. O anteprojeto do código eleitoral previra que o sufrágio feminino ficaria restrito a alguns casos específicos, reservando-se o direito de voto apenas às mulheres que se enquadrassem nas seguintes condições: 1) as solteiras ‘que tenham economia própria e vivam de trabalho honesto’; 2) as viúvas; 3) as casadas que trabalhassem fora de casa, desde que ‘devidamente autorizadas pelo marido’; 4) as desquitadas; 5) as que ‘em consequência da ausência do esposo estiverem na direção da família’; e, por fim, 6) as que foram ‘deixadas pelo marido há mais de dois anos.’ Getúlio, entretanto, decidiu simplificar a lei e todas as restrições ao voto feminino foram abolidas.” Decreto nº. 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. NETO, Lira. *Getúlio (1930-1945)*, p. 141.

²⁷⁶ *Boletim do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral*, 13 de junho de 1934.

²⁷⁷ “Ora, a roda da história não anda para trás. Na sua caixa de velocidades não existe a marcha a ré. Forçá-la é insensatez”, que dizia deplorar “a pilhéria do sufrágio universal”, “as doutrinas democratescas” e a “rala água com açúcar do liberalismo flor de laranja.” Carta de Afrânio de Melo Franco a Oswaldo Aranha, 12 de agosto de 1933. Arquivo CPDOC/FGV. Documento GV C 1933.01.03/1.

²⁷⁸ “Realizou-se o grande pleito. Está cumprida a palavra do Governo Provisório, apesar de todas as desencenças e dos embaraços criados por uma paradoxal Revolução Constitucionalista, feita previamente para realizar uma constitucionalização já com data marcada.” VARGAS, Getúlio. *Diário*, vol. 1, p. 208-209.

Diversos novos partidos, todos de âmbito estadual, surgiram nos meses anteriores às eleições, porém, o Partido Comunista continua proibido de funcionar.

Além dos 214 deputados eleitos em 3 de maio, a Assembleia Constituinte receberia quarenta representantes classistas, numa edição tupiniquim do corporativismo fascista de Mussolini²⁷⁹.

Numa eleição de cartas marcadas - aliás, como praticamente todas - Góes Monteiro se lança - de comum acordo - na eleição para concorrer com Getúlio. Porém, a sua candidatura se enfraquece por culpa própria e, à ultima hora, os oposicionistas recorrem ao nome de Borges de Medeiros, ex-presidente do Rio Grande do Sul, que a anistia tornara apto a concorrer ao cargo, como forma de protesto simbólico contra o titular do Catete²⁸⁰.

Dizia Getúlio: “Com a Constituição que está para ser votada, talvez seja preferível que outro governe. Não tenho dúvidas sobre as dificuldades que vou enfrentar.”²⁸¹

Segundo Lira Neto:

“Foi de ouvido colado ao rádio e junto à família que Getúlio acompanhou, no Guanabara, a transmissão histórica, realizada direto do Palácio Tiradentes. Na sessão de 17 de julho de 1934, depois de oito meses de reuniões, a Assembleia cumpria a derradeira tarefa: eleger o futuro presidente da República. Na véspera, a nova Constituição fora oficialmente promulgada. Três dias antes, um decreto pusera fim à censura prévia aos jornais. O Brasil, portanto, passaria a viver sob o regime de plenitude legal. O poder discricionário estava no fim. A ditadura experimentava os seus estertores.”²⁸²

A carta aprovada refletia as contradições políticas do momento, ao incorporar certas aspirações tenentistas e, simultaneamente, apontar para a restauração de alguns princípios básicos da democracia liberal²⁸³.

Contudo, Getúlio classificou o texto de “monstruoso”²⁸⁴ e desabafou que seria o seu primeiro revisor.

²⁷⁹ “Se reproduzirmos simplesmente a velha e desmoralizada democracia liberal, e nada fizermos pela representação das classes, muito pouco teremos modificado a nova organização sobre a velha.” VARGAS, Getúlio. Diário, vol. 1, p. 194.

²⁸⁰ NETO, Lira. Getúlio (1930-1945), p. 188.

²⁸¹ VARGAS, Getúlio. Diário, vol. I, p. 302. E ainda: “Como aceitar o mandato de uma Assembleia, tendo eu ideias diversas dessa mesma Assembleia?” O Jornal, 8 de julho de 1934. Por fim: “Favorito absoluto em todas as bolsas de apostas, Getúlio só se preocupava com as limitações que o texto da nova Carta lhe importaria em um breve futuro.” NETO, Lira. Getúlio (1930-1945), p. 188.

²⁸² NETO, Lira. Getúlio (1930-1945), p. 188-189.

²⁸³ “Ao longo de seus minuciosos 187 artigos - contra os 91 da Constituição anterior -, instituiu-se no país o conceito de ‘segurança nacional’, regularizou-se a federalização das minas, jazidas minerais e quedas d’água, aprovou-se a expulsão de estrangeiros ‘perigosos à ordem pública’ e se reconheceu o direito dos trabalhadores a férias remuneradas, salário mínimo e limite diário na jornada de trabalho.” NETO, Lira. Getúlio (1930-1945), p. 189.

Por maioria de votos dos deputados constituintes, Getúlio Vargas foi eleito o novo presidente constitucional do Brasil e tomou posse em 20 de julho²⁸⁵: o ditador deixa o poder; o novo presidente assume - mas eles são a mesma pessoa.

“Prometo manter e cumprir, com lealdade, a Constituição Federal”²⁸⁶, disse imediatamente antes da execução do Hino Nacional.

Mas diziam as más línguas, em frase atribuída a Getúlio, que ele não parecia inclinado a cumprir a promessa, pois que: “As Constituições são como as virgens, nasceram para ser violadas.”²⁸⁷

No dia 7 de outubro, a Marcha dos Dez Mil, organizada pela ABI²⁸⁸, que buscava a implementação de um Estado Integral - antítese do Estado liberal -, livre de todo e qualquer princípio de divisão, sem partidos políticos, lutas de classes e regionalismos, isto é, de orientação claramente nazifascista, transformou-se na Batalha da Praça da Sé, ou ainda, como ficou conhecida pela esquerda, “A revoadada das galinhas verdes”, em alusão à correria dos inimigos com camisas verde-musgo pelas ruas do centro de São Paulo²⁸⁹.

No dia 11 de outubro, uma batida policial na sede do Sindicato dos Garçons, na praça dos Arcos, na Lapa, terminaria em nova cena de sangue: a Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS), dirigida por Filinto Müller, recebera denúncias sobre a organização de uma reunião geral de esquerdistas, convocada pela Frente Única Proletária e seus agentes foram enviados para impedir a realização da Assembleia e ameaçar de prisão os oradores inscritos²⁹⁰.

Porém, os sindicalistas se recusaram a obedecer a ordem de dispersar e reagiram gritando palavras de ordem genéricas contra o capitalismo e, em particular, contra Getúlio

²⁸⁴ VARGAS, Getúlio. Diário, vol. I, p. 310.

²⁸⁵ “Nunca, direta ou indiretamente, insinuei o desejo de receber essa investidura. Submeti-me, apenas, ao imperativo categórico do momento, derivado da própria Revolução, que impunha o prosseguimento da sua obra, iniciada no período ditatorial. Nunca me seduziram as regalias do poder. Aceitando a indicação do meu nome pela Constituinte, curvei-me ante o dever de completar o programa esboçado nesses últimos três anos, pois outro propósito não poderia ter quem sabe das agruras e inquietudes peculiares à vida pública.” VARGAS, Getúlio. A nova política do Brasil, vol. 3, p. 244.

²⁸⁶ Correio da Manhã, 20 de julho de 1934.

²⁸⁷ LUSTOSA, Isabel. Histórias de presidentes, p. 106.

²⁸⁸ “Não houve batalha nenhuma, mas tocia suja, com os agressores bem protegidos, alvejando do alto das janelas moços inermes e desprevenidos”, segundo Miguel Reale, então estudante de Direito, secretário da ABI e futuro catedrático da Faculdade do Largo de São Francisco. REALE, Miguel. Memórias: destinos cruzados, vol. 1, p. 79.

²⁸⁹ NETO, Lira. Getúlio (1930-1945), p. 192-195.

²⁹⁰ NETO, Lira. Getúlio (1930-1945), p. 196.

lio: “Só os soviets podem trazer o bem-estar e a tranquilidade ao operariado faminto e farto de promessas! Abaixo Getúlio Vargas!”²⁹¹

Getúlio estava convicto de que o clima de radicalização política dos últimos meses fazia parte de uma grande orquestração bolchevique para desmoralizar o governo:

“O governo necessita de leis que o fortaleçam contra essa onda dissolvente de todas as forças vivas da nacionalidade. (...) A política sente-se vacilante na repressão aos delitos, pelas garantias dadas pela Constituição à atividade dos criminosos e o rigorismo dos juizes em favor da liberdade individual.”²⁹²

Em que pese a nova Carta Magna garantisse a ampla liberdade de reunião e de manifestação política, o parágrafo nono do artigo 113, ao mesmo tempo que garantia “ser livre a manifestação de pensamento, sem dependência de censura”, ressaltava que não seria tolerada a “propaganda de guerra ou de processos violentos para subverter a ordem política ou social”, o que permitia enquadrar e silenciar os comunistas que pregavam a revolução como forma de chegar ao poder - “nos estritos termos da lei”²⁹³.

As prisões de trabalhadores suspeitos de subversão se tornariam frequentes. No geral, as abordagens policiais dispensariam as formalidades previstas em lei.

Após a ampla vitória dos candidatos oficiais nas eleições parlamentares, Getúlio convocou uma reunião geral do ministério para comunicar a decisão de municiar ainda mais o Estado contra a ação e a propaganda comunista, ainda que fosse necessária uma aliança tática com os integralistas²⁹⁴ e com a Igreja Católica²⁹⁵.

²⁹¹ Correio da Manhã, 11 de outubro de 1934. “Enquanto o corpo de Bordinalli era levado ao necrotério, cerca de vinte trabalhadores, todos feridos à bala ou a golpes de cassetete, seguiam em ambulâncias para a Assistência Pública. Os demais participantes da reunião - cerca de cinquenta homens - acabaram presos e conduzidos ao prédio da DESPS, na rua da Relação, para interrogatórios pouco ortodoxos, após passarem por um corredor polonês e serem jogados no interior dos ‘tintureiros’, os camburões policiais da época. Na sede do sindicato, apreenderam-se pilhas de boletins que defendiam a organização livre dos trabalhadores e criticavam a tutela governamental do Ministério do Trabalho sobre as associações de classe.” NETO, Lira. Getúlio (1930-1945), p. 197.

²⁹² VARGAS, Getúlio. Diário, vol. 1, p. 308-309; 319.

²⁹³ “Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, baseado no que estabelece o artigo 113, nº. 9, in finis, da Constituição da República, determinei a suspensão do periódico Jornal do Povo, devido à propaganda subversiva da ordem pública que, pelo mesmo, vem sendo feita ultimamente”, Filinto Müller, chefe de Polícia do Distrito Federal, sobre o jornal de orientação marxista. NETO, Lira. Getúlio (1930-1945), p. 199.

²⁹⁴ “O integralismo é uma forma orgânica de governo e uma propaganda útil no sentido de disciplinar a opinião.” VARGAS, Getúlio. Diário, vol. 1, p. 373.

²⁹⁵ “Anticlerical na juventude, homem essencialmente cético, passara a utilizar a religião como instrumento político na luta contra o fantasma comunista. Pragmático, desde sua chegada ao poder tomara uma série de medidas que o fizeram gradativamente conquistar a simpatia e a adesão do clero a seu governo. No início, a aproximação fora costurada pelo católico Francisco Campos, ex-ministro da Educação, artífice do decreto do Governo Provisório que, em abril de 1931, consentira na inclusão da educação religiosa nas escolas. (...) Na íntegra do discurso publicado pela imprensa, constava, entre outras teses, a de que seria ‘sobre a sólida formação cristã das consciências de um povo que repousam as garantias mais seguras

Em 28 de março de 1935 seria votada a “Lei Monstro”, uma Lei de Segurança Nacional, a qual definia os crimes contra a ordem política e social, um neologismo jurídico que garantia o controle e a repressão mais eficazes sobre os inimigos do regime, com um rol de penalidades²⁹⁶ que alcançava aqueles que ousassem: “aliciar ou articular pessoas”, “fazer funcionar estações radiotransmissoras clandestinas”, “instigar desobediência coletiva ao cumprimento da lei”, “incitar militares à indisciplina”, “distribuir entre soldados e marinheiros quaisquer papéis, impressos, manuscritos, datilografados, mimeografados ou gravados em que se contenha material subversivo”, “divulgar notícias falsas”, “insuflar o ódio entre as classes sociais”, “preparar a paralisação dos serviços públicos” e “dirigir agremiações cuja atividade se exerça no sentido de modificar a ordem política ou social”.

Na prática, a Lei de Segurança Nacional devolvia ao governo boa parte dos poderes discricionários que a reconstitucionalização lhe arrebatara: não haveria mais o direito de pensar em voz alta!²⁹⁷

Num contexto em que a legislação trabalhista não conseguia mais represar as demandas do movimento operário, com diversas greves²⁹⁸ tanto no setor público quanto no privado, as quais expressavam as insatisfações dos trabalhadores com os baixos salários, a elevação do custo de vida e a obrigatoriedade do sindicato único, a Lei de Segurança Nacional foi aprovada com larga vantagem no plenário da Câmara²⁹⁹, pela capitalização do clima de antagonismo ideológico em que o país se encontrava.

de sua estrutura social e as esperanças mais fundadas da grandeza, estabilidade e desenvolvimento de suas instituições’. (...) Para quem, anos antes, no discurso acadêmico de formatura, dissera que o cristianismo representava um atraso para a história da humanidade, tais palavras soavam como uma espantosa conversão.” NETO, Lira. Getúlio (1930-1945), p. 202-203. E ainda: “Esses dias foram pontuados de fatos interessantes. No primeiro casei-me religiosamente. Não o havia feito ainda, por ausência eventual do padre na época do casamento civil, e por um caso de consciência. Fi-lo agora para atender minha mulher, e também por um caso de consciência... transformação lógica do pensamento. O padre da sede foi trazido à tarde pela mulher do Protásio, e o casamento realizou-se em segredo, com conhecimento de poucas pessoas.” VARGAS, Getúlio. Diário, vol. 1, p. 343.

²⁹⁶ Lei nº. 38, de 4 de abril de 1935. Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1935.

²⁹⁷ CARONE, Edgar. Manifesto operário contra a Lei de Segurança Nacional. A Segunda República, p. 309-315-

²⁹⁸ “Os movimentos paredistas aterrorizavam o empresariado e as classes médias urbanas, que começaram a clamar por atos mais decididos do governo em nome da manutenção da ordem. Em quatro anos, de 1930 a 1934, com base na ideia de ‘expulsar do território nacional os estrangeiros perigosos à ordem pública ou nocivos ao interesse do país’, 178 líderes do movimento operário já haviam sido banidos do Brasil.” NETO, Lira. Getúlio (1930-1945), p. 207.

²⁹⁹ “Getúlio convencera os deputados a subscrever o projeto de lei, que ia na contramão dos conteúdos liberalizantes incluídos na nova Carta. Os homens que haviam elaborado a Constituição que tanto desgostara o governo eram os mesmos que iriam aprovar, naquele dia, a Lei Monstro, pela esmagadora maioria de 116 votos contra 26. Em meados do ano anterior, um artifício regimental prorrogara o mandato dos constituintes até julho de 1935, quando só então tomariam posse as novas bancadas eleitas em outubro de

Diante da impossibilidade de atender às reivindicações salariais que brotavam por todos os lados, semelhante a um processo de metástase, o qual contaminara toda a sociedade, a única solução, para além da coação pura e simples, seria fabricar um antídoto permanente de apoio popular ao governo, por intermédio da propaganda.

Em viagem pela Europa, Simões Lopes, secretário de gabinete da presidência da República, escreveu para Getúlio:

“O que mais me impressionou em Berlim foi a propaganda sistemática, metodizada, do governo e do sistema de governo nacional-socialista. Não há em toda a Alemanha uma só pessoa que não sinta, diariamente, o contato do nazismo ou de Hitler. (...) A organização do Ministério da Propaganda alemão fascina tanto que eu me permito sugerir a criação de uma miniatura dele no Brasil.”³⁰⁰

Getúlio Vargas aceitou a proposta e cogitou entregar a tarefa de organizar o Departamento de Propaganda e Difusão ao diplomata e escritor modernista Ronald de Carvalho, porém, com a sua morte precoce, o segundo a ser sondado foi Monteiro Lobato, o qual foi convocado ao Guanabara para ouvir a proposta, porém vindo a rejeitá-la. Por fim, a tarefa coube a Lourival Fontes³⁰¹, com as seguintes finalidades: “a) estudar a utilização do cinema e do rádio como meio de difusão e publicidade governamental; b) estimular a produção e a exibição de ‘filmes educativos’ por meio de ‘prêmios e favores fiscais’; c) classificar e censurar as obras cinematográficas; d) orientar a cultura física”³⁰².

Segundo Lira Neto:

“O objetivo, estava claro, era submeter as manifestações audiovisuais e radiofônicas a uma orientação cívica e nacionalista, em tudo semelhante à que nortearia, a partir daquele ano de 1935, o disciplinamento do Carnaval carioca - a festa, antes espontânea, começara a ser subvencionada pela prefeitura do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, introduzindo-se a premiação oficial e a obrigatoriedade de

1934. À época, mesmo dentro dos altos escalões do governo houve quem acusasse Getúlio de ter tramado o alongamento dos mandatos, em troca do apoio prévio da Assembleia à sua eleição como presidente constitucional.” NETO, Lira. Getúlio (1930-1945), p. 206.

³⁰⁰ Carta de Simão Lopes a Getúlio Vargas. VIANNA, Marly de Almeida Gomes. Revolucionário de 35: sonho e realidade, p. 107.

³⁰¹ No primeiro número, de 1931, da revista de ensaios Hierarquia, publicou o artigo ‘O sindicato no Estado fascista’, no qual se podia ler a louvação ao regime instaurado por Benito Mussolini na Itália: ‘O Estado fascista não é capitalista, nem proletário, nem tentativa socialista, nem reação burguesa, nem dialética liberal. É o Estado que assegura o bem-estar a todos os cidadãos, eleva as suas condições sociais, o seu padrão de vida, a sua conduta moral, o seu teor político dentro do desenvolvimento de potência nacional.’ FONTES, Lourival. Hierarquia, vol. 1, agosto de 1931. E ainda: “Ao escolher Lourival Fontes para o DPDC, Getúlio sabia que estava optando por alguém com estreita ligação com a Igreja Católica. O novo auxiliar era simpatizante do Centro Dom Vital, associação civil de cunho religioso que orbitava em torno da figura do cardel d. Sebastião Leme e tinha no combate ao comunismo uma de suas principais diretrizes.” NETO, Lira. Getúlio (1930-1945), p. 210-211.

³⁰² NETO, Lira. Getúlio (1930-1945), p. 210.

registro das escolas de samba na polícia. Um gênero musical antes marginalizado era convenientemente domesticado e passava a gozar do status de trilha sonora ideal para a ‘festa máxima da brasilidade’, para os ‘cortejos baseados em motivos nacionais’, conforme carta enviada pelo presidente da recém-fundada União das Escolas de Samba, Flávio Paulo Costa, ao prefeito carioca Pedro Ernesto.”³⁰³

Em 1935, ao passo que Getúlio viajava para a Argentina³⁰⁴ e o Uruguai, com o objetivo de estreitar os laços políticos, econômicos e comerciais, o Itamaraty lançara um esforço sistemático para que os vizinhos da Bacia do Prata adotassem uma atitude anti-comunista e antisoviética, evitando qualquer tipo de aproximação com o regime de Josef Stálin na União Soviética³⁰⁵.

Foi nesse contexto que o serviço secreto britânico (MI6) advertiu Getúlio, por meio do embaixador inglês no Brasil, Sir William Seeds, sobre a existência de espões e “terroristas” soviéticos em território brasileiro, a postos para a conflagração comunista, treinando pessoal e articulando o golpe subversivo³⁰⁶.

O “comitê russo” agiria em estreita articulação com o clandestino Partido Comunista Brasileiro (PCB) e com a tática de aproximação com a Aliança Nacional Libertadora (ANL)³⁰⁷, conforme plano oficializado poucos meses depois, durante o VII Congresso da Internacional Comunista, entre o final de julho e início de agosto daquele ano de 1935, a fim de dar uma fachada legal ao movimento conspiratório, ainda que para tal finalidade fosse recomendado o abandono temporário de jargões mais radicais como “ditadura do proletariado” em troca da adesão momentânea às bandeiras genéricas da ANL³⁰⁸.

³⁰³ ZAUDER, F. História das escolas de samba, vol. 3, p. 40.

³⁰⁴ “O governo requerido usará de todos os meios disponíveis para impedir que em sua jurisdição se equipe, se arme ou se adapte qualquer embarcação para uso bélico, quando, por motivos fundamentados, se acredite que ela seja destinada a operar em favor dos eventuais rebeldes.” El Mundo, 25 de maio de 1935.

³⁰⁵ HILTON, Stanley. A rebelião vermelha, p. 64-65.

³⁰⁶ Uma dupla disfarçada como um casal eram nada mais nada menos do que Luís Carlos Prestes, sem a barba que ostentava nos tempos da Coluna, e Olga Benário, que atirava, pilotava aviões e saltava de paraquedas, cuja missão era garantir a segurança pessoal do camarada brasileiro que o Komintern desejava instalar no poder após a queda de Getúlio Vargas.

³⁰⁷ “Até então o Komintern proibia qualquer tipo de aliança com partidos ou agremiações não comunistas. Mas a ascensão de um inimigo comum - o nazifascismo - forçara uma reavaliação de cenário e se traduzira em um novo modo de ação política, consubstanciado na composição de frentes amplas nacionais antifascistas.” NETO, Lira. Getúlio (1930-1945), p. 229.

³⁰⁸ “Reforma agrária, combate ao fascismo, não pagamento da dívida externa e luta pelas liberdades democráticas. Em vez de pregar a revolução comunista, os militantes do Partido deveriam fazer a defesa de um ‘governo popular nacional revolucionário’, de caráter democrático-burguês, capaz de aglutinar as forças antifascistas contra Getúlio. No lugar do tradicional ‘Todo poder aos soviets!’, a palavra de ordem deveria ser ‘Todo poder à ANL!’.” NETO, Lira. Getúlio (1930-1945), p. 229.

A estratégia contraofensiva de Getúlio era: “ação enérgica de repressão e de reação pela propaganda, criando um ambiente propício à ação do governo.”³⁰⁹

Além da publicação de O Globo, com sua “ignóbil vilania da imprensa de aluguel”, como definiu a ANL, a propaganda anticomunista desencadeada pelo governo ganhou mais fôlego com a divulgação, pelo Jornal do Brasil, de duas cartas interceptadas pela polícia de Pernambuco e endereçadas a Silo Meireles, membro do comitê central do PCB, homem de confiança de Luís Carlos Prestes e encarregado de estabelecer as bases do levante no “Norte” do país, as quais continham, em síntese, as principais recomendações do Komintern à cúpula do PCB: “unir forças à NAL e acelerar a luta no campo. A sugestão de atrair para a causa o bandido mais procurado do país, Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião³¹⁰, também estava entre as determinações de Moscou.”³¹¹

Getúlio pediu a Assis Chateaubriand que intermediasse um jantar entre ele e figuras expressivas do empresariado: “o patrão quer que você junte seus tubarões”³¹², teria dito Alzira Vargas, emissária do presidente.

O jantar foi realizado na casa de Guilherme Guinle, diretor do Centro Industrial Brasileiro (CIB), embrião da futura Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, porém, Getúlio saiu decepcionado do encontro: “em vez de conseguir a adesão dos convidados para uma cruzada contra o comunismo, passou a noite inteira ouvindo queixas e reclamações dos empresários à política trabalhista do governo.”³¹³

³⁰⁹ VARGAS, Getúlio. Diário, vol. 1, p. 398. “A propaganda antecedeu a repressão. Na quarta-feira seguinte, 26 de junho, O Globo publicou uma manchete explosiva, em letras maiúsculas: SOVIETES NO BRASIL! A matéria, endossada em editorial pelo próprio diretor da publicação, o jornalista Roberto Marinho, denunciava a existência de agentes russos no Rio de Janeiro e dizia que o governo deitara a unha em um documento sigiloso, produzido por Moscou, contendo os planos de uma revolução marxista a ser desfechada no país de modo ‘rápido e violento’.” NETO, Lira. Getúlio (1930-1945), p. 228.

³¹⁰ “Foi Luís Carlos Prestes quem convenceu o Kominter do fantasioso potencial revolucionário dos bandoleiros da caatinga. Um ano antes, quando se encontrava na União Soviética, Prestes publicara um artigo no qual afirmava que os cangaceiros ‘vivem do dinheiro e das mercadorias arrancados dos grandes proprietários de terras e dos comerciantes ricos’. Essa visão idealizada de que Lampião era uma espécie de Robin Wood sertanejo, um ‘bandido social’, plantou raízes no imaginário das esquerdas, mas ignorou todo o conjunto de violências praticadas pelo Rei do Cangaço e seu bando contra a população mais pobre da região - e também sua cumplicidade estratégica com poderosos coronéis, a quem ofereciam o serviço de milícia em troca de proteção contra a perseguição policial.” NETO, Lira. Getúlio (1930-1945), p. 229. E ainda: PINHEIRO, Paulo Sérgio. Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, p. 275. Ver também: MELLO, Frederico Pernambucano de. Guerreiros do sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil.

³¹¹ “Empenhar-se na tarefa de estabelecer contatos mais estreitos com as massas de grupos de cangaceiros; postar-se à frente de sua luta, dando-lhe o caráter de luta de classes, e em seguida vinculá-los ao movimento geral revolucionário do proletariado e do campesinato brasileiro.” WAACK, William. Camaradas, p. 55-56.

³¹² MORAIS, Fernando. Chatô: o rei do Brasil, p. 360.

³¹³ NETO, Lira. Getúlio (1930-1945), p. 231. “Eu estou tentando salvar esses burgueses burros e eles não entendem.” MORAIS, Fernando. Chatô: o rei do Brasil, p. 360.

No dia 5 de julho, uma portaria do chefe da Polícia, Filinto Müller, proibia qualquer tipo de manifestação em praça pública e condicionava reuniões em recintos fechados à prévia autorização da Delegacia Especial de Segurança Pública³¹⁴, o que inviabilizava o grande comício da Aliança Nacional Libertadora, marcado para aquela data, a ser realizado no Estádio Brasil, em São Cristóvão³¹⁵.

Aos gritos da multidão, com os punhos cerrados para o ar, que exaltava o nome do comandante da Coluna Invicta, Luís Carlos Prestes, o estudante de Direito Carlos Lacerda foi escolhido para ler o manifesto da ANL³¹⁶: foi o motivo para o governo mandar fechar as portas da organização política com base na Lei de Segurança Nacional³¹⁷.

Enquanto o governo se esquivava de apresentar justificativas para a lei de exceção aplicada contra os adversários da ANL³¹⁸, num contexto de polarização ideológica mundial, o Brasil selara um acordo para o pagamento de parte do serviço da dívida com os banqueiros ingleses e se encontrava em plena negociação com o Congresso para ratificar um grande convênio comercial com os Estados Unidos, envolvendo reduções de alíquotas e isenções tarifárias. A assinatura final do tratado, porém, vinha esbarrando na pressão norte-americana para que o governo brasileiro abandonasse o comércio de compensação com a Alemanha³¹⁹ e a Itália³²⁰.

³¹⁴ O editorial de A Manhã, assinado pelo diretor de redação Pedro Mota Lima, afirmava que Getúlio havia traído os ideais tenentistas que inspiraram o movimento que o alçara ao poder: “Hoje, o sr. Getúlio Vargas aparece tal qual é, tal qual sempre foi - um reacionário dissimulado, um inimigo do povo, intrometido no movimento libertadora para melhor servir às camorras de que provinha. (...) Querem transformar o Brasil num imenso cárcere!” A Manhã, 6 de julho de 1935.

³¹⁵ A reunião, reduzida à capacidade de espaço da própria sede da ANL, no primeiro andar do prédio de número 1 da avenida Almirante Barroso, vizinho do Largo da Carioca, começou às 20h, com simpatizantes do movimento e “investigadores da DESPS disfarçados em meio à numerosa assistência. Por isso, antes da meia-noite, Getúlio receberia um dossiê completo, datilografado, sobre tudo o que ocorrera no evento.” NETO, Lira. Getúlio (1930-1945), p. 234-235.

³¹⁶ “O duelo está travado. Os dois campos definem-se cada vez mais com maior clareza para as massas. De um lado, os que querem consolidar no Brasil uma ditadura fascista, liquidar os últimos direitos democráticos do nosso povo e acabar a venda e a escravização do país ao capital estrangeiro. Do outro, todos os que, na fileiras da Aliança Nacional Libertadora, querem defender de todas as maneiras a liberdade nacional do Brasil, com pão, terra e liberdade para seu povo. Brasileiros! Vós, que nada tender para perder e a riqueza imensa de todo o Brasil a ganhar, arrancai o Brasil das garras do imperialismo e de seus lacaios! Todos à luta pela libertação nacional do Brasil! Abaixo o fascismo! Abaixo o governo odioso de Vargas! Por um governo popular nacional revolucionário! Todo o poder à Aliança Nacional Libertadora!” SILVA, Hélio. A revolta vermelha, 1935, p. 185-188. E ainda: CARONE, Edgard. A segunda república, p. 430-440.

³¹⁷ Decreto nº. 229, de 11 de julho de 1935. Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1935, vol. 2.

³¹⁸ “O próprio governo parecia ter se surpreendido com a ausência quase absoluta de reações populares à proibição da Aliança.” NETO, Lira. Getúlio (1930-1945), p. 241.

³¹⁹ “A Alemanha de Hitler adquiria arroz, algodão, café, carne, couro, laranja e tabaco nacionais em troca de produtos manufaturados germânicos, o que fazia do país o parceiro comercial mais importante do Reich na América Latina. NETO, Lira. Getúlio (1930-1945), p. 239-240.

No dia 26 de novembro, durante a madrugada, o movimento comunista explodira em duas unidades do Exército na capital federal, na Escola de Aviação, no Campos dos Afonsos, e o 3º Regimento da Infantaria, na Praia Vermelha, em uma tentativa frustrada, por acontecimentos distantes do Rio de Janeiro em Natal e no Recife, que motivaram a equivocada antecipação da revolta, inicialmente prevista para o final do ano ou início de 1936, pois “quando Luís Carlos Prestes resolveu desencadear a revolta no Rio em solidariedade aos camaradas nordestinos, já derrotados no Recife e praticamente batidos em Natal, o Brasil vivia em pleno estado de sítio, com todas as Forças Armadas postas em prontidão.”³²¹

Centenas de milhares de militantes comunistas foram presos.

E ainda assim, o governo considerava que a Lei de Segurança Nacional era demasiado leve para castigar os insurgentes³²².

Em seguida, reunido todo o ministério, Getúlio comunicou as providências que decidira tomar: “Quem estiver de acordo, que me siga; quem não estiver, se afaste.”³²³

Diante da “ameaça vermelha”, conseguiu obter apoio da opinião pública - ou seria publicada(?)³²⁴ - e do debate parlamentar³²⁵.

³²⁰ “Uma prometida encomenda de 20 mil toneladas de carne nacional e um grande desembarque de matérias-primas agrícolas deveriam entrar como contrapartida na aquisição de uma frota de submarinos italianos de segunda mão para a Marinha brasileira.” NETO, Lira. Getúlio (1930-1945), p. 240.

³²¹ “Não havia mais o que fazer. Estavam derrotados. Só lhes restava desmontar os aparelhos e apagar os rastros que poderiam conduzir a polícia até eles.” NETO, Lira. Getúlio (1930-1945), p. 248-249.

³²² “A reação do espírito público contra os rebeldes e as crueldades praticadas está a exigir um castigo exemplar. (...) A Constituição, porém, não permite várias medidas aconselhadas. Só suspendendo parcialmente os efeitos da própria Constituição.” VARGAS, Getúlio. Diário, vol. I, p. 448-449. E, no mesmo sentido, Filinto Müller lamentava que “na repressão, temos de nos conformar, de acordo com a Constituição, aos limites estabelecidos em lei”, de modo a sugerir que a solução definitiva exigia “profundas modificações do estatuto político brasileiro, a fim de que o governo seja dotado de meios rápidos e enérgicos para a repressão do extremismo.” Documentos sobre as medidas repressivas adotadas pelo governo e pelas Forças Armadas em relação aos participantes do movimento comunista. Arquivo CPDOC/FGV. Documento GV C 1935.12.03/3.

³²³ VARGAS, Getúlio. Diário, vol. I, p. 448.

³²⁴ “Não possuímos legislação que permita realizar as medidas necessárias à profilaxia social? Não hesite em decretá-las o Poder Legislativo, certo de que nesse momento, diante dos dolorosos exemplos recentes de que todos fomos testemunhas, terá o apoio e o aplauso unânime da opinião pública.” O Estado de São Paulo, 4 de dezembro de 1935. No mesmo sentido: “Enquanto não se instituir a república ditatorial, continuará a mesma alternativa de tiranias e revoltas.” Correio da Manhã, 1º de dezembro de 1935. E por fim: “A repressão ao comunismo tornou-se uma obrigação nacional.” Jornal do Brasil, s/d de dezembro de 1935. Em agradecimento, Getúlio, homenageado na ABI com o título de sócio benemérito, após conceder-lhes verbas oficiais para começarem a construir a sede própria na rua Araújo Porto Alegre, 71, disse: “Quando se tornou necessário assegurar a integridade da pátria, não foram menos bravos os combatentes da pena, cerrando fileiras em torno do poder público, prestigiando-o, esclarecendo a opinião e repelindo, com energia, a audácia dos executores do plano arquitetado e custeado por estrangeiros para transformar o Brasil em colônia de Moscou.” VARGAS, Getúlio. A nova política do Brasil, vol. 4, p. 174-175.

³²⁵ “Em 17 de dezembro de 1935, após uma reunião que Getúlio classificou de ‘sessão memorável’, a Câmara aprovou três emendas propostas em regime de urgência pelo governo. Para manter os ares de legalidade, o estado de sítio foi momentaneamente suspenso no dia da votação, para não se ferir o artigo

Segundo LIRA NETO:

“Tão logo conseguiu aprovar as três emendas, Getúlio restabeleceu o estado de sítio, prorrogando-o por mais noventa dias, período durante o qual os quartéis, as delegacias de polícia e os presídios do país ficaram abarrotados de inimigos - reais e imaginários - do governo. Foi preciso ultimar a criação de cinco novas colônias penais agrícolas para dar conta do grande número de prisioneiros considerados ‘perigosos socialmente’.”³²⁶

Com a prisão de Ernest Ewert, o principal agente do Komintern no Brasil, e de Elise Saborovsky, sua esposa, Filinto Müller obteve informações por intermédio de Delinda Dias, a empregada da casa, descobrindo o aparelho de Luís Carlos Prestes, a poucas quadras dali.

Era o ingrediente que faltava para, no plano interno, vencer a opinião pública de que o país estava sob a ameaça bolchevique, com a promoção de uma campanha sistemática de prisões arbitrárias e de perseguição a jornalistas, professores e intelectuais³²⁷.

Na noite do dia 31 de dezembro de 1935, na saudação de Ano-Novo aos trabalhadores brasileiros, Getúlio discursou em cadeia nacional de rádio:

“Alicerçado no conceito materialista da vida, o comunismo constitui-se o inimigo mais perigoso da civilização cristã. À luz de nossa formação espiritual, só podemos concebê-lo como o aniquilamento absoluto de todas as conquistas da cultura ocidental, sob o império dos baixos apetites e das ínfimas paixões da humanidade. (...) A punição dos culpados e responsáveis pelos acontecimento de novembro

178 da Carta Magna, que vedava qualquer reforma no texto constitucional durante a vigência de períodos de exceção. (...) A primeira delas, aprovada por 210 votos contra 59, autorizava o presidente da República a equiparar a então ‘comoção intestina’ ao estado de guerra, o que quando posto em prática significaria a abolição de praticamente todas as garantias constitucionais. A segunda emenda, que passou com 216 votos a favor e 53 contra, determinava a perda de patente e de posto, por decreto do Executivo, de qualquer oficial da ativa ou da reserva que houvesse praticado crime de subversão. A terceira, por fim, aprovada com 216 sufrágios contra 51, definia que os funcionários públicos acusados de crimes políticos também estavam sujeitos à demissão sumária.” NETO, Lira. Getúlio Vargas (1930-1945), p. 253-254.

³²⁶ NETO, Lira. Getúlio Vargas (1930-1945): E também: DULLES, John. W. F. Sobral Pinto: A consciência do Brasil, p. 89.

³²⁷ “Entre os prisioneiros do regime, logo se incluiria o nome do escritor Graciliano Ramos, que legou à posteridade um eloquente testemunho do obscurantismo político em que então vivia o país, nos dois volumes de seu já clássico Memórias do Cárcere: ‘Começamos oprimidos pela sintaxe e acabamos às voltas com a Delegacia de Ordem Política e Social.’. A médica Nise de Silveira, uma das pioneiras no tratamento humanitário de esquizofrênicos e de outros pacientes com distúrbios psiquiátricos no país, também foi mandada para a cadeia, denunciada por participar da União Feminina do Brasil e por possuir livros marxistas em sua biblioteca particular. O escritor Jorge Amado, que havia lançado seu quarto romance, Jubiabá, foi outro a ser preso. O professor e pedagogo Anísio Teixeira, um dos maiores nomes da história da educação no país, terminou afastado do cargo de secretário de Educação e Cultura do Distrito Federal por suspeita de ligação com os comunistas. O cronista Rubem Braga, para continuar a sobreviver como jornalista, recorreu a pseudônimos, disfarces e esconderijos na casa de amigos e parentes.” NETO, Lira. Getúlio Vargas (1939-1945), p. 256-257. E também: RAMOS, Graciliano. Memórias do Cárcere, vol. 1, p. 34. E ainda: “Não prendi nem mandei prender ninguém, individualmente. Acredito que dentro da precipitação e do medo muitas injustiças tenham sido cometidas. É necessário, primeiro, dar tempo para que os ânimos se acalmem”, justificou-se Getúlio à filha Alzira, quando esta lhe indagou a respeito da detenção de um grupo de professores da Faculdade de Direito. VARGAS, Alzira. Getúlio Vargas, meu pai, p. 212-214.

impõe-se como ato de estrita justiça e de reparação, como exercício legítimo do direito de defesa da sociedade, em face da atividade criminosa e organicamente antissocial dos inimigos declarados e conhecidos. (...) Torna-se indispensável também fazer obra preventiva e de saneamento, desintoxicando o ambiente, limpando a atmosfera moral e evitando principalmente que a mocidade, tão generosa nos seus impulsos e tão impressionável nas suas aptidões de percepção e de inteligência, se contamine e se desvie do bom caminho ao influxo e sob o exemplo dos maus e dos falsos condutores, em geral mesquinhos, perversos e pedantes.”³²⁸

Em seguida, Getúlio instalou uma Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, que tinha por objetivo, além de incentivar, em caráter oficial, as delações públicas de adversários políticos, receber denúncias e propor a detenção de qualquer pessoa cuja atividade fosse reputada como potencialmente “prejudicial às instituições políticas e sociais do país”³²⁹:

“Não havia necessidade de provas sólidas ou mesmo de se verem respeitados os ritos próprios à Justiça. A simples denúncia obrigava a prisão imediata do suspeito. Não era a certeza da prática efetiva do crime, mas a mera possibilidade de um delito vir a ser praticado que determinava o encarceramento de um indivíduo.”³³⁰

Ao longo dos seis meses seguintes, nesse clima generalizado de caça às bruxas, a polícia política faria um total de 7056 prisões³³¹, conforme as estatísticas oficiais apresentadas com orgulho por Filinto Müller, embora os números verdadeiros por certo atingiram índices muito maiores, tendo em vista que muitos suspeitos foram presos sem a devida formalização, e com denúncias constantes de maus-tratos, por conta da instituição da tortura como método investigativo dos porões do governo³³².

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) indicou o defensor Heráclito Fontoura Sobral Pinto, advogado, de rígida formação católica, anticomunista, para defender o

³²⁸ VARGAS, Getúlio. A nova política do Brasil, vol. 4, p. 174-175.

³²⁹ Carta de Vicente Paulo Francisco Rao a Getúlio Vargas, 18 de janeiro de 1936. Arquivo CPDOC/FGV. Documento GVC 1936.01.18/1.

³³⁰ PINHEIRO, Paulo Sérgio. Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, p. 321. Toda e qualquer coincidência com a Operação Lava-Jato sob a condução inquisitorial da 13ª Vara Federal da “região agrícola do nosso país” não é mera coincidência, afinal, todos os golpes se parecem: “As medidas de repressão ao comunismo não podem estar sujeitas a delongas que, em geral, se verificam nos processos judiciais, destinados a garantir a defesa dos acusados.” Deputado gaúcho Adalberto Correia, presidente da CNRP, citado por SILVA, Helio. 1937, Todos os golpes se parecem, p. 132.

³³¹ Correio da Manhã, 10 de julho de 1937.

³³² “No Rio de Janeiro, o caso mais brutal de que se tinha notícia era o de Ernest Ewert, colocado em uma espécie de jaula, no socavão debaixo de uma escada, de onde não se podia sair um único instante a não ser para ser interrogado - e torturado. Ewert foi vítima sistemática de choques elétricos na cabeça, no pênis e no ânus, além de sofrer queimaduras com pontas de cigarro e charuto por todo o corpo. Dormia no chão, onde era obrigado a comer em meio aos próprios excrementos. Não podia tomar banho e jamais lhe permitira trocar de roupa. Sua esposa, Elise, foi arrastada pelos cabelos até a sala de interrogatório, onde chegou a ser estuprada repetidas vezes na frente do marido. Um era obrigado a assistir às mortificações infligidas ao outro.” DULLES, John W. F. Sobral Pinto: a consciência do Brasil, p. 92. HILTON, Stanley. A rebelião vermelha, p. 103. LEVINE, Robert. O regime de Vargas: os anos críticos, p. 198. MORAIS, Fernando. Olga, p. 106. WAACK, William. Camaradas, p. 343.

detento Arthur Ernest Ewert, o qual ficou escandalizado com as circunstâncias em que encontrou o prisioneiro. Em sua defesa, invocou um decreto presidencial assinado por Getúlio, em 1934, que previa multas e pena de prisão para quem infligisse maus-tratos a animais:

Afinal, “se era crime açoitar uma criatura irracional, o que diria então aplicar semelhantes suplícios a um ser humano? Foi ignorado e, como resultado das surras e da pressão psicológica a que ficou submetido durante os mais de seis anos em que permaneceria preso, Arthur Ernest Ewert enlouqueceu. Foi mandado mais tarde para um manicômio judiciário e ‘medicado’ com doses cavалares de testosterona, insulina e anticonvulsivos. Jamais recuperaria a sanidade mental.”³³³

Diversos agentes do Komintern no Brasil iam sendo capturados, um após outro, pelos investigadores de Filinto Müller, até que, na manhã de 5 de março, a polícia finalmente localizou Prestes e Olga em uma casa no Méier.

Uma hora depois:

“Victor Allen Baron foi encontrado sem vida no chão de cimento do pátio da sede da Polícia Especial. Segundo a versão divulgada por Filinto Müller, ele se suicidara, pulando de uma janela do terceiro andar do prédio, após pedir a um investigador para ir ao banheiro. Embora se tratasse de um comunista, Baron era um legítimo cidadão norte-americano, e por isso o embaixador dos Estados Unidos, Hugh Gibson, interessou-se pelo caso. Constrangido, Filinto reconheceu ao diplomata que o prisioneiro sofrera alguns ‘apertos’ durante os interrogatórios. O embaixador enviou um relatório completo a Washington, informando que Baron passara por ‘medidas de terceiro grau’, um eufemismo para definir tortura.”³³⁴

Enquanto isso, o representante brasileiro em Berlim, José Joaquim Moniz de Aragão, manifestava a sua satisfação pelo encontro pessoal com Adolfo Hitler ao apresentar as credenciais diplomáticas:

“Pedi-me Sua Excelência para agradecer vivamente ao Excelentíssimo Sr. Getúlio Vargas aos cumprimentos que lhe transmiti em seu nome e, outrossim, encarregou-me de apresentar ao nosso presidente da República as suas mais efusivas congratulações por ter podido dominar o recente movimento comunista que irrompeu no Brasil.”³³⁵

³³³ NETO, LIRA. Getúlio Vargas (1930-1945), p. 259-260.

³³⁴ HILTON, Stanley. A rebelião vermelha, p.103. “Numa conversa particular com o embaixador brasileiro Oswaldo Aranha na Casa Branca, o próprio presidente dos Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt, mandou um recado pacificador a Getúlio, de quem aliás costumava receber caixas de charuto brasileiros produzidos na Bahia: [Roosevelt] adiantou-me, no caso do suicídio do americano, que não lhes cabe examinar o assunto, uma vez que a defesa da ordem publica de um país é um direito que exclui todos os demais.” Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas, 22 de abril de 1936. Arquivo CPDOC/FGV. Documento GV C 1936.04.22.

³³⁵ Despacho de Moniz de Aragão ao Ministério de Relações Exteriores, 29 de janeiro de 1936. Arquivo do Itamaraty. In: HILTON, Stanley. A rebelião vermelha, p. 149: “O Führer conversou comigo durante um longo tempo, tendo mesmo excedido ao que normalmente é concedido para audiências do gênero.”

Nesta reunião, Hitler propôs fornecer a experiência alemã contra os esquerdistas ao governo brasileiro por meio de um intercâmbio entre as autoridades policiais brasileiras e a Geheime Staatspolizei - a Gestapo, polícia secreta nazista³³⁶.

Foi a Gestapo quem ajudou Filinto Müller a identificar a companheira de Prestes: nos interrogatórios, ela se negava a revelar a sua identidade e origem, afirmando apenas ser “Maria Prestes”. Após o envio aos alemães de recortes de jornais brasileiros enviados pelo Itamaraty com a foto de Olga em destaque, obteve-se resposta:

“Depois de apuradas sindicâncias, o serviço secreto alemão informou-me ter podido identificar Maria Prestes, que aí se intitula esposa de Luís Carlos Prestes. (...) Ela é Olga Benario, agente comunista da Terceira Internacional, deveras eficiente, de grande inteligência e coragem. É de raça israelita [sic], tendo nascido em 12 de fevereiro de 1908, em Munique, na Bavária.”³³⁷

O referido intercâmbio não se resumiu apenas à troca de informações. Constan de registros históricos que o capitão Afonso de Miranda Correia, delegado especial, homem de confiança de Filinto, embarcou rumo a Berlim, após receber o convite oficial do governo alemão para fazer um estágio na polícia secreta alemã, a fim de obter técnicas, métodos e procedimentos da Gestapo, conhecidas pelo repertório de martírios impostos aos judeus em suas tenebrosas salas de interrogatório³³⁸.

Pergunta-se: Getúlio Vargas tinha conhecimento de tais acordos de cooperação e das barbáries que eram praticadas pela polícia política brasileira?

Em março, o deputado Otávio da Silveira, da bancada do Paraná, região agrícola do nosso país, remeteu a Getúlio um telegrama em forma de denúncia, comunicando que dois prisioneiros, Adalberto Fernandes e Clóvis Araújo Lima, estavam sendo submetidos a condições desumanas, bárbaras e seviciosas nos calabouços da DESPS: “Isso sei por informações seguras, bem como o soldado Abesguardo Martins morreu vítima de espancamentos da Polícia Especial. (...) Levo esses fatos a seu conhecimento porque

³³⁶ “Ainda em fevereiro, a Gestapo encaminhou ao Brasil, por meio de Moniz de Aragão, a ficha completa de Arthur Ernest Ewert, na qual este era descrito como um sujeito extremamente perigoso, acusado de alta traição pelo Reich, alvo de inúmeros processos criminais por suas atividades comunistas em Berlim: ‘Junto Vossa Excelência encontrará fotografias de Arthur Ewert, sua ficha policial e impressões digitais’, escreveu Aragão a Soares”, ministro brasileiro das Relações Exteriores. Despacho de Moniz de Aragão ao Ministério de Relações Exteriores, 4 de fevereiro de 1936. Arquivo do Itamaraty. In: HILTON, Stanley. A rebelião vermelha, p. 152-153.

³³⁷ Despacho de Moniz de Aragão ao Ministério de Relações Exteriores, 29 de abril de 1936. Arquivo do Itamaraty. In: HILTON, Stanley. A rebelião vermelha, p. 155-156.

³³⁸ “O governo brasileiro estimaria que o capitão Miranda Correia pudesse estudar, durante sua estada na Alemanha, tudo que diz respeito ao combate e à desarticulação da propaganda comunista”, agradeceu o representante oficial brasileiro em Berlim, Moniz Aragão. Memorando reservado, do embaixador brasileiro na Alemanha, Moniz de Aragão, ao chefe da seção da América no Ministério das Relações Exteriores na Alemanha, 18 de março de 1937. Arquivo do Itamaraty.

tenho a certeza de que Vossa Excelência não os apoia, nem consentirá que sob seu governo e sob sua ciência se cometam tais crimes.”³³⁹

Contudo, mais uma vez, não foi aberto nenhum inquérito para se apurar a veracidade da informação. A única providência tomada por Getúlio foi providenciar para que a denúncia fosse investigada pelo próprio denunciado: “ ‘Ao senhor chefe de Polícia’, encaminhou o presidente, com lápis azul, à altura do cabeçalho da mensagem.”³⁴⁰

Desde aquele tempo, o mero respeito à legalidade num processo contra “inimigos do Estado” era considerado pelo poder como “tropeços criados pelo Judiciário”, ou seja, com os habeas corpus concedidos por alguns juízes a determinados prisioneiros - quando em processos “distintos” se exigiriam soluções “distintas”, segundo a lógica repressora -, o que permitiu que o deputado Alberto Correia, presidente da Comissão de Repressão ao Comunismo, no dia 19 de março, em reunião com Filinto Müller, Vicente Rao, Agamenon Magalhães e os ministros militares, propusesse a decretação de lei marcial e fuzilamento dos líderes da chamada “Intentona Comunista”³⁴¹.

Diante de acusações de subversão contra políticos, advogados e médicos, fundadas em documentos encontrados, inclusive, no aparelho de Prestes, Getúlio decretou estado de guerra, apenas 48 horas após a reunião, de modo a por fim ao brevíssimo período democrático vigente desde julho de 1934.

A escalada repressiva evidencia a existência de um Estado Policial:

“Suspensas as garantias constitucionais, inclusive as parlamentares, o Congresso Nacional foi invado pela polícia. O Senador Abel Chermont, junto com os deputados federais Abguar Bastos, Domingos Velasco e Otávio da Silveira, que haviam feito denúncias de tortura contra prisioneiros políticos, foram presos como subversivos. Na cadeia, não tiveram direito sequer ao banho de sol. Pelo menos um deles, Chermont, garantiu ter sido espancado pelos policiais.”³⁴²

No dia 4 de abril, Pedro Ernesto, Prefeito do Rio de Janeiro, foi preso de jaleco na casa de saúde que mantinha, por supostamente financiar a ANL com doações pecuniárias.

³³⁹ SILVA, Hélio. 1937: Todos os golpes se parecem, p. 136-137.

³⁴⁰ “Pouco antes, em carta pessoal a Oswaldo Aranha, o mesmo Getúlio elogiara o trabalho da DESPS e a obra de seu titular: ‘A atividade do Filinto Müller, na Chefia de Polícia, tem sido incansável. Sereno e persistente, sabe conduzir a ação policial, obtendo resultados felizes sem a necessidade de excessos.’ Carta de Getúlio Vargas a Oswaldo Aranha, 11 de janeiro de 1936. Arquivo CPDOC-FGV: Documento GV C 1936.01.11. E ainda, em discurso à nação: “Posso afirmar-vos que até agora todos os detidos são tratados com benignidade, atitude essa contrastante com os processos de violência que eles apregoam e sistematicamente praticam. Esse procedimento magnânimo não traduz fraqueza. Pelo contrário, é próprio dos fortes, que nunca se amesquinham na luta e sabem manter, com igual inteireza, o destemor e o sentimento de justiça humana.” VARGAS, Getúlio. A nova política do Brasil, vol. 4, p. 139-145.

³⁴¹ VARGAS, Getúlio. Diário, vol. I, p. 448.

³⁴² NETO, Lira. Getúlio Vargas (1930-1945), p. 265.

Pessoas próximas ao governo se manifestaram com indignação, no sentido de alertar Getúlio sobre os perigos da repressão política nas altas esferas do poder.

Virgílio de Melo Franco escreveu a Getúlio que:

“O governo já começa a ser vítima daquela delação mercenária que transforma cada habitação em um cárcere, que enche as prisões de inocentes e que terminar por levantar a bandeira da guerra social, de consequências e extensões imprevisíveis.”³⁴³

No mesmo sentido, Oswaldo Aranha escreve para o Presidente:

“Foram apontados, e até presos como comunistas, deputados supernacionalistas! Não é tudo, os professores de direito e de medicina foram presos como autores morais de novembro! Mas, Getúlio, tudo isso é inconsciência ou loucura, ou maldade do teu ministro [da Justiça] e de teus policiais Em que influíram esses professores ou esses deputados no ânimo dos militares que tomaram parte do movimento? (...) Não creio, Getúlio, que possas concordar com tantos desacertos, cujos resultados são vivermos hoje de incertezas e sobressaltos.”³⁴⁴

Contudo, Getúlio não se sensibilizou com tais manifestações: logo em seguida, enviou para o Congresso a proposta de criação de um tribunal de exceção, Tribunal de Segurança Nacional, de caráter extraordinário para o julgamento especialmente daqueles que fossem presos pela Comissão de Repressão ao Comunismo:

“Grande parte dos detidos nem sequer tinha processos abertos contra si. Estavam presos sem acusação formal, por simples ato de força do estado de exceção. Vergado após as prisões de seus representantes, o Legislativo dobrou-se mais uma vez, aprovando a instalação do Tribunal, sem impor nenhuma ressalva.”³⁴⁵

Presidido por um desembargador, o TSN tinha um procurador e dois militares em seu corpo de juízes - um capitão de mar e guerra e um coronel de cavalaria -, todos anti-comunistas ferrenhos, ao lado de dois civis, com a tarefa de julgar, à base do rito sumário, os réus apontados pela Comissão de Repressão ao Comunismo:

“O julgamento seria regido pelo sistema conhecido na linguagem dos tribunais como ‘íntima convicção’: os juízes arbitriam de acordo com suas certezas pessoais, sem necessidade de fundamentar os votos em provas concretas. Os advogados de defesa teriam apenas trinta minutos para tentar convencer os magistrados da inocência de seus representados, sobre quem, aliás, recaía o ônus da culpa presumida: até que se provasse o contrário, eram todos considerados culpados.”³⁴⁶

³⁴³ Carta de Virgílio Melo Franco a Getúlio Vargas, 11 de maio de 1936. Arquivo CPDPC/FGV. Documento GV C 1936.05.11.

³⁴⁴ Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas, 22 de julho de 1936. Arquivo CPDOC/FGV. Documento GV C 1936.07.22/2.

³⁴⁵ NETO, Lira. Getúlio Vargas (1930-1945), p. 266.

³⁴⁶ NETO, Lira. Getúlio Vargas (1930-1945), p. 266.

Em 23 de setembro, um dia antes da instalação do Tribunal de Segurança Nacional, Olga Benário foi deportada com Elise Ewert para a Alemanha, onde já vigoravam as primeiras leis antissemitas do regime nazista de Hitler, conhecidas como Leis de Nuremberg (1935), após o STF não conhecer do pedido de habeas corpus impetrado pelo advogado Heitor Lima em favor de “Maria Prestes”, sob os argumentos de que era “perigosa à ordem pública e nociva aos interesses do país” e que “a sua permanência no país compromete a segurança nacional, conforme informações prestadas pelo Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça.”³⁴⁷

Heitor de Lima apelou em vão para a primeira-dama, Darcy Vargas, para informar que a companheira de Luís Carlos Prestes estava grávida³⁴⁸: “Em nome das mães brasileiras que me procuraram, insisto pela vossa interferência. O Brasil já se habituou a considerar-vos uma figura tutelar, pronta sempre a cooperar em todas as iniciativas humanitárias.”³⁴⁹

Ao fim e ao cabo, Luís Carlos Prestes foi condenado a uma pena de dezesseis anos e oito meses de cadeia³⁵⁰.

A despeito da visita do Presidente dos EUA, Franklin Delano Roosevelt, em 27 de novembro de 1937, com a finalidade de formar um bloco continental em defesa de objetivos comuns e a favor de uma “democracia solidária na América”, em que se manifestou no sentido de blindar os interesses de seu país junto à América do Sul³⁵¹, Getúlio determinou que Góes Monteiro traçasse as linhas gerais para a formação de um Estado ditatorial.

De igual modo, pediu a Francisco Campos que trabalhasse no esboço de uma nova Constituição para substituir a natimorta Carta Magna de 1934, o qual defenderia a

³⁴⁷ STF. HC nº. 26.155.

³⁴⁸ “A criança, uma menina, nasceria em 27 de novembro de 1936, exatamente no primeiro aniversário da revolta comunista. O bebê, que receberia o nome de Anita Leocádia, seria mais tarde entregue à avó paterna. Em 1940 e 1942, respectivamente, Elise e Olga, ambas judias, morreriam nos campos de concentração nazistas, cuja terrível função como centros de extermínio da ‘raça impura’ ainda não fora revelada à opinião pública mundial - embora a perseguição aos judeus já fosse de amplo conhecimento público, o que resultara em milhões de refugiados do regime hitlerista espalhados pelo mundo.” NETO, Lira. Getúlio Vargas (1930-1945), p. 266. E também: HILTON, Stanley. A rebelião vermelha, p. 112.

³⁴⁹ Carta de Heitor Lima a Darcy Vargas. MORAIS, Fernando. Olga, 1994, p. 174-175.

³⁵⁰ “Prestes talvez não seja tão perigoso como supõem ou como talvez ele próprio se julgue. Perigosa é a legenda que criaram em torno do seu nome.” VARGAS, Getúlio. Diário, v. 1, p. 488.

³⁵¹ “Se vocês, brasileiros, conservarem a forma democrática de governo, não precisarão temer os choques de ideias sociais extremistas.” Folha da Noite, 28 de novembro de 1936. E no mesmo sentido: “A vossa primeira preocupação, como a nossa, é a paz, porque sabemos que a guerra destrói não apenas as vidas humanas e a felicidade dos homens, mas também, e do mesmo modo, os ideais da liberdade individual e a forma democrática do governo representativo, que é aspiração de todas as repúblicas americanas.” Correio da Manhã, 28 de novembro de 1936.

tese do esgotamento do Poder Legislativo, comparando a importância da sala do parlamento com a sala de um museu:

“O regime político das massas é o da ditadura. Não há, a estas horas, país que não esteja à procura de um homem, isto é, de um homem carismático ou marcado pelo destino para dar às aspirações das massas uma expressão simbólica. Não há hoje um povo que não clame por um César. Quem quiser saber qual o processo pelo qual se formam efetivamente hoje em dia as decisões políticas, contemple a massa alemã, medusada sob a ação carismática do Führer.”³⁵²

Getúlio Vargas era um sujeito contraditório, como qualquer ser humano, mas ambivalente, como poucos: ao passo que escrevia em carta endereçada a Roosevelt sobre a “vocalização histórica do Brasil pelo liberalismo tradicional, cada vez mais enraizado no coração e no espírito de nosso povo”³⁵³, em contrapartida, autorizava a assinatura de mais um tratado comercial com a Alemanha, consolidando o país como principal parceiro mercantil do Terceiro Reich nas Américas e, ainda, negociava a compra de destróieres norte-americanos, sem, com isso, abrir mão da aquisição dos submarinos italianos de Mussolini³⁵⁴.

Além do flerte com a Alemanha de Hitler e a Itália de Mussolini, vale somar também a solidariedade e apoio indiretos às tropas nacionalistas do general Francisco Franco, na Espanha, em combate contra o governo do presidente Manuel Azaña, com a aprovação de uma doação secreta de café e açúcar às forças do futuro ditador espanhol³⁵⁵.

Com a chegada do fim de 1936, Getúlio dizia que apenas queria cumprir o último ano de mandato que lhe restava e, uma vez findo o prazo legal, faria as malas e retornaria ao Rio Grande do Sul, para desfrutar de sua aposentadoria em São Borja: “Quando eu terminar o mandato, serei um morto-vivo, como tantos outros que andam por aí.”³⁵⁶

³⁵² CAMPOS, Francisco. O Estado Nacional, p. 16.

³⁵³ Carta de Getúlio Vargas a Franklin Roosevelt, 8 de janeiro de 1936. Arquivo CPDOC/FGV. Documento GV C 1936.01.08/2.

³⁵⁴ Em telegrama, Mussolini manifestou sua “sincera admiração pela coragem e firmeza pessoais” do presidente no combate ao comunismo. Telegrama de Benito Mussolini a Getúlio Vargas, 1º de dezembro de 1935. Arquivo histórico do Itamaraty.

³⁵⁵ “No momento, e cumprindo os desejos de Vossa Excelência, tão importante donativo será mantido dentro da mais estrita reserva até que as circunstâncias permitam dar-lhe publicidade.” Carta de Francisco Franco a Getúlio Vargas, 29 de outubro de 1936. Arquivo CPDOC/FGV. Documento GV C 1936.10.29/1.

³⁵⁶ VARGAS, Getúlio. Diário, vol. 1, p. 527.

Contudo, como já estava claro para a maioria do povo brasileiro³⁵⁷, Getúlio queria ficar no poder, como expressava a marchinha de Antônio Nássara e Cristóvão de Alencar, gravada por Sílvio Caldas em novembro de 1936:

“A menina Presidência
vai rifar seu coração
e já tem três pretendentes,
todos três chapéu na mão.

E quem será?
O homem quem será?

Será seu Manduca [Armando Sales]?
Ou será seu Vavá [Oswaldo Aranha]?
Entre esses dois meu coração balança,
porque...
na hora H quem vai ficar
é seu Gegê [Getúlio Vargas]!”³⁵⁸

Às vésperas do Natal, Getúlio tenta inutilmente dissuadir Armado Sales de sua candidatura, alegando a realização de eleições era inoportuna em face do clima de radicalização política decorrente da cruzada anticomunista, com a oferta da prorrogação dos mandatos de todos os governadores, bem como a volta da titularidade do Ministério da Fazenda e da presidência do Banco do Brasil para a cota política de São Paulo³⁵⁹.

José Carlos Macedo Soares, ministro das Relações Exteriores, entregou o cargo e decidiu se lançar candidato a presidente, supostamente insuflado por Getúlio.

Em um jantar, à noite, Getúlio percebe que Oswaldo Aranha sonhe, talvez, com a possibilidade de ser candidato³⁶⁰.

E por fim, diante da incerteza sobre a realização das eleições, se avultava a figura intempestiva de Flores da Cunha como o último bastião da legalidade, que além de se negar a fazer uma pacto pelo cancelamento das eleições nacionais, fez uma revelação pública de que Getúlio o convidara para um golpe de Estado, de modo que faria de tudo

³⁵⁷ “A hipótese autoritária estava tão incrustada na opinião pública que uma anedota passara a circular pelas esquinas da capital da República: ‘Sabe por que o Getúlio mandou tirar os espelhos do Catete?, perguntava-se. Porque ele não gosta de olhar para seu sucessor o dia inteiro!’ - era a resposta.” NETO, Lira. Getúlio Vargas (1930-1945), p. 278.

³⁵⁸ “A menina Presidência”, marcha de Antônio Nássara e Cristóvão de Alencar, com Sílvio Caldas e Osquestra Odeon. Disco Odeon 11.450-A.

³⁵⁹ Verbete “Armando Sales”, Dicionário histórico-biográfico brasileiro, do CPDOC/FGV.

³⁶⁰ “À noite jantaram comigo o Oswaldo e sua mulher. Sente-se que ambos têm alguma esperança na possibilidade de uma candidatura presidencial.” VARGAS, Getúlio. Diário, vol. 2, p. 11-12.

a seu alcance “para tirar da cabeça de certas pessoas a idéia de implantar mais uma ditadura, não importa a coloração.”³⁶¹

Em resposta, Getúlio continuava jurando que iria deixar o poder: “Ele espalha que desejo permanecer no poder além dos quatro anos da eleição, e que se oporá. Sempre esteve nos meus propósitos, findo o quadriênio, transmitir pacificamente o governo ao meu substituto e ir descansar.”³⁶²

Diante da possibilidade de Flores lançar a Brigada Militar e os batalhões provisórios gaúchos contra o governo federal, Getúlio organizou uma operação militar preventiva: aprovou um crédito suplementar ao Ministério da Guerra para possibilidade a movimentação das tropas e a compra de armas, além de encomendar um plano de operações por terra, água e mar em caso de uma possível ofensiva do Rio Grande do Sul.

No Parlamento, Getúlio empreendeu uma movimentação política para minar a candidatura de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada no comando da Câmara e, assim, de tirá-lo de sua posição natural como seu sucessor no Catete.

Apesar da vitória, Getúlio não ficou satisfeito com o placar apertado e, diante da informação de que governador Carlos de Lima Cavalcanti teria comandado a traição por parte da bancada pernambucana, tramou uma vingança: “À noite recebi o ministro Agamenon. Combinamos as medidas a tomar contra ele.”³⁶³

Na semana seguinte, o governador pernambucano foi denunciado pelo procurador do Tribunal de Segurança Nacional, Himalaia Virgulino, sob a acusação de proteger comunistas e de ter apoiado o levante do Recife em novembro de 1935³⁶⁴.

Em março, com a aproximação da data do julgamento de Pedro Ernesto pelo TSN, temendo a possível absolvição e retorno do réu à prefeitura do Rio de Janeiro, o Catete decretou a intervenção no Distrito Federal, com nova prorrogação no Congresso do estado de guerra, que de excepcional se tornava cada vez mais permanente.

No final de abril, quando recebera o primeiro esboço do novo texto constitucional escrito exclusivamente pelas mãos de Francisco Campos, com a proposição de um estado ditatorial no país, Getúlio acenava com declarações públicas ufanistas e de exaltação das Forças Armadas, a fim de solidificar a sua boa relação com os quartéis, com alusão a ameaças externas - o comunismo - e internas - o separatismo:

³⁶¹ CORTÉS, Carlos E. Política gaúcha (1930-1964), p. 113.

³⁶² VARGAS, Getúlio. Diário, vol. 1, p. 487.

³⁶³ VARGAS, Getúlio. Diário, vol. 2, p. 42.

³⁶⁴ “Uma das ‘provas’ mais robustas a respeito da conjecturada ação subversiva de Lima Cavalcanti - usineiro, dono de jornal e proprietário de terras - era o fato de ele ter manifestado naquele ano o desejo de conhecer a União Soviética.” NETO, Lira. Getúlio Vargas (1930-1945), p. 285.

“Encarai com orgulho a nossa bandeira e atentai na sua beleza simbólica. Ela é verde e encerra todas as nossas esperanças; é pequena mas cobre todo o nosso vasto território. (...) As Forças Armadas jamais permitirão que outras bandeiras tremulem mais alto do que a nossa.”³⁶⁵

Não obstante, algumas divergências surgiram e Getúlio adotou uma solução à Floriano: reformar, transferir e/ou prender alguns dos generais insurretos.

Na esfera civil, Getúlio entregou a Macedo Soares a pasta da Justiça e determinou duas medidas com o objetivo de impressionar a opinião pública: soltar três centenas de presos comuns como se fossem políticos³⁶⁶ e afrouxar as regras da censura³⁶⁷.

No âmbito parlamentar, o novo ministro se manifestou no sentido de informar os deputados que o Catete não pleitearia nova prorrogação do estado de exceção, a fim de permitir que a campanha eleitoral pudesse se dar em regime de plenitude democrática, bem como na ânsia de corrigir os abusos cometidos nos meses anteriores, resolveu atender os apelos do advogado Sobral Pinto em favor da transferência para melhores condições de salubridade de Luís Carlos Prestes e Ernest Ewert³⁶⁸.

As medidas aplicadas pelo novo ministro da Justiça, ao invés de pacificarem os ânimos, provocaram a ira de pessoas influentes ligadas ao governo que se manifestaram sobre os perigos do espectro comunista, tais como Filinto Müller³⁶⁹ e Eurico Gaspar Dutra³⁷⁰.

Enquanto isso, a sucessão presidencial permanecia incerta, visto que o paraibano José Américo de Almeida, postulante à presidência da República pela situação, por ocasião do lançamento nacional de sua candidatura, no Rio de Janeiro, fazia um discurso considerado hostil pelos mais conservadores: “Eu sou o candidato dos pobres. Procura-

³⁶⁵ NETO, Lira. Getúlio Vargas (1930-1945), p. 289.

³⁶⁶ “Foram soltos trezentos e tantos presos, na qualidade de presos políticos. Na verdade, tratava-se de simples batedores de carteira e punguistas, que o estado de guerra permitia sequestrar.” NETO, Lira. Getúlio Vargas (1930-1945), p. 295.

³⁶⁷ Com a recomendação expressa de evitar ‘a publicação de boatos suscetíveis de provocar agitação ou desordem’ e, sobretudo, ‘os comentários visando intrigar as Forças Armadas com a nação.’ HILTON, Stanley. A revolução vermelha, p. 162.

³⁶⁸ “Verifiquei pessoalmente a péssima situação moral e material de uma multidão de prisioneiros, a maior parte dos quais sem processo. As violências corporais, as brutalidades de toda ordem resgatavam pelo martírio de um suspeito, talvez inocente, a culpa de muitos criminosos.” HILTON, Stanley. A revolução vermelha, p. 165.

³⁶⁹ “Faço os prognósticos mais sombrios sobre o futuro de nosso país, em face da orientação que se vem tendo em relação a criminosos de lesa-pátria.” Carta de Filinto Müller a Getúlio Vargas, 18 de junho de 1937. Arquivo CPDOC/FGV. Documento GV C 1937.06.18.

³⁷⁰ “Se continuar esse estado de coisas, o germe da desagregação tentará reentrar no organismo já ameaçado do Exército, levando-nos talvez a uma situação de muito maior gravidade. Perdoar erros será uma virtude; mas perdoar crimes não é justiça. A verdadeira justiça deve ser inflexível às lamúrias e fingidas lágrimas do criminoso.” HILTON, Stanley. A revolução vermelha, p. 164.

rei assegurar, além de vida mais fácil, uma justiça igual e mais liberdade individual, porque aos pobres quase tudo é proibido.”³⁷¹

Não tardou para ser rotulado como comunista.

Em 7 de setembro de 1937, Getúlio Vargas se dirige ao povo brasileiro para fazê-lo crer que haveria eleições livres dali a quatro meses e que, portanto, a fala se dava em tom de despedida do cargo:

“É pela última vez, com as responsabilidades de chefe da nação, que vos dirijo a palavra nesta data magna. O país adquiriu apreciável experiência do regime democrático. Passamos da Monarquia representativa e parlamentar à República presidencialista, mantendo inalterável a estrutura institucional alicerçada no direito de representação, que é o próprio esteio da democracia. Essa tradição continua viva e cada vez mais fortalecida.”³⁷²

De igual modo, ao ser indagado por José Américo de Almeida, preocupado com boatos de que as eleições seriam suspensas, disse-lhe Getúlio: “Tire essa ideia da cabeça. Ative sua campanha. Isso é intriga dos outros, dos seus adversários...”³⁷³

O resumo da situação era a seguinte: primeiro, um possível novo remendo na Constituição, que permitisse o prolongamento do mandato de Getúlio Vargas, por mais dois anos, porém, remota, pois o governo não tinha segurança de obter os necessários dois terços do Congresso para aprovar tal emenda; segundo, a candidatura oficiosa, a qual entrara em decomposição em razão das declarações de José Américo; terceiro, nula, posto que os candidatos Armando Sales e José Américo não se mostravam dispostos a abdicar de suas candidaturas, com o agravante do surgimento da candidatura de Plínio Salgado, candidato pelo movimento integralista³⁷⁴.

Qual seria a saída?

“Devemos, portanto, reagir contra a situação que se desenha. Uma revolução de cima para baixo, isto é, desencadeada pelo próprio governo.”³⁷⁵

De forma engenhosa, pois sem outro motivo aparente a não ser causar um novo fato político e produzir comoção imediata nos quartéis, decidiu-se antecipar em mais de

³⁷¹ Correio da Manhã, 13 de julho de 1937. Em resposta às críticas, por ser considerado o candidato de Moscou, respondeu: “Desde que falei na necessidade de se dar moradia aos pobres que me chamam de comunista. É esse o meu comunismo: desejar que todos sejam felizes, que todos compartilhem nem que seja duma pequena parcela de felicidade.” Correio da Manhã, 27 de agosto de 1937.

³⁷² Correio da Manhã, 8 de setembro de 1937. “Em um discurso que depois seria suprimido da obra A nova política do Brasil, coletânea de falas públicas de Getúlio, publicada pela editora José Olympio.” NETO, Lira. Getúlio Vargas (1930-1945), p. 300.

³⁷³ LEITE, Mauro R.; NOVELLI JÚNIOR. Marechal Eurico Gaspar Dutra: o dever da verdade, 1983, p. 227.

³⁷⁴ NETO, Lira. Getúlio Vargas (1930-1945), p. 301.

³⁷⁵ LEITE, Mauro R.; NOVELLI JR. Marechal Eurico Gaspar Dutra: o dever da verdade, 1983, p. 228-229.

dois meses - de 27 de novembro para 22 de setembro - as homenagens oficiais às vítimas do levante de 1935, numa ação conjunta entre órgãos controlados pelo governo, que permitiu a presença maciça de vários setores da população.

Getúlio, de paletó preto, ladeado pelos ministros da Marinha e da Guerra, fez um discurso ufanista³⁷⁶ e, ao produzir nova radicalização política, consignou em seu diário que o objetivo inicial foi atingido³⁷⁷.

O clima de recrudescimento da polarização ideológica, além das já mencionadas libertação dos presos, do abrandamento da censura e da interrupção do estado de exceção, contou com a participação de um texto apócrifo que passou a circular nos meios militares.

Era o chamado Plano Cohen, flagrantemente falso, escrito pelo coronel Olímpio Mourão Filho, a pedido de Plínio Salgado, e que detalhava as supostas ações táticas que os comunistas planejaram para instituir um governo de extrema esquerda no Brasil, com a previsão de “regras para o trabalho de agitação das massas”, “organização de marchas coletivas de todo o operariado”, “incentivos a saques e depredações”, “desencadeamento de uma greve geral”, “formação de comitês de incêndio contra prédios públicos” e, no caso de fracasso, o fuzilamento de civis e militares em posição de destaque na hierarquia governamental³⁷⁸.

Foi o estopim para uma reunião dos principais membros do aparato repressivo do Estado deliberarem pelo apoio incondicional “em nome do Exército, das instituições democráticas, da sociedade e da família brasileira”: “É preciso agir, mesmo fora da lei, mas em defesa das instituições e da própria lei deturpada. (...) Impõe-se o emprego de meios violentos, lançados de surpresa, capazes de frustrar o movimento articulado que todos percebem prestes a explorar”³⁷⁹, disse o General Newton Cavalcanti.

No dia 28 de setembro, dois ministros militares, Gaspar Dutra e Aristides Guilhem, encontraram o presidente para prestar solidariedade, comunicar o apoio, em peso, das Forças Armadas contra a ameaça comunista e lhe recomendar o restabelecimento do regime de exceção, com a entrega de um memorial, posteriormente transmitido em ca-

³⁷⁶ “Essa romaria é uma lição e uma advertência. É uma lição porque significa que para a defesa de um ideal, de uma nacionalidade, e para a vitória de uma pátria nem sempre é preciso matar. Basta, às vezes, que se saiba morrer. É uma advertência, porque significa que o povo brasileiro, as forças armadas do Exército e da Marinha estão vigilantes na defesa da pátria.” Correio da Manhã, 23 de setembro de 1937.

³⁷⁷ “As forças militares agitam-se em torno dos chefes, no sentido de defesa e de ação. As coisas parecem definir-se.” VARGAS, Getúlio. Diário, vol. 2, p. 71-72.

³⁷⁸ Correio da Manhã, 1º de outubro de 1937.

³⁷⁹ LEITE, Mauro R.; NOVELLI JR. Marechal Eurico Gaspar Dutra: o dever da verdade, 1983, p. 232-237.

deia nacional de rádio, com apresentação da proposta de abolir o quanto antes os “protocolos judiciais” e as garantias previstas na Constituição para impedir o “terrorismo” e a “conspiração”³⁸⁰.

Em 30 de setembro, trechos selecionados do Plano Cohen foram divulgados pelo programa de rádio “Hora do Brasil”, instituído em 1935 pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, e em seguida reproduzido nos principais jornais do Rio, reproduzindo o discurso do medo e um estado de comoção pública, que permitiu a aprovação da volta do estado de guerra por larga margem de votos na Câmara e no Senado.

Como último obstáculo, Flores da Cunha foi acuado, com o decreto presidencial que federalizou as forças militares gaúchas e paulistas, com as acusações de participar em alegados planos subversivos com o ex-capitão preso, Trifino Correia, e perdeu o domínio sobre as tropas estaduais, deixando-o sem outra saída senão a renúncia e, em seguida, a fuga, a qual, inclusive, foi facilitada por Getúlio, visto que para evitar a sua detenção, ou morte, a reação à voz de prisão poderia transformá-lo num mártir³⁸¹.

Uma vez assegurado o apoio militar, faltava construir uma base de apoio civil: Getúlio enviou um correspondente ao Norte para entregar uma carta e consultar os governadores sobre a decretação de um Estado ditatorial por meio da dissolução do Poder Legislativo, a prorrogação do mandato de Presidente da República por tempo indeterminado e a dilatação dos períodos administrativos dos governadores por seis anos³⁸².

Simultaneamente, Getúlio autorizou Francisco de Campos a obter também a adesão de Plínio Salgado, líder de força civil organizada com cerca de 1,5 milhão de filiados, com a apresentação da rascunho nova Constituição, prometendo-lhe que o integralismo seria o pilar de sustentação do novo regime, que os governadores seriam gradativamente substituídos após o golpe e oferecendo-lhe a pasta da Educação, para a organização cívica da juventude brasileira nos moldes das milícias integralistas. A oferta foi aceita.

Contudo, tais movimentações de bastidores foram noticiadas no dia 5, pelo Correio da Manhã, por falha da censura³⁸³, razão pela qual, diante do escândalo provocado

³⁸⁰ “Em face do arcabouço jurídico atualmente em prática no Brasil e diante das travas criadas pelo formalismo processual, é impossível impedir a conspiração.” LEITE, Mauro R.; NOVELLI JR. Marechal Eurico Gaspar Dutra: o dever da verdade, 1983, p. 239-244. Em seu diário, Getúlio registrou o evento do seguinte modo: “Recebi os ministros militares, que vieram falar sobre a necessidade de restabelecer o estado de guerra. Concordei.” VARGAS, Getúlio. Diário, vol. 2, p. 72.

³⁸¹ FRISCHAUER, Paul. Presidente Vargas, p. 351.

³⁸² Correio da Manhã, 5 de novembro de 1937.

³⁸³ “Como a censura deixou publicar? Quem foi o responsável pela nota e pela publicação?” VARGAS, Getúlio. Diário, vol. 2, p. 81.

pela publicização dos planos de continuísmo, Getúlio retirou o controle da imprensa do Ministério da Justiça e transferiu à chefatura de Polícia.

Em 9 de novembro, após o lançamento de um manifesto na forma de carta aberta aos chefes militares do país, em que o paulista Armando Sales, candidato das oposições, denuncia o prenúncio de um novo golpe de Estado³⁸⁴, Getúlio precisa tomar medidas urgentes e antecipar o movimento, o qual estava previsto para coincidir, por ironia, com a data máxima do calendário republicano, o dia 15 de novembro.

No dia seguinte, o texto final da Constituição ampliava as atribuições do Executivo e determinava a completa centralização administrativa, retirando dos estados inclusive o direito de possuir bandeira, hino e escudo oficial.

Os prédios da Câmara e do Senado amanheceram fechados e cercados pela polícia.

Todos os partidos políticos estavam oficialmente extintos.

Às oito horas da noite, Getúlio Vargas lê em cadeia nacional de rádio uma proclamação que pretendeu justificar seus últimos atos:

“As exigências do momento histórico e as solicitações do interesse coletivo reclamam, por vezes, imperiosamente, a adoção de medidas que afetam os pressupostos e convenções do regime, os próprios quadros institucionais, os processos e os métodos de governo. A organização constitucional de 1934, vazada nos moldes clássicos do liberalismo e do sistema representativo, evidenciara falhas lamentáveis, por desacordo com o novo espírito do tempo. (...) Para reajustar o organismo político às necessidades do país e garantir as medidas apontadas, não se oferecia outra alternativa além da que foi tomada, instaurando-se um regime forte, de paz, de justiça e de trabalho. (...) Prestigiado pela confiança das forças armadas e correspondendo aos generalizados apelos de meus concidadãos, só acedi em sacrificar o justo repouso a que tinha direito, ocupando a posição em que me encontro, com o firme propósito de continuar servindo à nação.”³⁸⁵

No dia 27 de novembro, em evento público na Praça Russel - mais tarde excluída da paisagem do Rio pela construção do Aterro do Flamengo - com direito a bandeira gigante, missa, coral infantil, desfiles militares e diversos outros atos minuciosamente planejados para construir uma nova estética para o regime, que chegou ao limite de des-

³⁸⁴ “Outros graves perigos, além do comunismo, conspiram contra o Brasil. (...) Se alguma força poderosa não intervir a tempo de impedir que se cumpram os maus pressentimentos que hoje anuviam a alma brasileira, um golpe terrível sacudirá de repente a nação, abalando os seus fundamentos até as últimas camadas e mutilando cruelmente as suas feições. (...) Não é possível que o Exército e a Marinha fiquem indiferentes diante da injustiça que, com o amparo do seu nome, se comete contra esse povo. Generaliza-se a convicção de que não haverá eleições a 3 de janeiro. Só não vê claro quem não quer. Está em marcha a execução de um plano longamente preparado, que um pequeno grupo de homens, tão pequeno que se pode contar nos dedos de uma mão só, ideou para escravizar o Brasil.” LEITE, Mauro R.; NOVELLI JR. Marechal Eurico Gaspar Dutra: o dever da verdade, 1983, p. 261-267.

³⁸⁵ VARGAS, Getúlio. A nova política do Brasil, p. 19-32.

truir as bandeiras, hinos e símbolos estaduais, Francisco Campos disse algo que sintetiza o início do que seria o Estado Novo, baseado na “ordem”, “disciplina” e “patriotismo”:

“ Não há lugar para outro pensamento no Brasil, nem espaço para outra bandeira que não seja esta, hasteada hoje por entre as bênçãos da Igreja e a continência das espadas, a veneração do povo e os cânticos da juventude.”³⁸⁶

O golpe de Estado foi recebido com entusiasmo pelos governos alemão³⁸⁷ e italiano, os quais assinariam o Pacto Anti-Komintern - originalmente firmado entre Alemanha e Japão e, depois, referendado pela Itália, que formariam o grupo conhecido como as Potências do Eixo -, que dispunha que nenhum dos signatários firmaria tratados comerciais e políticos com a União Soviética, sob a justificativa de combater um inimigo comum: o comunismo.

De Washington, Oswaldo Aranha escreveu um telegrama confidencial em que considera a nova Constituição um atentado à liberdade e informou a sua renúncia ao cargo de embaixador nos Estados Unidos. Contudo, após insistentes e frustradas tentativas de dissuadi-lo, Getúlio promove-o a ministro das Relações Exteriores, de modo que, não só aceita o cargo, como promove a revisão de suas críticas³⁸⁸.

De fato, se o Estado Novo não constituía o transplante do fascismo para a América Latina, pelo menos guardava uma incrível semelhança com as ditaduras implementadas pelo nazismo alemão e fascismo italiano.

Getúlio, como sempre, acendia uma vela para Deus e outra para o capeta:

“Desde meados do ano anterior, o Brasil começara a restringir oficialmente a entrada de judeus no país. A circular secreta 1227, datada de 7 de junho de 1937, expedida pelo Itamaraty, determinava aos consulados brasileiros a recusa do visto no passaporte ‘a toda pessoa de quem se saiba, ou por declaração própria, ou por qualquer outro meio de informação seguro, que seja de origem étnica semítica’. Caso houvesse alguma suspeição de que o requerente fosse judeu, deveria ser-lhe exigida a certidão do batismo católico, como documento obrigatório para a emissão do visto.”³⁸⁹

³⁸⁶ “Honrai a vossa bandeira, juventude do Brasil. A vocação da juventude deve ser a vocação do soldado. Que cada um, na sua escola, seja um soldado possuído do seu dever, obediente à disciplina, sóbrio e vigilante, duro para consigo mesmo. Isto é o que o Brasil pedia - e isto é o que o Brasil conquistou.” *Correio da Manhã*, 28 de novembro de 1937.

³⁸⁷ “O secretário de Estado pediu-me, insistentemente, para felicitar o senhor presidente da República pela maneira como agiu.” Carta de Moniz Aragão ao Ministério das Relações Exteriores, 18 de novembro de 1937.

³⁸⁸ “A verdade, meu amigo, é que sob o governo de Vargas não é possível outro regime que não o liberal. Toda a sua vida é um nobre exemplo de tolerância no poder.” Carta de Oswaldo Aranha a Summer Welles, março de 1938. Arquivo CPDOC/FGV. Documento GV C 1938.03.00/2.

³⁸⁹ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O antisemitismo na Era Vargas, p. 286-287.

De igual modo, a vocação autoritária do novo regime fundado numa Constituição escrita por uma pessoa³⁹⁰, abdicando da tradição de confiar tão importante tarefa a uma Assembleia Constituinte, fez com que a Constituição de 37 fosse apelidada de “Polaca”³⁹¹, em referência à Constituição outorgada e imposta pelo marechal Józef Pilsudski à Polônia, em 1921.

Diversos dispositivos constitucionais jamais seriam cumpridos, como: a criação de um novo Poder Legislativo, a nacionalização progressiva de recursos minerais, bem como que bancos, seguradoras e concessionárias de serviço público não pudessem pertencer ou serem administradas por estrangeiros.

Todavia, o principal deles, igualmente não respeitado, era o artigo das disposições transitórias que continha a promessa de submissão da própria Carta a um plebiscito nacional, a fim de legitimá-la pela vontade popular³⁹².

Não havia mais dúvidas de que o Catete não faria silenciar qualquer voz dissonante:

“A polícia do Estado Novo estava autorizada a agir da forma que lhe conviesse para cercear os opositores, catalogados sob a categoria comum de subversivos e inimigos do regime. (...) Com Francisco Campos à frente do Ministério da Justiça, os códigos de Processo Civil e Penal passaram por revisões históricas, que aprofundaram as medidas de segurança e o rigor da ação repressiva do Estado. Foram reduzidos consideravelmente os direitos individuais, sob o pretexto de ‘neutralizar os indesejáveis’ e eliminar ‘garantias’ que, em tese, beneficiavam os malfeitores. No caso do Código Penal, o modelo que serviu de inspiração à reforma brasileira foi o Código Rocco, da Itália fascista.”³⁹³

De outro lado, a imprensa, além de controlada pela censura, passou a ser coagida a reproduzir o conteúdo diretamente escrito pela Agência Nacional, um dos órgãos do Departamento de Propaganda, além de outras providências³⁹⁴.

³⁹⁰ “Ao longo dos 187 artigos redigidos por Francisco Campos, existiam influências notórias da italiana Carta del Lavoro, editada na Itália por Mussolini, particularmente no que dizia respeito à organização da economia e da política de corporações profissionais.” FAUSTO, Boris. Getúlio Vargas, p. 90-94.

³⁹¹ “O epíteto terminou por ganhar conotação ainda mais pejorativa, ao aludir às prostitutas europeias que, a despeito de sua verdadeira nacionalidade, eram tratadas à época, no Brasil, como polonesas - ou ‘polacas’.” FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Curso de direito constitucional brasileiro, p. 203-212.

³⁹² Em diálogo com o pai, Alzira Vargas disse “Queria saber por que ainda não fizeste o plebiscito para dar a essa Constituição foros de legalidade”, ao que Getúlio respondeu “O golpe de 10 de novembro foi justamente para evitar qualquer movimento eleitoral e agora me perguntas de plebiscito?” VARGAS, Alzira. Getúlio Vargas: meu pai, p. 371.

³⁹³ CANCELLI, Elizabeth. O mundo da violência: a polícia da Era Vargas, p. 57-69. E também: ZAFFARONI, Eugênio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. Manual de direito penal brasileiro: parte geral, p. 222-223.

³⁹⁴ “Para a expedição do registro profissional, passou a ser exigida do pretendente uma folha corrida na polícia, para que atestasse nunca ter respondido a processo por crime contra a segurança nacional - o que na prática vetada o retorno ao ofício de centenas de repórteres perseguidos pelo regime desde 1935.” Decreto-lei nº. 910, de 30 de novembro de 1938. Repositório da Legislação Brasileira do Estado Novo.

A profusão de mensagens ufanistas e a exaltação da figura de Getúlio era algo impressionante³⁹⁵.

Além do culto à personalidade de Getúlio, que incluiu a cunhagem de sua efigie no verso das moedas em circulação, o ideário do Estado Novo buscava se autolegitimar por meio de um discurso ligado à justiça social e à modernização da sociedade brasileira:

“A valorização do trabalho e da capacidade produtiva seriam, em tese, os princípios orientadores de um sistema que prometia atuar, sem reservas, na promoção da cultura moral e cívica da pátria. A retórica do engrandecimento pessoal pela via do esforço derivou para a crítica ao ‘intelectualismo ocioso’ e para o ‘controle oficial da malandragem’. Estabeleceu-se um assédio policialesco contra os desempregados, mendigos e vadios em geral, sujeitos a penas elevadas de multa e reclusão, por serem considerados nocivos à sociedade.”³⁹⁶

Eis o momento em que a caça às bruxas sai do discurso latente para a o discurso oficial do Estado:

“A ordem e a tranquilidade públicas serão mantidas sem vacilações. O governo continua vigilante na repressão ao extremismo e vai segregar, em presídios e colônias agrícolas, todos os elementos perturbadores, reconhecidos pelas suas atividades sediciosas ou condenados por crimes políticos. Não consentiremos que o esforço e a dedicação patriótica dos bons brasileiros venham a sofrer inquietações e sobressaltos originados pelas ambições personalistas ou desvarios ideológicos de falsos profetas e demagogos vulgares.”³⁹⁷

E ainda:

“A grande virtude nacional, neste momento histórico, deve ser a disciplina.”³⁹⁸

Em certa madrugada, o Palácio Guanabara foi alvo de uma pequena conspiração, que dispararam metralhadoras e fuzis contra o edifício. A missão era depor o governo e eliminar o presidente. Muitos dos membros eram integralistas. Havia uma série de dú-

³⁹⁵ “Apenas nos dois primeiros anos do Estado Novo, entre 1937 e 1939, o serviço de divulgação do governo imprimiria e distribuiria 90 mil retratos, cartões-postais e pôsteres de Getúlio, além de um total de 45 livros doutrinários, com tiragens que variavam de 10 mil a 75 mil exemplares cada.” CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da Era Vargas*, p. 57-69. Apenas a título de contraponto, em Cuba, após a morte do Comandante-em-Chefe Fidel Castro, o qual sempre rejeitou qualquer manifestação de culto à personalidade e foi coerente com esta posição até as últimas horas de sua vida, a Assembleia Nacional do Poder Popular aprovou uma lei em respeito à sua última vontade: “Que uma vez falecido, seu nome e sua figura nunca sejam utilizados para denominar instituições, praças, parques, avenidas, ruas e outros lugares públicos, nem erigidos em sua memória monumentos, bustos, estátuas ou outras formas similares de tributo.” Quando em vida, o Conselho de Ministros, em 20 de março de 1959, aprovou a lei nº. 174, que estabelecia “a proibição de monumentos, estátuas e bustos para homenagear personalidades nacionais não-falecidas.”

³⁹⁶ CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da Era Vargas*, p. 33-35.

³⁹⁷ VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*, p. 121-130.

³⁹⁸ *Correio da Manhã*, 13 de março de 1938.

vidas nunca esclarecidas sobre o envolvimento de pessoas do alto escalão do governo, como Góes Monteiro, Aristides Gilhem e o próprio Filinto Müller, especialmente por conta da desorganização geral na reação institucional. O que se sabe, porém, é que após debelado o ataque, um grupo de integralistas foi fuzilado, naquela manhã, nos fundos do Guanabara³⁹⁹.

Em 13 de maio, cerca de 48h depois da tentativa de assalto ao Guanabara, de posse de seu charuto e sorriso peculiar, Getúlio Vargas fez um discurso “Aos trabalhadores do Brasil” para anunciar uma série de medidas em prol da classe trabalhadora, dentre elas, o decreto que regulamentava o salário mínimo, cuja implementação se deu, de fato, dois anos após, bem como capitalizar os últimos acontecimentos para se elevar à condição de herói nacional por enfrentar corajosamente “o ódio faccioso dos inimigos da Pátria”⁴⁰⁰.

Num incidente diplomático envolvendo o asilo de Geraldo Fournier na Itália, uma vez resolvido pela troca do homem por dinheiro, isto é, com o desbloqueio de fundos italianos congelados no país, Benito Mussolini declarou novamente seu apreço pela política do Estado Novo:

“O Brasil deve ser a sentinela da América e deverá fechar em suas mãos toda a política sul-americana. Para isso, eu e meu governo estamos prontos, e com entusiasmo fraterno, para contribuir com todas as nossas forças. Diga isso ao caro presidente Getúlio, e diga-lhe também que a minha simpatia pessoal acompanha todos os movimentos do seu governo.”⁴⁰¹

Além de Fournier, que morreu por complicações de doença decorrente dos maus-tratos onde foi barbaramente torturado, também foram presos cerca de quatrocentos acusados de envolvimento no levante, dos quais, muitos seriam submetidos às chamadas “sessões espíritas”, nome pelo qual ficaram conhecidos os “interrogatórios” comandados por notórios torturadores como Emílio Romano - anos mais tarde julgado e condenado pelo espancamento de presos - e outro de codinome Buck Jones, que tomara o apelido emprestado de um célebre caubói do cinema, e era conhecido por utilizar uma motocicleta suspensa em cavaletes para abafar os gritos dos interrogados⁴⁰².

No contexto da repressão aos integralistas e das suspeitas de ingerência nazifascistas, por meio de financiamento e fornecimento de armas, Getúlio decidiu instituir a pena

³⁹⁹ CAMARGO, Aspásia et ali. Artes da política: diálogo com Amaral Peixoto, p. 201.

⁴⁰⁰ NETO, Lira. Getúlio Vargas (1930-1945), p. 342.

⁴⁰¹ Carta de Luís Sparano a Getúlio Vargas, 2 de setembro de 1938. Arquivo CPDOC/FGV. Documento GV C 1938.09.02/1.

⁴⁰² SILVA, Hélio. Terrorismo em campo verde, p. 48-53; 260-262 e 331.

de morte no Brasil: “aplicável aos que atentassem dali por diante contra a vida do presidente da República e contra a soberania nacional, particularmente se por meio de ações articuladas com Estados estrangeiros ou organizações internacionais.”⁴⁰³

Em movimento contrário ao apoio anterior, o embaixador germânico, após considerar imperdoável a acusação de que cidadãos alemães haviam financiado a tentativa de golpe integralista, recomendou aos nazistas que desencadeassem uma campanha de opinião contra o Estado Novo.

Getúlio Vargas assinou um pacote de decretos, dentre os quais, um que vedava aos estrangeiros residentes no país exercer qualquer tipo de atividade de natureza política, bem como organizar desfiles e manter publicações de cunho ideológico: “apesar de extensiva a todos os imigrantes, a medida atingira sensivelmente a colônia alemã, que mantinha em funcionamento células do Partido Nazista em vários estados, sobretudo no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde era acentuada a presença teutônica em meio à população local.”⁴⁰⁴

Além de prender imigrantes alemães e brasileiros de origem germânica que portavam suásticas, o Estado Novo interveio nas escolas mantidas por imigrantes no Sul que adotavam o idioma alemão como língua oficial no currículo, o que culminou com o processo de nacionalização de todas as escolas do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com a adoção de medidas inflexíveis, tais como a adoção do português como língua única e obrigatoriedade de que os professores primários fossem brasileiros natos:

“Conjecturava-se que Hitler quisesse aplicar às colônias de imigrantes do Sul do Brasil a mesma lógica que utilizara para justificar a anexação da Áustria e da região dos Sudetos, na Tchecoslováquia, territórios então recém-ocupados sob o argumento de que possuíam maioria étnica germânica e, portanto, deveriam ficar subordinados à jurisdição do Reich. Temia-se o projeto de criação de um Estado alemão em plena América do Sul, desmembrado do território brasileiro. (...) Membros do Partido nazista residentes no Brasil sugeriram a Berlim, por meio da embaixada no Rio, o desmembramento dos três estados sulistas do restante do ter-

⁴⁰³ SEITENFUS, Ricardo. O Brasil vai à guerra: o processo de envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial, p. 125.

⁴⁰⁴ NETO, Lira. Getúlio Vargas (1930-1945), p. 347. Em audiência, Karl Ritter, embaixador alemão disse à Getúlio: “O Partido Nazista é a própria Alemanha. Todos os ataques que são dirigidos ao Partido, portanto, são considerados também ataques diretos ao Reich.” Getúlio respondeu que todos os partidos políticos nacionais foram dissolvidos e que abrir uma exceção de tal ordem seria conceder uma prerrogativa aos alemães da qual nem os próprios brasileiros dispunham. Por fim, o embaixador disse que as relações comerciais dos dois países estaria condicionada à solução do problema relativo ao funcionamento das células nazistas. SEITENFUS, Ricardo. O Brasil vai à guerra: o processo de envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial, p. 106. E também: VARGAS, Getúlio. Diário, vol. 2, p. 111.

ritório nacional como única forma de garantir a homogeneidade da cultura colômbiana.”⁴⁰⁵

Os recentes acontecimentos impossibilitaram a política dualista de Getúlio e o país foi empurrado para a órbita dos Estados Unidos, que possuía informações sobre as atividades de agentes alemães e italianos na América Latina e se preocupava com o expansionismo hitlerista na Europa, exigindo um acordo de solidariedade mútua em caso de ataque, uma vez que a ameaça de uma guerra na Europa era real⁴⁰⁶.

Apesar do empenho de propaganda para unificar o discurso em torno de premissas basilares, tais como culto ritualístico à pátria, responsabilidade financeira, modernização da máquina pública, combate às injustiças sociais, as diferenças internas de opinião eram intransponíveis: de um lado, Oswaldo Aranha defende a americanização do país⁴⁰⁷, de outro, Dutra⁴⁰⁸, Guilhem e Góes Monteiro só pensavam no fortalecimento das Forças Armadas e no recrudescimento do regime ditatorial.

Nesse contexto, Getúlio buscava manter a autoridade da equipe, nas questões internas, e a política de equidistância entre EUA e os países do Eixo:

“Por uma dessas espantosas peculiaridades da então política externa brasileira, a noite de 27 de maio de 1939 ficaria marcada como aquela na qual a filha do ditador italiano, Edda Ciano Mussolini, arriscou uns passinhos de samba diante do chefe do Estado-Maior do Departamento de Guerra dos Estados Unidos, George Catlett Marshall Jr., em pleno Palácio Guanabara. A coincidência de datas entre a visita da herdeira do Duce ao Brasil e a chegada de uma missão militar norte-americana ao Rio de Janeiro, por si só, revelava o ecumenismo político-ideológico do anfitrião. Mas o convite simultâneo

⁴⁰⁵ Aqui se pode visualizar as raízes de propostas até hoje em debate, tais como o chamado movimento “O Sul é meus país”, que defende o separatismo da região Sul, com base em “argumentos” racistas, preconceituosos e falsos, bem como um certo ar de superioridade presente na cultura sulista, a qual se considera herdeira dos povos europeus e, por isso, seria “melhor” do que o restante da cultura nacional. Mais do que uma ideologia, uma falta de ideologia, a qual se baseia na ignorância, no preconceito e no erro.

⁴⁰⁶ “Diga ao Vargas que se prepare para se defender de qualquer agressão externa, pois a guerra está realmente próxima e terá repercussão universal.” Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas. Arquivo CPDOC/FGV. Documento GV C 1939.01.09.

⁴⁰⁷ “O grande esforço será americanizar ou pan-americanizar o Brasil, antes que ele se europeíze, hitlerize ou mussolinize de todo.” Telegrama de Oswaldo Aranha a Vargas, 24 de novembro de 1937. Arquivo CPDOC/FGV. Documento GV C 1937.11.24/3.

⁴⁰⁸ “O conflito entre Dutra e Oswaldo passou por um novo round quando o general exigiu o cancelamento da VIII Conferência Mundial de Educação, prevista para acontecer no segundo semestre daquele ano no Rio de Janeiro. Oswaldo Aranha era um dos maiores entusiastas da ideia e conseguira fazer Getúlio assinar um decreto destinando verba extraorçamentária para a realização do evento. Dutra alegou que a entidade organizadora, a Federação Mundial das Associações de Educação, sediada em Washington, seria na verdade um organismo infiltrado por radicais e ‘elementos dissolventes’. Assim sendo, a Conferência representaria uma forte ameaça à segurança nacional. O general não achava conveniente permitir a reunião no Brasil de mais de 5 mil professores de todo o mundo - ‘oriundos de todos os climas, dotados de todos os credos, de todas as ideologias políticas e das mais variadas culturas’. A diversidade étnica e cultural, pelo que entendia o general, era um incentivo à subversão. Oswaldo Aranha ficou decepcionado quando soube que Getúlio, depois de ouvir Dutra, tomara a decisão de cancelar o evento.” NETO, Lira. Getúlio Vargas (1930-1945), p. 358.

para que Edda Mussolini e o general Marshall participassem do mesmo baile, no salão nobre da residência oficial, era tão desconcertante que só mesmo a decantada ‘neutralidade brasileira’ poderia justificar uma cena que, de outro modo, deveria ser encarada como uma gafe diplomática.”⁴⁰⁹

Na batalha pelo apoio brasileiro, considerado estratégico na queda de braços que culminaria na Segunda Guerra Mundial, o Ministério dos Correios da Alemanha - em parceria com o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural - toma a iniciativa de apresentar um televisor Telefunken na Feira de Amostras:

“Getúlio compareceu à abertura da exposição e se divertiu ao assistir a inúmeros musicais apresentados por artistas que estavam em um estúdio ao lado. Diante de um projetor de luz, cantores como Francisco Alves, Dalva de Oliveira e Marília Batista se revezavam ao microfone, tendo por trás de si o painel branco simulando um fundo infinito.”⁴¹⁰

De fato, o Reich já compreendia o poder da nova invenção, a qual já estava integrada à máquina de propaganda nazista, por meio de um serviço regular de televisão governamental, inclusive, tendo transmitido as Olimpíadas de Berlim.

Nesta altura, um novo embaixador alemão, Curt Prüfer, foi designado para substituir Karl Ritter, com a missão de conter as aproximações do governo brasileiro com os Estados Unidos.

Ao mesmo tempo, à frente da pasta de Relações Exteriores, Oswaldo Aranha mudou o tratamento concedido pelo governo brasileiro aos imigrantes judeus refugiados da Europa: da proibição pura e simples, estabeleceu-se que o documento poderia ser concedido em situações específicas.

Contudo, o que se verificou é que na verdade se alteraram as regras para que permanecesse tudo como estava⁴¹¹.

Em 1º de setembro de 1939, Hitler invade a Polônia e, após ignorar o ultimato para retirar as tropas do território polonês, a França e o Reino Unido declaram o bloqueio naval ao Reich, dando início à Segunda Guerra Mundial.

⁴⁰⁹ NETO, Lira. Getúlio Vargas (1930-1945), p. 359.

⁴¹⁰ NETO, Lira. Getúlio Vargas (1930-1945), p. 361.

⁴¹¹ “Nos documentos oficiais do Itamaraty também ficaram arquivados vários registros de vetos à entrada de famílias israelitas que, fugidas do nazismo, pretendiam se fixar no país. Entre outros tantos casos, foi negado um pedido à embaixada brasileira em Washington, assinado pelo cientista Albert Einstein, em favor de Selma Moss, judia que estava prestes a ser enviada pela Alemanha para um campo de concentração. Einstein intercedeu junto ao embaixador Carlos Martins Pereira e Souza para tentar conseguir um visto brasileiro para Moss, de 64 anos. O caso foi submetido ao Ministério das Relações Exteriores, no Rio de Janeiro, que indeferiu o pedido nos seguintes termos ‘No momento, em vista das disposições em vigor, é de todo impossível atender às solicitações daquele professor.’ NETO, Lira. Getúlio Vargas (1930-1945), p. 363. E também: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O antissemitismo na Era Vargas, (1930-1945), p. 283.

Em reunião, Getúlio declarou que o Brasil manteria a posição de neutro e afastado do confronto: “O Brasil não é inglês nem alemão, é um país soberano.”⁴¹²

Em entre abril e junho de 1940, as tropas de Hitler invadem sucessivamente a Noruega, a Dinamarca, Bélgica, França, Luxemburgo e Países Baixos.

Getúlio Vargas acompanhava os acontecimentos internacionais e apostava suas fichas na ocorrência da vitória do Eixo⁴¹³, em razão talvez da devastadora campanha inicial de dominação territorial realizada pelos nazifascistas, com sucessivas vitórias do Blitzkrieg, a guerra-relâmpago.

Em discurso solene consagrado às festividades da Marinha, lido após o ingresso da Itália na guerra ao invadir o sul da França, Getúlio produziu reações contraditórias no que pareceu uma declaração formal de apoio ao eixo e que foi recebido pela imprensa norte-americana como “o primeiro discurso francamente fascista feito por um presidente sul-americano”:

“Marchamos para um futuro diverso de quanto conhecíamos em matéria de organização econômica, social ou política, e sentimos que os velhos sistemas e fórmulas antiquadas entram em declínio. (...) Assistimos à exacerbação dos nacionalismos, as nações fortes impondo-se pela organização baseada no sentimento da pátria e sustentando-se pela convicção da própria superioridade. Passou a época dos liberalismo imprevidentes, das demagogias estéreis. (...) Na comemoração de tão gloriosa data, vejo a melhor oportunidade para apontar aos brasileiros o caminho que devemos seguir, e que seguiremos vigorosamente.”⁴¹⁴

Por evidente, a Alemanha⁴¹⁵ e a Itália⁴¹⁶ se manifestaram a favor do discurso em tom de comemoração.

No âmbito interno, a recepção foi positiva, especialmente no seio das Forças Armadas⁴¹⁷.

⁴¹² SEITENFUS, Ricardo. O Brasil vai à guerra, p. 207.

⁴¹³ “As notícias sobre a guerra apresentam-se sob o aspecto de uma verdadeira derrocada para os Aliados. O povo, por instinto, teme a vitória alemã; os germanófilos exaltam-se. Mas o que ressalta evidente é a imprevidência das chamadas democracias liberais.” VARGAS, Getúlio. Diário, vol. 2, p. 318-319.

⁴¹⁴ Documentos sobre o discurso de Getúlio Vargas no dia comemorativo da Marinha. Arquivo CPDOC/FGV. Documento GV C 1940.06.11.

⁴¹⁵ “Não é uma casualidade que essas valentes palavras tenham sido ditas pelo homem que é chefe de uma das mais adiantadas nações do continente americano - sobre a original terra do Brasil ergueu-se um Estado jovem e forte, cujos povoadores se tornaram livres de preconceitos.” Documentos sobre o discurso de Getúlio Vargas no dia comemorativo da Marinha. Arquivo CPDOC/FGV. Documento GV C 1940.06.11.

⁴¹⁶ “Tal discurso é digno do homem de Estado que vê a nova realidade histórica europeia como realmente é, e não como querem as chamadas democracias”, festejou o Duce. Documentos sobre o discurso de Getúlio Vargas no dia comemorativo da Marinha. Arquivo CPDOC/FGV. Documento GV C 1940.06.11.

⁴¹⁷ “A maioria da oficialidade do Exército comenta, da maneira mais elogiosa, a oração presidencial, afirmando que jamais o Brasil teve um chefe de Estado que expressasse, com tanta coragem e independência, o pensamento de seu povo; na Marinha, o efeito foi ainda mais entusiástico - a marujada foi sacu-

Apesar disso, as críticas da imprensa norte-americana foram pesadas a ponto de Getúlio fazer novo discurso, reafirmando o anterior⁴¹⁸, porém consignando arrependimento em seu diário⁴¹⁹.

Entretanto, era de interesse do governo brasileiro manter uma boa relação com os Estados Unidos, com a finalidade de convencer os capitalistas de Wall Street a concederem os empréstimos necessários para a implantação da siderúrgica nacional⁴²⁰.

Ao tomar conhecimento de tal interesse, o governo alemão propôs duplicar o comércio com o Rio de Janeiro e executar o contrato siderúrgico, aceitando como forma de pagamento apenas matérias-primas, dispensando dinheiro vivo, em troca da manutenção da declaração de neutralidade, bem como recusando possíveis influências inglesas ou norte-americanas⁴²¹.

Apesar de simpático à proposta⁴²², o entrave se impunha mediante a condição de que, com o bloqueio marítimo imposto pelos ingleses ao Atlântico, tais acordos só poderiam ser implementadas a partir do final da guerra, algo que Hitler considerava estar próximo, uma vez que se baseava nas vitórias retumbantes do início da campanha alemã na Segunda Guerra Mundial, porém também era algo que o Brasil não podia esperar.

Ao final, a proposta germânica serviu como elemento de pressão e permitiu a conclusão do negócio, no que constituiu o primeiro acordo efetivo entre o Brasil e os EUA para a construção da usina siderúrgica.

Em meados de 1941, Hitler invade a União Soviética, em demonstração de força da máquina de guerra nazista: acentuava-se uma possível e iminente vitória alemã.

Enquanto isso, os EUA ampliavam a sua política de boa vizinhança comercial com o Brasil, que chegou ao ponto de Roosevelt enviar um escultor para esculpir o busto de Getúlio em bronze.

dida por intensa vibração patriótica.” Documentos sobre o discurso de Getúlio Vargas no dia comemorativo da Marinha. Arquivo CPDOC/FGV. Documento GV C 1940.06.11.

⁴¹⁸ “Foi bem claro, no pensamento e na forma, o meu discurso naquele memorável. E não é com o comentário falseado e a publicação tendenciosa de frases isoladas que se pode interpretá-lo. Não volto atrás, não me retrato de nenhum dos conceitos emitidos. Antes, só tenho motivos para reafirmá-los integralmente.” SILVA, Hélio. 1939: Véspera de guerra, p. 231-233.

⁴¹⁹ “É tarde para recuar. Só Deus sabe o futuro.” VARGAS, Getúlio. Diário, vol. 2, p. 323.

⁴²⁰ “Os Estados Unidos estão pletóricos de dinheiro e demonstram boa vontade para conosco. Precisamos tirar proveito dessa situação.” Carta de Getúlio Vargas a Carlos Martins Pereira e Sousa, 15 de fevereiro de 1940. Documento tratando das negociações para a instalação da siderurgia no Brasil. Arquivo CPDOC/FGV. Documento GV C 1940.01.09.

⁴²¹ SEITENFUS, Ricardo. O Brasil vai à guerra, p. 225-231.

⁴²² “Vargas ressaltou-me sua firme intenção de manter a neutralidade e declarou-me sua simpatia pessoal pelas nações autoritárias, lembrando o discurso que recentemente fizera. Ele exprimiu abertamente sua aversão pela Inglaterra e pelo sistema democrático.” SEITENFUS, Ricardo. O Brasil vai à guerra, p. 228.

Em novembro do mesmo ano, durante as comemorações do quarto aniversário do Estado Novo, Getúlio fez um discurso no sentido oposto a tudo que havia dito a menos de um ano, em favor do pan-americanismo⁴²³.

Quase um mês depois, em 7 de dezembro de 1941, o ataque japonês à base naval norte-americana de Pearl Harbor, no Havaí, selou a entrada definitiva dos EUA na guerra.

Após diversas rodadas de negociações, as quais incluíram, inclusive, a ideia de o Brasil mediar um possível acordo de não agressão assinado entre Berlim e Washington, Getúlio foi informado de que os EUA asseguraram o envio imediato de equipamento militar para o Rio de Janeiro e, em seguida, tomou uma decisão importante: o Brasil iria romper as relações diplomáticas e comerciais com os nazifascistas⁴²⁴.

A reação dos países totalitários europeus foi de indignação e ameaça: “O Duce tem memória de elefante. Chegará o dia em que ele fará o Brasil pagar caro por essa decisão”⁴²⁵, disse o genro Galeazzo Ciano, ministro fascista do Exterior e genro de Mussolini.

A mística de um Getúlio “pai dos pobres” criada pela máquina de propaganda do Estado Novo pode ser vista em um novo acidente automobilístico que sofrera no dia 1º de maio de 1942, que resultou em três meses de repouso e produziu grande comoção nacional.

De outro lado, a sua ausência física provocou cições definitivas no governo, a ponto de a disputa pela direção do governo chegou ao ponto de se questionar o poder de discernimento e as faculdades mentais do presidente após a pancada na cabeça.

Ademais, algo mudou em seu íntimo:

“Infelizmente, o lapso decorrido entre o acidente e o regresso ao Catete passaria à história sem o testemunho do seu protagonista. Enquanto permaneceu acamado, Getúlio interrompeu as anotações do diário e, quando se sentiu com forças sufici-

⁴²³ “A nossa posição em face dos problemas internos e em relação aos acontecimentos mundiais está claramente definida. Somos uma democracia estruturada sobre novas bases, aberta à evolução dos princípios de autoridade e liberdade. (...) Já não pode restar dúvidas quanto à unidade de ação das Américas, que passou do domínio das convenções para o da realidade. Onde estiver qualquer nação americana, deverão estar as nações irmãs do hemisfério, e nós estaremos entre elas, prontos a empenhar-nos na defesa comum.” Correio da Manhã, 11 de novembro de 1941.

⁴²⁴ VARGAS, Getúlio. Diário, vol. 2, p. 457. E também: “Em contrapartida, a pronta definição brasileira resultaria em uma série de vantagens para o país, consubstanciadas nos chamados Acordos de Washington, assinados pelos ministro Sousa Costa durante a viagem aos Estados Unidos. Entre outros pontos, os Estados Unidos decidiram comprar toda a produção excedente de borracha do Brasil, fixar cotas favoráveis ao café nacional, apoiar técnica e financeiramente projetos de desenvolvimento econômico no país e, em especial, elevar para 200 milhões de dólares o crédito aberto para a aquisição de equipamento de guerra pelas Forças Armadas.” NETO, Lira. Getúlio Vargas (1930-1945), p. 405.

⁴²⁵ SEITENFUS, Ricardo. O Brasil vai à guerra, p. 280.

entes para retomá-las, não quis fazê-lo. Deu por encerrado, para sempre, aqueles registros cotidianos colhidos ao correr da pena, que resultaram na coleção de treze cadernos tão pouco atraentes a uma leitura rápida - mas extremamente reveladores quando lidos com a atenção voltada para as entrelinhas e para a sutileza dos detalhes.”⁴²⁶

Os ânimos se acirravam. Enquanto Getúlio estava de cama, diversos navios mercantes com a bandeira brasileira foram bombardeados pela frota naval alemã.

Apesar de insistentes pedidos de ajuda aos Estados Unidos, ao que tudo indicava, o país não tinha condições patrulhar o Atlântico de maneira eficaz: “o afundamento de cargueiros em águas continentais norte-americanas era uma demonstração inconfundível de que o perigo nazista estava mais próximo do que se imaginara.”

A sombra tenebrosa da guerra chegou até o Atlântico Sul, num incidente militar entre um avião bombardeiro da FAB e um submarino italiano que havia torpedeado um vapor brasileiro.

No contexto interno, as divergências internas provocavam novas baixas: por conta de um ato antitotalitário promovido pela União Nacional dos Estudantes (UNE) - que tinha Getúlio Vargas como patrono - que reuniria cerca de 14 mil pessoas no dia 4 de julho na Avenida Rio Branco, Filinto Müller, chefe da Polícia, se negara a dar autorização para o evento. Acabou preso por dois dias e foi exonerado do cargo⁴²⁷.

De volta para o plano externo, quanto mais brasileiros morriam em razão ataques do Eixo, maior era a exaltação da figura de Getúlio⁴²⁸.

Em 31 de agosto de 1942, Getúlio formaliza a declaração de guerra aos nazifascistas!⁴²⁹

Porém, as contradições entre os valores defendidos pelos Aliados e os praticados pelo Estado Novo eram incompatíveis:

⁴²⁶ NETO, Lira. Getúlio Vargas (1930-1945), p. 411. E em sua última anotação registrada no diário: “Quantos acontecimentos de grande transcendência ocorreram na vida do Brasil. Para que continuá-las, após tão longa interrupção? A revolta e o sofrimento também mudaram muita coisa dentro de mim.” VARGAS, Getúlio. Diários, vol. 2., p. 477.

⁴²⁷ “Sua atuação foi sempre serena e eficiente, e se exerceu pertinaz, enérgica e sem excessos, contra todos os agentes criminosos da anarquia e desordem.” Carta de Getúlio Vargas a Filinto Müller, 17 de julho de 1942. Arquivo CPDOC/FGV. Documento GV 1942.07.17/1.

⁴²⁸ “A emoção de ver Vossa Excelência de pé, como sempre esteve, só se iguala àquela que o povo brasileiro sentiu ao ter notícias das últimas agressões ao Brasil. Aqui estão o povo, as classes trabalhadoras e os estudantes brasileiros, todos reunidos, para protestarmos contra tais agressões e para trazer a nossa integral solidariedade a Vossa Excelência.” Correio da Manhã, 18 de agosto de 1942.

⁴²⁹ “A conta será paga pelo povo brasileiro. Pois o Brasil mina a sua própria liberdade política e econômica. Nunca mais vai se livrar do envolvimento com os Estados Unidos e cairá para uma situação de vassalo permanente do imperialismo norte-americano e da plutocracia nova-iorquina”, disse um comentarista da Rádio Berlim. NETO, Lira. Getúlio Vargas (1930-1945), p. 423.

“Um povo reduzido ao silêncio e privado da faculdade de pensar e de opinar é um organismo corroído. Se lutamos contra o fascismo ao lado das nações unidas, para que a liberdade e a democracia sejam restituídas a seus povos, certamente não pedimos demais reclamando para nós mesmos os direitos e as garantias que as caracterizam. Não é suprimindo a liberdade, sufocando o espírito público, cultivando o aulicismo, eliminando a vida política, anulando o cidadão e impedindo-o de colaborar nos negócios e deliberações do governo que se formam e engrandecem.”⁴³⁰

Além do manifesto, Sobral Pinto, reconhecido defensor dos direitos de presos políticos, proferiu um discurso antológico, no qual fez a defesa apaixonada do sistema representativo. Ao ser provocado por Cassiano Ricardo, que o considerou um saudoso da Primeira República e pediu que ele definisse o regime que então vigorava no Brasil - obviamente, com a finalidade de que ele aceitasse o desafio e classificasse o regime getulista como uma ditadura autoritária -, porém o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) proibiu o Jornal do Commercio de publicar qualquer texto de Sobral no qual fosse discutida “a natureza das atuais instituições políticas brasileiras”.

Em 30 de outubro, no Baile das Américas, realizado pelos estudantes da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, resultou na detenção do presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto⁴³¹, por ler um pequeno poema em homenagem aos soldados alistados na Força Expedicionária Brasileira (FEB) - recém organizada para coadjuvar os Aliados na guerra contra o Eixo -, que terminou com brados de “Abaixo a ditadura” e “Morra Getúlio Vargas”:

“Ó, valente legionário
Do Corpo Expedicionário,
Por que vais lutar a esmo
Se a luta cruenta e fria
É pela democracia?
Vamos lutá-la aqui mesmo!”⁴³²

Neste clima de tensão no plano internacional e no plano interno⁴³³, o dia seguinte ao massacre na Faculdade de Direito, 10 de novembro, seria o último dia de Getúlio no

⁴³⁰ “Manifesto ao povo mineiro”. Arquivo CPDOC/FGV. Documento GV C 1943.10.24.

⁴³¹ “Pela primeira vez na história da existência do nosso glorioso Centro Acadêmico XI de Agosto, o seu presidente foi arbitrariamente preso. Preso por quê? Porque manifestou ideias contrárias ao regime, afirmam os responsáveis por sua prisão. Seria isso um crime num país democrático?” DULLES, John W. F. A Faculdade de Direito de São Paulo e a resistência Anti-Vargas (1938-1945), p. 249-288. A resposta ao manifesto estudantil foi uma tragédia: cerca de 150 policiais armados com metralhadoras, fuzis, cassetetes e bombas de gás cumpriram a missão de agredir, prender, destruir a sede do CA e, por fim, impedir, com o uso de um tanque de guerra e soldados da cavalaria, a marcha silenciosa denominada “Passeata da Mordaça”, em que por volta de trezentos jovens denunciariam a repressão com lenços amarrados na boca.

⁴³² DULLES, John W. F. A Faculdade de Direito de São Paulo e a resistência Anti-Vargas (1938-1945), p. 249-288.

Catete, posto que, de acordo com o artigo 78 da Polaca, atingia-se 6 anos de mandato, a recomençar a contagem a partir de 1937, com a instauração do Estado Novo.

Contudo, o artigo 171 da mesma Constituição - uma piada pronta! - estabelecia que, na vigência do estado de guerra, o presidente tinha a prerrogativa de suspender qualquer trecho da Carta Magna: “como o Brasil se encontrava oficialmente em luta contra o Eixo, Getúlio tornou sem validade o artigo que determinava a extensão do seu mandato e, sem ferir as regras estabelecidas, voltou a dilatar o próprio período de governo que já se estendia por treze anos, iniciados em 1930.”⁴³⁴

No mesmo dia, Getúlio falou à tarde para milhares de trabalhadores sobre a entrada em vigor, naquele dia, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), conjunto de regras e princípios que sistematizou, unificou e ampliou a vasta legislação trabalhista no país desde 1930⁴³⁵: “com suas palavras, o presidente convocava os trabalhadores para um grande projeto de mobilização nacional, justamente no momento em que os efeitos da guerra começavam a interferir no cotidiano das famílias brasileiras.”⁴³⁶

O Estado Novo fazia do advento do “trabalhismo” um antídoto contra os clamores internos por democratização, ao mesmo tempo em que tentava encontrar o lugar do Brasil no novo mapa político mundial: em 1943, o Eixo experimentava sucessivas derrotas, em especial, para as Forças do Exército Vermelho da União Soviética, que havia retomado o controle da frente leste e empurravam, paulatinamente, os alemães para fora de seus domínios.

Finalmente, o totalitarismo definhava na Europa: cedo ou tarde, no Brasil, Getúlio teria que aceitar a transição para um regime democrático e representativo.

⁴³³ “As comemorações do sexto aniversário do regime de 10 de novembro encontram-nos absorvidos e ocupados com as tarefas imediatas de ganhar a guerra a qualquer preço. (...) Em circunstâncias assim difíceis, necessitando antes de tudo de estabilidade interna para garantir-nos lugar condigno entre as nações vitoriosas, seria erro e crime agitar a Nação. Por isso mesmo, o governo não vacilará em reprimir quaisquer tentativas de perturbação estéril. A hora é de união, e para mantê-la não hesitaremos em usar meios enérgicos.” *Correio da Manhã*, 10 de novembro de 1943.

⁴³⁴ NETO, Lira. Getúlio (1930-1945), p. 441.

⁴³⁵ “A CLT, com seus minuciosos 922 artigos, representava um inegável avanço em relação ao período republicano anterior, no qual as relações entre capital e trabalho eram encaradas como uma questão de polícia e os empregados ficavam à mercê das arbitrariedades dos patrões, sem praticamente nenhuma legislação que lhes assegurasse os direitos básicos. Ao criar a Justiça do Trabalho, regulamentar o salário mínimo, as férias anuais e o descanso semanal, entre outros tantos benefícios à classe trabalhadora, Getúlio romperia com um longo histórico de injustiças sociais, embora sob o preço da repressão sistemática ao movimento operário independente e ao sindicalismo livre.” NETO, Lira. Getúlio (1930-1945), p. 443.

⁴³⁶ NETO, Lira. Getúlio (1930-1945), p. 443.

Com o objetivo de manter a estratégia continuísta, Getúlio sabia que “se queremos que tudo permaneça como está, é necessário que tudo mude.”⁴³⁷

Ao aceitar uma nova Constituição⁴³⁸ e eleições livres⁴³⁹, a oposição lança o Major-Brigadeiro Eduardo Gomes, o Correio da Manhã rompe a censura e publica uma entrevista concedida por José Américo de Almeida ao jornalista Carlos Lacerda e um poema de Manuel Bandeira, intitulado “O Brigadeiro”:

“Depois de tamanhas dores,
De tão duro cativo
Às mãos dos interventores,
Que quer o Brasil inteiro?
— O Brigadeiro!”

Por outro lado, era comum que as ruas ganhassem multidões em defesa do presidente sob o grito de ordem “Queremos Getúlio!”:

“Naquele jogo de tantos sinais contrários, que se alternavam conforme a evolução dos fatos, o queremismo encontrou um aliado aparentemente improvável na figura do principal líder da esquerdas brasileira, Luís Carlos Prestes, que saíra da prisão beneficiado pela anistia, após nova anos de detenção. O comunista - uma das principais vítimas do arbítrio do Estado Novo, o militante radical que tivera a companheira Olga Benário extraditada e morta em um campo de concentração nazista - deixou a cadeia elogiando o governo e defendendo Getúlio contra os alardeados golpistas.”⁴⁴⁰

⁴³⁷ LAMPEDUSA, Giuseppe Tomasi di. *Il gattopardo*: “Se vogliamo che tutto rimanga com'è, bisogna che tutto cambi.”

⁴³⁸ “Até mesmo Francisco Campos, o autor da Polaca, abasteceu as páginas dos jornais com notícias contra o governo: ‘Entregue o poder, sr. Getúlio Vargas!’ A Constituição de 1937 caducou. Nossa organização política foi moldada sob a influência de ideias que não resistiram ao teste da luta. A contar de dois anos para cá, mudou a fisionomia político do mundo. O sr. Getúlio Vargas já pensou demais em si mesmo. É tempo de ele pensar também um pouco no Brasil.” *Diário Carioca*, 3 de março de 1945.

⁴³⁹ Em reação, Getúlio afrouxou a censura sobre os jornais e decretou a futura volta do Parlamento e o prazo de noventa dias para que fosse marcada a data das eleições presidenciais, seguidas da votação para o Congresso. Lei Constitucional nº. 9, de 28 de fevereiro de 1945.

⁴⁴⁰ “A anistia é esquecimento, e eu, da minha parte, estou disposto a esquecer.” SILVA, Hêlio. 1945: Por que depuseram Vargas, p. 230-232. E também: NETO, Lira. *Getúlio (1930-1945)*, p. 473-474. Ademais: Pablo Neruda, no poema “Dito no Pacaembu”: “Vou dizer-lhe que não guardas ódio/que só desejas que a tua pátria viva/e que a liberdade cresça no fundo/do Brasil como árvore eterna.” E, por fim, no samba “Cavaleiro da Esperança”, de Paulo da Portela e Mestre Monarco, em sua homenagem: “Prestes, Cavaleiro da Esperança/foi um homem que pelo povo lutou/seu nome foi disputado dentro das urnas/ó, Carlos Prestes, foi merecida a cadeia de senador/és o cavaleiro que sonhamos/e de ti muito esperamos/com amor febril/para amenizar as nossas dores/e levar bem alto as cores da bandeira do Brasil/és o defensor da legalidade/lutando pela nossa igualdade/hoje o sambista canta em seu louvor:/viva o nosso ilustre senador.”

Após a nomeação de seu irmão, Bejo, como Chefe de Polícia os ânimos se acirram: “Se não tenho mais autoridade para nomear um chefe de polícia de minha confiança, não sou mais presidente da República.”⁴⁴¹

Iniciava-se um novo golpe de Estado. Os militares favoráveis tomaram o controle do Palácio Guanabara e, diante da impossibilidade de resistência, coagiram o presidente a assinar uma carta de renúncia: “Preferia que os senhores me atacassem, porque eu me defenderia. Mas já que se trata de um golpe branco, não serei eu o elemento perturbador. Pode dizer a eles que não sou mais presidente”⁴⁴², disse Getúlio, que pediu o prazo de 48 horas para deixar o Palácio.

Chegava ao fim uma década e meia no poder, que produziu transformações significativas no país, modernizando-o e tornando-o uma sociedade urbana de massa, bem como deixou uma legado reconhecido até os dias de hoje.

Em síntese, nos dizeres de Alzira Vargas, em defesa do pai: “De 1930 a 1934, o Brasil foi uma democracia exercida por um ditador, colocado e mantido no poder pela vontade do povo. De 1934 até 1937, tornou-se uma democracia constitucional, exercida por um presidente eleito pelo Congresso. De 1937 em diante, foi, na pior das hipóteses, uma timocracia dirigida democraticamente por um déspota esclarecido.”⁴⁴³

Getúlio só voltaria ao poder em 50, mostrando que o jogo ainda não tinha acabado...⁴⁴⁴

⁴⁴¹ SILVA, Hélio. 1945: Por que depuseram Vargas, p. 230-232. E também: NETO, Lira. Getúlio (1930-1945), p. 240.

⁴⁴² VARGAS, Lutero. Getúlio Vargas: a revolução inacabada, p. 158. No dia seguinte, os generais mandaram cortar a luz, a água e o gás do Guanabara. Depois, ordenaram que os funcionários fossem dispensados, inclusive os da cozinha. “Isso está mais parecido com uma ação de despejo que um golpe de Estado. Só falta aparecer o oficial de Justiça.” ARAÚJO, Rubens Vidal de. Os Vargas, p. 189.

⁴⁴³ VARGAS, Alzira. Getúlio Vargas: meu pai, p. 385.

⁴⁴⁴ “Deves ter ouvido dizer que a política se assemelha a um jogo de xadrez. Indiscutivelmente, em alguns pontos de assemelham. Por exemplo: eu sou uma pedra que foi movida da posição que ocupava. E eles pensam que vou permanecer aonde me colocaram. É o grande erro deles. Não sabem que vamos começar um novo jogo - e com todas as pedras de volta no tabuleiro.” ARAÚJO, Rubens Vidal de. Os Vargas, p. 193.

PARTE III A REPRESSÃO PENAL DO SAMBA

Rio de Janeiro, várias cidades dentro de uma cidade, mas não uma cidade qualquer: na transição da Monarquia para a República, a capital política e, até hoje, a capital cultural e o coração de tantos Brasis dentro do Brasil de proporções continentais.

Cada parte do Brasil e, em proporções menores, cada “cidade” dentro da cidade - e isto é absolutamente nítido em se tratando do Rio de Janeiro, a começar por ser a Cidade Maravilhosa⁴⁴⁵ por suas belezas naturais e a Cidade do Medo por suas contradições político-econômicas⁴⁴⁶ -, é produtora constante de cultura, isto é:

“A maneira como um grupo cria ou reelabora as formas de vida e estabelece significados complexos sobre a realidade que o cerca: as maneiras de falar, vestir, comer, rezar, punir, matar, nascer, enterrar os mortos, chorar, festejar, envelhecer, dançar, não dançar, fazer música, silenciar, gritar.”⁴⁴⁷

Além das memórias, as cidades possuem lugares de esquecimento, de modo que, entre o que há e o que já não há, é que podemos decifrar⁴⁴⁸ as culturas oriundas da origem africana e redefinidas por um forte choque sociopolítico e econômico-cultural na cidade do Rio de Janeiro, num mergulho na historicidade do processo de abolição inserido no contexto de transição da Monarquia para a República.

Segundo Luiz Antonio Simas:

“A experiência da escravidão africana nas Américas é, a rigor, uma experiência de dispersão, fragmentação, quebra de laços associativos e morte, simbólica e literal. Ela também é, ao mesmo tempo, uma experiência de reconstrução constante de

⁴⁴⁵ “Berço do samba e das lindas canções/Que vivem n’alma da gente/És o altar do nossos corações/Que cantam alegremente:/Cidade Maravilhosa/Cheia de encantos mil/Cidade Maravilhosa/Coração do meu Brasil...” Marcha ‘Cidade Maravilhosa’, composição de André Filho, carnaval de 1935.

⁴⁴⁶ “No Brasil a difusão do medo do caos e da desordem tem sempre servido para detonar estratégias de neutralização e disciplinamento planejado das massas empobrecidas. O ordenamento introduzido pela escravidão na formação socioeconômica sofre diversos abalados a qualquer ameaça de insurreição. O fim da escravidão e a implementação da República (fenômenos quase concomitantes) não romperam jamais aquele ordenamento. Nem do ponto de vista socioeconômico, nem do cultural. Daí as consecutivas ondas de medo da rebelião negra, da descida dos morros. Elas são necessárias para a implementação de políticas de lei e ordem. A massa negra, escrava ou liberta, se transforma num gigantesco Zumbi que assombra a civilização; dos quilombos ao arrastão nas praias cariocas.” MALAGUTI BATISTA, Vera. O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p. 21.

⁴⁴⁷ SIMAS, Luiz Antonio. Dos arredores da Praça Onze aos Terreiros de Oswaldo Cruz. Revista Z Cultural, Ano XI, 2016, s/p.

⁴⁴⁸ “O tempo histórico não é a medida, mas realidade viva e concreta. Para ele [Jean Dulumeau, inspirado naquela linha de história das mentalidades propostas pela École des Annales, cuja definição máxima encontra-se em March Bloch] o historiador teria que lutar constantemente contra dois demônios: a obsessão pela origem e a mania de julgar. O historiador teria que captar a mudança, reconstituindo os vestígios apagados, esboçando um método crítico, já que até o policial mais ingênuo sabe que nem tudo o que dizem as testemunhas é verdadeiro. Só a luta com os documentos pode proporcionar surpresas, extorquindo os esclarecimento que eles não pretendiam fornecer.” MALAGUTI BATISTA, Vera. O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p. 42.

práticas de coesão, invenção de identidades, dinamização de sociabilidades da vida. A chibata que bate no lombo e a baqueta que bate no couro do tambor são as duas faces dessa moeda.”⁴⁴⁹

Em síntese: no Brasil e, especificamente, no Rio de Janeiro, a fragmentação das culturas africanas pela experiência foram redefinidas pela criação de instituições associativas, tais como terreiros de santo e grêmios recreativos carnavalescos.

A vinda de Dom João VI e a Corte Portuguesa para o Brasil no começo do XIX produziu um enfrentamento entre o europeu e uma cidade mestiça e doente, dando lugar à criação de uma polícia sanitária - que conjugaria o policiamento com “zelo pela saúde da população -, forjando o encontro entre o discurso jurídico penal e o médico e, por fim, através do século, permitindo a criação de um discurso específico: a criminologia⁴⁵⁰.

Em meados da década de 30 do século XIX, do discurso médico se destaca no controle da desordem urbana, sob os influxos do medo de contaminação⁴⁵¹.

Segundo Vera Malaguti Batista:

“Desde a chegada da corte em 1808 a demanda por escravos para trabalhos braçais e domésticos era crescente. Em 1821 a população escrava havia crescido mais que seu dobro. Começou a constituir-se no período a cidade africana, ao mesmo tempo em que começam a multiplicar os trabalhadores livres, nacionais e estrangeiros. (...) Em 1830 o Brasil tinha aproximadamente 5 milhões de habitantes e o Rio de Janeiro em torno de 125.000. Os dados disponíveis demonstram que em 1834 pelo menos 44,4% da população total era de escravos.”⁴⁵²

Segundo Nilo Batista, na virada do século XIX, período de turbulentas lutas sindicais, a burguesia precisava equipar o sistema jurídico penal com medidas que punissem o crime e para além da lei:

“Da mesma forma que, na ocasião histórica de sua ascensão, à burguesia brasileira não agradavam as farândolas dos capoeiras (criminalizadas pelo Código de 1890),

⁴⁴⁹ SIMAS, Luiz Antonio. Dos arredores da Praça Onze aos Terreiros de Oswaldo Cruz. *Revista Z Cultural*, Ano XI, 2016, s/p.

⁴⁵⁰ MALAGUTI BATISTA, Vera. O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p. 162.

⁴⁵¹ “No *Semanário de Saúde Pública* nº. 1, de 1º de janeiro de 1831 (órgão da Sociedade Brasileira de Medicina que circulou entre 1831 e 1833) achamos um artigo intitulado ‘Medicina Política’ que tratava das relações entre criminalidade e grau de instrução: ‘Entretanto, é a classe mais ínfima da sociedade que enche as prisões? Sem dúvida, mas não é ela mais numerosa que a classe rica? Além do que esta tem mil maneiras de conter-se nos limites do justo, que a dos pobres não tem.’ MALAGUTI BATISTA, Vera. O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p. 163.

⁴⁵² MALAGUTI BATISTA, Vera. O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p. 129.

o ‘medo branco’ de hoje tem nas associações criminais sua recorrência mítica predileta.”⁴⁵³

Como já adiantamos na Segunda Parte, os primeiros governos republicanos incriminaram as diversas manifestações da cultura popular no Rio de Janeiro vinculadas ao negro nas ruas cariocas:

“Jogar capoeira passou a ser crime pelo Código Criminal de 1890, os terreiros de macumba foram sistematicamente reprimidos e a posse de um pandeiro era suficiente para a polícia enquadrar o sambista na lei de repressão à vadiagem.”⁴⁵⁴

Com raras exceções, os intelectuais do período defendiam a necessidade de promover um branqueamento da população brasileira com a finalidade de “civilizar” as nossas gentes, por exemplo, com a deliberada política de atrair imigrantes para o Brasil, sobretudo europeus, após o término tardio da escravidão:

“Não há qualquer registro de iniciativa pública que tenha pensado na integração do ex-escravo ao exercício pleno da cidadania e ao mercado formal de trabalho. A ideia era mesmo a de estimular a imigração de brancos do Velho Mundo. O modelo de abolição da escravatura no Brasil foi resumido com rara felicidade em uma única frase do samba-enredo da Mangueira de 1988: “(...) livre do açoite da senzala/preso na miséria da favela.”⁴⁵⁵

Assim, o ideal civilizatório moderno continha um projeto de ordem - de coisas certas em lugares certos - a uma humanidade naturalmente desordenada, mas que, em verdade, produz mal-estar decorrente do excesso de ordem pela escolha de limitar a liberdade em nome da segurança⁴⁵⁶.

⁴⁵³ “No século XIX a política criminal européia, após breve e incendiada lua de mel com o princípio da legalidade (aquela inesquecível mistura da vadiagem com a criminalização da greve), se dava conta de que a ordem burguesa-industrial podia expor-se a perigos sem que (ou antes que) um crime fosse cometido: a invenção, no final daquele século, da periculosidade criminal e de sua resposta - as medidas de segurança - seria a melhor demonstração de que, para os medos burgueses, existe crime além da lei.” BATISTA, Nilo. Um oportuno estudo para tempos sombrios. Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade, nº. 2., Rio de Janeiro: ICC, 1996, p. 302.

⁴⁵⁴ SIMAS, Luiz Antonio. Dos arredores da Praça Onze aos Terreiros de Oswaldo Cruz. Revista Z Cultural, Ano XI, 2016, s/p.

⁴⁵⁵ Samba-enredo “100 anos de liberdade: realidade ou ilusão”, composição de Hélio Turco e Jurandir. SIMAS, Luiz Antonio. Dos arredores da Praça Onze aos Terreiros de Oswaldo Cruz. Revista Z Cultural, Ano XI, 2016, s/p.

⁴⁵⁶ “A pureza é uma visão das coisas colocadas em lugares diferentes dos que elas ocupariam, se não fossem levadas a se mudar para outro, impulsionadas, arrastadas ou incitadas; e é uma visão da ordem - isto é, de uma situação em que cada coisa se acha em seu justo lugar e em nenhum outro. Não há nenhum meio de pensar sobre a pureza sem ter uma imagem da ‘ordem’, sem atribuir às coisas seus lugares ‘justos’ e ‘convenientes’ - que ocorre serem aqueles lugares que elas não preencheriam ‘naturalmente’, por sua livre vontade. O oposto da ‘pureza’ - o sujo, o imundo, ‘os agentes poluidores’ - são coisas fora do lugar. BAUMAN, Zygmunt. O mal-estar na pós-modernidade. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p. 13 e ss.

Não se pode esquecer aqui, como já trabalhamos no capítulo anterior, do projeto eugênico-fascista que veio a inspirar o projeto de “Nação” brasileira especialmente após os anos 30⁴⁵⁷.

Como diz Sygmunt Bauman:

“Todas as sociedades produzem estranhos. Mas cada espécie de sociedade produz sua própria espécie de estranhos e os produz de sua própria maneira, inimitável. Se os estranhos são as pessoas que não se encaixam no mapa cognitivo, moral ou estético do mundo - num desses mapas, em dois ou em todos três; se eles, portanto, por sua simples presença, deixam turvo o que deve ser transparente, confuso o que deve ser uma coerente receita para a ação, e impedem a satisfação de ser totalmente satisfatória; se eles poluem a alegria com a angústia, ao mesmo tempo que fazem atraente o fruto proibido; se, em outras palavras, eles obscurecem e tornam tênues as linhas de fronteira que devem ser claramente vistas; se, tendo feito tudo isso, geram a incerteza, que por sua vez dá origem ao mal-estar de se sentir perdido - então cada sociedade produz esses estranhos.”⁴⁵⁸

O Estado moderno produziu uma destruição criativa com a eliminação física e cultura dos estranhos: “mais do que encontrar mão-de-obra, a imigração no Brasil foi estimulada como meio de branquear a população e instituir hábitos ocidentais entre os nossos.”⁴⁵⁹

É nesse contexto discriminatório, racista, elitista e europeísta que se produz a ocupação sistemática dos morros do Rio de Janeiro, com a formação de favelas a partir da ocupação do Morro da Providência, após a derrubada do Cortiço “Cabeça de Porco”, isto é: “civilizar, interferindo no espaço urbano e nos hábitos cotidianos; higienizar, através da assepsia proporcionada pela vacina e pela saga apostolar do Doutor Oswaldo Cruz”.⁴⁶⁰

A reorganização do espaço urbano tinha o objetivo de inserir o país no modelo capitalista internacional, facilitar a troca de mercadoria e construir espaços simbólicos que afirmassem os valores de uma elite cosmopolita: “era o sonho da Belle Époque tropical.”⁴⁶¹

⁴⁵⁷ “A Solução Final Alemã era uma solução estética; era uma tarefa de preparar um texto, era o dedo do artista eliminando uma mancha; ela simplesmente aniquilava o que era considerado não-harmonioso.” OZICK, Cyntia. *Art and ardour*, p. 165.

⁴⁵⁸ BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p. 27 e ss.

⁴⁵⁹ SIMAS, Luiz Antonio. Dos arredores da Praça Onze aos Terreiros de Oswaldo Cruz. *Revista Z Cultural*, Ano XI, 2016, s/p.

⁴⁶⁰ SIMAS, Luiz Antonio. Dos arredores da Praça Onze aos Terreiros de Oswaldo Cruz. *Revista Z Cultural*, Ano XI, 2016, s/p.

⁴⁶¹ SIMAS, Luiz Antonio. Dos arredores da Praça Onze aos Terreiros de Oswaldo Cruz. *Revista Z Cultural*, Ano XI, 2016, s/p.

O ato de civilizar constituiu a tentativa de impor à cidade padrões urbanos e comportamentais similares às capitais europeias, especialmente Paris, sob o mote “O Rio civiliza-se.”⁴⁶²

A exemplo do que aconteceu nos preparativos do Rio de Janeiro para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 - o pânico no paraíso - com diversas desocupações e o recrudescimento da repressão policial, tudo em nome da especulação imobiliária e de um projeto de controle das classes “perigosas”, o Prefeito Pereira Passos, promoveu uma reforma urbana em 1904, sob a inspiração da reforma urbana da capital francesa nos tempos de Napoleão III:

“Havia, porém, um obstáculo a ser removido para a concretização da Cidade Maravilhosa - os pobres que habitavam as ruas centrais da cidade e moravam em habitações coletivas, como cortiços e casas de cômodos, sobretudo os descendentes de escravos, mestiços e imigrantes portugueses.”⁴⁶³

A “solução” foi a demolição de mais de setecentas habitações coletivas e diversas intervenções urbanas foram realizadas, dentre outras, foi aberta a Avenida Central, atual Rio Branco; demolido o Largo de São Domingos, para a abertura da atual Avenida Passos; demolidas as casas paralelas aos Arcos da Lapa e ao Morro do Senado, para abrir passagem à Mem de Sá; alargadas as ruas Sete de Setembro e da Carioca; abertas as avenidas Beira Mar e Atlântica e concluído o alargamento da Rua da Vala, atual Uru-guaiana.

Porém, como se poderia resolver o paradoxo entre a relação das elites e do poder público com os pobres?

“Os ‘perigosos’ maculavam, do ponto de vista da ocupação e reordenação do espaço urbano, o sonho da cidade moderna e cosmopolita. Para isso, era necessário controlar, vigiar e impor padrões e regras preestabelecidas a todas as esferas da vida. Ao mesmo tempo, falamos dos trabalhadores urbanos que sustentavam - ao realizar o trabalho braçal que as elites não cogitavam fazer - a viabilidade deste mesmo sonho: operários, empregadas domésticas, seguranças, porteiros, soldados, policiais, feirantes, jornalheiros, mecânicos, coveiros, floristas, caçadores de ratos, desentupidores de bueiros.”⁴⁶⁴

⁴⁶² SIMAS, Luiz Antonio. Dos arredores da Praça Onze aos Terreiros de Oswaldo Cruz. Revista Z Cultural, Ano XI, 2016, s/p.

⁴⁶³ SIMAS, Luiz Antonio. Dos arredores da Praça Onze aos Terreiros de Oswaldo Cruz. Revista Z Cultural, Ano XI, 2016, s/p.

⁴⁶⁴ “Como uma espécie de aparente paradoxo que escancara a complexidade da questão, os habitantes dos cortiços eram necessários, dentre outras coisas, para realizar o trabalho braçal da demolição dos cortiços.” SIMAS, Luiz Antonio. Dos arredores da Praça Onze aos Terreiros de Oswaldo Cruz. Revista Z Cultural, Ano XI, 2016, s/p.

A população pobre, repelida e necessária, tinha duas opções: morar nos subúrbios ou ocupar os morros centrais.

A vantagem de ocupação dos morros servia para ambos os lados, em razão da proximidade dos locais de trabalho: “não tão perto que possam macular a cidade restaurada e higienizada, não tão longe que obriguem as elites a realizar os serviços domésticos que, poucas décadas antes, eram tarefas das mucamas de sinhá.”⁴⁶⁵

Conforme ensina Nilo Batista:

“No próprio ano da abolição, a Câmara dos Deputados votava um projeto de criminalização da vadiagem - com privação da liberdade até 3 anos para reincidentes -, tentando exorcizar os medos da conjuntura: no campo, ‘hordas de libertos vagariam pelas estradas a ‘furtar e rapinar’, nas palavras de um parlamentar, e, na cidade, as maltas de capoeiras e todos aqueles pobres desocupados dos balcões comerciais ou não admitidos na disciplina fabril.”⁴⁶⁶

Numa cidade marcada pela tentativa dos donos do poder de extirpar as referências à herança africana, as diversas manifestações culturais das populações negras eram sistematicamente perseguidas: as rodas de samba, as festas religiosas - primeiro do candomblé e depois da umbanda -, as maltas de capoeira⁴⁶⁷, os blocos carnavalescos e os batuques diversos.⁴⁶⁸

A Lei da Vadiagem aprovada pelo Código Penal de 1890 estabelecida que o ato de vadiar se tornava uma contravenção: destarte, sob o amparo do princípio da legalidade - evidentemente fraudado, especialmente sob a dimensão da taxatividade, que proíbe imprecisão ou lacunas na formulação dos tipos penais -, reprimiu os “desclassificados urbanos (prostitutas e cáftens, desempregados, capoeiras e mais tarde malandros etc.”⁴⁶⁹

⁴⁶⁵ “A ocupação dos morros retrata as contradições de uma cidade que se pretende moderna e cosmopolita e é, ao mesmo tempo, marcada pelo esteio ideológico de trezentos anos de trabalho escravo. Os séculos de cativeiro e chibata geraram uma brutal desvalorização dos serviços manuais e dos seus praticantes. Eram eles, os pobres, vistos como desprovidos de cultura. Tinham, porém, a força necessária para o trabalho pesado.” SIMAS, Luiz Antonio. Dos arredores da Praça Onze aos Terreiros de Oswaldo Cruz. Revista Z Cultural, Ano XI, 2016, s/p.

⁴⁶⁶ BATISTA, Nilo. ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Direito Penal Brasileiro, vol. 1, Rio de Janeiro: Revan, 2003, p. 442.

⁴⁶⁷ “A primeira conduta do tipo descrito no Código Penal sancionava com pena corporal a simples exibição de ‘exercícios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem’ nos logradouros públicos, mesmo que dessa prática não resultasse qualquer ofensa a quem quer que seja. Para que se configurasse o delito, bastava que o agente estivesse exibindo suas habilidades nas ruas e nas praças, ainda que não portasse qualquer espécie de arma, ameaçasse ou ferisse alguém. Bastava desferir alguns golpes no ar, sem maiores consequências, para levar um capoeirista à prisão.” TONINI, Renato Neves. A arte pernicioso: a repressão penal aos capoeiras na República Velha, p. 71.

⁴⁶⁸ SIMAS, Luiz Antonio. Dos arredores da Praça Onze aos Terreiros de Oswaldo Cruz. Revista Z Cultural, Ano XI, 2016, s/p.

⁴⁶⁹ BATISTA, Nilo. ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Direito Penal Brasileiro, vol. 1, Rio de Janeiro: Revan, 2003, p. 442.

Nesse contexto, de transição do trabalho escravo para o trabalho livre criou-se uma nova “ética” do trabalho, com o projeto de repressão à ociosidade de 1888⁴⁷⁰.

Após a abolição da escravidão em 13 de maio, havia um consenso entre os deputados de que a ordem estava ameaçada, em especial, da parte dos representantes dos interesses dos ruralistas, que exigiam medidas do ministro Ferreira Vianna para garantir a defesa da propriedade e da segurança individual dos cidadãos - aqui lidos, evidentemente, como aqueles proprietários de terras.

Além da dramatização de os proprietários e suas famílias - “pacíficas e laboriosas populações locais” - eram agora obrigadas a trabalhar dia e noite para salvar o mínimo das lavouras para a subsistência, o discurso se estabelecia também quanto ao suposto caráter do libertos: eram pensados em geral como indivíduos despreparados para a vida em sociedade, isto é, a escravidão não teria ensinado os valores de liberdade, propriedade e de justiça - aqui o nível máximo da hipocrisia e preconceito da classe dominante -, que carregavam os “vícios” anteriores e que não eram “civilizados”.

Esses vícios seriam superados por meio da educação, ou seja, educar libertos significava torná-los corpos dóceis e úteis⁴⁷¹ novamente: “criar o hábito do trabalho através da repressão e da obrigatoriedade.”⁴⁷²

Eis a manifestação do deputado Mac-Dowell sobre o projeto de Ferreira Vianna:

“Votei pela utilidade do projeto, convencido, como todos estamos, de que hoje, mais do que nunca, é preciso reprimir a vadiagem, a mendicância desnecessária, etc. (...) Há o dever imperioso por parte do Estado de reprimir e opor um dique a todos os vícios que o liberto trouxe de seu antigo estado, e que não podia o efeito miraculoso de uma lei fazer desaparecer, porque a lei não pode de um momento para o outro transformar o que está na natureza. (...) A lei produzirá os desejados efeitos compelindo-se a população ociosa ao trabalho honesto, minorando-se o efeito desastroso que fatalmente se prevê como consequência da libertação de uma massa enorme de escravos, atirada no meio da sociedade civilizada, escravos sem estímulos para o bem, sem educação, sem os sentimentos nobres que só pode adquirir uma população livre e finalmente será regulada a educação dos menores,

⁴⁷⁰ Adiante, Getúlio Vargas dirá que: “O trabalho é o fator máximo de elevação da dignidade humana.”

⁴⁷¹ “A forma-prisão preexiste à sua utilização sistemática nas leis penais. Ela se constituiu fora do aparelho judiciário, quando se elaboraram, por todo o corpo social, os processos para repartir os indivíduos, fixá-los e distribuí-los espacialmente, classificá-los, tirar deles o máximo de tempo, e o máximo de forças, treinar seus corpos, codificar seu comportamento contínuo, mantê-los numa visibilidade sem lacuna, formar em torno deles um aparelho completo de observação, registro e notações, constituir sobre eles um saber que se acumula e se centraliza. A forma geral de uma aparelhagem para tornar os indivíduos dóceis e úteis, através de um trabalho preciso sobre seu corpo, criou a instituição-prisão, antes que a lei definisse como a pena por excelência.” FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*, 2000, p. 195.

⁴⁷² CHALHOUN, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*, p. 68.

que se tornarão instrumento do trabalho inteligente, cidadãos morigerados, (...) servindo de exemplo e edificação aos outros da mesma classe social.”⁴⁷³

Ou seja: todo liberto é ocioso, segundo a lógica do capital periférico. Caberia à lei repressiva transformá-los em trabalhadores - novamente - a partir de novas regras e uma nova forma de sujeição dos corpos, especialmente dos negros.

Segundo Michel Foucault, a gestão diferencial das ilegalidades corresponde a supor que:

“A prisão e de uma maneira geral, sem dúvida, os castigos, não se destinam a suprimir as infrações; mas antes a distingui-las, a distribuí-las, a utilizá-las; que visam, não tanto a tornar dóceis os que estão prontos a transgredir as leis, mas que tendem a organizar a transgressão das leis numa tática geral das sujeições. A penalidade seria então uma maneira de gerir as ilegalidades, de riscar limites de tolerância, de dar terreno a alguns, de fazer pressão sobre outros, de excluir uma parte, de tornar útil outra, de neutralizar estes, de tirar proveito daqueles. Em resumo, a penalidade não ‘reprimiria’ pura e simplesmente as ilegalidades; ela as ‘diferenciaria’, faria sua ‘economia geral’. E se podemos falar de uma justiça não é só porque a própria lei ou a maneira de aplicá-la servem aos interesses de uma classe, é porque toda a gestão diferencial das ilegalidades por intermédio da penalidade faz parte desses mecanismo de dominação. Os castigos legais devem ser relocalados numa estratégia global das ilegalidades. O ‘fracasso’ da prisão pode sem dúvida ser compreendido a partir daí.”⁴⁷⁴

Assim, a função real da pena como retribuição equivalente constitui fenômeno sócio-estrutural que corresponde aos fundamentos materiais e ideológicos das sociedades capitalistas contemporâneas, conforme as lições de RUSCHE/KIRCHHEIMER: “todo sistema de produção tende a descobrir punições que correspondem às suas relações produtivas.”⁴⁷⁵

Nesse sentido, Dario Melossi e Massimo Pavarini demonstram a relação cárcere/fábrica como matriz histórica do capitalismo, para explicar a relação de dependência entre a disciplina do sistema de justiça criminal e a ideologia das relações de trabalho na fábrica, a fim de manter e reproduzir as trocas equivalentes de mercadorias, e deste modo, ampliar e acumular o capital ⁴⁷⁶.

De acordo com Eugeny Pachukanis:

“Para que a idéia da possibilidade de reparar o delito através de um quantum de liberdade tenha podido nascer foi preciso que todas as formas concretas da riqueza

⁴⁷³ ROCHA, Oswaldo Porto. A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro (1870-1920). Dissertação de mestrado (UFF), Rio de Janeiro, 1983, p. 68.

⁴⁷⁴ FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir, 2000, p. 226-227.

⁴⁷⁵ RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto von, Punição e estrutura social, p. 5.

⁴⁷⁶ MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. Cárcere e fábrica, 2002.

social tivessem sido reduzidas a mais abstrata e mais simples das formas, ao trabalho humano medido pelo tempo”⁴⁷⁷.

A ideia de tempo, como critério geral do valor, se torna plausível a partir da adoção de um novo sistema econômico - capitalismo mercantil - a partir da abolição da escravidão, de uma nova disciplina e de tutela penal do liberto - antes regulado como objeto - que passa a ser tido como “sujeito” trabalhador dotado de força de trabalho produtivo⁴⁷⁸.

Isto posto, a altera legislativa de repressão da ociosidade no âmbito da superestrutura⁴⁷⁹ consistiu em reflexo da base estrutural, em outras palavras: “a relação jurídica é uma dimensão das relações de produção porque a influência ativa da organização de classe em classe dirigente transforma a relação de fato em uma relação legal, atribui-lhe uma nova qualidade, e deste modo a inclui na construção da superestrutura legal.”⁴⁸⁰

Por tal razão, o jurista soviético defende que:

“Em contrariedade a todas as teorias normativas – que são limitadas à visão externa e formal do direito (normas, estatutos, decisões judiciais etc.) – a teoria marxista-leninista considera o direito como uma unidade de forma e conteúdo. A superestrutura jurídica compreende não apenas o conjunto de normas e ações das agências, mas a unidade de sua dimensão formal e seu conteúdo, ou seja, das relações sociais que a lei reflete e ao mesmo tempo as sanções, que formaliza e modifica. O caráter de formalização não depende da ‘vontade do legislador’; isto se define pela economia, mas por outro lado, a superestrutura jurídica, uma vez tendo surgido, exerce um efeito reflexivo sobre a economia.”⁴⁸¹

⁴⁷⁷ “A pena proporcionada à culpabilidade representa fundamentalmente a mesma forma que a reparação proporcionada ao dano. (...) Esta forma está inconscientemente, mas profundamente, ligada à representação do homem abstrato e do trabalho humano abstrato mensurável pelo tempo.” PASHUKANIS, A teoria geral do direito e o marxismo, p. 202. Ver ainda: “É sob a forma de justiça comutativa, que a justiça primeiro nos aparece, quando pretendemos fundar nela as penas. Assim como à mercadoria corresponde o preço, ao trabalho o salário, ao dano a indemnização, assim, segundo o preceito dessa justiça, ao crime deve também corresponder a pena como retribuição.” RADBRUCH, Gustav. *Filosofia do Direito*. 4ª ed. vol. II. Coimbra (Portugal): Armênio Amado Editor, 1961, p. 87.

⁴⁷⁸ DIETER, Maurício Stegemann. Sistema econômico e tutela penal do escravo no Brasil Imperial. *Discursos sediciosos*, nº. 19/20, 2013, p. 613-647.

⁴⁷⁹ Para Pachukanis, o direito é “a forma de regulação e consolidação das relações de produção e também de outras relações sociais da sociedade dividida em classes.” Tradução livre. No original: “(...) the form of regulation and consolidation of production relationships and also of other social relationships of class society”. PASHUKANIS, Evgeny. *The Marxist Theory of State and Law* (1932). In: ‘Selected Writings on Marxism and Law’, Londres (Inglaterra) e Nova Iorque (EUA), 1980, p. 297.

⁴⁸⁰ Tradução livre. Texto original: “(...) legal relationship is a form of production relationship because the active influence of the class organization of the ruling class transforms the factual relationship into a legal one, gives it a new quality, and thus includes it in the construction of the legal superstructure”. PASHUKANIS, Evgeny. *The Marxist Theory of State and Law* (1932). *Selected Writings on Marxism and Law*, Londres (Inglaterra) e Nova Iorque (EUA), 1980, p. 297.

⁴⁸¹ Tradução livre. Texto original: “In contradistinction to all normative theories which are limited to the external and formal side of law (norms, statutes, judicial positions etc.) Marxist-Leninist theory considers a law as a unity of form and content. The legal superstructure comprises not only the totality of norms and actions of agencies, but the unity of this formal side and its content, i.e. of the social relationships which

Deste modo, sob a inspiração das lições de Karl Marx:

“impera o mesmo princípio que no intercâmbio de mercadorias equivalentes: troca-se uma quantidade de trabalho, sob uma forma, por outra quantidade igual de trabalho, sob outra forma, por outra quantidade igual de trabalho, sob outra forma diferente...”⁴⁸²

Mas, afinal, como convencer um escravo recém-liberto de que o trabalho é “o valor supremo da vida” para fins de tornar o novo sistema econômico funcional?

Para além de justificativas ideológicas ligadas à moralidade⁴⁸³, o projeto previa que os ociosos fossem conduzidos a colônias de trabalho, com preferência para atividades agrícolas, onde seriam internados com o objetivo de adquirir o hábito do trabalho; além disso, uma parte do dinheiro obtido por meio do trabalho dos condenados seria depositado num fundo e cada condenado receberia um certo pecúlio por ocasião da saída da prisão⁴⁸⁴.

Ademais, se no período escravista, o senhor - ou sinhô - tinha a propriedade do negro, tido como coisa, perante o Direito Civil -, agora a relação patrão-empregado é vista num tom correcionalista, dissimulado sob a forma de proteção paternalista:

“O patrão, depois de celebrado o contrato, se constitui um espécie de juiz doméstico e tem ação incontestável sobre o trabalhador, para guiá-lo e aconselhá-lo. Se alguma vez esse indivíduo sai das órbitas legais e pratica alguma falta ou delito ligeiro, que não precisa ser punido pela lei, o próprio patrão, em virtude dos regulamentos que ali existe, e que estabelece direitos e deveres entre locatário e locador, lhe inflige castigos moderados como aqueles que infligem os pais aos filhos.”⁴⁸⁵

law reflects and at the same time sanctions, formalizes and modifies. The character of formalization does not depend on the "free will of the legislator"; it is defined by economics, but on the other hand the legal superstructure, once having arisen, exerts a reflexive effect upon the economy". PASHUKANIS, Evgeny. *The Marxist Theory of State and Law* (1932). *Selected Writings on Marxism and Law*, Londres (Inglaterra) e Nova Iorque (EUA), 1980, p. 297.

⁴⁸² MARX, Karl. *Crítica do Programa de Gotha*, p. 214.

⁴⁸³ “Essa retórica moralista mal acoberta o objetivo dos legisladores: a pena para o ocioso deve ser bastante longa (de um a três anos para o reincidente), pois o que se desejava não era a punição pura e simples do indivíduo, mas sim sua reforma moral - e este objetivo não poderia ser alcançado em curto prazo.” CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*, p. 71.

⁴⁸⁴ “De qualquer forma, o respeito religioso à propriedade é consagrado no projeto no item das circunstâncias agravantes na prática da vadiagem: um dos agravantes da pena era quando o indivíduo possuidor de certa fortuna acaba por esbanjá-la, ficando na miséria e sem condições de sustentar a família.” CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*, p. 71-72.

⁴⁸⁵ *Anais da Câmara dos Deputados*, 1888, vol. 6, p. 151.

Adiante, outro momento da construção da ideologia do trabalho é a elaboração do conceito de vadiagem, isto é, se o trabalho é a lei suprema da sociedade, a ociosidade é uma ameaça constante, por dois motivos:

“[Primeiro] Ocioso é aquele indivíduo que, negando-se a pagar sua dívida para a comunidade por meio do trabalho honesto, coloca-se à margem da sociedade e nada produz para promover o bem comum”; [segundo] “o ocioso é um pervertido, um viciado que representa uma ameaça moral à moral e aos bons costumes, (...) sem educação moral, sem responsabilidade e que não tem interesse em produzir o bem comum nem possui respeito pela propriedade.”⁴⁸⁶

A crença na ociosidade do trabalhador brasileiro tido como um “verdadeiro parasita, que consome apenas e nada produz”⁴⁸⁷, era atribuída à época ao caipira paulista, tal qual hoje se faz especialmente em relação aos nordestinos ou nortistas, bem como às pessoas que vivem em situação de miséria extrema e fazem jus a algum tipo de programa social, desde o Fome Zero até o Bolsa Família, por exemplo.

Em outras palavras: a vadiagem seria uma espécie de ato preparatório dos crimes contra a propriedade, razão pela qual se justificava retoricamente a necessidade de sua repressão.

Isto se verifica pela relação estabelecida entre ociosidade e pobreza. Duas condições fundamentais para configurar o delito de vadiagem eram o hábito e a indigência. Isto é: se um indivíduo é ocioso porém possui meios para a garantia de sua subsistência, logo, ele não é evidentemente perigoso à ordem social existente.

O desejo da classe dominante é reprimir os miseráveis!

A partir daí, os parlamentares passam a utilizar o conceito de “classes perigosas”, inspirados em compêndios europeus da época, para designar grupos de indivíduos que deveriam sofrer o controle do sistema de justiça criminal.

Inicialmente, o termo aparece na Inglaterra e se referia às pessoas que já tivessem passagem pela prisão ou às que ainda que não tivessem sido presas, houvessem optado por obter o seu sustento por meio da prática de furtos e roubos, como estratégia de sobrevivência à margem da lei, e não do trabalho⁴⁸⁸.

⁴⁸⁶ CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim, p. 73-74.

⁴⁸⁷ Anais da Câmara dos Deputados, 1888, vol. 6, p. 227.

⁴⁸⁸ GUIMARÃES, Alberto Passos. As classes perigosas: banditismo urbano e rural, 1982, p. 1.

Adiante, sob influência francesa, o termo foi expandido para designar um sinônimo de classes pobres: “isto significa dizer que o fato de ser pobre torna o indivíduo automaticamente perigoso à sociedade.”⁴⁸⁹

Por fim, o projeto previa a pena de expulsão para o estrangeiro reincidente, porém, quase não se mencionava o imigrante nestes debates, uma vez que o complexo de vira-lata - já existente à época - parecia impor a visão de que aqueles criados sob a égide da ética capitalista deveriam servir de exemplo para o trabalhador nacional, assim, aquele que não se adequava para servir de protótipo para os trabalhadores nacionais representava uma ameaça à ordem social - mais tarde chamada de segurança nacional -, e, não raro, como já vimos na Segunda Parte, envolvendo algum tipo de suspeição ou conotação política ligada aos temores da ameaça vermelha.

Amores líquidos em tempos modernos

Segundo Sidney Chalhoub, transformar o expropriado em homem de bem - à época, o trabalhador assalariado, segundo o discurso oficial -, requer o exercício de um controle sobre sua vida fora do espaço de trabalho onde ele reproduz a sua existência, o que se pode verificar a partir de alguns padrões de comportamento revelados por homens e mulheres da classe trabalhadora ao se envolverem em relações de amor na cidade do Rio de Janeiro na alvorada do século XX⁴⁹⁰.

De fato, o tema aparentemente esdrúxulo é fundamental para demonstrar algumas questões importantes sobre: “até que ponto os homens e mulheres despossuídos (...) praticam relações de amor informadas pelos valores dominantes - (...) numa época em que o ‘amar’, como tudo, de resto, deveria se enquadrar nos padrões morais da ordem burguesa que se impunha?”⁴⁹¹

Os teóricos da patologia social constataram que os padrões de comportamento amoroso praticados pela classe trabalhadora não correspondiam aos padrões propostos e

⁴⁸⁹ “As classes pobres e viciosas (...) sempre foram e hão de ser sempre a mais abundante causa de todas as sortes de malfetores: são elas que se designam mais propriamente sob o título de - classes perigosas -; pois quando o mesmo vício não é acompanhado pelo crime, só o fato de aliar-se à pobreza no mesmo indivíduo constitui um justo motivo de terror para a sociedade. O perigo social cresce e torna-se de mais a mais ameaçador, à medida que o pobre deteriora a sua condição pelo vício e, o que é pior, pela ociosidade.” CHEVALIER, Louis. *Laboring classes and dangerous classes in Paris during the first half of the nineteenth century*, 1973.

⁴⁹⁰ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*, p. 171.

⁴⁹¹ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*, p. 171-172.

defendidos pela classe burguesa: todo e qualquer comportamento desviante era tratado como anômico ou patológico.

Como já dissemos, os detentores do poder classificaram os negros libertos, a pretexto de desqualificá-los por ocasião do debate sobre a repressão da ociosidade, como indivíduos que viviam num estado de “depravação dos costumes”, “cheios de vícios” e com baixos padrões morais.

Porém, Florestan Fernandes, com toda a sua formação intelectual, posição político-ideológica e numerosos dados empíricos à sua disposição, apresenta os negros libertos como sujeitos que possuem “deformações introduzidas em sua pessoa pela escravidão”, “obsessão pelo sexo” e que viviam em situação de “desorganização permanente de suas condições materiais e morais de existência social”⁴⁹².

O preconceito que liga o negro liberto ou o trabalhador assalariado que não se adequa ao padrão dominante de se relacionar do ponto de vista sexual ou amoroso passou do senso comum para o senso comum teórico e produziu um consenso: quem não usa a autonomia privada para constituir família segundo os ditames burgueses estaria entregue à poligamia, à promiscuidade, e ao hedonismo.

Desde o Brasil Colônia, o casamento oficializado perante a lei e a Igreja⁴⁹³ constituía um projeto estatal articulado para constituir família⁴⁹⁴, que se projetaram sob os influxos ideal burguês-religioso de que “o casamento dignificava as pessoas.”⁴⁹⁵

Segundo Samir Namur:

“A população foi submetida a um verdadeiro processo gradativo de imposição implícita e cotidiana dos costumes religiosos ligados à família pelas classes economicamente e ideologicamente poderosas (o Estado burguês e a Igreja). (...) Assim é que a noção de família religiosa, formada pelo casamento e baseada na autoridade masculina, é mantida a partir do século XVIII com a imposição da lógica liberal e burguesa, pois interessada na nova vida econômica privada que surgia, esta que necessitava de um mecanismo para a constituição da família que fosse único e público, apto a garantir com segurança a transmissão e união do patrimônio burguês. Essa necessidade de certeza e previsibilidade também garantiu o casamento como modelo de família dominante nas sociedades industriais em geral, muito embora não suscetível de contestação.”⁴⁹⁶

⁴⁹² FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes, vol. 1, 1978, p. 20 e 154-155.

⁴⁹³ “Qué diria Dios/si amas sin la iglesia e sin la ley/Dios a quien ya te entregaste en comunión...” La familia, la propiedad privada y el amor, composição de Silvio Rodríguez.

⁴⁹⁴ ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa, 1997, p. 85-87.

⁴⁹⁵ THERBORN, Göran. Sexo e poder: a família no mundo (1900-2000), 2006, p. 232.

⁴⁹⁶ NAMUR, Samir. Autonomia privada para a constituição da família, 2014, p. 26-27.

Evidentemente, o discurso moralista da classe burguesa se constituía em pura hipocrisia, afinal, como veremos adiante, os locais onde se constituiu a Pequena África, onde se fixaram os escravos libertos e por onde circulavam os malandros, também circulavam, especialmente pelos cabarés, os brancos proprietários, em busca de prazer sexual mediante pagamento ou apenas por infidelidade conjugal⁴⁹⁷.

Afinal, como não se pode olvidar, o casamento moderno é uma instituição burguesa fundada na monogamia e na indissolubilidade, a fim de assegurar a fidelidade da mulher⁴⁹⁸ e a paternidade dos filhos - na época classificados como legítimos/ilegítimos - aptos a repartir a herança acumulada pelo patriarca burguês.

Friedrich Engels explica as razões materiais e ideológicas pelas quais não pode subsistir o modelo de família fundado na fidelidade e na monogamia nas classes proletárias:

“Nas relações com a mulher, o amor sexual só pode ser, de fato, uma regra entre as classes oprimidas, quer dizer, em nossos dias, o proletariado, estejam ou não estejam autorizadas oficialmente essas relações. Mas, desaparecem também, nesses casos, todos os fundamentos da monogamia clássica. Faltam aqui, por completo, os bens de fortuna, para cuja conservação e transmissão por herança foram instituídos, precisamente, a monogamia e o domínio do homem; e, por isso, aqui também falta todo o motivo para estabelecer a supremacia masculina. Mais ainda, faltam até os meios de consegui-lo: o direito burguês, que protege essa supremacia, só existe para as classes possuidoras e para regular as relações destas classes com os proletários. Isso custa dinheiro e, por força da pobreza do operário, não desempenha papel algum na atitude deste para com sua mulher. Neste caso, o papel decisivo cabe a outras relações pessoais e sociais. Além disso, sobretudo desde que a grande indústria arrancou a mulher ao lar para atirá-la ao mercado de trabalho e à fábrica, convertendo-a, frequentemente, em sustentáculo da casa, ficaram desprovidos de qualquer base os restos da supremacia do homem no lar prole-

⁴⁹⁷ “Se mesmo a satisfação sexual por meio do casamento era condenada [exceto o necessário para a procriação, segundo os ditames católico/cristão], foi natural que, em certa medida, isso resultasse em alta incidência de pudicícia nas relações afetivas, sem embargo da frequência de relações secretas, especialmente por homens, para satisfazer seus impulsos mais imediatos, atitudes cujos resíduos prolongam-se até hoje.” NAMUR, Samir. *Autonomia privada para a constituição da família*, 2014, p. 26-27. Ver também: GIDDENS, Anthony. *Sociologia*, 2005, p. 117.

⁴⁹⁸ “Baseia-se no predomínio do homem; sua finalidade expressa é a de procriar filhos cuja paternidade seja indiscutível; e exige-se essa paternidade indiscutível porque os filhos, na qualidade de herdeiros diretos, entrarão, um dia, na posse dos bens de seu pai. (...) Agora, como regra, só o homem pode rompê-los e repudiar sua mulher. Ao homem, igualmente, se concede o direito à infidelidade conjugal, sancionado ao menos pelo costume (o Código de Napoleão outorga-o expressamente, desde que ele não traga a concubina ao domicílio conjugal), e esse direito se exerce cada vez mais amplamente, à medida que se processa a evolução da sociedade. Quando a mulher, por acaso, recorda as antigas práticas sexuais e intenta renová-las, é castigada mais rigorosamente do que em qualquer outra época anterior. (...) A existência da escravidão junto à monogamia, a presença de jovens e belas cativas que pertencem, de corpo e alma, ao homem, é o que imprime desde a origem um caráter específico à monogamia — que é monogamia só para a mulher, e não para o homem. E, na atualidade, conserva-se esse caráter.” ENGELS, Friedrich. *A origem da família, do Estado e da propriedade privada*, s/p.

tário, excetuando-se, talvez, certa brutalidade no trato com as mulheres, muito arraigada desde o estabelecimento da monogamia. Assim, pois, a família do proletário já não é monogâmica no sentido estrito da palavra, nem mesmo com o amor mais apaixonado e a fidelidade mais absoluta dos cônjuges, e apesar de todas as bênçãos espirituais e temporais possíveis. Por isso, o heterismo e o adultério, eternos companheiros da monogamia, desempenham aqui um papel quase nulo; a mulher reconquistou, na prática, o direito de divórcio e os esposos preferem se separar quando já não se podem entender um com o outro. Resumindo: o matrimônio proletário é monogâmico no sentido etimológico da palavra, mas de modo algum em seu sentido histórico.”⁴⁹⁹

A discussão que aqui travamos é fundamental para descortinar ideologicamente quais são os valores presentes na classe trabalhadora no que diz respeito ao amor e às relações sexuais e, ainda mais, para compreender como a prostituição se tornou um dos principais esteios de vida, por meio da exploração de outrem, por parte dos malandros das áreas marginais da cidade do Rio de Janeiro, como veremos mais a frente.

Destarte, o discurso médico da época produziu modelos de homem, mulher e de relacionamento entre os gêneros que, mascarados por seus propósitos científicos, reforçam as formas de dominação e de reprodução da ordem social burguesa, o que demonstra a relação indissolúvel entre machismo e luta de classes⁵⁰⁰, cujas raízes se encontram na família típica burguesa, conhecida atualmente como família tradicional brasileira: patriarca, esposa e filhos.

Jurandir Freire Costa demonstra a emergência dos valores e normas referentes à família burguesa no Brasil a partir de típicos “catálogos de especificação sócio-sexual”.

A mulher era considerada fraca por natureza, sensível, doce, passiva e submissa, vivendo sob a proteção do homem, amando e sendo amada: “Toda constituição moral

⁴⁹⁹ ENGELS, Friedrich. A origem da família, do Estado e da propriedade privada, s/p.

⁵⁰⁰ Em síntese, não há revolução sem feminismo; não há feminismo sem revolução: “A primeira ditadura do proletariado abre verdadeiramente o caminho para a completa igualdade social da mulher. Elimina mais preconceitos que a montanha de escritos sobre, a igualdade feminina. E apesar de tudo isso, não possuímos ainda um movimento feminino comunista internacional. Mas devemos chegar a formá-lo, a todo custo. Devemos proceder imediatamente à sua organização. Sem esse movimento, o trabalho de nossa Internacional e das suas seções será incompleto e assim permanecerá. (...) Somente se milhões de mulheres estiverem conosco poderemos exercer a ditadura do proletariado, poderemos construir segunda diretrizes comunistas. Devemos encontrar a maneira de uni-las, devemos estudar para encontrar essa maneira. Por isso é justo formular reivindicações em favor das mulheres: já não se trata de um programa mínimo, de um programa de reformas, no sentido dos social-democratas da II Internacional. Não é um reconhecimento da eternidade ou pelo menos da longa duração do poder da burguesia e da sua forma estatal. Não é uma tentativa de satisfazer as mulheres com reformas e desviá-las do caminho da luta revolucionária. Não se trata disso nem de outros truques reformistas. Nossas exigências se apoiam nas conclusões práticas que tiramos das necessidades prementes, da vergonhosa humilhação da mulher e dos privilégios do homem.” LÊNIN, Vladimir Ilitch. O socialismo e a emancipação da mulher, s/p.

da mulher (...) resulta da fraqueza inata de seus órgãos; tudo é subordinado a esse princípio pelo qual a natureza quis tornar a mulher inferior ao homem.”⁵⁰¹

De outra banda, o homem é considerado como forte, vigoroso, seco, racional, autoritário e duro, bem como por sua constituição viril, o homem amava menos do que a mulher e seu interesse se voltada para o gozo puramente sexual.

Assim, o homem se definia pela sua dedicação ao trabalho, cuja obrigação fundamental consistia em garantir a sobrevivência da família, ao passo que a mulher desenvolvia o seu trabalho no lar, desenvolvendo as atividades domésticas e cuidando dos filhos.

Nota-se que segundo tal discurso, as relações de poder conjugal⁵⁰² eram bastante assimétricas, em que a regra era a submissão absoluta da mulher aos desígnios do marido, sob pena de violar a sua honra, vez que ela dependia da conduta da mulher, que lhe deve ser absolutamente fiel⁵⁰³.

Não raro, a violência era uma característica fundamental dessas relações como forma regular de ajuste de tensões e que até os dias de hoje é problematizado pela legislação vigente sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher, conhecida como Lei Maria da Penha⁵⁰⁴.

Com menor incidência, mas não menos brutal, também se verifica até a atualidade os crimes passionais⁵⁰⁵, típicos por adultérios, terminos, desentendimentos, que engendraram inclusive o conceito jurídico de “legítima defesa da honra”, cujo exemplo mais notável foi o Caso Doca Street.

Contudo, nos casais das classes proletárias, ainda que obviamente se pudesse observar a reprodução do machismo materializado na submissão, violência física⁵⁰⁶ e até homicídios, surgiram homens e mulheres que, segundo Lima Barreto, impressionavam ao se observar “de que maneira forte a miséria prende solidamente os homens”, os quais eram casais que se uniam para enfrentar, juntos, a situação de penúria a que estavam condenados, pois, ainda que “talvez não se amassassem, mas viviam juntos, trocando

⁵⁰¹ COSTA, Junqueira Freire. Ordem médica e norma familiar, 1979, p. 235.

⁵⁰² “Tudo é sobre sexo, exceto sexo. Sexo é sobre poder.” Oscar Wilde.

⁵⁰³ CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim, p. 180.

⁵⁰⁴ Lei nº. 11340/2006.

⁵⁰⁵ “Ninguém nega a existência do crime passionai. Negá-lo seria negar a paixão e a mais vibrante das realidades humanas. Ninguém nega a lágrima, a súplica, a angústia, o desespero, a exaltação, o delírio. E o amor, às vezes, é tudo isso. A tempestade desencadeada dentro de uma alma.” Mário Bulhões Pedreira.

⁵⁰⁶ “Mulher de malandro sabe ser/Carinhosa de verdade/Ela vive com tanto prazer/Quanto mais apanha/A ele tem amizade/Longe dele tem saudade...” Mulher de malandro, composição de Heitor dos Prazeres, 1932.

presentes, protegendo-se, prestando-se serviços mútuos”⁵⁰⁷, numa relação de reciprocidade, prestatividade e solidariedade típicos de quem vive precariamente na corda bamba da sobrevivência.

As mesmas condições concretas de sobrevivência que produziam um caráter construtivo e organizador das relações entre homens e mulheres, produziu uma outra espécie de condicionante as formas possíveis de relacionamento das classes subalternas e que era algo impensável, sem a autorização do marido, nas classes altas: a integração da mulher ao mundo do trabalho.

Em geral, apesar da existência de mulheres exercendo trabalho no comércio ou como operárias, o servido doméstico era a principal forma de ocupação das mulheres⁵⁰⁸, de modo que, no caso da mulher pobre, o trabalho remunerado era apenas uma extensão de suas atividades domésticas, porém, na casa da família que a empregava, além de sua própria casa.

O trabalho doméstico exigia uma demanda especialmente em razão do fim da relação escravocrata nas Casas Grandes e que se transformaram em mansões nas áreas urbanas.

Isto possibilitava um grau relativo de independência da mulher em relação ao homem e, seja em atividades típicas do que se chama à época de “mulher honesta”, tal como limpeza e conservação, culinária etc, ou de “mulheres da vida”⁵⁰⁹, que constituíam as trabalhadoras do sexo, muitos malandros se aproveitaram de tais condições e se tornaram verdadeiros gigolôs, quando não, rufiões, e dependiam quase que exclusivamente da atividade laboral de suas esposas, companheiras ou amantes.

A nova relação em que a mulher seria a provedora de um homem colocado em situação de dependência econômica subvertia completamente o modelo tradicional burguês de família patriarcal constituída pelo casamento e que possuía o homem como o provedor principal e “cabeça” da família, como se pode observar:

“Se é de mim, podem falar,
Se é de mim, podem falar,
Meu amor não tem dinheiro,

⁵⁰⁷ BARRETO, Lima. Recordações do escrívão Isaías Caminha, p. 213-214.

⁵⁰⁸ “Quero uma mulher que saiba lavar e cozinhar/E que de manhã cedo me acorde na hora de trabalhar/(...)Ninguém sabe igual a ela preparar o meu café...” Emília, composição de Wilson Baptista e Haroldo Lobo.

⁵⁰⁹ “A cidade tem mulheres perdidas, inteiramente da gandaia. Por causa delas tem havido dramas (...) e, de vez em quando, os amantes surgem rugindo, com o revólver na mão.” RIO, João do. Vida vertiginosa, RODRIGUES (org.) Histórias da vida alegre, 1981, p. 82.

Não vai roubar pra me dar.

No tempo que ele podia,
Me tratava muito bem,
Hoje está desempregado,
Não me dá porque não tem.

Quando eu estava mal de vida
Ele foi meu camarada
Hoje dou casa, comida,
Dinheiro e roupa lavada.

Quando a polícia vier e souber
Quem paga a casa pra homem é mulher...”⁵¹⁰

No mais, à época, o ato de violência doméstica era visto como incapacidade masculina de exercer seu poder irrestrito sobre a companheira, isto é, antes como demonstração de fraqueza e impotência, do que como demonstração de força ou de poder⁵¹¹.

Segundo Sidney Chalhoub:

“É necessário ressaltar que os homens e mulheres pobres empenhados em relações amorosas correm riscos geralmente semelhantes de sofrerem violência. Não é apenas a mulher que corre o risco de ser vitimada, como se poderia deduzir do modelo dominante de relação homem-mulher, pois a mulher pobre em questão tem meios, que frequentemente utiliza, de transformar seus algozes em vítimas.”⁵¹²

Isto se dava porque devido às suas condições materiais de existência, os modos de pensar e agir levavam a uma relação homem-mulher mais simétrica e que tendia à bipolarização, com o abrandamento do poder tirânico patriarcal e uma maior divisão de poder entre os amantes, em razão de uma mulher mais ativa e independente, do que nas classes superiores.

O processo de aburguesamento da sociedade carioca consistiu em um projeto social totalizante e autoritário, que pretendeu transformar as relações sociais à força e sem qualquer tipo de consideração em relação aos oprimidos, nada porém, sem a resistência de suas vítimas⁵¹³:

⁵¹⁰ “Quem paga a casa pra homem é mulher”, composição de João da Baiana, 1915.

⁵¹¹ CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim, p. 215-216.

⁵¹² CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim, p. 230.

⁵¹³ “Nunca houve um só tipo de ‘transição’. A tensão desta recai sobre a totalidade da cultura: a resistência à mudança e o ascenso à mesma surge da cultura inteira. (...) O que necessita dizer-se não é que uma forma de vida é melhor do que outra, mas sim que há aqui um problema muito mais profundo; que o testemunho histórico não é simplesmente de mudança tecnológica neutra e inevitável, mas também de exploração e resistência à exploração; e que os valores são suscetíveis de serem perdidos e encontrados.”

“A burguesia, pelo rápido desenvolvimento de todos os instrumentos de produção, pelos meios de comunicação imensamente facilitados, arrasta todas as nações, mesmo as mais bárbaras, para a civilização. (...) Em uma palavra, cria um mundo à sua própria imagem.”⁵¹⁴

O discurso do colonizador europeu em relação ao índio e ao africano⁵¹⁵ era a ideia de que estes eram bárbaros, incultos, despossuídos de história, naturalmente atrasados e culturalmente inferiores⁵¹⁶ e apenas os conceitos europeus tais como ciência, cristianismo, democracia representativa, economia de mercado etc poderiam inseri-los na história, sob uma perspectiva homogênea do mundo⁵¹⁷.

Trata-se aqui de resgatar a categoria da totalidade em toda a sua pujança atual, a partir da exterioridade: a África e a América Latina - no caso particular, o Brasil, em especial, o Rio de Janeiro - constituem a periferia da história.

Como podemos tratar da totalidade em terras tupiniquins a partir de uma visão europeísta e totalizante que nos nega perante a história ou, quando nos reconhece, se nos atribui um rótulo de inferioridade?

O racismo estrutural que os senhores de escravos impuseram ao negros cativos e depois libertos, conforme já vimos anteriormente, é produto dessa relação de dominação da qual, inconscientemente (ou não?), a burguesia nacional, ainda que queira se europeizar e produzir o embranquecimento do país, também é vítima.

THOMPSON, E. P. *Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial. Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Crítica, 1969, p. 271 e 288.

⁵¹⁴ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto of the Communist Party, The Marx-Engels reader*, 1978, p. 477.

⁵¹⁵ “A África é em geral uma terra fechada e mantém o seu caráter fundamental. (...) Entre os negros, com efeito, é característico o fato de que sua consciência não chegou ainda à intuição de nenhuma objetividade, como, por exemplo, Deus, a lei, a qual está em relação com sua vontade e tem intuição de sua essência. (...) É um homem bruto. (...) A África não tem propriamente história. Por isso abandonaremos a África, para não mencioná-la jamais. No é uma parte do mundo histórico; no representa um movimento nem um desenvolvimento histórico. (...) O que entendemos propriamente por África é algo isolado e sem história, ausente por completo no espírito natural e que só pode mencionar-se aqui no umbral da história universal.” HEGEL, Georg. *Filosofia de la historia universal*, 1946, t. I, p. 183; 1187; 198-201.

⁵¹⁶ “O mundo se divide em Velho Mundo e em Novo Mundo. O nome do Novo Mundo provém do fato de que a América (...) não foi conhecida até pouco tempo pelos europeus. Porém não se creia que esta distinção seja puramente externa. Aqui a divisão é essencial. Este mundo é novo apenas relativamente e não absolutamente; o é no que diz respeito às suas características próprias, físicos e políticos. (...) O mar de ilhas, que se estende entre a América do Sul e a Ásia, revela certa imaturidade no que tange à sua origem. (...) Da América e de seu grau de civilização, especialmente no México e Peru, temos informações de seu desenvolvimento, porém como uma cultura inteiramente popular, que expira no momento em que o Espírito se aproxima. (...) A inferioridade desses indivíduos em todos os sentidos é inteiramente evidente.” HEGEL, Georg. *Filosofia de la historia universal*, 1946, t. I, p. 171-172.

⁵¹⁷ SIMAS, Luiz Antonio. *Dos arredores da Praça Onze aos Terreiros de Oswaldo Cruz*. Revista Z Cultural, Ano XI, 2016, s/p.

Numa cidade em que os detentores do poder pretenderam extirpar as referências à herança africana, a partir do racismo herdado do colonialismo, por intermédio da inferiorização de bens simbólicos a quem a burguesia quis submeter, dentre toda a totalidade da cultura africana e, posteriormente, afrobrasileira, podemos destacar: os terreiros de candomblé e umbanda, as maltas de capoeira, os batuques diversos e, por fim, as rodas de samba e os blocos carnavalescos⁵¹⁸.

Segundo ensina Franz Fanon:

“A ontologia, quando se admitir de uma vez por todas que ela deixa de lado a existência, não nos permite compreender o ser do negro. Pois o negro não tem mais de ser negro, mas sê-lo diante do branco. (...) Aos olhos do branco, o negro não tem resistência ontológica. De um dia para o outro, os pretos tiveram de se situar diante de dois sistemas de referência. Sua metafísica ou, menos pretensiosamente, seus costumes e instâncias de referência foram abolidos porque estavam em contradição com uma civilização que não conheciam e que lhes foi imposta.”⁵¹⁹

A burguesia sempre foi artificial.

Em “O homem que sabia javanês”, Lima Barreto descreve como era ridícula a importação da cultura burguesa estrangeira, especialmente europeia, por parte das elites cariocas.

A história conta como um contador de histórias chamado Castelo consegue um emprego como professor de javanês, língua falada num distante rincão holandês na Ásia, sem que não possuísse qualquer conhecimento prévio do idioma, a fim de sair da miséria.

Após decorar o alfabeto, se dirigiu ao um velho barão de Jacuecanga, o qual havia requisitado o professor do idioma, que deseja aprender a língua para ler um livro antigo que tinha sido herdado de seu avô.

Com o passar do tempo, de forma previsível, se torna impossível ensinar algo que sequer conhecia, e Castelo passa a “decifrar” o conteúdo do livro para o barão, ludibriando-o.

Por fim, o barão e seu genro alardeiam por toda a cidade e se alastra a fama do “homem que falava javanês”, possibilitando que este pudesse um dia se tornar um diplomata, sem jamais ter conseguido aprender o javanês.

⁵¹⁸ SIMAS, Luiz Antonio. Dos arredores da Praça Onze aos Terreiros de Oswaldo Cruz. Revista Z Cultural, Ano XI, 2016, s/p.

⁵¹⁹ FANON, Franz. Peles negras, máscaras brancas, 2008, p. 103-104.

A história retrata um projeto social totalizante, que vista impor não apenas mudanças materiais, mas um todo de vida, de forma profundamente autoritária, à força e sem nenhuma consideração em relação àqueles que sofreriam tais consequências:

“A condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada do desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense.”⁵²⁰

O projeto totalizante de transformação social - no sentido de “regenerar” ou “embranquecer”, isto é, no sentido fazer com que o país se inserisse na “civilização”, foi de fora pra dentro e de cima pra baixo, descrito como um processo linear, natural e inevitável, porém, com resistências:

“O testemunho histórico, no entanto, é de profunda resistência à mudança. Se é verdade que a burguesia sonhava em ‘criar um mundo à sua própria imagem’, também é verdade que acabou tendo que se contentar com uma imagem, no mínimo, bastante imperfeita.”⁵²¹

E ainda:

“A emancipação dos escravos e a política imigratória foram os dois processos constitutivos essenciais do mercado de trabalho capitalista - e consequentemente da classe trabalhadora - da cidade do Rio de Janeiro nas últimas décadas do século XIX e no início do século XX.”⁵²²

Assim, para além do trabalho e do lar, que já analisamos, resta-nos desnudar o mundo do lazer popular, dos botequins e das ruas e sua contrapartida inevitável: a repressão policial.

Aqui trataremos do mundo do lazer no início do século XX, no que diz respeito à vida no botequim, a relação entre populares e meganhas nas ruas da cidade e a ritualização dos conflitos na hora de beber uma canjibrina, em que as classes trabalhadoras resistiram fortemente à tentativa de destruição de seus valores tradicionais⁵²³.

⁵²⁰ SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão: tensões sociais e a criação cultural na Primeira República, 1983, p. 30.

⁵²¹ CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim, p. 253.

⁵²² “A República proclamada em 1989 contém em si, portanto, como antagonismo fundamental, a relação trabalho assalariado versus capital.” CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim, p. 254.

⁵²³ “Deve-se meditar, aliás, se a existência na cidade desta cultura popular vigorosa e largamente insubmissa, no momento crucial da formação do mercado capitalista de trabalho assalariado, explica, em al-

O espaço de resistência se deu, portanto, no trabalho, no amor, mas, especialmente, no lazer, isto é, nas festas populares, em eventos que até hoje amedrontam as classes dominantes que possuem uma demanda por ordem e controle das “classes perigosas”.

Assim, foi - e ainda é - no botequim dos botequins mais vagabundos que, entre comidas e bebidas, tais como pernil, sardinha, ovo colorido e cerveja, cachaça e batidas diversas, que se podia afogar as mágoas da luta pela vida e entorpecer os corpos doloridos pelas horas seguidas de labor com o milagre do álcool, o líquido mágico.

Segundo Freud:

“O serviço prestado pelos veículos intoxicantes na luta pela felicidade e no afastamento da desgraça é tão altamente apreciado como um benefício, que tanto indivíduos quanto povos lhe concederam um lugar permanente na economia de sua libido. Devemos a tais veículos não só a produção imediata de prazer, mas também um grau altamente desejado de independência do mundo externo, pois sabe-se que, com o auxílio desse ‘amortecedor de preocupações’, é possível, em qualquer ocasião, afastar-se da pressão da realidade e encontrar um refúgio num mundo próprio, com melhores condições de sensibilidade. Sabe-se igualmente que é exatamente essa propriedade dos intoxicantes que determina o seu perigo e a sua capacidade de causar danos.”⁵²⁴

Assim, o botequim é uma instituição fundamental para compreender o momento de lazer da classe trabalhadora, a que se faz referência em diversos sambas e que, até hoje, apesar de um hábito apropriado pelas classes dominantes, sofre determinado preconceito: por exemplo, com a expressão “fulano é um filósofo de botequim”.

Além de um espaço de socialização, em que os boêmios trocam saberes sobre política, samba, futebol etc., os botequins mais vagabundos, ou pé-sujos, como se chamam no Rio de Janeiro, representam uma espécie de terapia psicanalítica, com a cura pela fala das classes populares:

“Pra mim o papo de um amigo
E o copo de um bom vinho ou de um licor
É só o que eu preciso ter comigo
Pra enfrentar qualquer perigo
De desilusão no amor...”⁵²⁵

guma medida, o fato óbvio de que vivemos, hoje em dia, numa sociedade capitalista que não deu certo.” CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim, p. 256.

⁵²⁴ FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização, s/p.

⁵²⁵ Samba de botequim, composição de Mauro Duarte e Paulo César Pinheiro. E também: “Se é pra recordar dessa maneira/Sempre causando desprazer/Jogando fora a vida em mais uma bebedeira/Ó sinceramente é preferível me esquecer/Eu te prometi mundos e fundos/Mas não queria te magoar/Eu não resis-

Pelo menos três botequins foram relevantíssimos nos tempos áureos do samba, onde os sambistas se encontravam para beber, paquerar e compor seus sambas, ou em alguns casos, vendê-los, a fim de garantir a sobrevivências em tempos de “vacas magras”: o Café Nice, o Bar Apollo e o Bar Cumpadre:

“Quando alguém me diz
Que o samba veio do morro
Eu me calo para não discutir
O samba nasceu numa caixa de fósforo
Foi no Café Nice
Ninguém vai me desmentir.

Nice da boemia
Muita inspiração e barriga vazia
Bate papo, gente bamba
Ali nasceu a primeira escola de samba.”⁵²⁶

Contudo, ainda que os malandros e sambistas batessem cartão nos botequins, foram em zonas marginalizadas da Pequena África, um reduto dos redutos de negros mais contundente - como uma África em miniatura, diria Heitor dos Prazeres -, que compreende o território entre a Praça Onze e as proximidades da atual Praça Mauá, na Zona Norte, que surgiram os pequenos sambas.

Segundo Luz Antonio Simas:

“A Praça Onze era um retângulo entre as ruas Visconde de Itaúna e Senador Euzébio, fechado pelas ruas de Santana e Marquês de Pombal. Por ela desfilavam ranchos e escolas de samba e ocorriam encontros entre comunidades negras do Rio, para confraternizações e também para confrontos em torno das rodas de pernada e batucada. A demolição da Praça Onze, a partir da década de 1940, é a destruição de um dos lugares mais significativos da história das culturas negras no Rio de Janeiro e mais um emblema deste conflito que estamos sugerindo.”⁵²⁷

to aos botequins mais vagabundos/Mas não pretendia te envergonhar.” Pra que pedir perdão?, composição de Aldir Blanc e Moacyr Luz.

⁵²⁶ Café Nice, composição de Wilson Baptista.

⁵²⁷ SIMAS, Luiz Antonio. Dos arredores da Praça Onze aos Terreiros de Oswaldo Cruz. Revista Z Cultural, Ano XI, 2016, s/p. E ainda: “Vão acabar com a Praça Onze/Não vai haver mais Escola de Samba, não vai/Chora o tamborim/Chora o morro inteiro/Favela, Salgueiro/Mangueira, Estação Primeira/Guardai os vossos pandeiros, guardai/Porque a Escola de Samba não sai./Adeus, minha Praça Onze, adeus/Já sabemos que vais desaparecer/Leva contigo a nossa recordação/Mas ficarás eternamente em nosso coração/E algum dia nova praça nós teremos/E o teu passado cantaremos.” Praça Onze, composição de Herivelto Martins. E também: “Praça Onze, tens um passado de glória/Canto em memória dos sambistas de outrora/Quando ouço o toque dos tamborins nas favelas/Lembro do grande sambista/Nosso Paulo da Portela/Em memória vou cantando/Relembrando o bacharel/Que é o nosso saudoso Noel./Já estão glorifica-

A Praça Onze ficou imortalizada em diversos sambas, dentre eles, o samba-enredo de 1970 do G.R.E.S. Salgueiro:

“És carioca da gema,
digna de um poema,
Ó Praça Onze,
Eterna capital
Do nosso samba brasileiro,
Tradição do Carnaval.

Nas madrugadas em festas,
boêmios esqueciam serestas
Para compor com um grupo de batuqueiros
Iluminados pela luz de candeeiros.

Tia Ciata,
Que era bamba pra valer,
Não desprezava um pagode
Antes do dia amanhecer...”⁵²⁸

Foi na Praça Onze que morou Aciata de Oxum, da casa de candomblé de João Alabá, situada na Rua Barão de São Félix, além das tias, baianas que exerciam no Rio de Janeiro o papel de lideranças comunitárias legitimadas pelo exercício do sacerdócio religioso:

“Elas criaram redes de proteção social fundamentais para a comunidade negra. Além de Ciata, nomes como os de Tia Prisciliana (mãe de João da Baiana), Tia Amélia (mãe de Donga), Tia Veridiana e Tia Mônica (mãe de Carmem da Xibuca e de Pendengo) fazem parte desse universo.”⁵²⁹

Para além da relevância e da centralidade da Praça Onze no processo de preservação da cultura africana, que se tornou quase mitológica, tendo em vista a cristalização da ideia de uma África encravada no coração da cidade, com fundamentos em referências escritas e orais, pode-se afirmar que as reconfigurações urbanas da cidade se expandiram para a Zona Norte, para o subúrbio e para o alto dos morros, por parte das comunidades negras que foram ocupando essas regiões, o que nos permite dizer que

dos/Todos cobertos de glória/Os sambistas falecidos/Que no cenário do samba têm/Seu nome na história.” Samba na Praça Onze, composição de Jamelão.

⁵²⁸ Praça Onze, Carioca da Gema, samba-enredo do G.R.E.S. Salgueiro, em 1970.

⁵²⁹ SIMAS, Luiz Antonio. Dos arredores da Praça Onze aos Terreiros de Oswaldo Cruz. Revista Z Cultural, Ano XI, 2016, s/p.

existiram outras pequenas Áfricas, dentre elas, a mais relevante, é o bairro de Oswaldo Cruz.

Assim nos explica o samba “Homenagem à Velha Guarda”, do mestre Monarco da Portela:

“Um dia, tu fostes à Lapa ver a malandragem,
Perdeste o tempo e a viagem,
Como teu samba diz.
Eu fui à Portela ver os meus sambistas,
Mas consultando a minha lista
Também não fui feliz.

Lá falaram-me sobre um terreiro
Onde eles passam o dia inteiro
Num lugar qualquer de Oswaldo Cruz.
Fica lá perto de Bento Ribeiro
Aonde Paulo e seus companheiros
Faziam sambas que até hoje seduz.

Procurando na localidade
Encontrei mano Alvaiade
Nosso antigo diretor de Harmonia.
Deu-me a sua dica valiosa
É uma casa formosa
Que reúne paz, amor e alegria.
Daí, vi os sambistas de fato
Manacéia e Lonato e outros mais
Juro que fiquei boquiaberto
Nunca me senti tão perto
Da Portela dos tempos atrás.”⁵³⁰

Oswaldo Cruz surgiu a partir da Freguesia de Irajá, no século XVII, a partir da divisão de uma sesmária no Vale de Inhaúma e se tornou a principal zona de abastecimento da cidade, com frutas tropicais, aguardente de cana, hortaliças e produtos como telhas e tijolos para a construção civil, por meio de um pequeno porto situado na foz do Rio Irajá, de onde as embarcações desciam até o canal do Rio Meriti e seguiam por outros pequenos canais até desaguiarem na Baía de Guanabara: a crise do trabalho escravo desarticulou a economia agrária, produziu o declínio econômico da região e, após o loteamento, foi ocupada por ex-escravos e homens pobres, advindos do Vale do Paraíba⁵³¹.

⁵³⁰ Homenagem à Velha Guarda, composição de Monarco da Portela.

⁵³¹ SIMAS, Luiz Antonio. Dos arredores da Praça Onze aos Terreiros de Oswaldo Cruz. Revista Z Cultural, Ano XI, 2016, s/p.

De outro lado, após a citada reforma urbana de Pereira Passos, no início da República, “aumenta vertiginosamente a ocupação dos morros das regiões mais próximas ao centro - especialmente no Estácio, na Tijuca, na Saúde e em Vila Isabel - e também de alguns logradouros do subúrbio.”⁵³²

O morro da Providência na Gamboa foi a primeira favela carioca:

“A favela é uma forma nova de ocupação nos morros cariocas, que tinham sido abandonados como alternativa de moradia depois dos primeiros tempos da cidade quando foram tomados com as casas-fortaleza levantadas pelos colonizadores. Nessa virada de séculos os morros voltam a ser ocupados, dessa vez por barracos, casas improvisadas com diversos materiais, sem serviços sanitários nem energia elétrica, mas livres de impostos e aluguéis, ou pelo menos acessíveis a um custo muito baixo. Moradias empilhadas pelas encostas, de chão de terra batida, parede de barro a sopapo ou improvisadas com latas de querosene ou tábuas de peixe. O crescimento urbano, conjugado com a destruição das habitações populares coletivas, torna a favela a solução possível para os de baixa renda, os que não podiam pagar os preços ascendentes do aluguel popular nem do transporte, se mantendo perto de seus locais de trabalho e viração.”⁵³³

Sobre o processo de ocupação dos morros e de favelização conta-nos o samba “Opinião” de Zé Ketí:

“Podem me prender
Podem me bater
Podem até deixar-me sem comer
Que eu não mudo de opinião
Daqui do morro
Eu não saio, não.

Se não tem água
Eu furo um poço
Se não tem carne
Eu compro um osso
E ponho na sopa.

E deixa andar
Fale de mim quem quiser falar
Aqui eu não pago aluguel
Se eu morrer amanhã, seu doutor

⁵³² SIMAS, Luiz Antonio. Dos arredores da Praça Onze aos Terreiros de Oswaldo Cruz. Revista Z Cultural, Ano XI, 2016, s/p.

⁵³³ MOURA, Roberto. A Tia Ciata e a Pequena África, p. 60-61: “Uma forma anárquica e frontalmente condenada por toda a filosofia da reforma da capital, mas que na prática é aceita por políticos e cientistas. Novas comunidades se formam, no morro de São Carlos e no da Mangueira, favelas se espalham por todos os morros do Centro e em sua volta, e na Zona Sul da cidade, ocupadas por gente que vinha de todas as partes, e que pouco a pouco ganharia unidade através de novas formas de organização saídas da atividade religiosa e dos grupos festeiros.”

Estou pertinho do céu.”⁵³⁴

E ainda, “Favela” de Padeirinho do “Buraco Quente” na Mangueira e Jorge Pessanha:

“Numa vasta extensão
Onde não há plantação
Nem ninguém morando lá
Cada pobre que passa por ali
Só pensa em construir seu lar.

E quando o primeiro começa
Os outros depressa procurar marcar
Seu pedacinho de terra pra morar
E assim a região
Sofre modificação
Fica sendo chamada de a nova aquarela.

E aí que o lugar
Então passa a se chamar:
Favela...”⁵³⁵

E, mais recentemente, no samba “Nomes de Favela” de Paulo César Pinheiro, já envolvendo a temática da criminalização das drogas e da violência institucional da polícia numa guerra falida em que mais mata e mais morre no mundo, como resultado da falida política de segurança pública das gestões Cabral/Pezão, por meio das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP):

“O galo já não canta mais no Cantagalo
A água já não corre mais na Cachoeirinha
Menino não pega mais manga na Mangueira
E agora que cidade grande é a Rocinha.
Ninguém mais jura de amor no Juramento
Ninguém vai-se embora do Morro do Adeus
Prazer se acabou lá no Morro dos Prazeres
E a vida é um inferno na Cidade de Deus.

Não sou do tempo das armas
Por isso ainda prefiro
Ouvir um verso de samba
Do que escutar som de tiro.

Pela poesia dos nomes de favela
A vida por lá já foi mais bela

⁵³⁴ Opinião, composição de Zé Ketí. E ainda: “O povo que sobe a ladeira/Ajuda a fazer mutirão/Divide a sobra da feira/E reparte o pão.” Favela, composição de Arlindo Cruz.

⁵³⁵ Favela, composição de Padeirinho e Jorge Peçanha.

Já foi bem melhor de se morar
 Mas hoje essa mesma poesia pede ajuda
 Ou lá na favela a vida muda
 Ou todos os nomes vão mudar.”⁵³⁶

Destarte, a partir da famosa propriedade da Fazenda do Campinho, que pertencia ao Capitão Francisco Ignácio do Canto e foi arrendada no século XIX pelo boiadeiro Lourenço Madureira surgiram os bairros de Campinho e de Madureira, com um aumento exponencial no número de moradores nas primeiras décadas do século XX.

Oswaldo Cruz, por sua vez, surge a partir do loteamento de terras pertencentes ao português Miguel Gonçalves Portela - na região do vale do Rio das Pedras - que futuramente dará o nome ao G.R.E.S. Portela.

Segundo Luiz Antonio Simas:

“Entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, ocorre a extensão da linha ferroviária da Estrada de Ferro Central do Brasil - que até a Proclamação da República, em 1889, se chamava Estrada de Ferro Dom Pedro II - ao subúrbio. A estação de trens integra cada vez mais Oswaldo Cruz aos bairros vizinhos, com economias mais fortes, e ao próprio Centro, que se manteve como local de trabalho da maior parte da população economicamente ativa na cidade.”⁵³⁷

O bairro de Oswaldo Cruz era uma região essencialmente rural, sem água encanada, luz elétrica, saneamento básico e calçamento⁵³⁸.

Nesse bairro sem maiores atrativos, em contraponto de um centro da cidade que se embelezava em padrões europeus, os moradores de Oswaldo Cruz construíam laços de pertencimento e identidade, por meio da organização de festas populares em torno das macumbas de origem afro-brasileiras, da nascente umbanda, dos batuques dos sambas e das rodas de dança do jongo e do caxambu, estas últimas originárias dos negros bantos do Vale do Paraíba:

⁵³⁶ Nomes de favela, composição de Paulo César Pinheiro.

⁵³⁷ SIMAS, Luiz Antonio. Dos arredores da Praça Onze aos Terreiros de Oswaldo Cruz. Revista Z Cultural, Ano XI, 2016, s/p. E também: “Na vida do subúrbio, a estação da estrada de ferro representa um grande papel: é o centro, é o eixo dessa vida. Antigamente, quando ainda não havia por aquelas bandas jardins e cinemas, era o lugar predileto para os passeios domingueiros das meninas casadouras da localidade e dos rapazes que querem casar, com vontade ou sem ela. (...) De resto é em torno da estação que se aglomeram as principais casas de comércio do respectivo subúrbio. Nas suas proximidades, abrem-se os armazéns de comestíveis mais sortidos, os armazinhos, as farmácias, os açougues e - é preciso não esquecer - a característica e inolvidável quitanda.” BARRETO, Lima. Feiras e mafuás, s/p.

⁵³⁸ “As ruas eram cortadas por valões que dificultavam a passagem dos habitantes, obrigados a se locomover a pé ou a cavalo. O comércio era feito entre vários currais e se resumia a alguns armazéns e bares que, vez por outra, tinham que expulsar bois e vacas que adentravam os estabelecimentos.” SIMAS, Luiz Antonio. Dos arredores da Praça Onze aos Terreiros de Oswaldo Cruz. Revista Z Cultural, Ano XI, 2016, s/p.

“Dentre os festeiros mais conhecidos de Oswaldo Cruz se destacavam Napoleão José do Nascimento, conhecido como Seu Napoleão - pai de Natal, personagem marcante da história da Portela, do jogo do bicho e de todo o subúrbio carioca - e as yalorixás (mães de santo) Dona Martinha e Dona Neném. Ali perto, em Quintino Bocaiúva, batia seus tambores outro terreiro famoso entre a comunidade de descendentes de africanos, o de Madalena Rica, mais conhecida como Mãe Madalena do Xangô de Ouro. As giras de macumba geralmente abriam caminho para as rodas de samba e os sambas de roda.”⁵³⁹

O Seu Napoleão tinha uma irmã, Dona Benedita, moradora da Rua Maia Lacerda, no Estácio de Sá e era amiga de compositores que ficaram conhecidos como “A Turma do Estácio”, responsáveis pela transformação do samba amaxiado para um novo tipo de samba adequado ao desfile em cortejo - o samba sincopado de que falamos na Primeira Parte: Ismael Silva, Brancura, Aurélio, Baiaco, Bide e outros iam a Oswaldo Cruz, participavam das canjiras de macumba e depois comandavam as rodas de samba.

Se Tia Ciata era a responsável pela Pequena África central, era a Dona Ester, iniciada no candomblé e entusiasta do carnaval que foi tia do samba no subúrbio⁵⁴⁰, com algumas festas que chegavam a durar dois dias seguidos, pois em sua casa existia um ponto de encontro, troca de experiências, proteção social e incessante produção de cultura:

“A figura matriarca representada por Dona Ester foi fundamental na posterior fundação da Portela, a escola de samba que só foi possível porque Oswaldo Cruz era também uma Pequena África do Rio de Janeiro, assim como a Praça Onze e tantos outros lugares.”⁵⁴¹

A figura de Tia Ciata foi descrita no samba-enredo “Mãe, baiana mãe”, do G.R.E.S. Império Serrano, em 1983:

“Abre as portas, ó folia,
Venho dar minha razão à minha euforia
A musa se vestiu de verde-e-branco

⁵³⁹ SIMAS, Luiz Antonio. Dos arredores da Praça Onze aos Terreiros de Oswaldo Cruz. Revista Z Cultural, Ano XI, 2016, s/p.

⁵⁴⁰ “São operários, pequenos empregados, militares de todas as patentes, inferiores de milícias prestantes, funcionários públicos, e gente que, apesar de honesta, vive de pequenas transações, do dia-a-dia, em que ganham penosamente alguns mil réis. O subúrbio é o refúgio dos infelizes. Os que perdem o emprego, as fortunas, os que faliram nos negócios, enfim, todos os que perderam a sua situação normal vão se aninhar lá; e todos os dias, bem cedo, lá descem à procura de amigos fiéis, que lhes dêem alguma coisa, para o sustento seu e dos filhos.” BARRETO, Lima. Clara dos Anjos, s/p.

⁵⁴¹ SIMAS, Luiz Antonio. Dos arredores da Praça Onze aos Terreiros de Oswaldo Cruz. Revista Z Cultural, Ano XI, 2016, s/p.

E o pranto se fez canto
Na razão do dia-a-dia.

Mãe, baiana mãe
Empresta o teu calor
Eu quero amanhecer no teu colo
Onde deito, durmo e rolo
E isolo a minha dor
Eu quero, quero te saudar nesta avenida
Pra valorizar a vida
Que a vida valorizou.

Mãe negra, sou a tua descendência
Sinto tua influência
No meu sangue e na cor
Iê, abará, acarajé
Capoeira, filho da mãe
Pregoeiro, homem da mulher.

Okofolé mamãe
Kolofé-Iorum
Aieieu, aieieu mamãe Oxum.

Baiana, baianinha boa
Teu requebrado me enfeitiçou
Enfeitiçado, sambando eu vou
Baiana, mãe baiana
É belo o teu pedestal
Eu te adoro e adorando imploro
Teu carinho maternal.

Tia Ciata, mãe amor,
O teu seio o samba alimentou
E a baiana se glorificou...”⁵⁴²

Na Pequena África, Tia Ciata possuía um comércio de doces - algo que repassou para as gerações vindouras⁵⁴³ - e aluguel de roupa, organizando pequenas corporações marcadas pela solidariedade de laços entre seus membros, geralmente ligados pela religião, de uma vitalidade que compensava a ausência de família nuclear.

Segundo Roberto Moura:

“Da zona portuária surgem algumas importantes organizações de trabalhadores, como a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiches de Café, antes

⁵⁴² Mãe, baiana mãe, de G.R.E.S. Império Serrano, 1983.

⁵⁴³ “Elas todas sabem fazer doce, a gente aprende de tudo. Elas diziam pra gente: ‘amanhã, quando casar, se tiver um fracasso com o marido, não precisa pedir ao vizinho nem a parente, é só fazer qualquer coisa para ganhar dinheiro’.” Depoimento de Cincinha, neta de Tia Ciata, em ‘As vozes desassombradas do museu’, Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro.

chamada de Companhia de Pretos, provavelmente a primeira a congregar a presença maciça de negros em seus quadros e nas suas diretorias. A Resistência se torna uma legenda entre os baianos.”⁵⁴⁴

Nesses tempos, muitos não encontravam trabalho e passam a viver de expedientes irregulares, da mendicância - que se tornou uma contravenção penal de acordo com o Decreto-Lei nº. 3.688/1940 e foi revogado pela Lei nº. 11.983/2009 - e eventualmente de crimes, tais como furtos e roubos, estelionatos, rufianismo, jogo do bicho, entre outros:

“Malícia e maleabilidade eram necessárias para resolver os problemas imediatos de cada dia, muitos no desespero das soluções extremas, na bebida e no embrutecimento. A malandragem, a cafetinagem e o roubo se tornam expedientes que garantem uma maior dignidade que a mendicância, reservada tanto aos mais velhos, alquebrados pela vida de escravo, como às mulheres aqui arribadas com filhos pequenos. Dignidade pessoal que, por vezes, não era possível ser mantida em trabalhos em que, além de sua dureza, os códigos de comportamento patrão-empregado confundidos com os preconceitos sobre os negros impunham condições de tratamento humilhante - o que levou muitos, por vezes alguns dos mais dotados, a optarem pela marginalidade.”⁵⁴⁵

Enquanto para a mulher restavam os serviços domésticos - ou sexuais⁵⁴⁶ -, em especial os culinários, ou de limpeza e conservação, para os homens existia a possibilidade - extremamente mal-vista - de ingresso na polícia⁵⁴⁷ ou se tornar capanga de algum

⁵⁴⁴ “Eles eram de festa, mas também eram de trabalho. (...) A maioria trabalhava na estiva. Tive mais de vinte primos na estiva, conferentes, estivadores. Tive um primo presidente da estiva. Mas a estiva é uma coisa, a Resistência é outra.” Depoimento de Bucy Moreira, sobre a família de Tia Ciata, Arquivo Corisco Filmes.

⁵⁴⁵ MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África*, p. 72.

⁵⁴⁶ “Se muitas negras se ofereciam para os serviços domésticos pelos jornais, Gilberto Freyre diz, em *Ordem e Progresso*, que ‘delas se esperava, no desempenho daqueles serviços, as mesmas atitudes de subserviência sexual das antigas mucamas’. A prostituição é uma alternativa que se apresenta para algumas, principalmente nos prostíbulos mais populares que se espalhavam em diversas direções, da rua Sete e da Uruguaiana até o largo do Rossio (Praça Tiradentes), para a Lapa e para o Mangue.” MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África*, p. 73. A questão da prostituição até hoje é objeto de disputa no debate feminista, como se pode observar: “Eu sou uma marxista porque entendo que o tabu, a marginalização e a segregação do trabalho sexual não é intrínseca, como a massa de uma pedra atirada. Meu trabalho existe por causa do patriarcado, e muitas feministas sentem que a abolição do meu trabalho seria um benefício para todas as mulheres. Mas é um feminismo equivocado que quer prender e aterrorizar trabalhadoras sexuais, e sacrificar nossa segurança, liberdade e meios de subsistência em troca do troféu sem valor por um bordel interdito. O feminismo encarcerador não tem problemas em interditar bordeis e forçar suas ocupantes a trabalhar como costureiras. Mas para uma socialista, o feminismo interseccional deve ouvir as vozes das trabalhadoras sexuais, ao invés de ignorá-las e tratá-las como símbolos.” CORVID, Magpie. *Marxismo para prostitutas*. Disponível em: <http://mundoinvisivel.org/marxismo-para-prostitutas/>.

⁵⁴⁷ O maior exemplo foi Candeia, o qual inclusive, após ser baleado, teve um projétil alojado na coluna vertebral e ficou paraplégico, conforme nos conta o mestre Noca da Portela: “Ele, que era cana, ativo pra caramba, forte, quando se vê preso naquela cadeira... é aí que a caneta se ativou violentamente e ele virou poeta. Fiz música com Nelson Cavaquinho, Martinho, Ivone Lara, Jackson do Pandeiro...mas o Candeia,

poderoso - não raro, se tornar seu cabo eleitoral - o que, de certo modo, ao lado da malandragem “constituíam variações numa só vertente, fazendo cada um suas escolhas de acordo com as alternativas que se lhe abriam no momento, sofrendo tais indivíduos as deformações que o sistema exigia.”⁵⁴⁸

A figura do malandro foi descrita em diversos sambas, dos quais destacamos, primeiro, a composição “Lenço no Pescoço”, de Wilson Baptista, de 1933, o qual, anos mais tarde, iniciou uma famosa polêmica - superestimada pela mídia, vez que eram amigos - com Noel Rosa, mas que expõe o conflito entre a ideologia trabalhista, que se agudiza no período do Estado Novo, como já vimos, e a resistência negra à sujeição ao trabalho subalterno no capitalismo:

“Meu chapéu do lado
 Tamanco arrastando
 Lenço no pescoço
 Navalha no bolso
 Eu passo gingando
 Provoco e desafio
 Eu tenho orgulho de ser tão vadio.

Sei que eles falam
 Deste meu proceder
 Eu vejo quem trabalha
 Andar no miserê
 Eu sou vadio
 Porque tive inclinação
 Eu me lembro, era criança
 Tirava samba-canção
 Comigo não
 Eu quero ver quem tem razão...”⁵⁴⁹

Eis a resposta de Noel Rosa, que dá “conselhos” para que o amigo escape da perseguição policial, no samba “Rapaz Folgado” de 1933:

“Deixa de arrastar o teu tamanco
 Pois tamanco nunca foi sandália
 E tira do pescoço o lenço branco
 Compra sapato e gravata
 Joga fora essa navalha que te atrapalha

para além da parceria, foi um professor de todos nós no procedimento. Fazer o que ele fez pelo samba é algo simplesmente impossível.” PORTELA, Noca. Especial Candeia 80 anos. Disponível em: <http://especiais.odia.ig.com.br/editorial/candeia-80anos/>

⁵⁴⁸ MOURA, Roberto. Tia Ciata e a Pequena África, p. 73.

⁵⁴⁹ “Lenço no pescoço”, composição de Wilson Baptista.

Com chapéu do lado deste rata
 Da polícia quero que escapes
 Fazendo um samba-canção
 Já te dei papel e lápis
 Arranja um amor e um violão.
 Malandro é palavra derrotista
 Que só serve pra tirar
 Todo o valor de um sambista
 Proponho ao povo civilizado
 Não te chamar de malandro
 E sim de rapaz folgado.”⁵⁵⁰

A situação do mercado de trabalho se modifica a partir dos anos 20 e, em especial, dos anos 30, como já vimos na Segunda Parte, com a vinda maciça de imigrantes e o comércio que começava a contratar os negros para as suas necessidades, o que não significa que as concepções estigmatizantes tivessem sido superadas:

“A luta das negras para oferecer melhores condições a seus filhos e manter as festas religiosas, como as alternâncias e ocorrências da vida de sambistas e trabalhador dos homens, amadureceriam as formas de sobrevivência, moradia, ocupação, devoção e diversão que marcam todo o Rio de Janeiro moderno, muitas vezes paradoxalmente compreendido, ou estereotipado, a partir da expressão de suas classes populares subalternizadas e estigmatizadas.”⁵⁵¹

No que diz respeito às tradições festeiras e musicais dos baianos, que constituíam fontes primordiais da cultura popular carioca, bem como sobre a repressão policial aos sambistas, João da Baiana diz que:

“As nossas festas duravam dias, com comida e bebida, samba e batucada. A festa era feita em dias especiais, para comemorar algum acontecimento, mas também para reunir os moços e o povo ‘de origem’. Tia Ciata, por exemplo, fazia festa para os sobrinhos dela se divertirem. A festa era assim: baile na sala de visitas, samba de partido alto nos fundos da casa e batucada de terreiro. A festa era de preto, mas branco também ia lá se divertir. No samba só entravam os bons no sapateado, só a ‘elite’. Quem ia pro samba, já sabia que era da nata. Naquele tempo eu era carpina (carpinteiro). Chegava do serviço em casa e dizia: mãe, vou pra casa da Tia Ciata. A mãe já sabia que não precisava se preocupar, pois lá tinha de tudo e a gente ficava lá morando, dias e dias, se divertindo. Eu sempre fui responsável pelo ritmo, fui pandeirista. Particpei de vários conjuntos, mas era apenas para me divertir. Naquele tempo, não se ganhava dinheiro com samba. Ele era muito mal visto. Assim mesmo às vezes éramos convidados para tocar na casa de algum figurão. Eu me lembro de certa ocasião, o conjunto de que eu participava foi convidado para tocar no palacete do senador Pinheiro Machado, lá no morro da Graça.

⁵⁵⁰ “Rapaz folgado”, composição de Noel Rosa, em 1933.

⁵⁵¹ MOURA, Roberto. Tia Ciata e a Pequena África, p. 74.

Quando o conjunto chegou, o senador foi logo perguntando aos meus colegas: cadê o menino? O menino era eu. Aí meus companheiros contaram ao senador que a polícia tinha tomado e quebrado o meu pandeiro, lá na Penha. O senador mandou que eu passasse no Senado no outro dia. Passei e ganhei um pandeiro novo, com dedicatória, peça que tenho até hoje.”⁵⁵²

De igual modo, mestre Pixinguinha⁵⁵³ falou sobre a indústria cultural carioca e sua relação com o samba:

“Uma época em que não havia clubes dançantes. Os bailes eram feitos em casa de família. Em casa de preto, a festa era na base do choro do samba. Numa festa de preto havia o baile mais civilizado na sala de visitas, o samba nas salas do fundo e a batucada no terreiro. Era lá que se formavam e se ensaiavam os ranchos. A maioria dos sambistas e dos chorões era de cor. Branco, quase não havia. Comecei a minha carreira de músico aos 15 anos, ganhando 8 mi réis por mês. Tocava em casas de chope, que eram as boites de antigamente. As casas de chope funcionavam das 20 às 24 horas. Vez ou outra tocava, como profissional, em festas dançantes. Depois de 1920, formamos um conjunto - Os Oito Batutas - com companheiros de festas e de serenatas. Com este conjunto começamos a ser aceitos em festas de gente elegante, porque o Arnaldo Guinle, o Lineu de Paula Machado e o Floresta de Miranda abriam com seu prestígio o caminho para nós. Depois o Guinle arrumou uma viagem do conjunto para a França. Após o sucesso na Europa a nossa música começou a ser aceita e começamos a receber convites para trabalhar. No Rio, logo que chegamos, o doutor Roquete Pinto nos convidou para audições na Rádio. Isto foi em 1924, mais ou menos. A que seria a Rádio Sociedade, estava funcionando provisoriamente num pavilhão. Acho que nós fomos os primeiros pretos a entrar na rádio tocando música popular. Havia lá uma cantora mulata, mas ela cantava música fina. Depois fomos para São Paulo. Fizemos uma temporada lá em um café elegante, que chegou a parar o trânsito. Depois vieram os Cinemas mudos. Cinema de luxo mantinha duas orquestras: uma ao pé da tela, para acompanhar o roteiro do filme, outra na sala de visitas para entreter os frequentadores. Negro não era aceito na segunda orquestra. Lembro-me que os únicos pretos que tocavam no Cinema Palais era um tal de Mesquita (violinista) e um tio dele (violoncelista). Ambos haviam estudado na Europa, tinha chegado de lá com fama e só tocavam música erudita. Nós começamos a tocar nesse cinema porque começamos a ser exigidos pelo público frequentador. Depois surgiu a propaganda, o rádio se firmou, a nossa música ganhava vez mais prestígio e eu fui subindo com ele. No rádio desempenhei várias funções, sempre ligadas à música. A partir de 1925, também minhas composições começavam a ser gravadas. As gravadoras foram ficando mais comerciais e estavam preocupadas em explorar o gosto do público. Mas o negro não era aceito com facilidade. Havia muita resistência. Eu nunca fui barrado por causa da cor, porque eu nunca abusei. Sabia onde recebiam e onde não recebiam pretos. Onde recebiam, eu ia, onde não recebiam, não ia. Nós sabíamos desses locais proibidos porque um contava para o outro. O

⁵⁵² Depoimento de João Batista Borges Pereira, em *Cor, profissões em mobilidade*.

⁵⁵³ “Me diga sincera uma coisa Mr. Buster/O Sr. sabe lá o que é ter uma jabuticabeira no quintal?/O Sr. sabe o que é torcer pelo Botafogo?/O Sr. sabe o que é um choro de Pixinguinha?” “Olha aqui, Mr. Buster”, de Vinicius de Moraes.

Guinle, muitas vezes, me convidava para ir a um ou outro lugar. Eu sabia que o convite era por delicadeza e sabia que ele esperava que eu não aceitasse. E assim, por delicadeza também não aceitava. Quando era convidado para tocar em tais lugares, eu tocava e saía. Não abusava do convite.”⁵⁵⁴

Aqueles que sofreram mais fortemente a repressão penal do samba, certamente, foram os que pertenceram à Turma do Estácio - tais como Ismael Silva, Bide, Mestre Marçal, Bucy Moreira, Baiaco, Brancura, Mano Rubem e Mano Edgar, que constituíam um grupo de sambistas que frequentava rodas de samba a partir do final da década de 1920, e que é tido como o berço do samba carioca por excelência - uma ode à síncope - com um estilo mais ritmado, formado por instrumentos como surdos, tamborins e cuí-cas, acompanhados de pandeiros e chocalhos.

Ébrios habituais, rufiões, vendedores de maconha - a famosa “palmeirense” -, pequenos estelionatários ou ladrões, todos viviam equilibrados no fio da navalha, sobrevivendo e se defendendo como podiam, mas com algo em comum: possuíam em comum o desejo de celebrar a vida por intermédio do samba.

Alguns dos frequentadores da Turma do Estácio que futuramente despontaria como famosos sambistas eram Cartola, Carlos Cachça, Nelson Cavaquinho, Geraldo Pereira, Paulo da Portela, Alcides Malandro Histórico, Manacéia, Chico Santana, Molequinho, Aniceto do Império Serrano.

Ismael Silva, Nilton Bastos e Francisco Alves, o último grande intérprete e comprador de sambas, compuseram um dos maiores clássicos da boemia, intitulado “Se você jurar”, com o seguinte estribilho:

“Se você jurar
Que me tem amor
Eu posso me regenerar
Mas se é, para fingir, mulher,
A orgia, assim não vou deixar...”⁵⁵⁵

Não ser branco, não ter emprego fixo, rondar a zona de prostituição, portar instrumentos musicais ou até mesmo possuir calos nos dedos eram enquadrados como crime de vadiagem, do qual o samba, seguido pela capoeira e as religiões afro-brasileiras eram duramente perseguidos.

⁵⁵⁴ Depoimento de Pixinguinhas, em Cor, profissões em mobilidade.

⁵⁵⁵ “O samba era assim: tan tantan tan tantan. Não dava. (...) Aí, a gente começou a fazer uma samba assim: bum bum paticumbum prugurundum...” SEVERIANO, Jairo. Uma história da música popular brasileira: das origens à modernidade, p. 120.

A pergunta é: como Tia Ciata⁵⁵⁶, que era mãe-de-santo e desenvolvia cultos de candomblé no terreiro de sua casa, conseguiu se notabilizar por suas festas intermináveis com rodas de samba, danças e capoeira sem sofrer o molestamento policial?

Tia Ciata ficou muito famosa após curar o presidente da República Venceslau Brás, com ervas naturais e rezas, de um problema insolúvel na perna por parte da medicina tradicional, salvando-lhe da hipótese de amputação do membro inferior.

Como forma de retribuição, o presidente deu um cargo no gabinete da Chefia de Polícia para o marido de Tia Ciata, permitindo imunidade e o estabelecimento de uma série de contatos com outros segmentos sociais, de modo que recebia constantemente a visita de políticos, intelectuais, boêmios, músicos, tais como João do Rio, Manual Bandeira, Mário de Andrade, entre outros.

Sem embargo, frise-se que, ainda que a Turma do Estácio não tenha exclusividade⁵⁵⁷ nesse processo, foi o principal responsável por oferecer o que poderíamos chamar de síncope carnavalesca aos foliões que desejavam andar enquanto brincavam o Carnaval.

Mas como brincar o carnaval se apanhar ou ser preso pela polícia, em tempos que os blocos de rua era a expressão do caos: hordas se reuniam para pular, cantar, dançar e, por certo, brigar?

Nos cafés do Estácio, em 1928, a Turma de Ismael criou o Bloco Deixa Falar, que alguns consideram uma espécie de embrião, porém, em verdade, se constituía na primeira Escola de Samba: com alas, ensaios técnicos em local próprio, com organização, disciplina, regras e hierarquia.

Os próprios sambistas, dentre eles, o principal idealizador, consideravam-na uma verdadeira e revolucionária Escola de Samba: assim como os normalistas, da Escola Normal de formação de professores, surgiu a Academia do Samba, da quais a Turma do Estácio constituía a nata.

⁵⁵⁶ A casa de Tia Ciata representava um espaço simbólico de resistência e produção cultural, onde a comunidade e a cultura negra se protegiam da repressão e vivenciavam uma cultura diversificada e heterogênea: “Os sambas na casa da Tia Ciata eram importantíssimos, porque, em geral, quando eles nasciam no alto do morro, na casa dela é que se tornavam conhecidos da roda. Lá é que eles se popularizavam, lá é que eles sofriam a crítica dos catedráticos, com a presença de sumidades do violão, do cavaquinho, do pandeiro, do reco-reco e do atabaque.” GUIMARÃES, Francisco. Na roda do samba, p. 57.

⁵⁵⁷ “Berço do novo samba urbano, o Estácio não terá, todavia, exclusividade no seu desenvolvimento. Quase simultaneamente, o ‘samba carioca’, nascido na ‘cidade’, irá galgar as encostas dos morros e se alastrar pela periferia afora, a ponto de, com o tempo, ser identificado como ‘samba do morro’.” PARANHOS, Adalberto. A transformação do samba em símbolo nacional a partir da análise da produção musical das décadas de 20 a 40 no século XX, p. 3. Disponível em: <http://www.samba-choro.com.br/debates/1055709497>.

Os desfiles começavam no Largo do Estácio e terminavam na Praça Onze - onde até hoje se situa o Sambódromo -, com o acolhimento de foliões das classes populares de toda a cidade.

Assim descreveu o momento histórico em seu romance “Desde que o samba”, Paulo Lins:

“Silva ainda permanecia no Bar Apolo, com Bide, Bastos e Edgar, a construção do bloco de corda, com um samba mais quente, que desse para o pessoal cantar e dançar numa boa. Repetia que estava cansado daquele ritmo molenga dos ranchos. Também não gostava desse tal de bloco de sujos, cujos componentes desfilavam com roupas velhas ou fantasiados de mascarados, pierrôs ou colombinas na mais pura desordem, com ritmo desajeitado de latas e caixas. Blocos nos quais a polícia chegava descendo a ripa só porque a maioria dos componentes era negra, dizendo que era macumba de rua, também porque quando esses blocos de sujos de bairros diferentes se encontravam era um quebra-quebra sem fim, uma brigalhada até haver morte. Queria um bloco de corda que na verdade fosse como os ranchos registrados na polícia, para evitar abusos da violência policial. O comércio promovia batalhas de confete antes mesmo do carnaval e, ao premiar blocos desse ou daquele bairro, acabava acirrando a competição, que terminava em luta de capoeiras e tudo o mais; até quem não tinha com aquilo mas passasse no meio na hora de bo-beira era saracoteado da cabeça aos pés. E com a morte de Rubem, tudo leva a crer que o Bloco União faz a Força, que ele comandava, não iria sair. Esse bloco, também ali da área, era aquele no qual grande parte dos moradores do Estácio podia brincar o carnaval sem ser importunada (grande parte) pela polícia, já que atendia à burocracia do estado.”⁵⁵⁸

Nesse período, Noel Rosa, o bacharel⁵⁵⁹ da Vila, o maior mito da música brasileira dos anos 30, em pouco tempo passa a frequentar os cafês, botequins e cabarês da boemia carioca, e inicia parcerias como os homens da noite, inicialmente com Ismael Silva, com o samba “Para me livrar do mal”, do qual segue o refrã:

“Estou vivendo com você
Num martírio sem igual
Vou largar você de mão
Com razão
Para me livrar do mal...”⁵⁶⁰

⁵⁵⁸ LINS, Paulo. Desde que o samba é samba, p. 172.

⁵⁵⁹ “A 14 de novembro, o Decreto-Lei 19.404, assinado pelo recém-empossado presidente da República, Getúlio Vargas, estando as aulas de todos os colégios e as faculdades do país suspensas desde o início da revolução de outubro, determinava que os estudantes, sem exceção fossem aprovados ou promovidos em seus respectivos exames e cursos. Desse modo, por decreto presidencial, Noel livrou-se da história do Brasil e fez-se bacharel.” MÁXIMO, João; DIDIER, Carlos. Noel Rosa: uma biografia, p. 86.

⁵⁶⁰ “Para me livrar do mal”, Ismael Silva, Noel Rosa e Francisco Alves.

Nessa época, Noel Rosa já era um compositor famoso e se relacionava com diversos outros sambistas de todas as partes da cidade, sendo um dos responsáveis pela difusão, via rádio, do samba para as classes sociais mais altas, por ser branco, de classe média e ter iniciado o curso de Medicina, uma profissão extremamente valorizada à época, ainda que tenha abandonado a faculdade para se dedicar à música e a uma carreira brilhante de mais de duas centenas de composições originais e meteórica, que se encerrou aos 27 anos, com a sua morte precoce por tuberculose.

A partir de 1930 consolida-se a figura do malandro como figura típica carioca no contexto histórico, político, econômico, social e cultural, e o samba se tornaria o símbolo da identidade nacional, mediante um processo dialético de apropriação e resistência.

De igual modo, com o Estado Novo, momento de maior repressão penal, de censura e de aparelhamento ideológica com o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) é que se institucionalizam as Escolas de Samba.

Com a ascensão de Getúlio Vargas, sob os auspícios de ideias modernista, que se projeta como líder nacional, se desenvolve uma política de abertura do país para o capitalismo, de valorização da imagem do trabalho, exaltação do nacional e a defesa da legislação trabalhista para conciliação das classes sociais, com o estabelecimento de limites para a extração da mais-valia.

Nesse momento, se agudizam a perseguição à figura do malandro e a censura aos compositores adeptos da ideologia do direito à preguiça: “Sejamos preguiçosos em tudo, exceto em amar e beber, exceto em sermos preguiçosos.”⁵⁶¹

Um exemplo de malandragem que era vista com adoração e heróismo, por ser herança do período escravista, como negação absoluta da sujeição ao trabalho em favor de uma vida hedonista, de prazeres e ócio criativo, é o samba “Caixa Econômica”, de Francisco Nássara e Orestes Barbosa:

“Você quer comprar o seu sossego
Vendo morrer num emprego
Pra depois então gozar
Eu não sou Caixa Econômica
Que tem juros a ganhar
Você diz que eu sou moleque
Porque não vou trabalhar
Eu não sou livro de cheque
Pra você descontar

⁵⁶¹ LAFARGUE, Paul. O direito à preguiça, p. 3.

Sempre na primeira fila
 E você vive tranquila
 Rindo e fazendo clichê
 Me fazendo guichê
 E você quer comprar o quê, hein?
 Meu avô morre na luta
 E meu pai, pobre coitado
 Fatigou-se na labuta
 Por isso eu nasci cansado
 E pra falar em justiça
 Eu declaro aos empregados
 Ter em mim essa preguiça
 Herança de antepassados...”⁵⁶²

E, no mesmo sentido, o samba-marchinha “Nasci cansado” de Wilson Baptista e Ataulfo Alves:

“Meu pai trabalhou tanto
 Que eu já nasci cansado
 Ai, patrão, sou um homem liquidado
 No meu barraco chove
 Meu terno está furado
 Ai, patrão, trabalhar não quero mais
 Eu não sou caranguejo
 Que só sabe andar pra trás...”⁵⁶³

Com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) para garantir a censura, o órgão supervisionava instrumentos de comunicação de massa e se encarregava da produção do noticiário oficial, com nível absurdo de interferência do Estado nos meios de comunicação, utilizando-se da propaganda ideológica nas letras dos sambas por meio do rádio, num tempo em que a televisão ainda estava sendo inventada e desenvolvida.

Um exemplo claro de ingerência é o samba “Bonde São Januário”, de Wilson Baptista e Ataulfo Alves, em que o DIP solicitou a alteração de uma música, na versão original:

“O Bonde São Januário
 Leva mais um otário
 Só eu não vou trabalhar...”⁵⁶⁴

⁵⁶² “Caixa Econômica”, composição de Francisco Nássara de Orestes Barbosa, 1933.

⁵⁶³ “Nasci cansado”, composição de Wilson Baptista e Ataulfo Alves.

⁵⁶⁴ Versão original.

Na versão alterada, mais parecida com um hino estado-novista em forma de samba:

“Quem trabalha é quem tem razão
Eu digo e não tenho medo de errar
O bonde São Januário
Leva mais um operário
Sou eu que vou trabalhar.

Antigamente eu não tinha juízo
Mas resolvi garantir meu futuro
Veja você
Sou feliz, vivo muito bem
A boemia não dá camisa a ninguém.”⁵⁶⁵

Nesse período, por conta da repressão e da censura total - vetou trezentos e setenta e três música no ano de 1940 -, a ditadura do Estado Novo também estimulava concursos com prêmios no carnaval eu se alinhassem à ideologia capitalista do trabalho, da meritocracia e da dignidade do trabalhador brasileiro.

Em trecho do samba “O trem atrasou”, de Arthur Vilarinho, Estanislau Silva e Paquito:

“O senhor tenha paciência
É preciso compreender
Sempre fui obediente
Reconheço o meu dever...”⁵⁶⁶

De igual, a subserviência à ideologia se torna evidente no samba “Eu trabalhei”, de Roberto Roberti e Jorge Faraj:

“Eu tenho tudo,
Tudo o que um homem quer
Tenho dinheiro, automóvel e uma mulher
Mas pra chegar até o ponto que cheguei
Eu trabalhei, trabalhei, trabalhei...”⁵⁶⁷

E ainda, “O bonde do horário passou”, de Haroldo Lobo e Milton de Oliveira, em 1940:

“O bonde do horário já passou

⁵⁶⁵ Versão alterada, “Bonde São Januário”, composição de Wilson Baptista e Ataulfo Alves.

⁵⁶⁶ “O trem atrasou”, de Arthur Vilarinho, Estanislau Silva e Paquito, em 1940.

⁵⁶⁷ “Eu trabalhei”, de Roberto Roberti e Jorge Faraj, em 1949.

E a Rosalina não me acordou
 Fazem cinco dias
 Que eu não vou trabalhar
 Rosalina me deixa
 Em má situação...”⁵⁶⁸

Conforme diz Roberto Moura, “O malandro não cabe na ordem e nem fora dela: vive nos seus interstícios, entra a ordem a desordem, utilizando ambas e nutrindo-se tanto dos que estão fora quanto dos que estão dentro do quadrado da estrutura.”⁵⁶⁹

Em analogia, é como o sambista dançando nos intervalos entre o som fraco e forte da síncope: sempre no fio da navalha, nem de um lado, nem de outro.

Não é um trabalhador formal, pois não acredita no sistema capitalista; não é um lumpemproletário, em estado de miserabilidade, porque precisa se movimentar para sobreviver.

É por isso que os sambistas e boêmios que produziam críticas sociais por meio da música se constituem em sujeitos revolucionários: admitem o trabalho como elemento central de identidade de sua classe, porém rejeitam a sujeição ao capital e às condições opressivas de exploração de sua energia vital para ativas os processos produtivos.

O seu objetivo é produzir um estado de coisas em que se possa socializar o estado de prazer e conforto que as riquezas proporcionam com o desenvolvimento das relações produtivas, mas que no capitalismo são progressivamente negados à maior parte da população:

No mesmo sentido, Engels, que, ao lado de Marx, constituía uma dupla viva do mesmo espírito, o espírito revolucionário:

“Quando um indivíduo causa a outro um dano físico de tamanha gravidade que lhe causa a morte, chamamos esse ato de homicídio; se o autor sabe, de antemão, que o dano será mortal, sua ação se designa por assassinato. Quando a sociedade [quando me refiro à sociedade, aqui e em outros lugares, enquanto comunidade responsável, com direitos e deveres, entenda-se que me refiro ao poder da sociedade, isto é, ao poder da classe que atualmente possui o poder político e social. (...) Logo, a burguesia tem o dever de proteger cada membro da sociedade pelo menos em sua simples existência, cuidar para que ninguém morra de fome] põe centenas de proletários numa situação tal que ficam obrigatoriamente expostos à morte prematura, antinatural, morte tão violenta quanto a provocada por uma espada ou um projétil; quando ela priva milhares de indivíduos do necessário à existência, pondo-os numa situação em que lhes é impossível subsistir; quando ela os

⁵⁶⁸ “O bonde do horário já passou”, de Haroldo Lobo e Milton de Olivera, em 1940.

⁵⁶⁹ MOURA, Roberto. No princípio era a roda: um estudo sobre samba, partido-alto e outros pagodes, p. 134.

constrange, pela força da lei, a permanecer nessa situação até que a morte (sua consequência inevitável) sobrevenha; quando ela sabe, e está farta de saber, que os indivíduos haverão de sucumbir nessa situação e, apesar disso, a mantém, então o que ela comete é assassinato. Assassinato idêntico ao perpetrado por um indivíduo, apenas mais dissimulado e perverso, um assassinato contra o qual ninguém pode defender-se, porque não parece um assassinato; o assassino é todo mundo e ninguém, a morte da vítima parece natural, o crime não se processa por ação, mas por omissão - entretanto não deixa de ser um assassinato.”⁵⁷⁰

E neste sentido, afirma Karl Marx:

“Acumulação do capital é, portanto, argumento do proletariado. A lei (...) encadeia o operário ao capital com grilhões mais firmes do que as correntes com que Hefesto prendeu Prometeu à rocha. Esta lei gera uma *acumulação da miséria* proporcional à acumulação do capital. A acumulação de riqueza de um pólo é, ao mesmo tempo, acumulação de miséria, tormentos de trabalho, escravidão, ignorância, embrutecimento e degradação moral no pólo oposto, isto é, onde se encontra a classe que produz seu próprio produto como capital.”⁵⁷¹

A ideologia do trabalho alienado pelo capital e de destruição corporal do trabalho se expressa trecho do samba “Vai trabalhar, vagabundo”, composto por Chico Buarque, com a seguinte passagem:

“Pode esquecer a mulata
Pode esquecer o bilhar
Pode apertar a gravata
Vai te enforcar
Vai te entregar
Vai te estragar
Vai trabalhar...”⁵⁷²

De tal modo, para o capitalista, o qual busca introjetar a sua ideologia nas classes subalternas por meio dos aparelhos ideológicos do Estado, do direito, da religião e, inclusive, por meio da música, no caso o samba:

“A auto-renúncia, a renúncia à vida, a todas as carências humanas, é a sua tese principal. Quanto menos comer, beber, comprar livros, ir ao teatro, ao baile, ao restaurante, pensar, amar, teorizar, cantar, pintar, esgrimir

⁵⁷⁰ ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra, 2008, p. 135-136.

⁵⁷¹ MARX, Karl. **O capital**, 1975, p. 805.

⁵⁷² “Vai trabalhar, vagabundo”, composição de Chico Buarque.

etc., tanto mais tu *poupas*, tanto *maior* se tornará o teu tesouro, que nem as traças nem o roubo corroem, *teu* capital. Quanto menos tu fores, quanto menos externalizes a tua vida, tanto mais *tens*, tanto maior é a tua vida *exteriorizada*, tanto mais acumulas da tua essência estranhada. Tudo o que o economista nacional te arranca de vida e de humanidade, ele te supre em *dinheiro e riqueza*. (...) Ao trabalhador só é permitido ter tanto para que queira viver, e só é permitido querer viver para ter.”⁵⁷³

Por isso, como forma de resistência com letras de duplo sentido, o malandro continuou a sobreviver em composições de duplo sentido, que não endossavam a ideologia do governo getulista - algo que se repetirá na ditadura militar com o samba, especialmente com Bezerra da Silva e Francisco Buarque de Holanda, bem como diversos outros estilos musicais -, pois: “Nele encontram-se presentes a história, os conflitos, a vida social de tipo social do Rio de Janeiro: o malandro. Trata-se, portanto, de uma fala não assimilável pela política simultaneamente paternalista e repressora do governo Vargas.”⁵⁷⁴

Ao contrário do que fazia, por exemplo, Ary Barroso, no chamado samba de exaltação, de caráter ufanista, como em “Aquarela do Brasil”, de 1939, nos moldes ditados pelo governo Vargas:

“Brasil,
Meu Brasil brasileiro
Meu mulato inzoneiro
Vou cantar-te nos meus versos
O Brasil, samba que dá
Bamboleio, que faz gingar
O Brasil do meu amor
Terra de Nosso Sinhô
Brasil! Brasil!
Pra mim, pra mim...

Ó, abre a cortina do passado
Tira a mãe preta do cerrado
Bota o rei congo no congado
Brasil! Brasil!
Pra mim, pra mim...”⁵⁷⁵

Vale dizer que no final das décadas de 10 e 20, os ranchos foram a principal forma de organização carnavalesca ligada às camadas populares, do seguinte modo:

⁵⁷³ MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos, 2009, p. 141-142.

⁵⁷⁴ COUTINHO, Eduardo. Velhas histórias, memórias futuras: o sentido da tradição na obra de Paulinho da Viola, p. 50.

⁵⁷⁵ “Aquarela do Brasil”, Ary Barroso, 1939.

“O rancho era um préstito carnavalesco que usava marchas e maxixes como música, tocadas por uma orquestra de sopro e cordas (...) Os ranchos entraram em declínio paralelamente à ascensão das escolas de samba. Esse nome, aliás, surgiu quando um grupo de foliões, que se reunia nas imediações da Praça Onze, resolveu tomar de empréstimo o nome da Escola Normal que ficava nas proximidades, fundando assim a escola de samba Deixa Falar, que por sinal desfilava com os ranchos.”⁵⁷⁶

As escolas de samba herdaram muitos elementos dos ranchos, dentre eles: o abre alas, o mestre-sala, a porta-estandarte, o enredo, mas que substitui o ritmo e a coreografia do samba, com a presença de uma bateria em ritmo de samba de desfile em cortejo:

“Saindo, então, à rua, organizado em escola, em busca de aceitação social, o samba veio incorporar e reelaborar as manifestações carnavalescas então existentes: a formação instrumental, primeiro a base de cavaquinhos e violões, tinha também elementos de percussão dos cordões e dos Zé-Pereiras.”⁵⁷⁷

No final dos anos 20, o carnaval sofre diversas transformações para se constituir, a partir de 30, em território colonizado pelo samba carioca, como símbolo de nacionalidade, a partir da institucionalização das Escolas de Samba, de modo que os demais ritmos passam a ser considerados como regionais.

Mas, afinal, como surgiram as Escolas de Samba?

Segundo Cristina Tramonte:

“A origem das escolas de samba no Brasil já foi objeto de muitos estudos. Há unanimidades e divergências e isso se explica pelo fato de que é muito recente o registro sistematizado desses fatos: eles fazem parte de uma trajetória dos marginalizados que não detêm o poder sobre os rumos da história oficial publicada ou sobre a visão que os meios de comunicação transmitem. Alguns trabalhos tiveram de ser organizados principalmente a partir de dados recolhidos da memória oral e, por isso, é compreensível que exista algumas divergências quanto a nomes, datas etc. Entretanto, todos os autores são unânimes em afirmar que quem dará início às escolas de samba será a população muito pobre que habita os morros em torno dos bairros ricos ou os mangues do fundo da baía de Guanabara.”⁵⁷⁸

E de fato, apesar da tentativa - até certo ponto com sucesso - de cooptação do samba à lógica de mercado, como se faz com tudo no capitalismo - “mudaram toda a tua

⁵⁷⁶ALBIN, Ricardo Cravo. Dicionário da Música Popular Brasileira. Disponível em: <http://www.dicionariompb.com.br>.

⁵⁷⁷ LOPES, Nei. Sambeabá: o samba que não se aprende na escola, p. 60.

⁵⁷⁸ TRAMONTE, Cristina. O samba pede passagem, p. 35.

estrutura”, como dissemos na epígrafe - do carnaval - especialmente nas ruas, com a imposição de monopólios inclusive do que os foliões poderão consumir no espaço público, graças a negociatas tenebrosas com multinacionais como a AmBev e, por fim, nas próprias Escolas de Samba, com algumas delas reconhecidamente venais, como denuncia o Império Serrano - “Super Escolas de Samba S/A” - vale dizer que o carnaval da Sapucaí ainda é popular - ao contrário do carnaval higienizado das ruas.

Enquanto nos blocos de rua exige-se autorização da Prefeitura, nos mesmos moldes vivenciados nas décadas de 20 e 30 do século passado - obviamente com um maior número de exigências absurdas -, as Escolas de Samba se submeteram à lógica da disciplina e da organização em desfile na Avenida e construíram o maior fenômeno do planeta Terra.

As comunidades se organizam e se dedicam aos ensaios de suas Escolas, com paixão igual ou superior a que pode ser vista em relação ao futebol, que se elitizou sobremaneira, e uma das principais provas é a completa destruição do principal estádio do país: o Maracanã.

Sem exagero, o carnaval - ao contrário de ser alienante, como quer pregar o senso comum - é a mais politizada das festas brasileiras, que expõe as contradições do sistema com a apresentação das diferentes classes sociais que disputam a cidade, sem se submeter à disciplina em termos de consumo, com alas formados por moradores das favelas, com a redução das alas comerciais de autofinanciamento e com a representação de uma ideia materializada em discurso - um enredo musicalizado em forma de samba-enredo - que nos permite, por quatro dias apenas, sonhar ou, quem sabe, como disse - com outras palavras - Aldir Blanc, ser quem nós realmente somos:

“Olhando na quarta-feira as ruas vazias
Com os garis dando um jeito em nossa moral
Custei a compreender que fantasia
É um troço que o cara tira no carnaval
E uso nos outros dias por toda a vida
Dizendo: “Olá, como vai?” e coisas assim
O nó da gravata apertando o pescoço
Olhando o fundo do poço e rindo de mim
Ria, rasguei a fantasia, ria
Queimei a garantia, ria
Tô solto por aí
Doido, eu danço de Pierrot, triste
Morrendo em meu amor, ria

Vendo você morrer de rir...”⁵⁷⁹

O primeiro desfile com o concurso das Escolas de Samba aconteceu na Praça Onze, em 1932, com a autorização do Prefeito Pedro Ernesto⁵⁸⁰.

Em 1933, com o patrocínio do jornal O Globo, com alguns requisitos e banca julgadora, formada por intelectuais e jornalistas interessados em samba, os critérios eram: poesia, enredo, originalidade e conjunto⁵⁸¹.

Em 1933, a G.R.E.S. Unidos da Tijuca apresenta o enredo “O mundo do samba”, cujo samba principal estava de acordo com o enredo.

Em 1934, o sambista Carlos Cachça, da Mangueira, compôs o samba “Homenagem”, considerado como precursor do samba-enredo, pois foi o primeiro a falar da história do país dentro dos terreiros das Escolas de Samba:

“Recordar Castro Alves
Olavo Bilac e Gonçalves Dias
E outros imortais que glorificavam nossa poesia
Quando eles escreveram,
Matizando amores,
Poemas cantaram
Talvez nunca pensaram
Ouvir os seus nomes
Num samba algum dia.”⁵⁸²

Em 1935 as Escolas de Samba foram institucionalizadas pelo Estado e realizaram o primeiro desfile oficial, com regras do regulamento decididas pela Prefeitura e a União das Escolas de Samba (UES), tendo um dia e local certo, bem como a regulamentação do samba-enredo, o qual devia ser apresentado antes para a comissão julgadora.

Em seguida, o samba descompromissado acabou de vez, haja vista que Getúlio Vargas editou uma norma obrigando a temática história no samba enredo, que as letras dos sambas fossem registradas integralmente - sem a possibilidade de improviso da segunda parte pelos versadores - e que a bateria fosse formada exclusivamente por instrumentos de percussão⁵⁸³.

Como se pode perceber, o Estado passou a controlar de forma direta e vertical a organização dos blocos e determinar uma série de regras, tais como: o fim dos instru-

⁵⁷⁹ “Fantasia”, Aldir Blanc.

⁵⁸⁰ CABRAL, Sérgio. As escolas de samba do Rio de Janeiro, s/p.

⁵⁸¹ CABRAL, Sérgio. As escolas de samba do Rio de Janeiro, s/p.

⁵⁸² “Homenagem”, Carlos Cachça.

⁵⁸³ TINHORÃO, José Ramos. Pequena história da música popular, p. 177.

mentos de sobre, obrigatoriedade de temas relacionados com o nacional e, por fim, a proibição da crítica à política nacional e ao sistema.

A partir dos anos 40, há que se salientar também a preocupação excessiva com a estética do desfile no que tange aos carros alegóricos e as fantasias.

Até os anos 60, as rodas de samba foram vividas intensamente e com grande fraternidade entre as Escolas:

“Os heróis-fundadores são sempre compositores, como é o caso de Cartola na Mangueira, Antenor Gargalhada no Salgueiro, Paulo da Portela, Mano Elói no Império Serrano, por aí afora. Além da vaidade de poeta, havia o envolvimento comunitário. Porque Escola de Samba era coisa de parentes, amigos, vizinhos, colegas de trabalho. Uma ala de compositores, nessa época que estamos falando, era a elite intelectual da escola. Os compositores eram intelectuais orgânicos, embora muitas vezes fosse iletrados e até analfabetos. Havia um código de ética, nas escolhas do samba enredo, que fazia com que renunciasse a disputa diante de um concorrente nitidamente superior.”⁵⁸⁴

A partir da década de 70, tem-se o ápice do afastamento dos antigos compositores, de modo que Carlos Cachça e Cartola, dois gênios da G.R.E.S. Estação Primeira de Mangueira, os quais presenciaram a transformação do samba e do carnaval, na quadra e na Avenida, comporiam o samba “Tempos idos” em tom de saudosismo:

“Os tempos idos
Nunca esquecidos
Trazem saudades ao recordar
É com tristeza que relembro
Coisas remotas que não vem mais
Uma escola na Praça Onze
Testemunha ocular
E junto dela balançar
Onde os malandros iam sambar
Depois aos poucos o nosso samba
Sem sentirmos se aprimorou
Pelos salões da sociedade
Sem cerimônia ele entrou
Já não pertence mais à Praça
Já não é samba de terreiro
Vitorioso ele partiu para o estrangeiro
E muito bem representado
E foi inspiração de geniais artistas
O nosso samba, humilde samba
Foi de conquistas em conquistas

⁵⁸⁴ MOURA, Roberto. No princípio era a roda: um estudo sobre samba, partido-alto e outros pagodes, p. 134.

Conseguiu penetrar no Municipal
Depois de percorrer todo o universo
Com a mesma roupagem que saiu daqui
Exibiu-se para a duquesa de Kent no Itamaraty.”⁵⁸⁵
Ora, segundo Gizlene Neder:

“A ineficácia da repressão às contravenções revela-nos, contundentemente, que muito mais que produzir efeitos políticos e sociais, o processo de criminalização se afirma enquanto mecanismo ideológico de construção de normas, socialmente aceitas e difundidas.”⁵⁸⁶

Estamos aqui a tratar da seguinte tese: a repressão penal do samba, para a garantia da ordem social desigual - com a criminalização da pobreza - e a reafirmação da ideologia dominante - a ideologia capitalista do trabalho meritocrático -, produziu a instituição que reúne o sagrado e o profano, do ponto de vista das classes subalternas: a Escola de Samba.

O processo de criminalização da pobreza, a partir de 1890, com auxílio da legislação extravagante, se deu por meio da seleção de alvos sociais, tais como imigrantes indesejáveis, anarquistas, prostitutas e sambistas considerados como indesejáveis “vadios, mendigos, capoeiras ou desordeiros”⁵⁸⁷.

Cabe-nos uma ponderação, entretanto, para fins de diferenciação do tratamento penal dado à vadiagem nos dois períodos estudados - a República Velha e a Era Vargas:

“A literatura jurídica brasileira, em geral, promove uma simplificação grosseira em sua análise do período que vai de 1939 a 1945, detendo-se na casca aparente das formas políticas, especialmente no caráter ditatorial do Estado Novo. (...) Ainda que ignorássemos os decretos através dos quais Getúlio Vargas indultou todos os condenados e todos os acusados por vadiagem e capoeiragem, não há comparação possível entre o regime legal da primeira República e o da lei de contravenções penais de 1941, mesmo considerando as medidas de segurança, essa cruel e festejada novidade que os tribunais, no tema específico da vadiagem e da mendicância, reduziram drasticamente. A criminalização da vadiagem é quase um dado estrutural do capitalismo industrial, e portanto não poderia estar ausente

⁵⁸⁵ “Tempos idos”, Cartola e Carlos Cachça

⁵⁸⁶ “Ao afirmarmos a produção de efeitos muito mais ideológicos do que sociais e políticos das instituições de controle social, identificando nestas uma possível tendência à ineficácia, não estamos afirmando a sua inércia. Além desse importante papel de formulação e inculcação ideológica em torno da normatização social, a prática dessas instituições foi expressiva, sobretudo em relação à vadiagem. A estatística das contravenções apresentada no relatório do chefe de Polícia do Distrito Federal, em 1907, revela-nos uma ação decisiva em torno disto. Dos 4.058 que dão entrada na casa de detenção, 3.183 são condenados por vadiagem.” NEDER, Gizlene. Discurso jurídico e ordem burguesa no Brasil, p. 90-91.

⁵⁸⁷ BATISTA, Nilo; ZAFFARONI, Eugenio R. Direito Penal Brasileiro, I, p. 462.

da conjuntura em exame; contudo, a disciplina legal da República agro-exportadora a respeito foi inquestionavelmente mais severa.”⁵⁸⁸

Nesse sentido, afirma Juarez Tavares que:

“A função do direito de estruturar e garantir determinar ordem social econômica e social.”⁵⁸⁹

É o que nos ensina a Criminologia Radical, a qual se distingue das criminologias tradicionais pela natureza do objeto, pelo método de estudo desse objeto, pelas teorias gerais de sua existência e desenvolvimento, pela base social de seus compromissos ideológicos e seus objetivos políticos estratégicos e táticos, expressos em programa de política criminal:

“O processo de criminalização, nos componentes de produção e de aplicação de normas penais, protege seletivamente os interesses das classes dominantes, pré-seleciona os indivíduos estigmatizáveis distribuídos pelas classes e categorias sociais subalternas e, portanto, administra a punição pela posição de classe do autor, a variável independente que determina a imunidade das elites de poder econômico e político e a repressão das massas miserabilizadas e sem poder das periferias urbanas, especialmente as camadas marginalizadas do mercado de trabalho, complementada pelas variáveis intervenientes da posição precária no mercado de trabalho e da subsocialização - fenômeno definido como administração diferencial da criminalidade.”⁵⁹⁰

Destarte, a contradição entre liberdade política - como circulação - e escravidão social - produção - é reproduzida pelas instituições acessórias à fábrica - como instituição principal -, das quais, a prisão é a instituição de controle por excelência, pois garante a extração da mais-valia, a reprodução das relações de produção baseadas na separação capital/força de trabalho e produz, especialmente no nível simbólico, as condições

⁵⁸⁸ BATISTA, Nilo; ZAFFARONI, Eugenio R. *Direito Penal Brasileiro*, I, p. 461-463: “Decretos nº. 19.445, de 1º de dezembro de 1930 e nº. 21.946, de 12 de outubro de 1932. Tais decretos abrangiam também os crimes de resistência, desacato, lesões corporais, leves ou culposas, e o segundo deles também o curandeirismo e a feitiçaria (art. 157 CP 1890, que contemplava o espiritismo). O segundo decreto constitui, portanto, o marco inicial da descriminalização dos cultos afro-brasileiros, que se implementará no código de 1940, num tardio deslocamento do eixo religioso para o sanitário (art. 284 CP 1940). Não obstante, Filinto Müller ampliaria em 1941 o registro policial dos centros espíritas.”

⁵⁸⁹ TAVARES, Juarez. *Teorias do delito*, 1980, p. 4. E também: “Não passa da predisposição de táticas, estratégias e forças para a construção da hegemonia, ou seja, para a busca da legitimação ou para assegurar o consenso; em sua falta, para a submissão forçada daqueles que não se integram à ideologia dominante.” ANYIAR DE CASTRO, Lola. *Criminologia de la liberación*, 1987, p. 119.

⁵⁹⁰ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. *A criminologia radical*, 2006, p. 126.

de docilidade e utilidade da massa trabalhadora ou a destruição da massa excedente do exército de reserva, em tempos de super-encarceramento e excesso de mão-de-obra⁵⁹¹.

Como desviante, um sujeito revolucionário, que nega a sua redefinição como trabalhador, após a abolição da escravidão, o sambista - ou o malandro - produz um discurso contra-hegemônico com seus sambas, rompendo com a subordinação da classe trabalhadora ao binômio trabalhador/meios de produção.

Ademais, ao desenvolver táticas de sobrevivência na ilegalidade, na economia informal e/ou subterrânea, em atividades que atacam, principalmente, o único bem jurídico-penal - como objeto de proteção⁵⁹² - no capitalismo, qual seja, a propriedade privada, por meio de furtos, roubos, estelionatos, a malandragem produz uma ruptura com a dependência do salário que requer a constante venda da força de trabalho.

De igual modo, por serem em maioria pessoas sem escolaridade, muitos - inclusive -, analfabetos, apesar de seu incrível talento musical, como por exemplo, o mestre Cartola, bem como por não se submeterem ao modelo tradicional de família típico da sociedade burguesa, os sambistas negaram as duas bases fundamentais de organização do consenso:

“Bebida, mulher e orgia,
É a lei do vagabundo,
Quem bebe sente alegria,
Sem mulher, sem orgia,
Não há prazer neste mundo.”⁵⁹³

⁵⁹¹ MELOSSI, Dario. Institutions of social control and capitalist organization of work. Capitalism and the rule of law, 1979, p. 90-92.

⁵⁹² “A tese do bem jurídico como critério de criminalização e como objeto de proteção penal - ainda que a concreta lesão do bem jurídico indique a ineficácia da proteção -, não só mostra o Direito Penal como garantia jurídico-política das formações sociais capitalistas, mas mostra a própria sobrevivência das atuais sociedades desiguais pela proteção penal de seus valores fundamentais. A tese central da Criminologia Crítica pode ser assim enunciada: (...) Em síntese: a proteção de relações sociais desiguais, mediante garantia da relação capital/trabalho assalariado, significa proteção dos processos sociais de produção e de circulação de bens materiais, que determinam a concentração da riqueza e do poder no polo do capital, e a generalização da miséria e da dependência no polo do trabalho assalariado. Se o objetivo real do Direito Penal consiste na proteção das condições fundamentais da sociedade de produção de mercadorias, então o bem jurídico, além de critério de criminalização, constitui objeto de proteção.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. Direito Penal: Parte Geral, 2010, p. 17.

⁵⁹³ “Bebida, mulher e orgia”, composição Luiz Pimentel, Anis Murad e Manoel Rabaça.

Portanto, a repressão penal do samba nas esquinas, botequins e terreiros se explica pela sintonia com as demandas punitivas do capitalismo industrial na passagem do século XIX para o XX, como reprodução das relações de produção e da ideologia dominante (no trabalho, no amor e no lazer), como ensina a teoria criminológica materialista dialética sobre o crime e a pena, a partir do conceito de modo de produção e demais categorias marxistas decorrentes:

“A estrutura material das relações econômicas do capitalismo baseia-se no princípio da retribuição equivalente em todos os níveis da vida social: do trabalho pelo salário na produção social de bens ou serviços - apesar da expropriação da mais-valia; da mercadoria pelo preço na distribuição social de bens ou serviços - não obstante o lucro etc. Logo, as formas jurídicas das relações de poder da formação social instituem a retribuição equivalente, no âmbito da responsabilidade civil, por exemplo, sob a forma de contrato, da indenização etc.; no âmbito da responsabilidade penal, a retribuição equivalente é instituída sob a forma da pena privativa de liberdade, como valor de troca do crime medido pelo tempo de liberdade suprimida. A retribuição equivalente, como valor de troca do crime nas sociedades capitalistas, está ligada ao critério geral do valor da mercadoria, determinado pela quantidade de trabalho social necessário para a sua produção: o tempo médio de dispêndio de energia produtiva, segundo Marx.”⁵⁹⁴

CONCLUSÃO

Por fim, conclui-se que a repressão penal - compreendida pela integralidade do sistema de justiça criminal, com destaque para a polícia como linha de frente da violência e por sua centralidade no controle dos conflitos sociais da época - do samba produziu rupturas que permitiram com que o samba, como discurso libertário, fosse adestrado e instrumentalizado por governos e pela indústria cultural, porém, como permanência, subsistiu a resistência em suas formas originárias, de modo que até hoje ecoam nas esquinas, botequins e terreiros do Rio de Janeiro, do país e do mundo, não raro em conflito com a polícia e a Prefeitura, por meio dos blocos carnavalescos - mais afetados pela lógica do mercado - e pela constituição das Escolas de Samba como instituições produtoras de sonhos e de discursos de protesto em buscar de um futuro de libertação para a classe trabalhadora.

Esperamos que os dias de folia de carnaval como herança e que o samba como eterno consolador das dores do trabalho e da miséria sejam o treinamento para o verda-

⁵⁹⁴ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. *Direito Penal: Parte Geral*, 2010, p. 439.

deiro Carnaval, quando o tempo fizer a ilusão recuar e se torne uma realidade permanente de fraternidade, solidariedade e esperança:

“O dia em que o morro descer e não for carnaval

Ninguém vai ficar pra assistir o desfile final
Na entrada rajada de fogos pra quem nunca viu
Vai ser de escopeta, metralha, granada e fuzil
É a guerra civil.

No dia em que o morro descer e não for carnaval
Não vai nem dar tempo do ensaio geral
E cada ala da escola será uma quadrilha
A evolução já vai ser de guerrilha
E a alegoria um tremendo arsenal
O tema do enredo vai ser a cidade partida
No em que o couro comer na avenida
Se o morro descer e não for carnaval.

O povo virá de cortiço, alagado e favela
Mostrando a miséria sobre a passarela
Sem a fantasia que sai no jornal
Vai ser uma escola, uma só bateria
Quem vai ser jurado? Ninguém gostaria
Que desfile assim não vai ter igual.

Não tem órgão oficial, nem governo, nem Liga
Nem autoridade que compre essa briga
Ninguém sabe a força desse pessoal
Melhor é o poder devolver a esse povo a alegria
Senão todo mundo vai sambar no dia
Em que o morro descer e não for carnaval.”⁵⁹⁵

⁵⁹⁵ “O dia em que o morro descer e não for carnaval”, composição de Wilson das Neves.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Edgar. *O carnaval carioca através da música*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1965.

_____. *Nosso Sinhô do samba*. Rio de Janeiro:, Funarte, 1981.

ALMIRANTE. *No tempo de Noel Rosa*. Rio de Janeiro: Sonora, 2013.

ANDRADE, Vera Regina Pereira. *A ilusão da segurança jurídica: do controle da violência à violência do controle penal*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

_____. *Cidadania: do Direito aos Direitos Humanos*. São Paulo: Acadêmica, 1993.

_____. *Dogmática jurídica: esboço de sua configuração e sua identidade*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996.

_____. *Sistema penal máximo x cidadania mínima: códigos da violência na era da globalização*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

_____. et al. *Verso e reverso do controle penal: (des)aprisionando a sociedade da cultura punitiva*. v. 2. Florianópolis: Fundação José Arthur Boiteaux, 2002.

ANITUA, Gabriel Inácio. *História dos pensamentos criminológicos*. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia (ICC)/Revan, 2008.

ANIYAR DE CASTRO, Lola. *Criminologia da reação social*. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

_____. *Criminologia da libertação*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

ALVITO, Marcos. *Histórias do samba: de João da Baiana a Zeca Pagodinho*. Rio de Janeiro: Matrix, 2012.

ALZUGUIR, Rodrigo. *Wilson Baptista: o samba foi sua glória!* Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013.

ARAÚJO, Hiram de; JÓRIO, Amaury. *Natal: O homem de um braço só*. Rio de Janeiro: Guavira, 1975.

BARATTA, Alessandro. *Che cosa è la criminologia critica?* Dei Delitti e Delle Pene: Rivista de Studi Sociali, Storici e Giuridici Sulla Questione Criminale, Bologna, n.º 1, p. 51-81, mar. 1991.

_____. *Criminologia crítica e crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do direito penal*. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

_____. *Criminologia e dogmática penal: passado e futuro do modelo integral da ciência penal*. Revista de Direito Penal, Rio de Janeiro, nº. 31, p.5-37, jan./jun. 1981.

_____. *Criminología y sistema penal: compilación in memoriam*. Buenos Aires: Editorial B de f, 2006.

_____. *Defesa dos direitos humanos e política criminal*. Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade, Rio de Janeiro, v. 2, nº. 3, p. 57-69, 1997.

_____. *Direitos humanos: entre e a violência estrutural e a violência penal*. Fascículos de Ciências Penais, Porto Alegre, v. 6, nº. 2, p. 44-61, abr./jun. 1993.

_____. *Funções instrumentais e simbólicas do direito penal: lineamentos de uma teoria do bem jurídico*. Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo, v. 2, nº. 5, p. 5-24, jan./mar. 1994.

_____. *Marginalidade social e justiça*. Revista de Direito Penal, Rio de Janeiro, 21/22, p. 5-25, jan./jun. 1976.

_____. *Non violenza: teoria e pratica*. Dei Delitti e Delle Pene: Rivista de Studi Sociali, Storici e Giuridici Sulla Questione Criminale, Bologna, nº. 3, p. 191-196, mai. 1993/1994.

_____. *Notas para una teoría de la liberación*. Poder y control: revista hispano-latinoamericana de disciplinas sobre el control social, Barcelona, nº. 1, p. 107-119, 1987.

_____. *Principi del diritto penale minimo: per una teoria dei diritti umani come oggetti e limiti dela legge penale*. Dei Delitti e Delle Pene: Rivista de Studi Sociali, Storici e Giuridici Sulla Questione Criminale, Bologna, v. 3, nº. 3, p.443-473, set./dez. 1985.

_____. *Tiene futuro la criminología crítica: reflexiones sobre el modelo integrado de las ciencias penales y la interdisciplinariedad externa*. Capítulo Criminológico: Revista de las Disciplinas del Control Social, Maracaibo, v. 23, nº. 2, p. 487-501, 1995.

_____. *Viejas y nuevas estrategias de legitimación del sistema penal*. Capítulo Criminológico: Revista de las Disciplinas del Control Social, Maracaibo, v. 14, p. 167-183, 1986.

BATISTA, Nilo. *Intervenção no XIII Congresso Internacional de Direito Comparado*. Rio de Janeiro, 27 de setembro de 2006.

_____. *Introdução crítica ao direito penal*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

_____. *Matrizes ibéricas do sistema penal brasileiro I*. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia (ICC)/Revan, 2000.

_____. *Mídia e sistema penal no capitalismo tardio*. Discursos sediciosos - Crime, Direito e Sociedade, nº. 12. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia (ICC)/Revan, 2002, p. 271-288.

BATISTA, Malaguti; ABRAMOVAY, Pedro Vieira (orgs.) *Depois do grande encarceramento*. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia (ICC)/Revan, 2010.

BATISTA, Vera Malaguti. *A juventude na Criminologia. Juventudes, subjetivações e violências*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009.

_____. *Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia/Revan, 2ª ed., 2003.

_____. *Introdução crítica à criminologia brasileira*. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

_____. *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BERGALLI, Roberto et al. *El pensamiento crítico y la criminología: el pensamiento criminológico*. Bogotá: Temis, 1983.

CABRAL, Sérgio. *As escolas de samba do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Lumiar Editora, 1996.

CANDEIA, Isnard. *Escola de samba: árvore que esqueceu a raiz*. Rio de Janeiro: Lido, 1978.

CAPUTO, Stela Guedes. *Educação nos terreiros*. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

CARVALHO, Luiz Fernando Medeiros de. *Ismael Silva: samba e resistência*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*. São Paulo:, Companhia das Letras, 1987

CHALOUB, Sidney. *A força da escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2003.

_____. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. Campinas: Unicamp, 2011.

_____. *Histórias em cousas miúdas*. Campinas: Unicamp, 2005.

_____. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *Trabalhadores na cidade*. Campinas: Unicamp, 2009.

_____. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores brasileiros na Belle Époque*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1986.

_____. *Visões da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CIRINO DOS SANTOS, Juarez. *A criminologia crítica e a reforma da legislação penal*. Disponível em: www.cirino.com.br.

_____. *A criminologia radical*. Curitiba: ICPC; Lumen Juris, 2006.

_____. *A criminologia da repressão: uma crítica ao positivismo em Criminologia*. Rio de Janeiro: Forense, 1979.

_____. *As raízes do crime: Um estudo sobre as estruturas e as instituições da violência*. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

_____. *Direito Penal: parte geral*. Curitiba, ICPC Edições e Cursos, 6ª. edição, 2014.

_____. *O direito penal do inimigo ou o discurso do direito penal desigual*, 2009, p. 1-20. Disponível em: www.cirino.com.br.

_____. *Política criminal: realidades e ilusões do discurso penal*. Disponível em: www.cirino.com.br.

_____. *Teoria da pena*. Curitiba: ICPC; Lumen Juris, 2005.

CONDE, Francisco Muñoz; HASSEMER, Winfried. *Introdução à criminologia*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

CUNHA, Maria Clementina Pereira (org). *Carnavais e outras f(r)estas*. São Paulo: Unicamp, 2005.

DEALTRY, Giovanna. *No fio da navalha*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009.

DUSSEL, Enrique. 1492 - El encubrimiento del otro: hacia el origen del “mito de la Modernidad”. La Paz: Plural Editores, 1994.

_____. *América Latina, dependencia y liberación*. Buenos Aires: Fernando García Cambeiro, 1973.

_____. *Ética da libertação: na idade da globalização e da exclusão*. 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

_____. *Filosofia ética latinoamericana III: de la erótica a la pedagógica*. Distrito Federal: Editorial Edicol, 1977.

_____. *Filosofia ética latinoamericana IV*. Bogotá: Universidad Santo Tomás, 1979.

- _____. *Filosofía ética latinoamericana IV*. Bogotá: Universidad Santo Tomás, 1980.
- _____. *Filosofía de la liberación*. 4ª ed. Bogotá: Editorial Nueva América, 1996.
- _____. *Filosofía de la producción*. Bogotá: Editorial Nueva América, 1984.
- _____. *Hacia un Marx desconocido*. Distrito Federal: Siglo XXI Editores, 1988.
- _____. Hipotesis para el estudio de latinoamerica en la historia universal. Chaco, 1966.
- _____. *Hacia una filosofía política de la liberación: 20 tesis de política*. Revista Internacional de Filosofía Iberoamericana y Teoría Social, año 12, n°. 36, janeiro-março. Maracaibo: Universidad del Zulia, 2007, p. 107-123.
- _____. Historia de la filosofía y filosofía de la liberación. Bogotá: Editorial Nueva América, 1994.
- _____. Historia de la iglesia em América Latina: medio milenio de coloniaje y liberación (1492-1992). 6ª ed. Madrid: Mundo Negro, 1992.
- _____. *Introducción a la filosofía de la liberación*. 5ª ed. Bogotá: Editorial Nueva América, 1995.
- _____. Introducción a una filosofía de la liberación latinoamericana. Distrito Federal: Editorial Edicol, 1977.
- _____. *La resistencia ética al neoliberalismo*. Conferência ditada na Facultad de Ciencias Sociales, junho de 1998, 7 p.
- _____. *La pedagógica latinoamericana*. Bogotá: Editorial Nueva America, 1980.
- _____. *La producción teórica de Marx*. 2ª ed. Distrito Federal: Siglo XXI Editores, 1991.
- _____. Lecciones de introducción a la filosofía, de antropología filosófica. Mendoza, 1968.
- _____. *Liberación latinoamericana y Emmanuel Lévinas*. Buenos Aires: Editorial Bonum, 1975.
- _____. Método para una filosofía de la liberación: superación analéctica de la dialéctica hegeliana. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1974.
- _____. Oito ensayos sobre cultura latino-americana e libertação. São Paulo: Paulinas, 1997.
- _____. *Para una destrucción de la historia de la ética*. Mendoza: Editorial Ser y Tiempo, 1973.
- _____. *Para una ética de la liberación latinoamericana I*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 1973.
- _____. *Para una ética de la liberación latinoamericana II*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 1973.
- _____. ¿Puede legitimarse “una” ética ante la “pluralidad” histórica de las morales? Utopía y praxis latinoamericana, año 1, n°. 1. México: UANM, 1996, p. 43-53.

_____. *Praxis latinoamericana y filosofía de la liberación*. Bogotá: Editorial Nueva América, 1983.

_____. *Un proyecto ético y político para América Latina*. Revista *Anthropos*. Barcelona: Proyecto a ediciones, n°. 180, septiembre-octubre, 1998.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, do Estado e da propriedade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977 .

FRAGOSO, Heleno Cláudio. *Lições de Direito Penal*. Rio de Janeiro: Forense, 1985.

FRANCESCHI, Humberto. *Samba de sambar do Estácio*. Rio de Janeiro:, Instituto Moreira Sales, 2010.

GIORGI, Alessandro de. *A miséria governada através do sistema penal*. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia (ICC)/Revan, 2006.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: 2005.

GRUNE, Carmela. *Samba no pé e Direito na cabeça*. São Paulo: Saraiva, 2012.

KARAM, Maria Lúcia. *A esquerda punitiva*. Discursos sediciosos - Crime, Direito e Sociedade, n°. 1, Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia (ICC)/Relume Dumará, 1996.

_____. *De crimes, penas e fantasias*. Rio de Janeiro: Luam, 1991.

KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LEMOS, Renato. *Inventores do carnaval*. Rio de Janeiro: Verso Brasil, 2015.

LIGIÉRO, Zeca. *Malandro Divino: a vida e a lenda de Zé Pilintra*. Rio de Janeiro: Nova Era, 2004.

LINS, Paulo. *Desde que o samba é samba*. Rio de Janeiro: Planeta do Brasil, 2002.

- LOPES, Nei. *20 contos e uns trocados*. Rio de Janeiro: Record, 2015.
- _____. *Bantos, malês e identidade negra*. Rio de Janeiro: Autêntica, 2006.
- _____. *Dicionário literário afro-brasileiro*. Rio de Janeiro: Pallas, 2007.
- _____. *Histórias do Tio Jimbo*. Rio de Janeiro: Mazza, 2007.
- _____. *Mandingas da mulata velha na cidade nova*. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2012.
- _____. *Oiobomé: a epopeia de uma nação*. Rio de Janeiro: Agir, 2015.
- _____. *O racismo explicado a meus filhos*. Rio de Janeiro: Agir, 2007.
- _____. *O negro no Rio de Janeiro e sua tradição musical*. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 1992.
- _____. *Partido alto: samba de bamba*. Rio de Janeiro: Pallas, 2005.
- _____. *Rio negro, 50*. Rio de Janeiro: Record, 2015.
- _____. *Sambeabá: o samba que não se aprende na escola*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- LYRA, Roberto. *Direito Penal Científico-Criminológico*. Rio de Janeiro: José Konfino, 1974.
- _____. *Economia e crime*. Rio de Janeiro: Rodrigues e Co, 1933.
- LYRA FILHO, Roberto. *O Direito que se ensina errado*. Brasília: Centro Acadêmico da UnB, 1980.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.
- _____. *Obras fundamentais*. México: FCE, 1982.
- _____. *Textos*. 3 volumes. São Paulo: Edições Sociais, 1977.
- MARX, Karl. *A Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.
- _____. *El capital*. México: Siglo XXI, 1975-1981.
- _____. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- _____. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.
- _____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

_____. Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

_____. *Sobre o suicídio*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

_____. *Trabalho assalariado e capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. *Cárcere e Fábrica*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

MIAILLE, Michel. *Introdução crítica ao Direito*. Lisboa: Moraes, 1979.

MONTE, Carlos. *A velha guarda da Portela*. Rio de Janeiro: Manati, 2001.

MOTTA, Aydano André (org.) *Cadernos de samba*. Rio de Janeiro: Verso Brasil Editora, 2013.

MUSSA, Alberto. *Elegbara*. Rio de Janeiro: Record, 2015.

_____. *O senhor do lado esquerdo*. Rio de Janeiro: Record, 2015.

_____. *O trono da rainha Jinga*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. *Quilombo*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2003.

NEDER, Gizlene. *O discurso jurídico e a ordem burguesa no Brasil*. Porto Alegre: SAFE, 1995.

OLMO, ROsa del. *A América Latina e sua criminologia*. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia (ICC)/Revan, 2004.

_____. *Ruptura criminológica*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1979.

_____. *Segunda ruptura criminológica*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1990.

PAEZZO, Silvan. *Memórias de Madame Satã*. Rio de Janeiro: Lidador, 1972.

PASHUKANIS, Evgeny. *A teoria geral do direito e marxismo*. Rio de Janeiro: Renovar, 1989.

_____. Selected Writings on Marxism and Law: London e New York, 1980.

PAVARINI, Massimo. Control y dominación: teorías criminológicas burguesas y proyecto hegemônico. México: Siglo Veinteuno Editores, 1983.

REBELO, Marques. *Marafa*. Rio de Janeiro:, Nova Fronteira, 2009.

RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. *Punição e estrutura social*. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. *A cidade como um jogo de cartas*. Niterói: Universitária, 1988.

SANTOS, Jocelio Teles dos. O poder da cultura e a cultura do poder: a disputa simbólica da herança cultural negra no Brasil. Salvador: Edufba, 2005.

SANTOS, Joel Rufino dos. *A escravidão no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 2013.

_____. Epuras do social: como podem os intelectuais trabalhar para os pobres. São Paulo: Global, 2004.

_____. *Gosto de África*. São Paulo: Global, 2005.

_____. *Os negros: história do negro no Brasil*. São Paulo: Caros Amigos, 2015.

SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades/Ed. 34, 2001.

SILVA, Marília Trindade Barboza da; MACIEL, Lygia dos Santos. *Paulo da Portela: traço de união entre duas culturas*. Rio de Janeiro:, FUNARTE, 1979.

SIMAS, Luiz Antonio; NATAL, Vinícius; FARIAS, Júlio César; FABATO, Fábio; CAMÕES, Marcelo. *As titias da folia: o brilho maduro de escolas de samba de alta idade*. Rio de Janeiro: Nova Terra, 2014.

SIMAS, Luiz Antonio. *Pedrinhas miudinhas: ensaios sobre ruas, aldeias e terreiros*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2013.

_____. Pra tudo começar na quinta-feira: o enredo dos enredos. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2015.

_____. *Sambas de enredo: história e arte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. *Tantas páginas belas: histórias da Portela*. Rio de Janeiro: Verso Brasil, 2012.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor*. Campinas: Unicamp, 2011.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *Zungú: rumor de muitas vozes*. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

SODRÉ, Muniz. *A verdade seduzida*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

_____. *Samba, o dono do corpo*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

SOIHET, Rachel. *A subversão pelo riso*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.

SOZZO, Máximo. Tradutore traditore. *Cuadernos de Doctrina y Jurisprudencia Penal*, ano VII, nº. 13. Buenos Aires: Ad. Hoc. Vilela Editor, 2003.

_____. *Reconstruyendo las criminologías críticas*. Buenos Aires: Del Puerto, 2009.

TAVARES, Juarez. *Bien jurídico y función en Derecho Penal*. Buenos Aires: Hammurabi, 2004.

_____. *Teorias do delito*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980.

TAYLOR, I.; WALTON, P.; YOUNG, J. *Criminologia crítica*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

THOMPSON, Augusto. *Quem são os criminosos? O crime e o criminoso: entes políticos*. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 1998.

TINHORÃO, José Ramos. *Os sons dos negros no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2008.

_____. *Pequena história da música popular*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2013.

VASCONCELOS, Ary. *Panorama da música popular brasileira na Belle Époque*. Rio de Janeiro: Livraria Santanna, 1977.

VIANNA, Hermano. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Criminología: aproximación desde un margen*. Bogotá: Temis, 1988.

_____. *Derecho Penal*. Buenos Aires: Ediar, 2002.

_____. *Em busca das penas perdidas*. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

_____. *O inimigo no direito penal*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.